



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE



**PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E
SOCIAL
PARA 2009**

MAPUTO, 29 DE SETEMBRO DE 2008

ÍNDICE

I. NOTA INTRODUTÓRIA	3
II. CONTEXTO INTERNACIONAL	3
III. CONTEXTO SÓCIO-ECONÓMICO E DEMOGRÁFICO NACIONAL	8
III.1 OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO	8
III.2 IMPACTO DEMOGRÁFICO DO HIV-SIDA	14
III.3 PRINCIPAIS OBJECTIVOS DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL	16
III.4 PRODUÇÃO GLOBAL	17
III.5 SECTOR MONETÁRIO E CAMBIAL	18
III.6 INFLAÇÃO	20
III.7. BALANÇA DE PAGAMENTOS	20
IV. PRINCIPAIS LINHAS DE DESENVOLVIMENTO POR PILAR.....	22
IV.1 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	22
A. AGRICULTURA	22
B. INFRAESTRUTURAS	33
C. PESCAS	50
D. RECURSOS MINERAIS.....	53
E. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	57
F. TURISMO.....	62
G. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	64
H. MEDIDAS DE APOIO AO EMPRESARIADO NACIONAL	68
IV.2. CAPITAL HUMANO	69
A. EDUCAÇÃO	69
B. SAÚDE.....	80
C. TRABALHO.....	90
D. MULHER E ACÇÃO SOCIAL	92
E. JUVENTUDE E DESPORTOS	96
IV.3. GOVERNAÇÃO	100
B. JUSTIÇA	104
C. SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA.....	108
D. COMUNICAÇÃO SOCIAL	109
E. RELAÇÕES EXTERNAS	110
F. DEFESA.....	114
G. LIBERTAÇÃO NACIONAL, DEFESA DA SOBERANIA, E DA DEMOCRACIA E DEFICIENTES DE GUERRA	117
IV.4. ASSUNTOS TRANSVERSAIS	118
A. GÉNERO.....	118
B. HIV/SIDA.....	121
C. AMBIENTE.....	125
D. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO	127
E. CIÊNCIA E TECNOLOGIA	129
F. DESENVOLVIMENTO RURAL	131
G. CALAMIDADES.....	135
H. DESMINAGEM	137
V. FINANÇAS PÚBLICAS.....	138
VI. MATRIZ ESTRATÉGICA DO PARPA II	158

I. NOTA INTRODUTÓRIA

1. “O Plano Económico e Social para 2009”, constitui o instrumento de implementação do último ano do Programa Quinquenal do Governo 2005-2009. A presente proposta é elaborada num contexto em que persiste o desafio imposto pela crise mundial dos alimentos e as incertezas quanto ao comportamento dos mercados petrolíferos.
2. O documento consiste em 4 grandes capítulos: Contexto Internacional, Contexto Sócio-Económico e Demográfico Nacional, Principais Linhas de Desenvolvimento Por Pilar e Finanças Públicas.
3. No contexto internacional apresenta-se a evolução da economia internacional o que permite visualizar em que condições económicas internacionais o país implementou a sua política económica e social; no contexto sócio-económico e demográfico nacional é apresentada a situação sócio-económica e demográfica do país; no capítulo das principais linhas de desenvolvimento por pilar são apresentadas as principais medidas e acções de política implementadas pelos diversos sectores, incluindo as de natureza transversal.
4. No capítulo das finanças públicas é apresentada a política orçamental, o envelope de recursos e sua aplicação com vista ao cumprimento das acções previstas no Plano Económico e Social para 2008.
5. Em anexo, é apresentada a matriz estratégica do PARPA II, da qual se extraem os 40 indicadores do Quadro de Avaliação do Desempenho (QAD) no âmbito da avaliação do Apoio Directo ao Orçamento do Estado.

II. CONTEXTO INTERNACIONAL

6. A economia global está a enfrentar momentos difíceis, uma acentuada desaceleração da procura em muitas economias desenvolvidas, e altos níveis de inflação em todas as economias, notavelmente nas emergentes e em desenvolvimento.
7. Face ao desempenho económico registado no primeiro semestre de 2008, analistas macroeconómicos, esperam que o crescimento global desacelere na segunda metade de 2008. As projecções actuais apontam para o abrandamento do ritmo de crescimento, que poderá vir a situar-se em 4,1% em 2008, 0,9pp abaixo dos níveis de crescimento registados em 2007.
8. O mundo enfrenta subidas de preços de combustíveis e mercadorias básicas, o que mantém a pressão inflacionária, nas economias emergentes e em desenvolvimento. Perante este cenário, a principal prioridade para os responsáveis de políticas económicas, é evitar o aumento das pressões inflacionárias, mantendo o objectivo de crescimento económico.

Projeção de Crescimento da Economia Mundial (%)

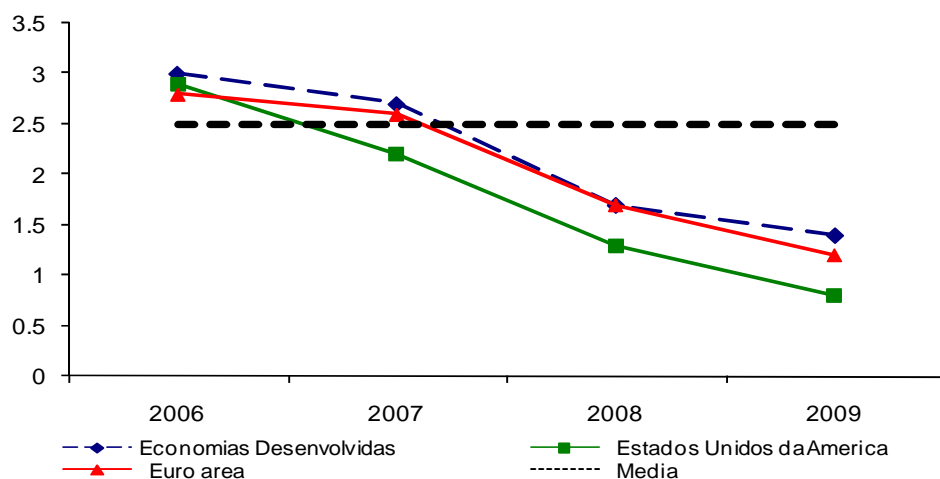
	2006	2007	Projeção	
			2008	2009
	(variação Percentual)			
Economia Mundial	5.1	5	4.1	3.9
Economias Desenvolvidas	3	2.7	1.7	1.4
Estados Unidos da America	2.9	2.2	1.3	0.8
Zona do Euro	2.8	2.6	1.7	1.2
Alemanha	2.9	2.5	2	1
França	2.2	2.2	1.6	1.4
Italia	1.8	1.5	0.5	0.5
Espanha	3.9	3.8	1.8	1.2
Japão	2.4	2.1	1.5	1.5
Reino Unido	2.9	3.1	1.8	1.7
Canada	3.1	2.7	1	1.9
Outras Economias Desenvolvidas	4.5	4.6	3.3	3.3
Novas Economias Industrializadas da Asia	5.6	5.6	4.2	4.3
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	7.9	8	6.9	6.7
Africa	5.9	6.5	6.4	6.4
Sub-Sahara	6.4	7.2	6.6	6.8
Europa Central e do Leste	6.6	5.6	4.6	4.5
Estados independentes da Commonwealth	8.2	8.6	7.8	7.2
Russia	7.4	8.1	7.7	7.3
Excluindo Russia	10.2	9.7	7.8	7
Asia em Desenvolvimento	9.9	10	8.4	8.4
China	11.6	11.9	9.7	9.8
India	9.8	9.3	8	8

Fonte: World Economic Outlook, Julho 2008

9. Para o ano 2009, espera-se a continuação do abrandamento do crescimento mundial que começou em 2006. Face a conjuntura de mercados que se vive actualmente, espera-se uma ligeira contração do produto global em 0,2pp face ao crescimento anual previsto para 2008, cerca de 3,9% no final de 2009.

Economias Avançadas

10. O abrandamento da economia Mundial, será induzido pelo desempenho das grandes economias desenvolvidas. O produto destas economias irá recuar 0,3pp face ao crescimento anual previsto para 2008, situando-se em 1,4% em 2009. Os **Estados Unidos da América** e a **Zona Euro**, afectarão negativamente o crescimento da economia mundial, reduzindo o seu crescimento em 0,5pp face ao crescimento previsto para 2008.

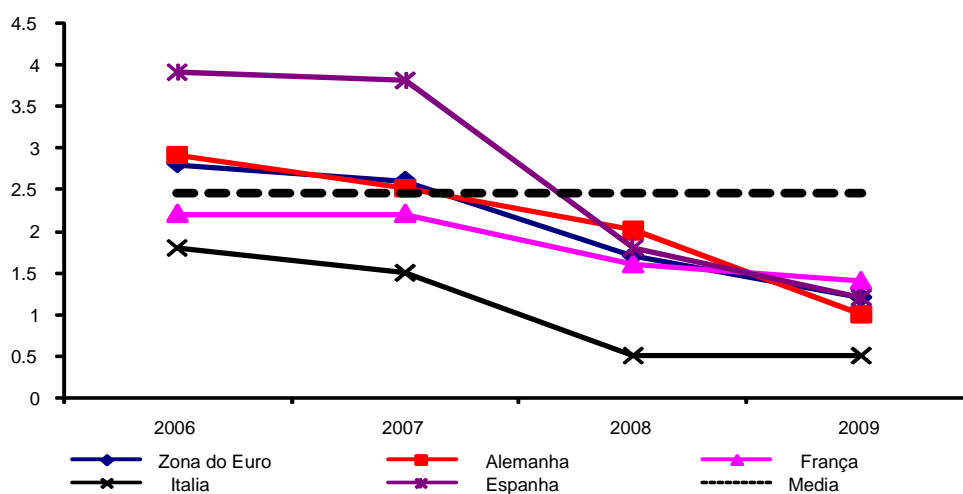


11. O produto das economias avançadas, tem crescido a uma taxa média de 2,5% ao ano, e com o constante agravamento dos preços dos combustíveis e a crise no mercado financeiro Norte-americano, está previsto para 2008 e 2009, um crescimento muito abaixo desta média.

12. As outras grandes economias desenvolvidas, também registarão um crescimento abaixo da média, destacando-se o **Reino Unido** que decresce 0,1pp face a previsão para 2008; o **Japão** que mantém a taxa de 1,5% para 2008 e 2009; e o **Canadá** com uma previsão de crescimento de 0,9pp acima do previsto para 2008. As **outras economias desenvolvidas**, sofrem uma baixa na taxa de crescimento do produto em 1,3pp em 2009 face a 2008.

Zona Euro

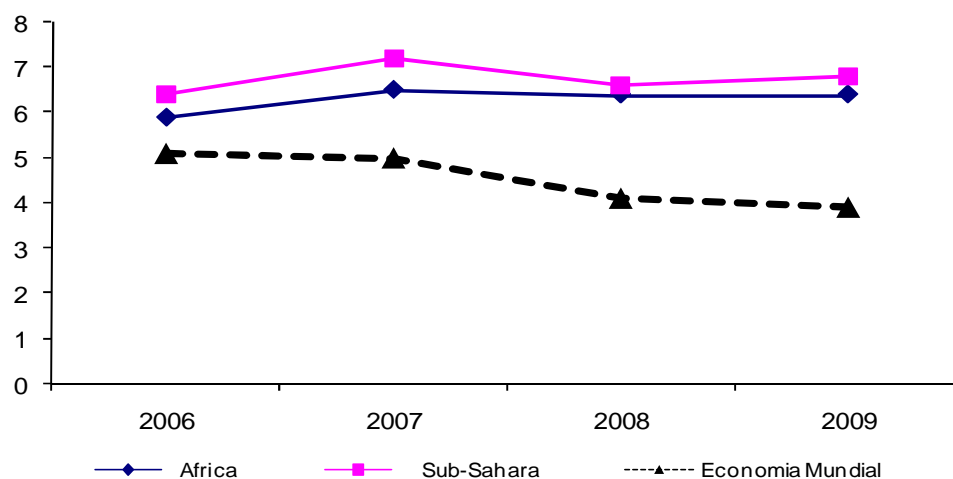
13. A maior economia europeia, tem registado consecutivos decréscimos, arrastando consigo toda a Europa. Para 2009, está prevista uma contração de crescimento da **Alemanha** em 1pp, ou seja, 2% em 2008, para 1% em 2009. A segunda maior queda, regista-se na economia da **Espanha**, cerca de 0,6pp, saindo da previsão de 1,8% em 2008, para 1,2% em 2009. Por último a **França** com uma previsão de menos 0,2pp face a previsão anual de 2008.



Economias Emergentes e em Desenvolvimento

África

14. As economias emergentes e em desenvolvimento vêm registando ritmos de crescimento acelerados apesar dos recentes desenvolvimentos no mercado financeiro. O continente africano tem registado elevadas taxas de crescimento, numa média de 7% ao ano.



15. Para o ano 2008 e 2009, prevê-se uma taxa de crescimento do produto na ordem dos 6,4% para o Continente Africano; significando 2,3pp e 2,5pp acima do crescimento da economia mundial. África Sub-Sahariana, mantém a robustez de crescimento, estando previsto um crescimento do produto em 6,8% em 2009, mais 0,2pp em relação a 2008. Nesta região destaca-se o crescimento de **Moçambique** e **Angola**, com taxas médias em relação ao PIB, acima dos 7%.

Ásia

16. Continuam na liderança deste grupo de países a **China** e a **Índia** cujo crescimento situar-se-á em torno de 9,7% e 8,0%, em 2008, respectivamente. E para 2009, perspectiva-se a continuação deste ritmo, nos níveis de 9,8% e 8,0% em 2009, respectivamente.

Preços

17. A taxa de inflação continua a ser preocupação, por afectar negativamente o desempenho sócioeconómico e ameaçar a estabilidade macroeconómica. Na segunda metade de 2008, alguns produtos no mercado internacional estão com variações muito incertas, estando a registar subidas e descidas de preços em intervalos de tempo aleatórios, *tornando 2009 uma incerteza*.
18. A média do preço de petróleo nos EUA era de \$71.13 por barril em 2007; o preço médio previsto para 2008 é de \$116.50 por barril, e \$125.00 em 2009.

Preço de Mercadorias

	2006	2007	Projeção	
			2008	2009
(variação Percentual)				
Preço de Mercadorias (U.S. dollars)				
Petroleo ¹	20.5	10.7	63.8	7.3
Não Petrolíferos (Média baseada no peso de produtos exportados)	23.2	14.1	14.6	-5.2
Índice de Preço no Consumidor				
Economias Avançadas	2.4	2.2	3.4	2.3
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	5.4	6.4	9.1	7.4

Fonte: World Economic Outlook, Julho 2008

1.

¹ Média simples do preço de Brent em Londres, Dubai, e West Texas Intermediate crude oil.

19. Apesar da incerteza no mercado petrolífero, vários governos estão a pôr em marcha planos de acção para conter a subida de preços de produtos não petrolíferos nas suas economias e como consequência uma contenção no mercado internacional. Sendo assim, está prevista uma redução em 5,2% em 2009.

20. Igualmente se espera uma redução da taxa de inflação na economias avançadas, Emergentes e em Desenvolvimento em relação a previsão para 2008. (quadro acima)

Preços de petróleo VS Indicadores Macroeconómicos em 2009

21. O tamanho da economia moçambicana, faz com que ela seja muito susceptível a envolvente económica internacional. Um dos factores que afecta a economia moçambicana é a alta de preços de produtos petrolíferos e de mercadorias básicas no mercado internacional,

22. A incerteza quanto ao comportamento do mercado petrolífero, poderá condicionar a execução do Plano Económico e Social de 2009, sobretudo no que se refere ao crescimento económico, controle da inflação e execução da política fiscal.

23. Moçambique se encontra no grupo de países, cujo impacto global da alta de preços de combustíveis e cereais no rendimento real das famílias é de mais de 50%.

24. A alta de preços de alimentos, penaliza em grande medida o nível de vida das famílias pobres dos países em desenvolvimento. Este impacto é agravado pelos efeitos directos da alta de preços dos produtos petrolíferos consumidos pelas famílias, como também de efeitos indirectos captados pelos preços de bens e serviços que usam o petróleo como bem intermediário.

III. CONTEXTO SÓCIO-ECONÓMICO E DEMOGRÁFICO NACIONAL

III.1 OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO

25. O Governo de Moçambique tem vindo a empenhar-se fortemente na realização de acções para concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, compromissos internacionais assumidos na Declaração do Milénio em Setembro de 2000 assinada por 189 países, incluindo 147 Chefes de Estado e do Governo. Este quadro de monitoria do desenvolvimento humano, contempla 8 Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) correlacionadas a 21 metas¹ (anteriormente 14 metas) e 60 indicadores (anteriormente 48)², que realçam questões globais *que condicionam o desenvolvimento e o combate a pobreza*, relativos à paz, a segurança e desenvolvimento, bem como preocupações ligadas aos assuntos transversais (género, HIV/SIDA, ambiente), direitos humanos, democracia e boa governação.
26. O presente documento apresenta o progresso do alcance das metas do milénio, na base do relatório produzido sobre o progresso dos ODM em 2008, bem como, a sua previsão para 2009. Contudo, importa referir que uma vez que, os indicadores sugeridos nem sempre são possíveis de recolher anualmente, são usados como “proxy”, os indicadores estabelecidos na matriz estratégica do PARPA II. Espera-se que resultados mais actualizados no presente ano na base dos resultados de vários estudos, inquéritos (Inquérito de Indicadores Múltiplos, Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF)), Avaliação do Impacto Social da Pobreza (em parceria com Banco Mundial) e do Relatório de Avaliação do Impacto (RAI) (Meta PARPAII2009: RAI elaborado e publicado com avaliação do desempenho em relação aos indicadores deste instrumento).

Reduzir a Pobreza Extrema e a Fome

27. *A principal meta deste objectivo é de reduzir em metade a percentagem de pessoas que vivem em extrema pobreza ou que sofrem de fome e garantir o emprego decente para todos³.*
28. A incidência da pobreza em Moçambique reduziu de 70% em 1997 para 54% em 2003. Para 2009, a meta preconizada no PARPA II é a redução da pobreza para 45% e 40% em 2015. Apesar dos avanços significativos em diferentes áreas, continuam enormes os desafios para reduzir a pobreza absoluta e para 2009 espera-se que o crescimento económico seja de 7% em 2009, o nível de inflação ronde a média dos 8%.
29. Relativamente ao emprego, segundo os dados do IFTRAB 2004/05, a taxa de emprego é de 18,7%. O desemprego registado nos Centros de Emprego, comparativamente a 2004, aumentou 25,4% em 2007⁴. Para estimular as

¹ De acordo com a Lista Oficial dos Indicadores dos ODM, Nações Unidas, efectiva a partir de 15 de Janeiro de 2008.

² Idem

³ Idem

⁴ Não estão disponíveis dados regulares sobre o emprego e desemprego, os dados mais abrangentes são os provenientes dos censos da população e de inquéritos nacionais que são realizados uma vez em cada 5 ou 10 anos respectivamente. Na

oportunidades de emprego tem se vindo a criar um ambiente favorável ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas e o apoio a iniciativas de auto emprego.

30. Entre 2005 e 2008, Moçambique foi atingido por desastres naturais agravando a situação de insegurança alimentar e nutricional das populações afectadas⁵. Relativamente a prevalência do baixo peso em menores de cinco anos e os níveis de malnutrição pode-se depreender que a “*Baixo peso por idade*” (BP), um dos indicadores de vigilância nutricional, reflecte a *percentagem de baixo peso por idade em crianças* menores de 5 anos mostram que os valores da percentagem do BP moderado e severo estão ainda acima do nível aceitável de 16% e da meta para 2009 (18%) e 17% definida para 2015. Os resultados desde 2001 mostram a tendência de sua redução gradual, apesar de não haver diferença significativa entre os dados do IDS 2003 (23.7%) e do SETSAN 2006 (25,5%). Relativamente a malnutrição crónica (IDS2003) afecta 45,7% de crianças na zona rural e 29.2 % na zona urbana.
31. Neste contexto, importa realçar que para que o País possa atingir este ODM1 e restantes dada a sua interligação, deverá continuar a promover o crescimento económico sustentável e abrangente com particular enfoque no crescimento da produção agrícola e do desenvolvimento rural, travar e inverter, com urgência, a incidência do HIV/SIDA, necessitará de melhorias na demanda, eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos básicos, investimentos em infra-estruturas básicas e sócio-económicas, criação de postos de trabalho, de aumentar as receitas do Estado, de reduzir a dependência da ajuda externa e de uma prontidão efectiva para as calamidades periódicas e naturais devastadoras e aos choques externos (a escassez e subidas dos preços dos alimentos (cereais) e dos preços dos combustíveis.

Atingir o Ensino Primário Universal

32. *A meta é garantir que até 2015, todos os rapazes e raparigas concluem um ciclo completo do ensino primário.*
33. Para o alcançar a educação universal, os esforços continuarão concentrados na expansão e consolidação da rede escolar para todos níveis de ensino de forma qualitativa, equitativa e sustentável, tratando as assimetrias regionais e, assegurando que as instituições ofereçam ambientes seguros e sensíveis ao género
34. Prevê-se que cerca de 4,5 milhões de alunos frequentem as escolas públicas do EP1 em todo o País o que significará um acréscimo de pouco mais de 394,4 mil alunos, correspondente a um crescimento de 9.4% em relação a 2008. Estes alunos serão matriculados em 10.060 escolas, que representam um crescimento de 4.1%. comparativamente a 2008. No Ensino Primário do 2º Grau (diurno), em 2009, o número de alunos irá crescer em cerca de

falta de dados mais abrangentes, tem se recorrido aos dados de fontes administrativas para quantificação dos trabalhadores ou dos desempregados, que são produzidos com regularidade pelos órgãos de administração do trabalho.

⁵ 2005: Cheias no Vale do Zambeze; chuvas irregulares e seca em todo o País; 2006: Terramoto com epicentro na região central do País; chuvas irregulares; 2007: ciclone Favio na zona centro, cheias no vale do Zambeze; 2008: ciclone Jokwe na zona costeira norte, cheias no vale do Zambeze, Pungue e Buzi, Queimadas Descontroladas em Manica e Sofala.

20.3% comparativamente ao ano de 2008, passando dos actuais cerca de 705 mil para 847,8 mil alunos

35. Em termos de cobertura escolar, prevê-se que a taxa líquida de escolarização no EP (EP1+EP2) seja de 102.4% (97.3%, 2008), sendo de 100.1% para raparigas (94.7%, 2008). A taxa de conclusão do ensino primário EP1 passou de 38.7(2003) para 72.6% (2007).

Promover a Igualdade do Género e a Autonomia das Mulheres

36. *A meta é reduzir as disparidades de género em todos os níveis do ensino até 2015, priorizando os níveis primário e secundário.*
37. Neste sentido, o Governo continuará a sensibilizar as comunidades para o ingresso da rapariga, no ensino com a idade oficial, de 6 anos de idade, reduzir os desequilíbrios de género aos diferentes níveis, em especial as metas referentes ao ensino primário do segundo grau (EP2) (com enfoque para os distritos que apresentam percentagem abaixo de 45% de presença da rapariga no ensino básico) e ao ensino secundário (ESG).
38. Para 2009, prevê-se que a taxa líquida de escolarização das raparigas aos 6 anos na 1ª classe seja de 76,0% (PARPAII2009:80%) contra 72.9% em 2008 e a de conclusão do EP2 pelas meninas seja de 44% contra 39.4% (2007).
39. Este cenário indica que a meta de se atingir a paridade de género no EP1 provavelmente será atingida antes de 2015.
40. A taxa de analfabetismo entre mulheres, embora ainda elevada tem vindo a diminuir ao longo do tempo. Em 1997 situava-se nos 74.1%, em 2003 decaiu para 68.8 % e em 2004 atingiu os 66.2%. De forma geral as mulheres são as maiores beneficiárias de programas de alfabetização em todas as províncias e são as que mais aparecem nos Centros de Alfabetização de Adultos.
41. A representatividade das mulheres ao nível do Parlamento é de 37,2%. Esta percentagem reflecte um aumento na ordem de 2% em relação ao mandato 1999-2004.
42. Para 2009 (PARPAII), prevê-se que índice de desenvolvimento do género seja de 0.4 contra 0.3 (2003). Contudo, para que se alcance as metas do ODM3 em 2015, atenção especial deve ser dada a continuidade de acções de sensibilização às raparigas e na redução dos desequilíbrios de género aos diferentes níveis e a integração dos conteúdos e abordagens de equidade de género nos *currícula* e materiais de ensino a todos níveis e bem como reforçar as Unidades de Género.

Reduzir a Mortalidade Infantil

43. *A meta define a redução em dois terços, até 2015, da taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos.*
44. Para atingir este objectivo, é necessário que Moçambique continue a reduzir a taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 anos de 277/1000 nados vivos em 1994 a 82/1000 nados vivos em 2015. A Taxa de Mortalidade

Infantil (TMI) diminuiu de 147 para 124 por 1.000 nascidos vivos⁶, enquanto que, a Taxa de Mortalidade em Menores de 5 anos (TM <5) desceu, entre 1997 e 2003, de 219 para 178 por 1.000 nascimentos vivos, espera-se que em 2009 (PARPAII) a meta passe para 140 por 1.000 nascimentos.

45. Em 2009, pretende-se atingir, em todos os antígenos, pelo menos 80% de cobertura vacinal em todos os distritos do país. Uma das intervenções que mais concorre para a redução da mortalidade infantil é através do reforço das actividades para eliminação do Sarampo e do Tétano Neonatal, erradicação da Poliomielite (DTP/Anti-pólio) e diminuição do peso da doença por Haemophilus Influenza tipo B (HB) (Meta PARPA II 2009:95% de cobertura com DPT3 e HB em crianças aos 0-12 meses).
46. Também será dada continuidade a expansão dos serviços de TARV pediátrico a todas as capitais provinciais e distritos, o reforço a monitoria do Crescimento e Desenvolvimento da criança através da introdução do Novo Cartão de Saúde da Criança e à expansão da Estratégia Atenção Integrada às Doenças da Infância (AIDI).

Melhorar a Saúde Materna

47. *A meta é reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna e garantir o acesso à saúde reprodutiva*
48. A mortalidade materna tem vindo a reduzir gradualmente de 1000 mortes por 100.000 nados vivos no início da década de 90 para 408 mortes por 100.000 NV (2003) e 163 mortes por 100.000 NV em 2007. O Rácio da Mortalidade Materna intra-hospitalar por 100.000 nados vivos decresceu de 234/100.000 NV em 1993 para 163/100.000NV em 2007. A implementação da Estratégia e Plano Nacional de Redução da Mortalidade Materna e Neo-Natal, a partir de 2000, conduziu a uma melhoria considerável do diagnóstico, referência e tratamento das complicações obstétricas, e consequentemente a um maior acesso a serviços de saúde de qualidade.
49. Este aumento no acesso está também espelhado no aumento da cobertura das consultas pré-natais (IDS2003:84.5%) (meta2009:78%), aumento do número de controlo por grávida e o aumento no planeamento familiar (2009:40%).
50. A taxa de cobertura de partos institucionais passa para 60% (Meta PARPAII:56%) contra 55% programado (2008). Os dados de colheita de rotina do Sistema de Informação para a Saúde (MISAU, 2007), indicam uma tendência ascendente da cobertura de partos assistidos por pessoal de saúde de 46.7% em 2004 para 53.8% em 2007. Quando se compara esta cobertura entre as províncias, a cidade de Maputo, Niassa, Inhambane e Sofala estão acima da média Nacional.
51. No âmbito da redução da mortalidade materna serão definidas estratégias e mecanismos para aumentar a as coberturas dos partos institucionais, consolidar e expandir os cuidados obstétricos de emergência, melhorar a qualidade da atenção durante a consulta Pré-Natal e no Parto, aumentar o

⁶ IDS, 1997 e 2003.

acesso ao planeamento familiar e reforçar a capacidade de planificação, monitoria e avaliação da Saúde Sexual e Reprodutiva /Saúde Infantil.

Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças

52. *A meta é travar até 2015 e iniciado a inversão do alastramento do HIV/SIDA. Até 2015, ter detido a incidência da malária e de outras doenças importantes e começando a inverter a tendência actual.*
53. HIV/SIDA constitui uma das grandes ameaças ao desenvolvimento de Moçambique. A prevalência do HIV entre jovens e adultos (15 a 49 anos de idade) aumentou de forma constante nos últimos anos, passando de 8.2% (1998) para 16.2% (2004) e 16% (2007).
54. O programa pretende consolidar as acções desenvolvidas em 2008, em particular, a melhoria da integração e a qualidade das actividades desenvolvidas. O TARV adulto, da criança e o PTV vão receber uma atenção especial. Espera-se que em 2009 (meta PARPAII), o número total de pessoas que beneficiam do TARV seja de 165.000. Continua a ser prioritário o aumento da qualidade e a adesão no TARV bem como a definição da melhor estratégia para os cuidados domiciliários e aconselhamento e testagem, reforço da assistência técnica ao nível das DPS e obrigatoriedade da realização dos encontros dos Comités de HIV/Sida, Tuberculose e Malária de modo que a análise seja sistemática e se tome medidas correctivas permitindo um crescimento sustentável e de qualidade do programa.
55. No que se refere a malária, um sério problema de saúde pública no País, contribuindo com cerca de 26% das mortes hospitalares. A principal estratégia no controlo desta doença está focalizada na prevenção e o tratamento precoce dos casos. A introdução da terapia combinada como primeira linha no tratamento da malária, prevê atingir 80% das mulheres grávidas com TIP (2009); as consultas pré-natais e o reforço da pulverização intra-domiciliária constituem as principais actividades a serem desenvolvidas em 2009. Espera-se que mais de 45% da população em 2009, tenha acesso a pulverização intra-domiciliária. A informação actual indica que há aumento da cobertura destes serviços no seio da população de 22% (2005) para 35%(2007).
56. Outro problema grave de saúde pública para Moçambique é a tuberculose cuja meta é de até finais de 2015 reduzir a prevalência de 298 para 149 casos por cada 100,000 habitantes e ainda reduzir a mortalidade de 36 para 18 mortes em cada 100.000 habitantes em 1990 e 2015 respectivamente.
57. Em 2009, no controlo da tuberculose, pretende-se concentrar esforços na melhoria da taxa de despiste desta doença, pois, os indicadores do programa revelam que 49% dos casos esperados são diagnosticados e 82% destes, são curados. Ainda, há necessidade de reforçar a integração entre os Programas de Tuberculose e HIV/SIDA, tomando em consideração os dados recolhidos que indicam que cerca de metade (50%) dos pacientes com TB são HIV positivos.

Garantir a Sustentabilidade Ambiental

58. *A meta é integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas sectoriais e inverter a perda dos recursos ambientais;*
59. *Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável a água potável.*
60. Relativamente a sustentabilidade ambiental nos últimos anos, registaram-se avanços significativos na abordagem da questão ambiental como assunto transversal com destaque no processo de elaboração do PARPA II (2006-2009). Com a aprovação em 2007 da Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável de Moçambique (EADS-Moç), do Plano de Acção de Adaptação às Mudanças Climáticas e do Controlo e Combate à Erosão de Solos e Queimadas Descontroladas, a Política e a Lei de Planeamento e Ordenamento Territorial, bem como a conclusão do Inventário Florestal Nacional e a incorporação da componente ambiental nos planos de actividades de outros sectores governamentais. Neste contexto, em 2009, pretende-se dar continuidade ao esforço de integração dos princípios de sustentabilidade aos diferentes sectores e aos vários níveis, quer concebendo e disseminando estratégias e programas, assim tomar iniciativas de lei e regulamentação das leis já aprovadas.
61. Relativamente ao acesso água potável sobretudo nas zonas rurais tem-se registado um aumento significativo. A proporção da população com acesso a água potável passou de 37.1% (2001), 35.7%(2003) para 48.5% em 2007. Esta realização permitiu aumentar o acesso a água segura a 190.500 pessoas, vivendo em zonas rurais no País. A taxa de cobertura nas zonas urbanas passou de 31.2% (2000), 36% (2004) para 45% em 2008.
62. As metas previstas para 2009 de cobertura de água rural é de 55%, estando prevista a construção e reabilitação de 2.439 fontes (I sem.2008:512 fontes construídas e reabilitadas) que beneficiarão a 1.219.500 pessoa adicionais (I sem.2008:190.500 pessoas). Ao nível urbano, planifica-se executar 27.518 novas ligações domiciliárias e 219 fontanários públicos, estimando-se que mais 260.000 pessoas serão abastecidas com água potável.
63. Relativamente ao saneamento básico, nas zonas rurais, foram construídas e contabilizadas ao nível nacional 25.638 latrinas melhoradas correspondendo a uma taxa de cobertura de 39% (2007). Ao nível do saneamento urbano foram construídas 26.429 latrina melhoradas, o que corresponde a uma taxa de cobertura de 47.3% (2008).
64. Para 2009, as acções no âmbito do saneamento, serão dirigidas para todo o País e incluirão a elaboração de estudos e projectos executivos de obras de drenagem e saneamento para as zonas urbanas, a construção de latrinas melhoradas nas zonas peri-urbanas e nas zonas rurais, serão realizadas acções de promoção de boas práticas de higiene junto à população beneficiária e construção de latrinas de demonstração nos distritos. Em relação às zonas peri-urbanas, está prevista a realização de visitas de monitoramento aos projectos de latrinas melhoradas e construção de 10.926 latrinas melhoradas (Isem2008:2.812 latrinas construídas e contabilizadas, abrangendo 14.060 pessoas) e para as zonas rurais, estão previstas campanhas de educação para higiene, construção de centros de

demonstração, bem como a construção de 25.935 latrinas (Isem2008:5.859 latrinas construídas e contabilizadas, beneficiando cerca de 29.295 pessoas).

Criar uma Parceria Mundial em Prol do Desenvolvimento

65. *A meta é desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório, incluindo um compromisso em relação à boa governação, desenvolvimento e redução da pobreza.*
66. Governo irá prosseguir com acções tendo em vista o relacionamento privilegiado e diversificado com todos os parceiros de desenvolvimento com vista a materialização dos seus planos e programas através de:
- i. Promoção das relações de amizade, solidariedade e cooperação com todos os Estados, baseadas no respeito mútuo pela soberania e integridade territoriais, igualdade, não ingerência nos assuntos internos e reciprocidade de benefícios;
 - ii. Reforço da cooperação bilateral e multilateral com outros países e organizações internacionais através da realização e recepção de visitas a todos os níveis, do estabelecimento e/ou realização de comissões mistas e/ou consultas anuais, e através da participação em conferências internacionais;
 - iii. Prosseguimento da actividade diplomática, visando a mobilização de recursos materiais e financeiros para apoiar a implementação de programas e projectos de erradicação da pobreza e assegurar o crescimento económico no âmbito da expansão do PARPA II;
 - iv. Prosseguimento com a actividade diplomática para obtenção do perdão total da dívida moçambicana junto à vários parceiros internacionais, incluindo o diálogo, monitoria e avaliação no âmbito do apoio programático com os Parceiros do Apoio Programático (PAPs) através dos processos de Revisão Conjunta Anual e Semestral;
 - v. Desenvolvimento de actividades de divulgação, monitoria, avaliação e implementação de programas e iniciativas no âmbito da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) a nível nacional, o Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP) e dos Observatórios de Desenvolvimento (OD) ao nível nacional e provincial.

III.2 IMPACTO DEMOGRÁFICO DO HIV-SIDA

67. Neste capítulo, foi concluído e publicado o relatório da Ronda da Vigilância Epidemiológica referente ao ano de 2007 realizado com o objectivo de estimar a prevalência do HIV. Foram testadas 10.757 mulheres grávidas nas suas primeiras consultas pré-natais, em 36 postos sentinela de igual número de unidades sanitárias de todo o país.
68. No geral, o resultado das análises feitas leva a concluir que parece haver uma tendência de estabilização da pandemia, na casa dos 16%. A região Sul mostra uma tendência ainda crescente da pandemia e, pela primeira vez atingiu a mais alta prevalência do país. Contudo, na região norte a estabilidade da doença está ocorrendo a níveis relativamente inferiores, comparado com a região centro.

69. Portanto, a forma como a pandemia tem estado a evoluir é bastante alarmante nos últimos tempos, na região Sul, comparativamente às do Centro e do Norte do País. A título elucidativo, de 2001 a 2007, a prevalência do HIV/SIDA em mulheres grávidas na região sul aumentou 37% em 9 Postos Sentinela. O mesmo indicador, na região Centro evoluiu 3% em 15 Postos Sentinela, enquanto que na região Norte evoluiu 7% em 10 Postos Sentinela.
70. A prevenção, a manutenção das condições básicas para o prolongamento da vida dos infectados e a mitigação dos efeitos da pandemia são acções extremamente importantes previstas na estratégia nacional do combate ao HIV/SIDA, para um crescimento económico sustentável e para a redução da pobreza. Com efeito, as unidades sanitárias que oferecem serviços de PTV tem estado a crescer para mitigar o impacto desta pandemia. Em 2007 havia 386 Unidades de Saúde e actualmente existem 504 Unidades Sanitárias (I Semestre, 2008), representando um crescimento de 30.6%. Outrossim, o TARV e o PTV estão a abranger um maior número de utentes, pois até 30 de Junho do corrente ano, 105.536 doentes estavam em TARV contra 7.456. em 2004 , enquanto que em relação ao PTV, até Junho de 2008 foram testadas, 186.922 mulheres grávidas das quais 28.735 foram positivas. Com base na análise do desempenho clínico dos técnicos de Medicina iniciou-se a revisão dos vários algoritmos clínicos e a preparação de novos módulos para consolidar a formação.
71. Dados recentes estimam que 350 pessoas contraem novas infecções do HIV por dia no país. As projecções mais recentes prevêem que em 2008 o número de novos casos de SIDA atinja 430.000 e 1,46 milhões de pessoas infectadas pelo vírus, principalmente nas faixas etárias dos 15 aos 49 anos, onde as mulheres se afiguram as mais vulneráveis.
72. Os órfãos maternos devido ao SIDA têm estado a aumentar, enquanto que os órfãos cujas mães morrem por outras causas tendem a reduzir. Outra consequência do SIDA é a redução da esperança de vida ou longevidade vital da população. Num cenário de ausência do SIDA estima-se que a esperança de vida ao nascer, no país, passe de 44 anos em 1999, para 50 anos em 2010. e se considerarmos o efeito da pandemia, a longevidade vital dos moçambicanos poderá decrescer consideravelmente, no futuro.
73. A faixa etária mais vulnerável é a dos jovens e muito em particular as raparigas. A mortalidade causada pelo SIDA está a mudar a estrutura populacional devido a um súbito decréscimo no número de adultos acima dos 30 anos facto que tem efeitos incalculáveis no tecido sócio-económico do País. Tendo em conta que a população de Moçambique é ainda bastante jovem, (45% da população tem a idade inferior a 15 anos), os níveis actuais de evolução do HIV/SIDA sugere a concentração de esforço em acções preventivas nas camadas mais jovens com vista a salvaguardar novas gerações livre de HIV/SIDA.
74. Devido a esta pandemia, prevê-se que a população em idade escolar, bem como a que frequenta já a escola diminua, pondo assim, em causa a capacidade do sistema educativo de responder ao seu mandato de formação de capital humano com capacidade para produzir e inovar cada vez mais e assegurar o crescimento social e económico do país.

75. As análises das implicações do HIV/SIDA para o crescimento económico indicam que as taxas anuais de crescimento do PIB per capita estariam entre 0,3% e 1,0% mais baixas que num cenário sem SIDA, durante o período de 1997 e 2010 com efeitos mais fortes no período de 2005 a 2010. As causas principais de redução do crescimento são: (1) reduzida taxa de crescimento da produtividade, (2) reduzida taxa de crescimento populacional e de acumulação de capital humano, e (3) rácio reduzido de acumulação de capital físico.

76. Dependendo do tempo e da gravidade com que a pandemia do HIV/SIDA se fizer sentir ao longo dos anos, os impactos resultantes terão efeitos cumulativos danosos a longo prazo na economia nacional.

III.3 PRINCIPAIS OBJECTIVOS DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL

77. Em 2009 os esforços no quadro da condução da política macroeconómica continuarão a ser orientados visando a sustentação dos ritmos de crescimento económico registados nos últimos anos, a estabilização do índice geral dos preços internos, e o aumento da competitividade das exportações domésticas.

Pressupostos Macroeconómicos

	2008	2009	2010	2011
PIB (nominal; milhões de USD)	9,728	10,468	11,149	12,299
PIB (nominal; bilhões de MZM)	234,764	266,572	300,118	337,886
Taxa de crescimento real do PIB (%)	6.5	6.7	7.0	7.0
Inflação Média Anual (%)	9.8	8.0	9.9	6.2

78. Estes objectivos serão prosseguidos não descurando a envolvente macroeconómica regional e internacional marcada essencialmente pela prevalência de pressões inflacionárias em face da contínua subida dos preços dos combustíveis e dos alimentos no mercado internacional, a remoção de barreiras tarifárias no quadro da integração regional na SADC e a deterioração dos termos de troca internacionais.

79. O sector público continuará a apostar na expansão de investimentos em infra-estruturas, para catalizar cada vez mais o sector privado. Também vai consolidar a aplicação do Fundo de Investimentos de Iniciativa Local (FIIL), por forma a que contribua para o crescimento da produção rural e para a erradicação efectiva da pobreza absoluta.

80. Assim, o Plano Económico e Social para 2009 define como principais objectivos os seguintes:

- i. Alcançar um crescimento económico de cerca de 7%.
- ii. Conter a taxa de inflação média anual de cerca de 8.0%;
- iii. Atingir um nível de USD 2,926 milhões de dólares, em exportações de bens, o que representará um crescimento em 8.9% comparativamente ao valor projectado para finais de 2008.

- iv. Atingir um nível de reservas internacionais líquidas que financiem cerca de 5 meses de importações de bens e serviços não factoriais, excluindo os mega-projectos;
- v. Prosseguir com a criação de condições que tornem atractivo o investimento em Moçambique, salvaguardando, no entanto, uma correcta gestão do meio ambiente;
- vi. Melhorar a quantidade e qualidade dos serviços públicos de educação, saúde, água e saneamento, estradas e energia;
- vii. Continuar com a Descentralização do Orçamento do Estado para os Distritos.

III.4 PRODUÇÃO GLOBAL

81.A Produção global e sectorial para 2009 aponta para um crescimento de 8.6%. Para o alcance deste resultado será determinante o desempenho esperado na agricultura, construção e nos transportes e comunicações.

82.aumento da produção agrícola e pecuária irá resultar da operacionalização do Plano de Acção para a Produção de Alimentos (2008-2011), com vista eliminar o défice nos principais produtos alimentares e reduzir as dependências de importações, num contexto mundial de crise de alimentos.

PRODUÇÃO GLOBAL - Taxas de Crescimento em (%)

PRODUÇÃO	2008 PL	2009 PL
AGRICULTURA, PECUÁRIA E SILVICULTURA	7.1	16.9
Agricultura	7.5	14.9
Pecuária	6.3	40.9
Silvicultura e Exploração Forestal	2.5	2.0
PESCA	4.4	5.0
IND. EXTRACÇÃO DE MINERAIS	30.0	-0.2
INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	4.1	3.0
ELECTRICIDADE E ÁGUA	2.9	7.0
CONSTRUÇÃO	9.0	10.0
COMÉRCIO	4.6	6.0
SERVIÇOS DE REPARAÇÃO	0.8	10.0
RESTAURANTES E HOTEIS	9.4	3.7
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	22.7	12.0
SERVIÇOS FINANCEIROS	3.2	5.0
ALUGUER DE IMÓVEIS	2.4	4.0
SERVIÇOS PRESTADOS A EMPRESAS	4.9	4.0
SERVIÇOS DO GOVERNO	9.3	9.0
OUTROS SERVIÇOS	0.1	4.0
TOTAL PRODUÇÃO	8.4	8.6

83.Estão igualmente previstos crescimentos significativos no sector da construção, com a realização de investimentos em infra-estruturas, visando a conclusão das obras programadas no Programa Quinquenal do Governo.

84.A produção global da economia tem como alicerces, o esforço conjunto do Governo, sector privado e outros agentes de desenvolvimento, no quadro da luta contra a pobreza absoluta.

III.5 SECTOR MONETÁRIO E CAMBIAL

85. Em 2009, a política monetária será orientada tendo em vista os objectivos finais de política económica do Governo, nomeadamente, inflação de um dígito e crescimento real do Produto Interno Bruto de cerca de 7.0%.
86. Os principais objectivos intermédios da política monetária tomam por base uma expansão anual da oferta monetária não superior a 17.3% e um crescimento anual do crédito à economia na vizinhança de 15.0%. O programa monetário prevê ainda um desgaste de Reservas Internacionais Líquidas de USD 35 milhões, comparativamente ao valor projectado para finais de 2008, de modo que o seu saldo em Dezembro de 2009 atinja os USD 1,511 milhões, equivalente a cerca de 5 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais, excluindo os mega-projectos.
87. A execução da política monetária continuará a priorizar os instrumentos disponíveis nos mercados interbancários, tendo em vista assegurar uma expansão da base monetária – variável operacional da política monetária – de cerca de 12.0%, enquanto que se prevê que o Estado constitua uma poupança líquida junto do sistema bancário nacional de 179 milhões de Meticais. Assim, como resultado, espera-se que o crédito bancário à economia possa continuar a crescer, mas a um ritmo menos acelerado do que o proevisto para o ano de 2008, o que sustenta o ligeiro desgaste de reservas externas, conforme já referido.

Programa Monetário

	Dez-08 Programa	Dez-08 (Prog. Revisto*)	Dez-09 (Programa)
salDOS em milhões de MZN, excepto RILs (Milhões de USD)			
Reservas Internacionais Líquidas (RILs)	1,354	1,546	1,511
Base Monetária	17,824	19,625	22,002
Crédito ao Governo (Líquido) _{Sistema} – Fluxo	1,760	-552	-179
Dinheiro e Quase-Dinheiro (M3)	71,854	81,689	95,826
Crédito à Economia _{Sistema}	46,773	38,752	44,564
variação anual (em percentagem)			
Dinheiro e Quase-Dinheiro (M3)	15.4	21.7	17.3
Base Monetária	11.3	10.1	12.1
Crédito à Economia _{Sistema}	30	25.5	15

*Programa revisto com base no desempenho do primeiro semestre de 2008.

88. Associado à estabilidade macroeconómica, a política monetária e financeira continuará a ser orientada com vista a consolidar a estabilidade do sector financeiro, melhoria da eficácia do Sistema Nacional de Pagamentos, maior operacionalidade dos mercados interbancários e prossecução da extensão da intermediação financeira para as zonas rurais. Dando seguimento às acções iniciadas em 2008, estão previstas, neste quadro, as seguintes acções de carácter estrutural para o ano de 2009:

- i. O aprofundamento das reformas nos mercados interbancários, nomeadamente, monetário e cambial, através da modernização dos seus instrumentos e produtos, principais meios de execução da política

- monetária, de forma a assegurar maior eficácia na regulação da liquidez, elemento indispensável para o controlo da inflação;
- ii. Adopção das Melhores Práticas Internacionais de Gestão das Reservas Externas;
 - iii. No âmbito da supervisão bancária, continuar a dar prioridade às acções inseridas no quadro do reforço da estabilidade do sistema financeiro, tomando como base as melhorias registadas nos rácios de gestão prudencial, ao longo dos últimos anos;
 - iv. No que concerne à estratégia da bancarização do país, continuar a criar condições que permitam uma rápida expansão dos serviços e instituições financeiras para as zonas rurais do país. Neste sentido prevê-se a divulgação da legislação atinente às microfinanças e dos incentivos da bancarização para as zonas rurais, bem como persuadir as instituições de crédito para ajustarem-se as perspectivas das autoridades, tirando benefícios dos incentivos já divulgados no ano de 2007 pelas autoridades;
 - v. Implementação do Sistema de Compensação de Grandes Valores (RTGS), que é um sistema de pagamentos moderno, visando, essencialmente, a redução do tempo dispendido na realização das transacções financeiras. Este sistema tem como principais vantagens a disponibilização de fundos que passará a ser feita em tempo real e a redução de riscos de crédito, liquidez e sistémico.
 - vi. Criação da sociedade interbancária de serviços. Esta Sociedade permitirá a partilha da infra estrutura de rede de banca electrónica pelos vários intervenientes, a redução dos custos de transacção em ATM, o maior acesso/disponibilidade de serviços de banca electrónica pelos clientes bancários e a massificação do uso de POS.
 - vii. Elaboração do código de conduta sobre *corporate Governance* para o sistema bancário e monitoria da sua aplicação;
 - viii. Elaboração da proposta de regulamentação necessária e adequada à prevenção e combate ao branqueamento de capitais;
 - ix. Implementação da lei cambial a ser aprovada e que irá dotar o mercado de maior flexibilidade nas operações com o exterior.
 - x. Dar continuidade ao processo de consolidação da implementação dos padrões internacionais de relatórios financeiros a nível do sistema financeiro;
 - xi. Prosseguir com os esforços visando melhor o modelo de Política Monetária em uso, através do aperfeiçoamento dos modelos de previsão de indicadores macroeconómicos de modo a garantir que as decisões tomadas pelo comité de Política Monetárias sejam as mais correctas e reflectam mais fielmente o comportamento da economia;
 - xii. A nível regional, continuar a contribuir para que os objectivos de integração e convergência macroeconómica definidos na SADC sejam alcançados, particularmente no que se refere à inflação, harmonização de procedimentos e quadro legal que governa os bancos centrais da região.

III.6. INFLAÇÃO

89. Para 2009, prevê-se que a taxa de inflação média se situe na banda de um dígito, atingindo em média 8,0%.
90. Os dados referentes ao período de Janeiro a Julho de 2008, indicam que a taxa acumulada de inflação, medida pelo índice de preços *MaBeNa* (compilação conjugada dos Índices de Preços das três grandes cidades do País Maputo, Beira e Nampula) foi de 1,17%, menos 3pp em relação a 2007.

Taxa de Inflação Acumulada

	Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
MaBeNa	2007	1,4	2,8	3,2	3,8	4,3	4,0	4,2	4,9	5,2	6,6	8,6	12,1
	2008	2.47	5.13	5.81	6.28	6.05	6.19	1.17					
Maputo	2007	0,7	0,6	1,6	2,8	3,8	3,7	3,9	4,5	4,3	5,3	7,3	10,3
	2008	1.00	3.10	3.22	3.68	3.67	3.80	4.19					
Beira	2007	2,5	4,9	6,1	6,2	6,6	3,7	3,3	3,4	5,6	6,8	9,5	14,8
	2008	5.80	10.69	11.92	11.38	9.59	8.06	9.81					
Nampula	2007	1,7	5,1	3,8	3,8	3,3	4,7	5,5	6,9	6,6	8,8	10,4	13,3
	2008	2.38	4.21	5.44	6.76	7.42	8.97	10.39					

Fonte: INE

91. Para a cidade de Maputo, a inflação acumulada até Julho é de 4,19%, mais 0,2pp em relação a 2008. A cidade da Beira está a registar uma taxa de inflação muito acelerada, até Julho de 2008, registou uma taxa de inflação acumulada de 9,81%, cerca de 6,4pp acima da taxa verificada no mesmo período de 2007. De Janeiro a Julho de 2008, a Cidade de Nampula teve um aumento de preços acumulado na ordem de 10,4%, cerca de 5pp acima do registado no mesmo período de 2007.

III.7. BALANÇA DE PAGAMENTOS

92. Estimativas preliminares para 2009 indicam que as exportações atingirão USD 2,926 milhões, o que representará um crescimento em 8.9% comparativamente ao valor projectado para finais de 2008. Este ritmo de crescimento será determinado pelas exportações dos grandes projectos que poderão crescer em 10.8%, num cenário em que as exportações de produtos tradicionais poderão crescer em 2.5%.
93. Relativamente aos produtos tradicionais, o destaque vai para:
- i. Algodão, face à expectativa de aumento da quantidade exportada da fibra natural produzida no país, reforçada com a previsão de aumento do respectivo preço no mercado internacional;
 - ii. Açúcar, perante a previsão de aumento do volume de exportações para o mercado preferencial europeu, no âmbito das reformas impostas pela União Europeia;
 - iii. Tabaco processado, bem como do tabaco em bruto, com realce para a quantidade do processado, dado que este confere maiores ganhos no mercado internacional.

94.No concernente às importações projectadas para 2009, prevê-se um aumento de 4.3%, atingindo um montante total de USD 3,928 milhões, como resultado do aumento das importações dos grandes projectos em 10.2% e das importações dos outros sectores da economia em 3%. As projecções apontam para um ganho de peso das importações dos grandes projectos em 1 ponto percentual, passando para 19% (USD 764 milhões) em 2009 contra 18% (USD 693 milhões) previstos até o final de 2008.

95.A previsão do aumento do valor das importações de outros sectores da economia, será devido aos seguintes factores:

- i. Incremento do valor das importações de matérias-primas e bens intermédios, com destaque para os combustíveis;
- ii. Crescimento do valor das importações de bens de consumo, com destaque para cereais devido a manutenção de alta dos respectivos preços internacionais.

Conta Parcial de Bens – 10⁶ USD

Descrição	2008	2008	2009
	Programa	Programa Rev**.	Programa
Conta Parcial de Bens	-642	-1.077	-1.002
Exportações	2,632	2.688	2.926
das quais: G. Projectos	1,719	2.053	2.275
Importações	-3,274	-3.765	-3.928
das quais: G. Projectos	-607	-693	-764

** Programa revisto com base no desempenho do primeiro semestre de 2008.

96.Relativamente à dívida externa, prevê-se que o sector público registre um financiamento externo num montante total equivalente a USD 569 milhões em 2009 contra USD 563 milhões previsto para 2008 e reembolse USD 18 milhões em 2009 contra USD 16 milhões durante o ano de 2008 (aumento da responsabilidade líquida em USD 4 milhões).

97.Por seu turno, espera-se que o sector privado solicite empréstimos externos na ordem de USD 386 milhões - dos quais USD 261 milhões solicitados pelos grandes projectos - o que representará um aumento de USD 117 milhões comparativamente ao total projectado para 2008 e reembolse USD 429 milhões - dos quais USD 266 milhões à cargo dos grandes projectos - mais USD 39 milhões comparativamente ao total previsto para 2008.

98.No que concerne ao fluxo líquido de investimento directo estrangeiro, prevê-se para 2009 um crescimento em USD 32 milhões, comparativamente ao previsto para 2008, o que se traduzirá numa entrada líquida de recursos na ordem de USD 489 milhões, dos quais USD 285.8 poderão ser realizados por empresas que não pertencem à categoria de grandes projectos.

IV. PRINCIPAIS LINHAS DE DESENVOLVIMENTO POR PILAR

IV.1 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

A. AGRICULTURA

PRODUÇÃO AGRÍCOLA, PECUÁRIA E SILVICULTURA

99. As previsões de áreas cultivadas e produção agrícola apresentadas neste documento são preliminares, dado que ainda não foram recolhidos os dados de prognóstico da estação chuvosa para a campanha 2008/09.
100. Estimativas preliminares indicam um crescimento de 16.9% na produção agrícola global. Estes resultados irão resultar da intensificação da produção com a operacionalização do Plano de Acção para a Produção de Alimentos, o qual consiste na implementação acelerada da Revolução Verde em toda a cadeia de valor, concentrando acções do Governo e do Sector privado.
101. O aumento prognosticado deve-se, fundamentalmente, ao aumento previsto na produtividade e nas áreas de cultivo das culturas alimentares e na cana de açúcar e do aumento nas estimativas de produção de produtos para a Indústria.

Produção Agrícola Global (Taxas de crescimento em %)

	2008 PL	2009 PL
TOTAL	7.5	14.9
EMPRESARIAL	12.0	31.7
FAMILIAR TOTAL	7.1	13.7
FAM. COMERCIALIZADO	5.1	14.5
AUTOCONSUMO	8.5	13.1

102. Para a campanha agrícola 2008/2009, prevê-se que a produção de cereais seja de 2 683 mil toneladas, contra 2 299 mil toneladas previstas para a campanha em curso, o que corresponde a um crescimento de 17%. As leguminosas (feijões e amendoim), deverão atingir um volume de 411 mil toneladas, crescendo assim em cerca de 7% em relação às 383 mil toneladas esperadas nesta campanha. A produção da mandioca prevê-se que cresça em 7%, atingindo 9 576 mil toneladas, contra 8 482 toneladas que são estimadas para esta campanha .
103. Espera-se que a produção da batata reno seja de 81mil toneladas, o que representa um crescimento de 2.5 % em relação à produção estimada da campanha 2007/08 que é de 79 mil toneladas

Plano de produção para a campanha 2008/ 2009

Culturas	Em regime Intensivo (Plano de Acção)	Em Regime Extensivo	TOTAL		T.C (%)	
	Prod (Ton)	Prod (Ton)	Área (ha)	Prod (Ton)	Área	Prod
Milho	65,000	1,789,062	2,238,143	1,854,062	44.8	10.5
Mapira		391,209	686,919	391,209	20.7	6.8
Mexoeira		48,040	155,971	48,040	50.0	4.3
Arroz (casca)	157,200	212,098	208,990	369,298	1.5	79.1
Trigo	21,300		11,350	21,300	511.1	600.0
Total Cereais	243,500	2,440,409	3,301,373	2,683,909	36.0	17.0
Feijões		251,729	813,010	251,729	69.0	5.0
Amendoim		158,600	463,095	158,600	40.3	11.2
Total leguminosas	0	410,329	1,276,105	410,329	57.0	7.0
Mandioca	24,000	9,576,292	793,323	9,600,292	2.3	13.2
Bata Reno	25,200	56,144	8,500	81,344	33.0	2.5

Fonte: MINAG 2008

104. O programa de intensificação prevê uma produção extra de cereais de 243 500 toneladas de cereais, 24 000 toneladas de mandioca e 25000 toneladas de Batata Reno.
105. Como corolário dos aumentos previstos na produção, a comercialização agrícola global registará um crescimento de 14.5%. O aumento previsto na comercialização, resultará da comercialização de produtos básicos alimentares, com um crescimento de 21.8%.

Produção Empresarial e Comercialização do Sector Familiar (Taxa de crescimento em %)

DESIGNAÇÃO	2008 PL	2009 PL
PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO	18.3	16.1
Castanha	14.3	1.5
Algodao	10.6	9.6
Copra	0.0	0.0
Cana de açúcar	41.1	44.6
Citrinos	3.7	0.0
Cha folha	0.0	3.3
PRODUTOS BASICOS ALIMENTARES	4.3	21.8
Milho	6.5	10.6
Arroz Casca	6.3	13.6
Mapira	7.3	8.9
Mandioca	6.6	11.2
Amendoim descascado	7.8	10.9
Feijao	7.4	7.2
Hortícolas	0.8	40.1
Cebola	0.5	68.7
PRODUTOS PARA A INDUSTRIA	0.1	16.3
Tabaco	0.0	10.4
Tomate	0.2	31.0
TOTAL	6.9	14.5

106. Os produtos cujo processamento se orienta para a exportação, registarão um crescimento de 16.1%, resultante da contribuição da da produção Cana de Açúcar de cerca de 3,488 mil toneladas, com o aumento de áreas de plantio, de 33 667 ha contra os 43 284 ha da campanha 2008/2009.

107. Apesar da destruição duma parte do parque cajuícola, com a ocorrência do ciclone Jokwé e queimadas descontroladas, como resultado dos melhores amanhos culturais e do controle de pragas e doenças, esperamos que sejam comercializadas em todo o país 98.000 ton. de castanha bruta, o que representa um crescimento de 1.5% em relação a campanha anterior. A acompanhar este crescimento esperamos que maiores transações ocorram a partir do falso fruto, com o fabrico e venda de bebidas e outras formas de aproveitamento.

108. A estimativa de produção e comercialização do algodão indica um crescimento de 9.6%, e atingirá 80 000 toneladas de algodão-carço contra 73 000 toneladas estimados em 2008. Esta projecção prevê uma produção de 30 400 toneladas de fibra.

109. Em relação aos citrinos prevê-se uma produção de 40 mil toneladas, mantendo-se a mesma estimativa em relação a campanha 2007/08.

Comercialização do Sector Familiar (Taxas de crescimento em %)

DESIGNAÇÃO	2008 PL	2009 PL
PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO	11.4	4.8
Castanha	14.3	1.5
Algodao	10.3	9.8
Cana de açúcar	18.8	44.3
PRODUTOS BASICOS ALIMENTARES	5.1	19.5
Milho	8.0	12.7
Arroz Casca	8.0	16.7
Mapira	8.0	9.5
Mandioca	8.3	13.7
Amendoim descascado	8.0	11.1
Feijao	7.9	7.5
Hortícolas	0.5	35.3
Cebola	0.6	70.6
PRODUTOS PARA A INDUSTRIA		11.1
Tabaco	0.0	9.6
Tomate	0.5	31.7
TOTAL	5.1	14.5

110. A comercialização de produtos básicos alimentares irá registar um crescimento global de 21.8%, sendo 14.5% para o sector familiar.
111. Irão se registar crescimentos significativos na comercialização de produtos alimentares do sector familiar, com destaque para a Mandioca que passará de 160,000 Ton contra 140,000 Ton de 2008, representando um crescimento de 14%.
112. A comercialização do milho projecta-se que seja de 400,000 Ton contra 355,000 Ton de 2008. Relativamente à comercialização do arroz, o plano é de 28,000 Ton para o ano de 2008. A comercialização do Amendoim será de 60,000 Ton, contra 54,000 Ton de 2008, representando um crescimento de 11.0%. Estes resultados, serão fundamentados pela implementação da Estratégia da Comercialização Agrícola (ECA/2006/09).

Produção Pecuária

113. A projecção pecuária para o ano 2009 tem como alicerces o aumento cada vez mais crescente do número de criadores pecuários, resultado da massificação da actividade de fomento pecuário levado a cabo pelo Governo e pelas ONG's que operam no nosso país.
114. A estimativa do efectivo de bovinos é de 1,867,250 cabeças para o ano de 2009, o que representará um crescimento de 6.7% face a 2008.

Efectivos Pecuários

DESIGNAÇÃO	Estimativa 2008	Plano 2009	T.C (%)
Gado Bovino	1,750,000	1,867,250	6.70
Gado Suíno	1,658,000	1,667,948	0.60
Caprinos	5,500,000	5,786,000	5.20
Galinhas	22,000,000	22,462,000	2.10

Fonte: MINAG 2008

115. Os efectivos da espécie suína continua a ser afectada pelos surtos frequentes de Peste Suína Africana o mesmo acontecendo com as galinhas que crescerão apenas 2,1% com os surtos da doença de Newcastle no sector familiar que predominantemente cria.

116. Espera-se que sejam produzidos e comercializados 15 mil toneladas de frango, no contexto do PAPA 2008-2011.

Comercialização Pecuária (Taxa de crescimento em %)

Produto	Unidade	Estimado 2008	PES 2009	T.C. (%)
Carne bovina	Ton.	7,500	8,250	10
Carne Suína	Ton.	873	960,3	10
C. frango	Ton.	7,863	15,000	90.7
Leite	Lt.	1,700,000	1,955,000	15
Ovos	Unid.	25,500,000	28,000,000	10

Fonte: MINAG 2008

117. No que concerne à produção de leite, serão produzidos cerca de 1,955,000 litros, correspondendo a um aumento de 15% em relação a 2008 (1,700,000 litros).

Silvicultura

118. O sector de silvicultura e exploração florestal registará um crescimento de 2.0%, esperando-se que a produção empresarial de madeira em toros atinja 158,426 m³, com o aumento de concessões com planos de manejo aprovado (e redução de numero de operadores a explorar em regime de licença simples), crescimento da indústria madeireira nacional, entrada de novas espécies no mercado e existência de um mercado favorável, por seu turno, um crescimento nas indústrias de processamento da madeira, nomeadamente de Madeira serrada, Parquete, Contraplacado e Folheados.

Projeções de Produção madeireira

Produto	Unidade	Projeção 2008	Projeção 2009
Toros	m ³	152.332	158.426
Madeira serrada	m ³	39.393	59.089
Parquet	m ²	3.329	3.362
Postes	m ³	3.956	4.035

Fonte: MINAG 2008

119. Adicionalmente, prevê-se aumento da produção de madeira serrada com a reclassificação de algumas espécies, para espécies de primeira classe (que se registou nos últimos anos), interditas de serem exportada em toros, facto que fará com que os operadores façam o processamento da madeira localmente e sejam exportados produtos com maior valor acrescentado.

MEDIDAS DE POLÍTICA

120. Para 2009, o sector propõem-se a aumentar a disponibilidade e o acesso aos insumos, promover a construção e reabilitação infra-estruturas agrárias, prover informação sobre os recursos naturais existentes, melhorar a fiscalização da exploração dos recursos naturais, desenvolver tecnologias que promovam o uso e maneiio sustentável dos recursos naturais e garantir a melhor transferência de tecnologia aos pequenos agricultores velando deste modo o aumento de produção agrária nacional, eliminação do défice dos principais produtos alimentares nos próximos 3 anos e reduzir a dependência das importações. Deste modo, serão desenvolvidas as seguintes actividades.

121. Aumentar a disponibilidade e o acesso aos insumos

- i. Projectar 158 feiras de insumos com enfoque para as culturas prioritárias para as duas campanhas agrícolas (1ª época – 88 e 2ª época 70), sendo: Cabo Delgado (12), Niassa (15), Nampula (31), Zambázia (31), Tete (13), Manica (9), Sofala (14), Inhambane (14), Gaza (10) e (9) para a província de Maputo;

Melhorar a disponibilidade de insumos agrícolas, através de:

122. Revitalização da produção de sementes, que consiste em:

- i. Produção de 970 toneladas de sementes básicas na campanha 2008/2009, sendo: Milho (315 ton) em Umbeluzi, Chókwè, Alto-molócuè e Sussundenga; Arroz (600 ton) em Chókwè e Zambézia; Trigo (20 ton); Soja (15 ton) em Nampula e Alto-molócuè e girassol (20ton) em Nampula e Alto-molócuè;
- ii. Produção de 7.563 toneladas de sementes certificada e garrantida na campanha 2008/2009, sendo: Milho (4000 ton) em Umbeluzi, Chókwè, Alto-molócuè, Sussundenga e Tete; Arroz (3000 ton) em Chókwè e Zambézia; Soja (150 ton) em Manica, Zambézia e Nampula, girassol (100 ton e 180.000 estacas) em Manica, Zambézia e Nampula; e Batata-reno (312.5 ton) em Manica e Tete.

123. Assistência aos produtores/associações

- i. Apoio aos pequenos produtores de arroz na selecção, tratamento e conservação de semente própria para campanhas seguintes;
- ii. Apoio às associações de produtores de semente na multiplicação e beneficiamento de semente (fornecimento de semente básica, inspecção e assistência técnica e apoio na aquisição de pequenas unidades de beneficiamento de semente).

124. Quanto a promoção de construção e reabilitação de infra-estruturas agrárias, será feita a manutenção e reparação de 3,000 ha, segundo a tabela a baixo.

Áreas de Irrigação por Província

Província	Distrito	Nome do regadio	Área (ha)
Maputo	Matutuine	Salamanga	300
	Manhiça	Ribangue	300
Gaza	Chókwè	Chókwè	2000
Zambézia	Nicoadala	M'ziva	100
	Maganja da Costa	Intabo	150
Nampula	Angoche	Angoche	150
Total			3000

Extensão Agrária

125. No que diz respeito a divulgação e disseminação de tecnologias agrárias:

- i. Será dada a continuidade de apoio aos produtores, prevendo-se assistir cerca de 500.700 produtores em todo o país (vide a tabela abaixo), (15% (75.105) famílias vão se beneficiar de material de plantio);

Distribuição da cobertura da extensão por província

Província	Número de extensionistas			Produtores a assistir 2009
	Existentes 2008	A contratar	Total	
Cidade de Maputo	13	0	13	15.000
Maputo	33	12	45	31.043
Gaza	49	0	49	36.054
Inhambane	47	25	72	44.064
Manica	59	40	99	43.064
Sofala	68	5	73	49.573
Tete	45	35	80	43.064
Zambézia	55	19	74	65.592
Nampula	108	10	118	72.602
Cabo Delgado	81	20	101	54.580
Niassa	32	27	59	46.064
Total	590	193	783	500.700

Fonte: MINAG

- ii. Difusão de mensagens de extensão através de cerca de 260 horas de programa de rádio e disseminar 7 pacotes tecnológicos, além de 1.596 escolas que serão assistidas pela extensão;
- iii. Aquisição de 130 motorizadas e igual número de kits para extensionistas;
- iv. Aquisição de um total de 160 tractores, dos quais 50 tractores em 2008, com seguinte distribuição: 6(Niassa), 5(Cabo Delgado), 8(Nampula), 7(Zambézia), 6(Tete), 7(Manica), 6(Sofala), 4(Inhambane) e 1 para a província de Maputo.

Sector Algodoeiro

126. O sector de Algodão prevê entre outras actividades, divulgar mensagens técnicas, colaborar no programa de produção de comida nas zonas algodoeiras, bem como implementar e estender o programa de tracção animal nestas zonas ao nível do país. Vai ainda:
- i. Realizar a classificação instrumental da fibra do algodão em Moçambique.
 - ii. Divulgar mensagens técnicas, Supervisionar, monitorar e avaliar o decurso da campanha do algodão, incluindo áreas, produção (sementeiras, desbaste, sacha, pulverização, colheita, corte e queima), comercialização, industrialização e exportação da fibra.
 - iii. Colaborar no programa de produção de comida nas zonas algodoeiras, nomeadamente através do programa de diversificação e a promoção de boas práticas agrícolas nas zonas algodoeiras.
 - iv. Estender a implementação do programa de manejo integrado de pragas na cultura do algodão para mais áreas algodoeiras.
 - v. Implementar e estender o programa de tracção animal nas zonas algodoeiras do país.
 - vi. Implementar o programa de apoio a investigação e transferência de tecnologias do algodão (através do STABEX).
 - vii. Implementar na fase piloto, o programa de gestão e o quadro de monitoria e avaliação do meio ambiente na produção do algodão.
 - viii. Desenhar o modelo de gestão de choques e crises sobre as adversidades do mercado internacional e climáticas na cultura do algodão.
 - ix. Apoiar a formação do movimento associativo,
 - x. Formar associação e camponeses individuais sobre matérias relevantes;
 - xi. Rever a legislação algodoeira
 - xii. Rever os contratos de fomento e extensão rural do algodão com às empresas.

Cajú

127. Espera-se produzir 1.700.000 mudas, representando um crescimento na ordem de 7% em relação a campanha anterior onde foi prevista a produção de 1.590.000 Mudas, distribuídas por província segundo a tabela que se segue e espera-se beneficiar 55.000 famílias,

Plano de produção de mudas 2009

Províncias	Plano (Mudas)
Cabo Delgado	300,000
Nampula	800,000
Zambézia	230,000
Sofala	30,000
Manica	30,000
Inhambane	150,000
Gaza	120,000
Maputo	40,000
Total	1,700,000

Fomento pecuário, Tracção animal

128. Quanto ao fomento pecuário, preve-se distribuir 1.700 Bovinos, 13.000 Caprinos e registar e demarcar 10.000 cabeças de gado. Em relação a tração animal, serão adquiridos e distribuídos 2500 cabeças de gado.

Plano de tracção Animal por Província

Província	Numero de Animais
Maputo	175
Gaza	175
Inhambane	150
Sofala	350
Manica	450
Tete	350
Zambézia	250
Nampula	350
Cabo Delgado	125
Niassa	125
TOTAL	2,500

Fonte: MINAG

129. No contexto da operacionalização do plano de Acção para a produção de alimentos 2008-2011, esta componente inclui a aquisição de arganéis, cordas, charruas, carroças, medicamentos e treino para os animais.

Plano de aquisição no âmbito da tracção animal

Lote	Item	Especificações técnicas	Quantidades
I	Animais	Bois - Machos inteiros (reprodutores)	2.500
		Novilhas	1250
	Treinamento de animais	Treinamento em Lavoura e transporte	1250 juntas
II	Arganéis e cordas	Arganeis metálicos e definitivos para colocação no tabique nasal dos animais	2500
		Cordas de sisal de 20 m por 2,5 cm	1250
III	Charruas	Charruas de aiveca para tracção animal	1250
	Carroças	Carroças com carroçaria metálica com capacidade de 1000 Kg e com rodado pneumático	1250
IV	Medicamentos	Oxitetraciclina 10%	1500 frascos
		Oxitetraciclina 20%	1501 frascos
		Droga carracida pour on	2000 litros

Avicultura

130. As acções nesta área estarão viradas para o aumento de produção de carne de frango, através de aquisição de matadouros semi-automáticos, aviários de reprodutores pesados e de aves de substituição e de aquecedores a gás e eléctricos, como se pode ver na tabela abaixo.

Investimentos tecnológicos a serem realizados por províncias

Acções	Capacidade	Províncias				Total
		Nampula	Manica	Sofala	Maputo	
Aquisição de Matadouros semi-automáticos	2.000 aves/ dia	1	4	1	4	10
Aviário de reprodutores pesados e aves de substituição.	40.000 aves				1	1
Aquecedores a gás ou eléctricos	1.000 – 1.200 aves				10.000	10.000
Formação de produtores de frangos de abate		25	25		200	250

Serviços de Veterinária

131. Melhorar a provisão de serviços de assistência veterinária através de vacinações obrigatórias de bovinos, caninos, aves bem como os banhos carracidas, neste caso para 2009, serão efectuadas as seguintes doses de vacinas:

- i. Carbúnculo Hemático (974.012); Carbúnculo Sintmático (396.600); Brucelose (65.409); Febre Aftosa (699.925); Dermatose Nodular (444.412); Newcastle Sector Familiar (3.666.217); Raiva (170.208); Febre do Vale do Rift (20.000); Tuberculina (90.198).

Sub-componente Terras

- i. Mapeamento das Ocupações através do Levantamento e Inventariação da Terra, Digitalização do Cadastro Nacional de Terras;
- ii. Simplificação de procedimentos de Tramitação processual;
- iii. Desconcentração de Competências aos Serviços de Cadastro ao nível dos distritos,
- iv. Fiscalização do Uso e Aproveitamento da Terra.

Componente Florestas e Fauna Bravia

- i. Zoneamentos e inventariação de recursos;
 - ii. Conclusão da preparação de instrumentos legais.
 - iii. Apoiar o estabelecimento de iniciativas locais e privadas nacionais no uso racional e sustentável das florestas, através de:
 - o Análise e tramitação de processos de 15 pedidos de Concessões e 15 Planos de manejo florestais,
 - o Realização de 10 avaliações sobre os impactos económicos, sociais e ambientais da utilização dos 20% das taxas de exploração dos recursos florestais e faunísticos, consignadas as comunidades, e
 - o Realização de campanhas de sensibilização para a prevenção e combate contra as queimadas descontroladas e identificação de 10 áreas de maior incidência.
 - iv. Promover o estabelecimento de reflorestamentos para fins industriais, comerciais e energéticos, através de estabelecimento de 5.000 ha reflorestados (em todo país).
 - v. Criar um sistema informático do cadastro nacional de terras, através de delimitação/demarcação de 600 parcelas a titular.
 - vi. Inventariar, mapear a ocupação, uso e aproveitamento da terra,
 - vii. Zonear 2 áreas de potencial florestal e faunístico.
 - viii. Fazer o levantamento e inventariação de 20.254,73 Km², para o mapeamento do uso e aproveitamento da terra nas províncias de Tete (Bárue e Tsangano), Sofala (Nhamatanda), Inhambane (Inharrime) e Maputo (Moamba e Boane).
132. Quanto ao Melhoramento da **fiscalização da exploração dos recursos naturais**:
- i. Realização de 5 inspeção nas vedações de Fazendas do Bravio;
 - ii. Formar 20 fiscais e 10 agentes comunitários em todo país;
 - iii. Divulgar a legislação sobre Terras e Florestas e Fauna Bravia;
 - iv. Identificar 10 áreas potenciais para o manejo de fauna bravia;
 - v. Formar 10 brigadas de defesa de pessoas e bens no âmbito do conflito homem animal,

- vi. Identificar 5 comunidades com elevado índice de conflito Homem-fauna Bravia.
133. Desenvolver tecnologias que promovam o uso e maneio sustentável dos recursos naturais, através de:
- i. Aplicação de tecnologias que conduzam a flexibilização do processo de actualização de cartas topográficas a partir de imagens de satélite de alta e muito alta resolução espacial.
 - ii. Re-edição e publicação de 10 (dez) folhas esgotadas nas de 1/50.000 e 1/250.000, totalizando 5.000 exemplares.
 - iii. Realização de ortorectificação de 5 imagens de alta resolução e a consequente produção de 6 espaciomapas.
 - iv. Produção de espaciomapas para apoio ao cadastro nacional de terras de 12 distritos e 8 municípios, no âmbito do Projecto MCA-Mozambique (Millennium Challenge Account);
 - v. Produção de mapa topográfico de escala 1/25.000 cobrindo a região sul de Moçambique, nomeadamente 6 folhas na província de Maputo, no âmbito do Projecto de Cartografia Territorial.

Desenvolvimento Institucional

- i. Criação de Rede Informática Segura e Funcional.
- ii. Implementação da pesquisa informação agrária
- iii. Desenho da base de dados do sector agrário
- iv. Plano director de estatísticas Agrárias
- v. Auditoria do Desempenho
- vi. Estudo comparativo de Custos de Factores de Produção
- vii. Orçamento de Culturas (previsão de rentabilidade)

B. INFRAESTRUTURAS

CONSTRUÇÃO

134. Para o ano de 2009, na área de construção e montagem, estima-se um crescimento Global de 10%, como resultado do volume de investimentos públicos na construção e reabilitação de infra-estruturas, destacando-se a continuação da construção de Pontes, Barragens, reabilitação de alguns troços de Estradas nacionais, regionais e a continuação nos planos de construção e reabilitação de poços, furos e sistemas de abastecimentos de água.

MEDIDAS DE POLÍTICA

SECTOR ESTRADAS

135. Na área de Estradas, as acções estarão centradas na continuação de algumas obras em curso e outras a iniciar no âmbito da implementação das actividades definidas no âmbito do Programa Integrado de Estradas (PRISE),

que se assenta em quatro pilares principais: Capacitação Institucional incluindo a contratação de assistência técnica e consultoria para apoio ao sector de Estradas, desenvolvimento de Recursos Humanos, Reabilitação e manutenção de estradas e pontes e continuidade aos trabalhos de reabilitação e manutenção de estradas regionais que serão realizados, sempre que possível, com recurso à tecnologia do uso intensivo de mão-de-obra.

Tabela: Programa do Sector de estradas

	Realizado 2007 (Km)	Plano 2008(Km)	Plano 2009 (Km)
Reabilitação de Estradas Nacionais	163	243	234
Reabilitação de Estradas Regionais	654	640	990
Manutenção Periódica	1106	917	1000
Manutenção de Rotina	15431	17600	18000
Reabilitação e Montagem de pontes	1	6	6

Fonte: Ministério das Obras Públicas e Habitação (Administração Nacional das Estradas)

136. Na reabilitação das Estradas nacionais o programa irá incidir nos seguintes troços:

Tabela: Reabilitação de Estradas Nacionais

Troço a Reabilitar	Extensão em Km
EN1 Jardim - Benfica	4.0
EN1 Xai-Xai - Chissibuca	31.0
EN1 Namacurra – R. Ligonha	100.0
EN1 Massinga – Nhanchengue	20.0
EN7 Vanduzi – Changara	64.0
EN14 Lichinga – Montepuez	15.0
TOTAL	234.0

Fonte: Ministério das Obras Públicas e Habitação (Administração Nacional das Estradas)

137. Em relação a reabilitação das estradas regionais está prevista a reabilitação de cerca de 990 km, As estradas a beneficiarem destes trabalhos serão seleccionadas ao nível provincial no âmbito da descentralização, e o destaque vai para as seguintes estradas: R445 Macarretane – Massingir; R452/859 Mapapa – Maniquenique; R412 Magude-Motaze; R763 Namaua-Nangade; R1251 Ngapa-Negomane; R734 Metangula-Cóbue; R640 Mopeia-Chinde; NC Ntchinga-Chitunda e NC Chifundi-Nkhathante.

138. Na componente de manutenção de estradas estão previstos trabalhos de manutenção periódica de cerca de 1000 Kms, e a manutenção de rotina de 18000 Km que será levada a cabo em todo o País e será integralmente planificada e implementada à nível provincial. Esta actividade abrangerá cerca de 5000 Km de estradas pavimentadas e 13000 Km de estradas não pavimentadas.

139. Na componente de manutenção de Estradas Distritais prevê-se o apoio aos 128 Distritos do País na execução de actividades de manutenção

das vias de acesso às zonas com grande potencial económico e/ou elevada densidade demográfica e acentuado grau de pobreza.

140. Na componente de melhoramento localizados estão previstos trabalhos em cerca de 150 Km de estradas incluindo as operações de reparação definitiva de troços de estradas e pontes, restauração de pavimento. Esta intervenção irá restabelecer a integridade física e garantir a transitabilidade de cerca de 2,000km de estrada.
141. Em relação à construção e reabilitação de pontes destaca-se o seguinte:
- i. Conclusão dos trabalhos da construção da ponte sobre o rio Zambeze em Caia e da ponte sobre o rio Rovuma.
 - ii. Continuação dos trabalhos de reabilitação nas seguintes pontes: ponte de Tete; pontes sobre os rios Lucite, Nhancuarara e Mussapa; ponte sobre o Rio Cuácua 1;
 - iii. Início da fase III da reabilitação da ponte da Ilha de Moçambique;
 - iv. Início dos trabalhos de construção das pontes sobre os rios Licungo II e Licungo III no âmbito do projecto de construção de 4 pontes nas províncias da Zambézia(3) e Tete (1);
142. Em relação aos estudos e projectos de engenharia prevê se a elaboração do projecto de engenharia para a reabilitação das seguintes estradas e ponte: 3 de Fevereiro – Incoluane; Lindela – Inhambane – Tofo; Macomia – Oasse; rios Muira e PomPue na Província de Manica; Chimuará-Nicuadala; Rio Ligonha-Nampula; Namialo-Rio Lúrio-Metoro; Revisão do projecto de engenharia para a reabilitação da estrada Pambara – Rio Save; Conclusão do projecto de engenharia para a reabilitação da estrada Milange – Mocuba e a elaboração do estudo de viabilidade para a reabilitação da estrada Cuamba – Lichinga e da estrada Laulane-Marracuene.
143. No âmbito do programa de reabilitação e manutenção da rede nacional de estradas, prevê até o final de 2009, assegurar-se a transitabilidade numa percentagem de 73% da rede de estradas classificadas.

ÁGUA E SANEAMENTO

144. Na área do Abastecimento de Água e Saneamento, as acções estarão viradas para a melhoria da prestação de serviços para as populações mais carentes, através da construção de infra-estruturas de abastecimento de água, saneamento tanto nas zonas rurais como nas zonas urbanas, com vista a aumentar os níveis de cobertura e construção das infra-estruturas, para área da gestão dos recursos hídricos para armazenamento de água e controlo de cheias e secas.
145. No âmbito do Programa de Abastecimento de Água Rural está prevista a construção de 2439 fontes (1397 furos e 99 poços) e a reabilitação de 943 fontes (poços e furos), beneficiando cerca de 1219500 pessoas adicionais elevando assim a taxa de cobertura para 55%.

Reabilitação e Construção de Fontes de Abastecimento de Água

Província	Construção		Reabilitação	Total Fontes
	Furos Mecânicos	Poços	Furos e Poços	
C. Delgado	50	26	52	128
Niassa	135	39	95	230
Nampula	281	19	66	386
Zambézia	127		129	275
Tete	161			161
Manica	235		140	375
Sofala	266		88	354
Inhambane	55		165	220
Gaza	66		126	192
Maputo	21	15	82	118
Total	1397	99	943	2439

Fonte: MOPH (Direcção Nacional das Águas)

146. Em relação aos PSAA destaca-se o seguinte:
- i. Reabilitação do Sistema de Abastecimento de Água do planalto de Mueda.
 - ii. Reposição de 11 sistemas nas províncias de Cabo Delgado, Manica, Sofala e Maputo.
 - iii. Início das obras de reabilitação/expansão 10 sistemas nas Províncias de Niassa, Cabo Delgado, Zambézia, Tete, Sofala, Gaza e Maputo.
 - iv. Elaboração de Projectos Executivos para a Reabilitação de 7 sistemas nas Províncias de Zambézia, Manica e Inhambane.
147. No âmbito do Programa de Abastecimento de Água às zonas Urbanas prevê se a continuidade das reformas noutras cidades e a implementação de diversas actividades. Importa referir que este subsector esta subdividido em 2 grupos: projectos fora do Quadro de Gestão Delegado e projectos que estão dentro da Gestão Delegada.
148. Em relação aos projectos Fora do Quadro de Gestão Delegada esta prevista a realização das seguintes actividades:
- i. Conclusão do contrato para obras de expansão da rede distribuição para Beira e Quelimane (WASIS);
 - ii. Conclusão do Projecto Executivo para concepção do novo Centro Distribuidor em Quelimane e Reservatório de água tratada em Nampula – WASIS;
 - iii. Estudo de viabilidade e Elaboração de Projectos Executivos para o abastecimento de agua no âmbito do MCC para Montepuez, Nacala, Monapo, Mocuba e Gurué.
149. Em relação ao Quadro de Gestão Delegada, vai se prosseguir com o desenvolvimento de infra-estruturas ligadas a rede de distribuição de água para as zonas não servidas. Em termos de grandes empreendimentos, destaca vai para:

- i. Conclusão da expansão da rede de distribuição na Beira (127 Km), Quelimane (76 Km), Nampula (75 Km) e Pemba (80 Km);
 - ii. Continuação das obras nos seguintes projectos:
 - o Projecto de reabilitação e expansão do sistema de abastecimento de água de Xai-Xai e Chókwè (fase II);
 - o Projecto de reabilitação e expansão do sistema de abastecimento de água de Inhambane e Maxixe (fase II);
 - o Projecto de abastecimento de água à Chimoio, Manica e Gôndola; Projecto de Abastecimento de Água de Maputo.
150. Com as acções de construção e reabilitações previstas, serão estabelecidas 27518 novas ligações domiciliárias, construídas 219 Fontanários públicos, o que irá permitir que cerca de 260000 pessoas sejam abastecidas com água potável e que elevará a taxa de cobertura para 60%.

Tabela : Abastecimento de Água Urbano (Projecto de expansão e densificação da rede)

Grupo	Local	Novas ligações domiciliárias	Fontenários públicos a construir
Gestão Delegada	Maputo	8823	26
	Xai-Xai	396	6
	Chókwè	396	2
	Inhambane	396	2
	Maxixe	528	6
	Beira	3728	24
	Quelimane	2311	12
	Nampula	2901	24
	Pemba	2267	6
	Manica	220	6
	Gondola	774	5
	Chimoio	2000	20
	Tete	1500	28
	Moatize	500	10
Fora da Gestão Delegada	Lichinga	24	3
	Angoche	100	10
	Chibuto	300	20
	Nacala	208	2
	Mocuba	100	5
	Gurué	70	5
Total		27518	219

151. Em termos acumulados, até dezembro de 2009 teremos 215,644 ligações domiciliárias e 2 216 fontanários funcionais.

Projeção da Cobertura até 31 de Dezembro de 2009:

Cidades e Vilas	População Urbana Total	População Servida		Ligações	
		Total	População	Ligações Domésticas	Fontanários
Maputo/Matola/Boane	1,869,223	58%	1,084,150	104,366	351
Xai-Xai	118,396	87%	103,005	7,819	68
Chókwè	95,077	79%	75,111	4,851	73
Inhambane	65,036	95%	61,784	6,578	53
Maxixe	107,833	65%	70,092	5,005	87
Beira/Dondo	527,497	74%	390,348	24,208	368
Quelimane	201,911	68%	137,300	8,078	131
Nampula	506,005	57%	288,423	14,419	404
Pemba	146,147	83%	121,302	7,845	129
Tete	165,705	86%	142,506	8,380	145
Moatize	42,343	76%	32,181	1,641	47
Chimoio	254,322	48%	122,075	5,996	45
Manica	74,740	48%	35,875	1,148	20
Gondola	29,725	100%	29,725	1,078	10
Lichinga	147,527	15%	22,129	1,303	19
Cuamba	89,866	17%	15,277	601	11
Montepuez	69,044	36%	24,856	1,209	23
Nacala Porto	220,120	38%	83,646	4,359	81
Ilha de Moç.	51,711	75%	38,783	489	17
Angoche	85,024	54%	45,913	1,443	32
Gurué	130,736	31%	40,528	1,535	30
Mocuba	72,126	65%	46,882	1,643	25
Chibuto	51,307	82%	42,072	1,650	47
Total	5,121,423	60%	3,053,961	215,644	2,216

152. Na área de saneamento Rural estão previstas campanhas de educação para higiene, construção de centros de demonstração, bem como a construção de 25935 latrinas. De forma a acelerar o processo de implementação das actividades de Saneamento Rural, está prevista a construção de 76 centros de demonstração de latrinas melhoradas em Tete (13), Sofala (21), Manica (16), Niassa (2), Nampula (2), Cabo Delgado (10), Gaza (5) e Maputo Província (7). A implementação de todas essas acções irá elevar a taxa de cobertura para 40%.

153. No âmbito de saneamento Peri Urbano, está prevista a realização de visitas de monitoramento aos projectos de latrinas melhoradas e a construção de 10926 latrinas melhoradas conforme se ilustra na tabela.

Tabela : Latrinas melhoradas a construir por Província

Província	Latrinas a construir
C. Delgado	300
Niassa	800
Nampula	1000
Zambézia	1516
Tete	400
Manica	750
Sofala	1500
Inhambane	1060
Gaza	1000
Maputo Província	1000
Maputo Cidade	1600
Total	10926

154. Em relação ao melhoramento do sistema de saneamento urbano prevê-se a reabilitação do sistema de saneamento da Beira através da limpeza e inspecção de 68 km de rede do sistema de saneamento (águas pluviais e águas residuais domésticas); revestimento por métodos não intrusivos de 25 km da rede do sistema de saneamento (águas pluviais e águas residuais domésticas); Construção dos órgãos da estação de tratamento de águas residuais (1ª fase); Substituição por métodos intrusivos de 4 km da rede do sistema de saneamento e o Processo de reabilitação (construção civil, electro-mecânica, estradas) de 11 postos de bombagem, 4 estações elevatórias e 6 saídas de águas pluviais para o mar. Com a implementação de acções de reabilitação e construção dos sistemas de saneamento e estações de tratamento de água, prevê-se que a taxa de cobertura urbana atinga os 55%.
155. No âmbito da Gestão dos Recursos Hídricos, visando o armazenamento de água, e o controle de cheias e secas, está prevista a implementação da Estratégia Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos nomeadamente nas áreas de:
156. Descentralização da gestão operacional dos recursos hídricos através de:
- i. Elaboração do Projecto executivo da futura sede da ARA-Centro&Norte;
 - ii. Aquisição de equipamento e operacionalização do projecto de apoio institucional a ARA-Norte no âmbito do BAD/Projecto iniciativa do Rovuma;
 - iii. Conclusão do estabelecimento da Unidade de Gestão da Bacia do Rovuma;
 - iv. Criação de condições materiais e humanas para o estabelecimento da Unidade de Gestão das Bacias de Montepuez e Messalo;
 - v. Elaboração do plano de gestão comercial (Business Plan) da ARA-Centro;

- vi. Estabelecimento dos Comitês das bacias do Búzi e do Save;
 - vii. Estabelecimento da Unidade de Gestão da Bacia do Púngue (UGBP);
 - viii. Reabilitação do sistema de abastecimento de água ao aldeamento da barragem e à aldeia de Chavane (Posto Administrativo de Sabié – para servir cerca de 600 famílias);
 - ix. Manutenção de imóveis do aldeamento da barragem de Corumana e dos escritórios da UGBI;
 - x. Conclusão das obras de construção de uma (1) residência em Lionde para técnicos da UGBL;
 - xi. Conclusão das obras de construção de uma (1) residência para a UGBS na Maxixe;
 - xii. Execução de obras dos novos escritórios da Sede da ARA-Sul;
 - xiii. Continuação das actividades de capacitação institucional da ARA- Norte e ARA- Centro para a implementação do projecto sobre cursos de água partilhado (Save, Búzi e Rovuma).
157. Expansão e modernização da rede hidroclimatológica através da reabilitação de 56 estações hidroclimatológicas (26 hidrométrica e 30 pluviométrica) ao nível nacional e a Instalação de equipamento de recolha e transmissão automática de dados em 7 estações para o reforço do sistema de previsão e aviso de cheias nas bacias do Zambeze, Púngue, Maputo, Save e incomáti; finalização do estabelecimento da rede da bacia do Incomáti; iniciar a instalação da rede telemétrica nas bacias costeiras da provincia de Inhambane vulneráveis a cheias; Elaboração do projecto e início da instalação da rede telemétrica na Bacia do Maputo, bem como a reabilitação e operacionalização da rede telemétrica da Bacia do Umbelúzi.
158. *Realização de estudos específicos e projectos* em que se prevê a Assinatura de Acordo de crédito com o Banco Mundial e início da operacionalização do Projecto de implementação da ENGRH, incluindo o desenvolvimento de infra-estruturas hidráulicas; Implementação do Projecto-piloto de Águas Subterrâneas de Maputo e Matola; Definição das redes estratégicas hidroclimatológica e de qualidade de água a nível nacional, incluindo a definição do papel e nível de remuneração dos leitores; Estabelecimento de um sistema piloto de alerta sobre cheias nas bacias de Zambeze Búzi e Limpopo; Conclusão do Modelo Hidrológico de previsão de cheias nas bacias dos rios Búzi e Púnguè, para o reforço dos sistemas de aviso de cheias.
159. *Desenvolvimento de Infraestruturas hidráulicas*, no âmbito da Revolução Verde prevê-se a construção e reabilitação de pequenas barragens e represas para permitir irrigação de pequena escala, produção de alimentos e abeberamento de gado. Esta actividade permitirá o melhoramento da renda das populações rurais e por conseguinte, o alívio à pobreza. Para prossecução destes objectivos prevê-se a construção das seguintes obras hidráulicas.
- i. Reabilitação de 2 pequenas barragens a nível da ARA- Sul, no Distrito de Namaacha;

- ii. Reabilitação da represa de Mungari na bacia do Zambeze sobre o rio Nhamacombe, que permitirá o abastecimento de água à vila de Mungari;
 - iii. Estudo e construção de Açude de Luia, no rio Luia, no distrito de Chifunde;
 - iv. Construção de 2 represas a nível da ARA Centro- Norte;
160. Prevê se ainda a conclusão da Barragem de Corumana, a reabilitação da Barragem de Massingir e da Barragem de Macarretane e o início do projecto da Barragem de Moamba Major.
161. Reforma Institucional
162. Para o sector de estradas, prosseguir-se-á com o reforço da capacidade de resposta dos quadros da ANE ao nível central e provincial através da assistência técnica e consultorias para o apoio ao sector de estradas, melhoramento dos edifícios e aquisição de equipamentos.
163. Desenvolvimento dos recursos humanos através da formação dos agentes intervenientes no sector de estradas dentro e fora do país.
164. Para o sector das águas será dada ênfase no processo da divulgação e implementação da Estratégia Nacional de Gestão dos Recursos Hidrónicos assim como da Política Nacional de Águas, onde prevê-se:
- i. Consolidação núcleos das ARAs Centro–Norte, Norte, Centro e Zambeze;
 - ii. Acompanhamento do processo de Planificação e Implementação das actividades no âmbito de Água Rural;
 - iii. Consolidação do processo descentralização de responsabilidades e de fundos da Água Rural;
 - iv. Continuação do processo de concepção do Sistema de Informação;
 - v. Implementação dos Acordos de Desempenho em algumas Empresas de Água que se encontram fora do Quadro da Gestão Delegada;
 - vi. Monitorar o processo de implementação das Modalidades de Gestão dos Pequenos Sistemas nas vilas de Namaacha, Vilanculos, Massinga e Quissico;
 - vii. Continuação do processo de testagem das bombas de corda, playpump e painéis solares como tecnologias alternativas para captação de água para o abastecimento de água nas zonas rurais.

SECTOR DE ENERGIA

PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE E ÁGUA

165. A produção de energia e água registará um crescimento de 7%, onde a produção de energia eléctrica a partir da HCB e EDM atingirá um crescimento de 3%, impulsionado pelo consumo de energia eléctrica nos sistemas eléctricos das sedes distritais electrificadas durante os últimos anos através, através de grupos geradores, da Rede Nacional de Transporte de Energia, de sistemas solares e, à base de gás natural.

166. O valor das exportações de energia para 2009, estima-se em 390,735,465 dólares americanos contra o valor de 364,363,843 dólares americanos que se espera registar em 2008, o que significa um crescimento na ordem de 10%.

167. A produção da água vai continuar a reflectir o impacto dos investimentos feitos nesta área, com vista aumentar o acesso.

MEDIDAS DE POLÍTICA

168. Neste sector, o Governo tem como objectivos, promover o crescimento da produção, exportação e vendas no mercado interno e externo de energia eléctrica, de produtos petrolíferos, do gás natural e seus derivados, garantir a continuidade do programa de reabilitação das infra-estruturas energéticas, expansão e melhoramento do serviço público de fornecimento de energia com enfoque para a ligação à rede nacional, com maior destaque para as zonas rurais e potencialmente económicas, Promover o uso de energias novas e renováveis através de sistemas isolados nas zonas rurais e reforçar a capacidade institucional.

169. No âmbito do programa de **expansão da rede eléctrica nacional**, o destaque vai para o desenvolvimento das seguintes acções:

Niassa

170. No âmbito do Projecto de Electrificação rural de Mecanhelas e Marrupa

- i. Conclusão da construção de Linhas de Média Tensão e Baixa Tensão para electrificação das Sedes Distritais de Mecanhelas, Maua, Marrupa e Metarica. O projecto abrangerá o P.A. de Namicundi em Cuamba, Localidades de Entre Lagos em Mecanhelas, Matucuta em Majune, Mepica em Cuamba e Povoados de Manjua, Mecunica e Nipaque em Metarica, Vahiua em Maúa, Meripo, Napacala, Minas, Centro Mikuba, Chipa, Mepessenhe, Bero, Paróquia, Moelha e Namaquita em Cuamba, Mugoma em Maúa, Nagir em Marrupa, Karonga, Manhunga, Sobue, Jemusse e Chaka em Mecanhelas;
- ii. Conclusão das obras para instalação de sistemas de comunicação através da fibra óptica na Linha 1 – trajecto Cuamba-Mecanhelas, com uma extensão de 90km e a Linha 2 com uma extensão de 220 km – trajecto Cuamba-Metarica-Maúa-Marrupa.

Nampula

- i. Construção de 78 km linha de Média Tensão de 33kV para electrificação da Sede Distrital de Nacarôa a partir de Namialo e 102 km de Linha de Média Tensão da Subestação de Monapo para a electrificação da Sede Distrital de Muecate, no âmbito do Projecto Electricidade III. O projecto abrangerá os P.A.'s de Chalua em Moma, Netia em Monapo, Localidade de Namaíta no Distrito de Nampula-Rapale, Vila de Namapa, no Distrito de Erati

- ii. Conclusão das obras de expansão das redes de Nampula-Sede, Nacala Porto-Sede, Memba-Sede e Mecuburi-Sede, Localidade de Namina e Centro de Refugiados de Marratana no Distrito de Nampula-Rapale, no âmbito do Projecto ERAP Pacote I;
- iii. Instalação de uma Estação de Compensação do Sistema Eléctrico (SVC) da Subestação de Nampula;

Zambézia

- i. Conclusão das obras de electrificação da Localidade de Morrua e Povoado de Marropino, no Distrito de Ile, incluindo o fornecimento de energia aos projectos mineiros em Morrua, Marropino e Naquissupa no âmbito do Projecto de Electrificação Rural da Província da Zambézia.
- ii. Extensão das redes de distribuição na Vila Sede de Gurué e, Localidade de Nicoadala e Povoados de Licuari em Nicoadala, no âmbito do Projecto ERAP Pacote I;

Tete

- i. Reabilitação e extensão das redes de Média Tensão da Cidade de Tete, Vila de Moatize e Localidade de Zóbuè em Moatize. A reabilitação das redes de Média Tensão da Cidade de Tete irá permitir a renovação da rede de Média Tensão e 50 km da rede de Baixa Tensão em Tete e Moatize e beneficiando 26.000 clientes incluindo indústrias de extracção mineira, e alteração do nível de tensão de 30 para 33 KV na Subestação de Matambo com vista a elevar o nível de tensão para 66kV no alimentador de Tete através de um transformador 33/66kV.
- ii. Conclusão das obras de construção da linha Tete-Manje de 66 kV e Subestação de Manje para electrificação das Sedes Distritais de Zumbo, Chifunde, Chiúta (Manje), Marávia (Fíngoè) e Macanga (Furancungo). O projecto abrangerá o P.A. de Dómuè em Angónia, as Localidades de Chicoa, Chipalapala e Chitima em Cahora Bassa, no âmbito do Projecto de Electrificação de todos os Distritos da Província de Tete;
- iii. Construção da linha de transporte de energia para o Malawi e realização das obras de expansão da Subestação de Matambo, no âmbito do Projecto de Interligação Moçambique-Malawi. Permitindo interligar Malawi a rede regional para fornecimento de energia contínua. A ESCOM-Malawi poderá escoar os excedentes de energia produzida nas suas centrais eléctricas para o mercado da SAPP;
- iv. Prosseguimento das acções visando o desenvolvimento de grandes projectos de geração de energia eléctrica nomeadamente, Central Hidroeléctrica de Mphanda Nkuwa e Central Térmoelectrica de Moatize: (i) Desenvolvimento do modelo financeiro; (ii) Negociação dos Acordos de fornecimento de energia; (iii) Estudo de impacto ambiental detalhado para efeitos de obtenção de licença ambiental e auscultação pública; (iv) Negociação dos acordos de financiamento e (v) Negociação da concessão com os consórcios;
- v. Desenvolvimento do projecto da Linha de Transporte Tete – Maputo (Espinha Dorsal): (i) Estruturação do projecto com vista ao estabelecimento da entidade executora, negociação dos acordos para

transacção comercial de energia e negociação dos acordos de financiamento, e (ii) Estudos de impacto ambiental para efeitos de obtenção da licença ambiental.

Manica

- i. Reforço e expansão das redes de Chimoio-Sede, Gondola-Sede, Sussundenga-Sede, Manica-Sede e P.A. de Messica em Manica no âmbito do ERAP pacote II.
- ii. Expansão da Subestação de Chibata e construção da linha de 220 kV;
- iii. Início da construção das linhas de Média Tensão de 33 kV por derivação a partir da linha Catandica-Guro, com uma extensão de 86 km para electrificação da Sede do Distrito de Macossa, P.A. de Mandie em Guro, Farmas de Sussundenga em Sussundenga; Localidade de Chigodore e irrigação de 300ha em Gondola, Mpatanguela e Cachicamba no âmbito do projecto Electricidade IV;
- iv. Conclusão das obras de reabilitação da subestação de Catandica no âmbito do projecto Sofala, Manica e Tete;
- v. Reabilitação de emergência das Centrais Hidroeléctricas de Mavúzi e Chicamba.

Sofala

- i. Conclusão das obras de construção das linhas de distribuição de 33 kV para electrificação da Sede do Distrito de Chibabava e Machanga no âmbito do Projecto de Electrificação Rural de Chibabava e Búzi. O projecto abrangerá, P.A de Muxúnguè, Localidades de Samanda e Goonda em Chibabava, Estaquinha no Búzi, Bândua, Nhango, Chironda, Casa Nova, Cherimone e Nova Sofala, bem como Missão São António e Missão São José, Internato e Hospital no Distrito de Búzi, Missão Mangunde e Internato em Chibabava;
- ii. Construção de uma Subestação de 220/110 kV em Dondo e reabilitação das Subestações da Beira, Mafambisse e Lamego e Ligação a Rede Eléctrica Nacional dos Postos Administrativos de Chupanga, Nensa e Cónduè no Distrito de Marromeu e Localidade de Nhamapaza em Marínguè, no âmbito do Projecto Electricidade IV;
- iii. Conclusão das obras de reabilitação da rede de distribuição da Cidade da Beira e da Vila Sede do Distrito de Dondo, no âmbito do Projecto de Reabilitação da Rede de Distribuição da Beira.

Inhambane

- i. Construção de 60km de linha de Média Tensão a 33kV, para electrificação da Sede do Distrito de Panda. O projecto abrangerá o Posto Administrativo de Zandamela em Zavala e Localidades de Helene e Chissibuca em Zavala, Urrene e Inhassune em Panda, e Chacane em Inharrime, no âmbito do Projecto Electricidade III;

- ii. Conclusão das obras de reforço e expansão de redes eléctricas de distribuição em Inhambane-Sede, Massinga-Sede, Morrumbene-Sede, Inharrime-Sede e Homói-ne-Sede, no âmbito do Projecto ERAP Pacote II;

Gaza

- i. Conclusão da construção da linha Chidenguele-Madender-Chissibuca e das respectivas redes de Baixa Tensão para electrificação das Localidades de Canhane, Banga Comercial, Chitar, Makhatine, Tchaúque, Vila Mapai, Chivonguene, Madender, no Distrito de Manjacaze, no âmbito do Projecto Electricidade III;
- ii. Construção da linha de Média Tensão da Subestação do Lionde numa extensão de 86 km para alimentar a Sede Distrital de Mabalane, no âmbito do Projecto de Electrificação Rural da Província de Gaza; o projecto abrangerá o P.A. de Chinhacanine e Localidade de Mavoze no Distrito de Chókwè;
- iii. Implementação do Projecto Hidroeléctrico de Massingir. Conclusão de estudos de engenharia e aquisição de equipamento para a central.

Maputo Província

- i. Conclusão das redes média tensão para reforço e expansão das redes eléctricas com vista ao aumento da capacidade de distribuição na Sede do Distrito da Manhiça, Postos Administrativos de Xinavane e Maluana em Manhiça, Mapulanguene em Magude, Mumemo, Cumbeza-Zona Eucaliptos e Gwava em Marracuene, âmbito do projecto ERAP pacote III.
- ii. Construção da Central Térmica de Ciclo Combinado a Gás Natural de Moamba.;

Maputo Cidade

- i. Conclusão da montagem do alimentador de 275 kV da Subestação do Infulene e reposição da linha de Média Tensão 66 Kv (DL5) no âmbito da reabilitação da rede eléctrica danificada pelas explosões do Paiol de Malhazine;
- ii. Conclusão das obras de reforço e expansão da rede de distribuição de energia eléctrica para a electrificação dos Bairros de CMC/Grande Maputo, G. Dimitrov (Engraxador e Z. Springer), Zimpeto Q1, Malhazine, Inhagoia, Bagamoio, FPLM, Chamanculo, Costa do Sol, Polana Caniço, Hulene, Mavalane Faixa1, Ferroviário-Estação, Pescadores, 25 de Junho, Luís Cabral, Mahotas e Tsalene no âmbito do projecto ERAP Pacote I.
- iii. Início das obras de Conversão da Central Térmica de Maputo a Diesel para Gás Natural.

171. Electrificação Rural com base em Grupos Geradores

Niassa

- i. Electrificação da Sede do Distrito de Maúá e P.A. de Muembe, no Distrito de Muembe que consiste na aquisição de um grupo gerador de 80kVA, instalação da rede de Baixa Tensão em 3 km.

Cabo Delgado

- i. Electrificação dos P.As de Pundanhari em Palma, Negomano em Mueda, Chitunda em Muidumbe, Mahate em Quissanga, Mavala em Balama e e Hucula em Namuno que consiste na aquisição de seis grupos geradores de 80kVA, instalação da rede de Baixa tensão em 5 km.

Zambézia

- i. Reabilitação e extensão de 4km de rede de distribuição de Baixa Tensão, para ligação de mais de 500 consumidores dos P.As de Megaza em Morrumbala, Mepuagiuia em Gurué e Regone em Namarrói..
- ii. Expansão e melhoria da rede eléctrica de baixa tensão (3Km) do P.A de Mugeba, no Distrito de Mocuba.

Tete

- i. Aquisição do Grupo Gerador de 160KVA para electrificação do P.A de Doa no Distrito de Mutarara e Inhangoma-Sede no Distrito de Mutarara.

Manica

- i. Electrificação do P.A. de Save, no Distrito de Machaze, incluindo a instalação de um Grupo Gerador;
- ii. Electrificação do P.A. de Mandie, no Distrito de Guro, incluindo a instalação de um Grupo Gerador;

Sofala

- i. Reabilitação, expansão da rede eléctrica e montagem de um Grupo Gerador para electrificação da Sede do Distrito de Machanga;
- ii. Construção da rede eléctrica e montagem de grupos-geradores nos Postos Administrativos de Mulima, Distrito de Chemba, Vanduzi e Canda no Distrito de Gorongosa respectivamente.

Maputo

- i. Electrificação dos P.A.s de Mapulanguene em Magude, Calanga e Maluane em Manhiça, Machubo em Marracuene, através da aquisição de grupos geradores de 80 kVA, extensão da rede em 3km.

ENERGIAS NOVAS E RENOVÁVEIS

Electrificação com Base em Fontes Alternativas

Sistemas Fotovoltáicos (Painéis Solares):

Niassa

- i. Conclusão da electrificação das vilas sedes de Msawize em Mavago, Marangira em Marrupa, Insaca em Mecanhelas, Lunho em Lago, Etarara em Cuamba, Maiaca em Maúa, Caronga, N'gauma Velho, em N'gauma, Macaloge, em Macaloje, no âmbito do projecto de electrificação de 40 Vilas nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Inhambane e Niassa.

- ii. Aquisição e instalação de equipamentos fotovoltaicos para electrificação de Muipipe, no âmbito do projecto de electrificação das Comunidades Isoladas.
- iii. Aquisição e instalação de equipamentos fotovoltaicos para electrificação do P.A. de Gomba, Nairubi, Majune e Muapula no Distrito de Mecula.

Cabo Delgado

- i. Aquisição e instalação de equipamentos fotovoltaicos para electrificação do P.A. de Ncumpe no Distrito de Namuno, no âmbito do projecto de electrificação das Comunidades Isoladas;
- ii. Aquisição e instalação de equipamentos fotovoltaicos para electrificação dos P.A.s de Quionga no Distrito de Palma, Chapa no Distrito de Mueda, Nairoto no Distrito de Montepuez, Papai no Distrito de Namuno, Catapua no Distrito de Chiúre e Quirimba no Distrito de Quirimba. Vilas Sedes de Quiterajo em Macomia, Mapupilo e Nairoto em Montepuez, Meza em Ancuabe, Machoca em Namuno, Mtamba em Nangade, Ulumbe, Mbau em Mocímboa da Praia, Mpire em Balama; e irá beneficiar 900 famílias.

Nampula

- i. Conclusão da electrificação da Localidade de Muite, no Distrito de Lalaua e conclusão do redimensionamento do sistema fotovoltaico da vila Sede do P.A. de Aúbe, no Distrito de Angoche;
- ii. Conclusão da electrificação das vilas sedes de Nehessine em Murrupula, Milhana em Mecuburi, Saua-Saua em Nacarroa, Nhuluti, no P.A. de Boila-Namitoria e Hapacue em Angoche, Imala no Distrito de Muecate, e Luluti no âmbito do projecto de electrificação de 40 Vilas nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Inhambane e Niassa;
- iii. Aquisição e instalação de equipamentos fotovoltaicos para electrificação de Quixaxe, no Distrito de Mongicual, no âmbito do projecto de electrificação das comunidades isoladas; e
- iv. Aquisição e instalação de equipamentos fotovoltaicos para Electrificação dos P.A.s de Aube-Ilha Catamoio no Distrito de Angoche, Lalaua-Sede no Distrito de Lalaua, Memba-Sede no Distrito de Memba, Quinga-Sede no Distrito de Mongicual, Murrupula-Sede no Distrito de Murrupula.

Zambézia

- i. Aquisição e instalação de equipamentos fotovoltaicos para Electrificação dos P.A.s de Banjone no Distrito de Maganja da Costa, Micaune no Distrito de Chinde, Muambanama, Munhamane, Tacuane, Lugela-Sede no Distrito de Lugela.

Manica

- i. Aquisição e instalação de equipamentos fotovoltaicos para electrificação de escolas e centros de saúde em todos Distritos de Tambara, Guro, Macossa, Mossurize e Machaze, no âmbito do projecto de electrificação de 30 escolas e 30 centros de saúde.

Sofala

- i. Aquisição e instalação de equipamentos fotovoltaicos para electrificação dos P.A.s de Maríngué, no Distrito de Maríngué, Casa Banana, Púngué e Cudzo, no Distrito de Gorongosa.

Gaza

- i. Conclusão da electrificação dos P.As. de Chibondzane, no Distrito de Manjacaze, Godide, Alto Changana e Maqueze, no Distrito de Chibuto, Tlavene e Localidade de Tinzanwene no Distrito de Mabalane e Aldeia de Mucaye, no Distrito de Massingir;
- ii. Electrificação dos P.A.s de Mapai-Ngala, Mapai-Sede e Pafuri-Sede no Distrito de Chicualacuala, Combomune-Sede no Distrito de Mabalane, Machulane-Tavane, Chidenguele-Dengoine, Chidenguele-Betula e Chidenguele-Nhazilo no Distrito de Manjacaze.

Mini-Hídricas

Niassa e Zambézia

- i. Conclusão do Estudo de Pré-viabilidade para instalação de mini-hídricas em 6 potenciais locais por definir de acordo com o estudo em curso nas províncias de Niassa e Zambézia.

Tete

- i. Início das obras de construção de uma Central hídrica de Pequena Escala nos Postos Administrativos de Ulónguè, no Distrito de Angónia, Cazula e Chidzolomono no Distrito de Chiúta.

Manica

- i. Início das obras de construção de seis centrais hídrica de pequena escala em Sembezeia no Distrito de Sussundenga, nas localidades de Serra Chôa e Nhazónia em Bárue, localidade de Chiurairue em Mossurize, Rotanda em Sussundenga e Mavonde em Manica.
172. Promoção do Uso Sustentável de Recursos Energéticos Através da Diversificação de Fontes de Energia com Base na Biomassa.
- i. Prosseguir com a disseminação do uso de briquetes de serradura no País nos Distritos de Namaacha, Boane, Matutuíne e Manhiça na Província de Maputo;
 - ii. Formação de carvoeiros e oleiros em técnicas melhoradas de produção no P.A de Tete no Distrito de Angónia, e P.A de Chitima, no Distrito de Cahora Bassa na Província de Tete; e
 - iii. Projectos de apoio aos produtores de carvão vegetal nos Distritos de Lichinga e Muembe na Província de Niassa.

Energia Eólica

- i. Iniciar a instalação de 10 sistemas eólicos para bombeamento de água nas Províncias de Maputo (Distritos de Matutuíne e Magude), Gaza (Distritos de Massangena), Inhambane (Distrito de Funhalouro), Manica (Distritos de Sussundenga), Tete (Distritos de Mágoè), Nampula (Distrito de Mongicual) e Niassa (Distritos de Maua).

COMBUSTÍVEIS

Nesta área são acções a desenvolver as seguintes:

- i. Actualização do cadastro de infraestruturas petrolíferas (Postos de abastecimento) a nível das províncias de Inhambane, Tete, Gaza, Nampula, Sofala e Manica;
 - ii. Conclusão dos regulamentos técnicos sobre as normas de construção de infra-estruturas de armazenagem, distribuição e comercialização de produtos petrolíferos e gás natural, normas de segurança no seu transporte e elaboração de regulamentos técnicos para construção e operação de postos de abastecimento de gás natural comprimido;
 - iii. Conclusão do estudo do mercado de gás natural e identificação de projectos com vista a maximizar o consumo de gás natural no País;
 - iv. Projecto para a construção de uma terminal de recepção de GPL por navio na zona sul do País bem como o aumento da capacidade de armazenagem;
 - v. Conclusão do estudo de viabilidade para a produção de GPL a partir de condensado de gás natural;
173. Projecto de construção do pipeline Matola – Witbank (África do Sul);
- i. Construção de postos de abastecimento nos Distritos seleccionados a nível do País no âmbito do Projecto Incentivo Geográfico para a Construção e Reabilitação de Bombas de combustível nos Distritos de Muidumbe Mueda, Mocímboa da Praia, Palma e Nangade (Província de Cabo Delgado); Ressano Garcia, Sabie, Bobole, Magude, Catuane e Goba (Província de Maputo); Dombe, Tambara e Guro (Província de Manica); Macuacua, Chidenguele, Chicualacuala e Mapai (Província de Gaza); Mopeia, Silmo e Bons Sinais (Província da Zambézia); Maravia e Macanga (Província de Tete); Maua (Província de Niassa); Chemba, Piro, Mucodza, Muerra, Nhabirira, Mazamba, Maciamboza, chinhuque, Nova Vila, Divinhe, Estaquinha, Buzi, Sena, Canxixe, Nhamapaza, Goonda, Mutindiriri, Muanza, Chupanga e Lamego (Província de Sofala); Nova Mambone, Pambara, Mavanza, Nhacongue, Rio das Pedras, Nhachengue, Murrungulo e Marrilane (Província de Inhambane).
 - ii. Conclusão das obras de construção de instalações de armazenagem de combustíveis no Porto da Beira com a capacidade de cerca de 77.000 m³.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

- i. Construção e apetrechamento do novo edifício do Ministério da Energia,
- ii. Estabelecimento do Conselho Nacional de Electricidade com o objectivo de regular o Sector da Electricidade, com a função consultiva de defesa do interesse publico e auscultação da opinião pública sobre assuntos da Política Nacional de Energia.
- iii. Criação de uma intranet, que tem como objectivo o controlo e optimização de processos, a redução do uso de papel e simplificação de

procedimentos internos; e proceder a instalação de um sistema de arquivo digital do Ministério,

- iv. Garantir a participação efectiva de Moçambique nos organismos Internacionais relativos ao sector de energia dos quais Moçambique é parte, incluindo o cumprimento das obrigações financeiras e outras relevantes do país nestes organismos, com destaque para a Agência Internacional de Energia Atómica -AIEA, Convenção Africana de Energia - AFREC, Fórum de Ministros Africanos de Energia –FEMA-, Global Bioenergy Partnership -GBEP e SADC.

C. PESCAS

PRODUÇÃO PESQUEIRA

174. A produção pesqueira registará um crescimento global de 5%. Embora esteja programado um crescimento no volume da produção da pesca Artesanal, devido ao grau de dificuldades para se alcançar os índices de produção perspectivados para 2008, no geral o sector pesqueiro adopta para 2009, um plano de contenção nas principais pescarias.

Pesca Industrial e semi-industrial

Pescaria	Plano 2009	TC Vol
	(Toneladas)	(%)
Lagosta	12	100.0
Caranguejo	70	16.7
Gamba	1900	26.7
Peixe	650	8.3
Camarão	8000	0.0
Lagostim	75	7.1
Cefalópodes	80	60.0
Kapenta	12000	20.0
F. Acomp.	1000	100.0
Total	23787	

Pescaria	Plano 2009	TC Vol
	(Toneladas)	(%)
Camarão marinho	1000	25
Camarão vivo	0.3	200
Algas marinhas	70	75
Peixe	100	42.9
Total	1,170	

175. plano de capturas da pesca empresarial (industrial e semi-industrial) indica a cifra de 23,787 toneladas de diverso pescado. Incluindo o camarão de aquacultura, de 1000 toneladas, o volume de pescado ascende para 24,787 toneladas. Neste volume projeta-se a captura de 12,000 Ton de Kapeta em 2009, contra 16,500 Ton de 2008, representando um decréscimo de 20%.

176. A pescaria do camarão do sector empresarial irá atingir 8.000 toneladas, ou seja, uma contenção em relação aos actuais níveis de pescado. Adicionando o camarão marinho da aquacultura, esta cifra ascende para 9000 toneladas.

177. A pescaria da gamba, projecta-se que atinja 1900 toneladas em 2009, uma contenção em relação aos actuais níveis de pescado.

Produção da Pesca Artesanal

Pesca Artesanal(*)

Pescaria	Plano 2009	TC Vol
	(Toneladas)	(%)
Lagosta	60	50.0
Caranguejo	330	230.0
Peixe	61000	3.4
Peixe Águas Interiores * *	9000	5.9
Camarão	2000	25.0
Acetes	2400	60.0
Cefalópodes	600	0.0
Tubarão	480	140.0
Outros	4000	33.3
Aproveitamento F. Acomp.	6000	9.1
Total	85,870	

(*) Estimativa por Amostragem

(**) Estatísticas correntes, Albufeira de Cahora bassa, Massingir e Niassa

178. Na pesca do sector familiar projecta-se a produção de 85,870 toneladas em 2009, sendo de destacar a contribuição da pescaria de peixe de 61,000 toneladas em 2009.

179. Para o ano de 2009 prevê-se uma recuperação nos volumes de exportação de produtos pesqueiros, onde será exportado um total de 15 785 toneladas, num valor de 93 milhões de dólares não representado um aumento significativo em relação a 2008 devido aos condicionalismos de acesso ao mercado internacional, a escalada da subida dos custos operacionais e contínuo descapitalização das empresas pesqueiras.

MEDIDAS DE POLÍTICA

180. Este sector em 2009 será marcado por acções de políticas viradas para o melhoramento de vida das comunidades pesqueiras, promoção da exploração sustentável dos recursos, aumento da produção comercial para exportações, e um enfoque no reforço da capacidade institucional do sector. Deste modo, serão desenvolvidas as seguintes actividades:

181. Quanto ao melhoramento do Nível de Vida das Comunidades Pesqueiras,

- i. Realização de capacitação em recursos financeiros através da concessão de crédito para aquisição de insumos de pesca e para a construção de barcos de pesca em mar aberto;
- ii. Promoção de 14 grupos de poupança e crédito rotativo (PCR) em Nampula, Zambézia, Sofala, Inhambane, Maputo e Gaza; a extensão das acções de crédito formal para a produção, conservação e comercialização de produtos pesqueiro, a serem concedidos em Inhambane, Gaza,

- Maputo, Nampula, Zambézia, Sofala, e Cabo Delgado num total de 249 créditos;
- iii. Conceder créditos para a aquisição de insumos de pesca e para a construção de barcos de pesca em mar aberto, produção, conservação e comercialização de produtos pesqueiros
 - iv. Realizar acções de apoio a produção através do fomento do cultivo de alevinos para facilitar a renovação e aumento do povoamento de tanques de piscicultura; a introdução e fomento da cultura de novas espécies como a carpa, a tilápia e os bivalves;
 - v. Realizar acções de transferência e melhoramento de tecnologia de produção através da extensão;
 - vi. Construir e reabilitar infra-estruturas de apoio a produção nos principais centros de pesca, incluindo 10 postos de primeira venda em Nampula, Zambézia e Sofala, 10 centros de desembarque de pescado em Nampula e Cabo Delgado, 1 mercado grossista em Nampula, e 4 retalhistas de pescado em Nampula e Zambézia, e 1 instalação e conservação de gelo para a preservação do pescado em Nampula, e serão operacionalizadas 3 fábricas de produção de gelo em Nampula, Zambézia e Sofala;
 - vii. Construir infra-estruturas sociais como 5 escolas na Zambézia, Nampula e Sofala, 2 hospitais na Zambézia, 63 fontes de água em Nampula, Zambézia e Sofala, 195 km de vias de acesso em Nampula e cabo Delgado, em benefício das comunidades pesqueiras; e
 - viii. Assegurar a recolha, processamento e disseminação de informação sobre preços de pescado e sobre insumos de pesca em Tete, Manica, Niassa, Nampula, Zambézia, Sofala e cabo Delgado.
182. Promover a Exploração Sustentável dos Recursos,
- i. Neste âmbito, as acções incidem sobre os domínios dos recursos acessíveis a pesca artesanal, os recursos acessíveis a pesca comercial e do sistema de colecta e tratamento de dados estatísticos ao nível nacional.
183. Especificamente, foram definidas as seguintes acções prioritárias:
- i. Promover e capacitar os Conselhos Comunitários de Pesca e dos Comitês de Co-gestão, tendo em conta o seu papel no ordenamento da actividade pesqueira, a sensibilização sobre práticas de pesca responsável, a disseminação da legislação e a fiscalização pesqueira;
 - ii. Realizar missões regulares de fiscalização costeira e marítima; a operacionalização das unidades de MCS na Beira e do VMS ao nível nacional;
 - iii. Implantar o sistema de recolha de dados ambientais ao nível nacional, no contexto da investigação pesqueira;
 - iv. Implementar os planos de gestão das pescarias de camarão no Banco de Sofala e da pesca a linha; e
 - v. Aperfeiçoar o sistema de colecta e tratamento de dados estatísticos ao nível nacional através da ampliação da área de cobertura do sistema de amostragem com imputação;

- vi. Realizar a investigação e testagem de novas tecnologias de transmissão de dados estatísticos entre o IIP e as suas Delegações provinciais; e introduzir o sistema de recolha de estatísticas de produção piscícola do sector familiar.
184. No que diz respeito ao aumento da produção comercial para exportações, as acções centram-se essencialmente na reabilitação e operacionalização da principal infra-estrutura de apoio a produção comercial, bem como na construção de novas infra-estruturas, destaca-se:
- i. Reabilitação e dragagem do Cais Manarte do Porto de Pesca da Beira; estudos de “lay out” para a reabilitação do Porto de Pesca de Angoche;
 - ii. Construção de dois centros de produção de alevinos, um em Marrancuene e um em Pemba, para o apoio a actividade de aquacultura; implementação de unidades modelo de cultivo de tilápia e de produção de rações, em Manica, Zambézia e Tete; e
 - iii. Realização de estudos sobre a produção de algas, visando o seu relançamento.
185. Relativamente ao Reforço/Desenvolvimento da Capacidade Institucional do Sector, será realizado o seguinte:
- i. Implantação física do novo Instituto Nacional de Aquacultura (INAQUA) e a criação das suas primeiras Delegações em Tete, Niassa e Zambézia;
 - ii. Criação de novas delegações do Instituto Nacional de Inspeção de Pescado (INIP) em Inhambane e Nampula; e a criação das Estações do Fundo do Fomento Pesqueiro (FFP) em Maxixe e Zavala;
 - iii. Desenvolvimento de instrumentos de políticas, legislação e de planificação e monitoria, com destaque para a revisão do Plano Director das Pescas; e a produção e disseminação da legislação sobre a qualidade dos produtos de pesca e de aquacultura;
 - iv. Formação e capacitação dos funcionários do sector pesqueiro no geral, com particular realce sobre os funcionários ao nível dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE's), em matérias de pescas;
 - v. Construção do Museu das Pescas, no contexto da preservação da cultura e informação sobre as pescas.

D. RECURSOS MINERAIS

PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA EXTRACTIVA

186. Plano de produção para o ano 2009 prevê um decréscimo global de 0,2% comparativamente às previsões para 2008, fundamentado (i) pela estabilização dos níveis de produção, os quais vão manter os índices de 2008; e (ii) pela redução dos índices de produção de rutilo e zircão com peso na estrutura global do sector (10,8%), influenciará negativamente devido a trabalhos de optimização do equipamento na fabrica de processamento.

Produção Mineira

DESIGNAÇÃO	U.M	Quantidades		2009 PL (%)
		2008 Previsão	2009 PL	
Ouro	Kg	124	130	5.30
Tantalite	Kg	343,990	360,000	5.00
Ilmenite	Ton	732,000	768,432	5.00
Zircão	Ton	55,000	46,553	-15.40
Rutilo	Ton	22,000	21,054	-4.30
Berilo	Ton	11	12	5.80
Quartzo	Kg	458,700	460,000	0.30
Bentonite Bruta	Ton	0	16,000	-
Bentonite Tratada	Ton	900	900	0.00
Bentonite Triada	Ton	12,000	13,000	8.30
Diantomite	Ton	600	960	60.00
Calcário	Ton	220,000	250,000	13.60
Areia	M ³	1,900,000	2,000,000	5.30
Argila	Ton	22,000	23,000	4.50
Bauxite	Ton	20,000	25,000	25.00
Riolitos	M ³	1,250,000	1,300,000	4.00
Brita	M ³	45,000	50,000	11.10
Dumortierite	Ton	35	40	14.30
Mármore em Chapas	M ³	28,000	16,800	-40.00
Mármore em Blocos	M ³	2,016	570	-71.70
Turmalinas	Kg	150	200	33.30
Turmalina Refugo	Kg	12,501	15,000	20.00
Granada Facetável	Kg	1,985	2,000	0.80
Granada Refugo	Kg	6,800	7,000	2.90
Águas Marinhas	Kg	27	28	3.70
Águas Marinhas Refugo	Kg	571	600	5.10
Carvão	Ton	260,000	270,000	3.80
Gás Natural	Gj	120,000,000	120,000,000	0.00
Condensado	bbl	750,000	750,000	0.00
TOTAL				-0.20

187. A produção da tantalite em 2009 será de 360.000 toneladas, o que representa um crescimento de 4,7% em comparação às previsões de 2008. A produção deste mineral tem estado a estabilizar nos últimos anos.

188. A produção de concentrado de areias pesadas em Moma (Ilmenite, Zircão, Rutilo) vai no global crescer 4%. Em 2009 vão iniciar os trabalhos de optimização do equipamento na fabrica de processamento em Moma. Este processo irá influenciar a produção de rutilo e zircão a qual irá reduzir em 4,3% e 15,4% respectivamente. A produção de ilmenite irá registar um crescimento de 5%.

189. Para o próximo ano prevê-se o reinício da produção de bentonite bruta, cuja produção atingirá 16.000 toneladas, mantendo os índices de produção de 2008 para a bentonite tratada , enquanto que para a bentonite tríada prevê-se um crescimento de 8,3%.

190. Apesar dos problemas enfrentados desde o ano 2005 relacionados com o mercado para a sua colocação, para o próximo ano espera-se que a produção de dumortierite possa registar um crescimento de cerca de 14%. A

brita que é parte de matérias de construção, espera-se que em 2009 observe um crescimento de cerca de 11%.

191. Em 2009 a produção do carvão atingirá a cifra de 270.000 toneladas, significando um crescimento de cerca de 3,8% comparativamente às previsões de 2008.

192. A produção do gás natural e condensado tem estado a estabilizar nos últimos anos. Assim, serão mantidos para 2009 os níveis de produção de 2008 que são de 120.000.000 Gj para o gás natural e 750.000 bbl para o condensado, nível de produção máximo para a capacidade instalada.

MEDIDAS DE POLÍTICA

193. Para este sector, as acções para 2009, estarão centradas em Garantir a prospecção e pesquisa de minerais pesados, prosseguir com a exploração mineira em pequena escala e artesanal, prosseguir com a promoção da exploração de rochas ornamentais, prosseguir com a promoção de pesquisa e prospecção de metais básicos, metais preciosos, ouro e diamantes, promover a investigação e exploração de minerais industriais, a instalação no País de indústrias de processamento e de transformação primária de produtos minerais, e garantir a continuação da pesquisa sistemática de hidrocarbonetos nas bacias de Moçambique e Rovuma. Deste modo, serão desenvolvidas as seguintes actividades:

ÁREA GEOLÓGICA

- i. Garantir a prospecção e pesquisa de minerais pesados das areias nomeadamente Xai-Xai, Chongoene até Inhambane, Micaúne, Deia, Pebane,
- ii. Prosseguir com apetrechamento das estações sismográficas de Massingir, Vilanculo, Mocuba, Mueda e a implementação de uma estação em Inhambane;
- iii. Prosseguir com a construção do armazém de carotes;
- iv. Prosseguir com o mapeamento geológico-ambiental na zona costeira de grande Beira na escala 1:50.000 e de Bilene na escala 1:50.000;
- v. Dar continuidade ao mapeamento da Carta de Geologia de Engenharia na zona Metropolitana de Maputo na escala 1:50.000;
- vi. Prosseguir com a inventariação de minerais não metálicos nas províncias de Maputo e Gaza;
- vii. Prosseguir com a promoção da divulgação de informação geológica de base do país para identificação de novos depósitos com potencial para exploração;
- viii. Prosseguir com acções do projecto de implementação do Museu Nacional de Geologia;
- ix. Prosseguir com o estudo do Património Geológico de Moçambique; e realizar a inventariação e caracterização de gemas de Moçambique.

ÁREA MINEIRA

- i. Prosseguir com a exploração mineira em pequena escala e artesanal, através do apoio aos pequenos operadores mineiros nacionais, em especial para mulher, pela via de assistência técnica e facilitação de investimentos, educação ambiental e treinamento nas províncias de Nampula, Zambézia, Manica, Inhambane, Gaza e Maputo.
- ii. Prosseguir com a promoção da exploração de rochas ornamentais em Manica e Cabo Delgado;
- iii. Prosseguir com a promoção de pesquisa e prospecção de metais básicos, metais preciosos, ouro e diamantes, nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Tete, Manica, Zambézia, Inhambane e Gaza;
- iv. Prosseguir com a promoção da criação de associações, cooperativas, sociedades ou outras formas de organização na extracção e processamento de pedras preciosas e semipreciosas no país, principalmente as que integrem mulheres, como forma de assegurar uma exploração sustentável dos recursos;
- v. Prosseguir com o apoio às associações mineiras em Mimosa, Bandire e Barué na província de Manica, Jagoma e Nametil na província de Nampula, Namunonono na província da Zambézia e Meluco e Muidumbe na província de Cabo Delgado;
- vi. Promover a investigação e exploração de minerais industriais, tendo em vista a sua utilização local, na agricultura e indústria, bem como prosseguir com as acções para a reabertura da mina de grafite de Ancuabe;
- vii. Promover a instalação no País, de indústrias de processamento e de transformação primária de produtos minerais;
- viii. Prosseguir com a divulgação dos recursos minerais para a educação de novas gerações;
- ix. Promover a realização de feiras de minerais, gemas e ouro em Nampula, Zambézia e Manica;
- x. Garantir a realização de acções que visem o desenvolvimento dos projectos de areias pesadas de Chibuto e Moebase.

ÁREA DE INSPECÇÃO

- i. Intensificar as acções de inspecção e fiscalização, tendo em vista garantir o cumprimento das normas que orientam e regulam as actividades do sector dos recursos minerais;
- ii. Consolidar as acções de inspecção e fiscalização, através do reforço da disponibilização de meios aos técnicos e fiscais ao nível das Províncias e Distritos, bem como a organização dos mesmos;
- iii. Prosseguir com o apoio na organização e estruturação das inspecções provinciais;

- iv. Reforçar a capacidade de inspecção e auditoria, como forma de melhorar a eficiência e o desempenho do sector;
- v. Garantir a formação e capacitação dos inspectores e fiscais, quer ao nível central como local, por forma a melhorar a eficiência no controlo da actividade mineira; e
- vi. Reforçar a capacidade de inspecção e auditoria, como forma de melhorar a eficiência e o desempenho do sector.

ÁREA DE HIDROCARBONETOS

- i. Consolidar o quadro legal e regulador, e garantir a elaboração e aprovação do Regulamento de Licenciamento de Instalações Petrolíferas e o Regulamento Ambiental Específico para as Operações Petrolíferas;
 - ii. Garantir a continuação da pesquisa sistemática de hidrocarbonetos nas bacias de Moçambique e Rovuma;
 - iii. Efectuar a avaliação dos recursos e do potencial de hidrocarbonetos da Bacia Sedimentar de Moçambique;
 - iv. Garantir exploração comercial do jazigo de Inhassoro no âmbito do PPA;
 - v. Finalizar o estudo das opções de aproveitamento de condensado de Pande-Temane, incluindo a possibilidade do seu processamento no país;
194. Com vista a implementar projectos de utilização de gás natural no mercado nacional, bem como o desenvolvimento deste mercado, serão implementadas as seguintes acções:
- i. Acompanhar a conclusão dos estudos de uso e distribuição de gás natural nos cinco pontos de toma, ao longo do gasoduto entre Temane e Ressano Garcia,
 - ii. Acompanhar a implementação do projecto de expansão do centro de processamento do gás natural e do gasoduto;
 - iii. Prosseguir com o controle da produção de gás natural e condensado com vista a assegurar que os procedimentos estabelecidos estejam de acordo com a regulamentação do sector bem como dos standards internacionalmente aceites neste tipo de indústria.
 - iv. Monitorar as actividades de transporte e venda de gás e condensado para utilizadores domésticos e industriais, tendo em conta os aspectos de segurança.

E. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

195. A indústria transformadora ainda continuará a ser um dos factores determinantes para o desenvolvimento económico do país, onde se espera um crescimento da produção industrial de 3%.

Tabela 32: Produção Industrial Empresarial Por Divisões

Divisão	Prev. 2008	Proj. 2009	T.C (%)2009	Peso Est. %
Outras Indústrias Extractivas	7,9	8,3	5,1	0,0
Ind. Alimentares e Bebidas	9423,6	10259,0	8,9	18,3
Indústria de Tabaco	2180,0	2420,0	11,0	4,3
Fabricação de Têxteis	102,2	105,0	2,7	0,2
Ind. de Vestuário; Prep. Ting.	56,8	56,9	1,7	0,1
Curt. e Acab. Peles s/Pêlo; Fab	25,7	26,4	2,7	0,0
Fab. Pasta, Papel e Cartão e	275,5	295,0	7,1	0,5
Edição, Imp. E Rep. Suportes	570,1	594,0	4,2	1,1
Fabricação de Produtos	611,9	629,0	2,8	1,1
Fab. Art. Borracha e Mat.	421,4	424,7	0,8	0,8
Indústria Metalúrgica de Base	39665,7	40093,0	1,1	71,7
Fab. Prod. Met. Excep. Máq. e	167,1	173,3	3,7	0,3
Fab. Máquinas e Equipamento	80,3	81,0	0,9	0,1
Fab. de Máq. e Apar. Eléctricos	468,1	484,6	3,5	0,9
Fab. Veículos Aut. Reb e Semi-	4,8	5,0	4,2	0,0
Fab. de Outro Material de	7,4	7,8	5,4	0,0
Fab. Mobiliário; Out. Ind.	261,7	270,0	3,2	0,5
TOTAL	54330,2	55933,0	3,0	100,0

196. Na categoria de Outras Indústrias Extractivas (Extracção e Refinação de Sal) , prevê-se um crescimento de 5.1%, com a melhoria da qualidade, e do volume de exportação.

197. Na indústria alimentar e bebidas prevê-se um crescimento da produção de 8.9%, onde será de destaque a produção de óleo e transformação de cereais e a produção de bebidas, tendo em conta os investimentos em curso nas principais unidades produtivas, a redução dos custos de produção, como resultado da aplicação do Decreto nº 55/04, que isenta de pagamento do IVA e de direitos aduaneiros ás importações e com o incentivo ao consumo da produção nacional, através da intensificação da campanha “*Made in Mozambique*”, resultando no aumento da capacidade produtiva.

198. As Indústrias têxtil e de vestuário, apontam previsões de crescimento para 2009 de 2,7% e 0,1%, respectivamente. De realçar que a Industria têxtil apresenta muitas dificuldades, uma vez que todas as empresas produtoras de tecido, que asseguravam o seu aprovisionamento estão paralisadas, conta-se somente com algumas empresas produtoras de sacaria e de fios comerciais. No ramo vestuário o actual cenário que este sector vem enfrentando aponta a previsão do encerramento temporário da Maputo Clothing em Agosto do corrente ano, por motivos financeiros, não se prevendo a data do seu arranque.

199. A industria de Impressão e Reprodução de Suportes de Informação Gravados estima-se um crescimento global de 4.2% para 2009,

perspectivando-se 7.1% na divisão de papel e 4% na divisão de impressão, onde conta-se com o aumento dos níveis de produção das empresas ligadas a embalagens, e o investimento de novas tecnologias de produção incluindo a expansão das capacidades industriais, não obstante a indústria gráfica nacional enfrenta problemas no investimento de novas tecnologias de produção algumas empresas gráficas têm vindo a desenvolver sinergias e cooperarem entre elas de modo a reforçar as suas potencialidades e possibilidades de produção.

200. A Indústria do Tabaco registará um crescimento de 11%, tendo em conta a maior abrangência prevista na distribuição do cigarro e do processamento de tabaco feito pela empresa Mozambique Leaf Tabaco (MLT) e o preço do tabaco em rama, aumentou na região, facto que estimula os camponeses a venderem a sua produção no mercado interno.
201. A Industria Metalurgica de Base, espera-se um crescimento no global de **1,1%**. Contara com um ligeiro aumento da produção da empresa Ferpinta e com a entrada em funcionamento da ArcelorMittal (ex-CSM) que se encontrava paralisada à vários anos. A Mozal, continua-se prevendo uma estabilização.

COMÉRCIO

202. A actividade comercial irá registar um crescimento de 6%. Este crescimento será fundamentado pelo crescimento previsto na produção do sector real da economia, e pelo aumento líquido de importações de bens, excluindo as de mega-projectos.
203. Com a construção e reabilitação de silos, Moçambique está a criar capacidade para não apenas armazenar, mas também potencializar a **comercialização** de produtos agrícolas com qualidade e valor, num quadro global que visa garantia toda a cadeia de produção, armazenamento, distribuição, comercialização e consumo dos produtos nacionais.

MEDIDAS DE POLÍTICA

204. Os sectores da indústria e comércio continuarão a influenciar positivamente o crescimento económico do País a avaliar pelas acções a serem desenvolvidas nestas áreas. As linhas de força de actuação estarão orientadas para a divulgação e monitoria da implementação da Estratégia do Ambiente de Negócios, um instrumento vital para a criação de um melhor ambiente para o desenvolvimento da actividade empresarial e atrair investimentos no País.
- i. O sector irá prosseguir com as acções de consolidação do funcionamento dos Balcões de Atendimento Únicos (BAU's) com vista a melhorar cada vez mais os serviços a prestar aos utentes e assegurar a implementação dos Decretos que institucionalizam os BAU's e o Licenciamento Simplificado.
 - ii. Divulgar e monitorar a implementação da Estratégia para o Ambiente de Negócios;

Na área da indústria,

- i. Constituirá prioridade a implementação da nova Política e Estratégia Industrial, bem como as diferentes Estratégias subsectoriais já aprovadas, nomeadamente Metal-Mecânica, Gráfica e Química;
- ii. Perspectiva-se a divulgação, implementação e monitoria da Estratégia para a Indústria Têxtil e Vestuário, um instrumento que irá impulsionar o desenvolvimento das empresas ligadas a esta actividade vital para o crescimento económico do País;
- iii. Será monitorada a Estratégia Para o Desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas e a monitoria do processo de implementação do Diploma Ministerial nº 99/2003, que isenção as empresas no processo de compra de matérias-primas;
- iv. Serão desenvolvidas acções visando assegurar a assistência técnica aos salineiros, para se garantir o consumo de sal iodado em todo o País.
- v. Prosseguir com o acompanhamento pós-privatização a nível nacional.

No âmbito do **agro-processamento** serão desenvolvidas acções visando a promoção de industrialização rural.

- i. A valorização da produção, consumo e exportação de produtos nacionais, continuará a merecer atenção especial, através de acções de promoção, consumo e exportação de produtos nacionais. Será igualmente promovido o uso do selo com prioridade para as associações, cooperativas e para produtos processados localmente com vantagens comparativas.

Na área do comércio,

- i. Continuará a merecer maior atenção o processo de implementação e monitoria da Estratégia de Comercialização Agrícola. Serão igualmente promovidas as facilidades financeiras para a intervenção do sector privado na compra de excedentes agrícolas e para a segurança alimentar;
- ii. Ainda no âmbito da comercialização agrícola e visando fazer face a crise alimentar, serão reabilitados e construídos silos para acondicionamento dos excedentes em algumas províncias com potencialidades agrícolas para efeitos de segurança alimentar.

No âmbito da expansão da **rede comercial rural,**

- i. Serão prosseguidas acções de monitoria do Decreto nº 49/2004, sobre o Licenciamento da Actividade comercial, bem como do Diploma Ministerial nº 119/94, de 14 de Setembro (revisto), sobre o trespasse e venda de lojas, cantinas e armazéns rurais;
- ii. Será feita a divulgação e a consequente implementação da Política e da Lei de Concorrência, instrumentos importantes para regular a actividade dos agentes económicos nesta matéria.
- iii. A monitoria da oferta de bens dos principais produtos, continuará a merecer a devida prioridade, conhecidos que são os efeitos negativos provocado pela subida dos preços dos produtos básicos no mercado internacional e da crise mundial de alimentos.

No que se refere ao **comércio internacional**,

- i. O sector continuará a desenvolver diversas acções, visando entre outros objectivos participar no processo das negociações do sistema comercial multilateral e bilateral bem como participar nos processos de negociações dos acordos de parceria económica com a União Europeia e de integração económica regional.

205. De igual modo, prosseguir-se-á com as acções de monitoria da Zona do Comércio Livre a nível do País.

No âmbito de **promoção das exportações**,

- i. Serão realizados estudos de mercado regional para os produtos moçambicanos e implementados projectos específicos de produtos com potencial exportável no contexto da cooperação com CBI e ITC/UNIDO.
- ii. De igual modo, serão organizadas feiras nacionais e internacionais com a participação de empresas nacionais.

Na área de **inspecção das actividades industrial e comercial**,

- i. Prosseguir-se-á com as acções de capacitação dos inspectores a todos os níveis, tendo em vista o novo papel a ser desempenhado por este órgão, para além de garantir a fiscalização das actividades das actividades económicas nas áreas afins.

No que se refere a **Valorização da Produção Nacional**,

- i. Prosseguir com as acções de promoção dec produção, consumo e exportação de produtos nacionais;
- ii. Garantir a concessão do uso de selo com prioridade para as associações, cooperativas e para produtos processados localmente com vantagens comparativas.

Na área de **normalização e qualidade**,

- i. Serão elaboradas e aprovadas pelo menos 15 normas em áreas prioritárias;
- ii. Será concluída a elaboração do regulamento da lei de Metrologia e concluída a proposta do regulamento da normalidade e de avaliação da conformidade;
- iii. Será reforçado o papel do INNOQ, através da criação de infra-estruturas e da capacitação institucional.

Quanto a **protecção da propriedade industrial**,

- i. O Instituto Para a Propriedade Industrial (IPI) irá prosseguir com as acções de divulgação da propriedade industrial aos níveis provincial e distrital, e nas instituições de investigação e formação superior e técnico profissional.
- ii. IPI irá ainda promover a utilização das denominações de origem e indicações geográficas para a valorização dos produtos locais.

F. TURISMO

MEDIDAS DE POLÍTICA

206. Neste sector o Governo definiu como objectivos para 2009, fazer aproveitamento das oportunidades do Mundial 2010 e promover a marca Moçambique como destino turístico, empoderar as comunidades para seu maior envolvimento nos negócios de turismo, pesquisar o turismo doméstico e alargar a base da oferta de serviços turísticos, promover a implementação dos planos integrados de desenvolvimento do produto turísticos e conservação da biodiversidade, prosseguir com a requalificação dos estabelecimentos de alojamento turístico e similar, , implementar a política de conservação privilegiando a reabilitação das infraestruturas nas áreas de conservação e melhoria da respectiva gestão, e fortalecer o apoio financeiro ao empresariado nacional e comunidades locais, implementar a estratégia de recursos humanos. Neste ambito serao desenvolvidas as seguintes accoes:

No Domínio Institucional e de Recursos Humanos

207. Para implementar a estratégia de recursos humanos com vista a melhorar as aptidões dos trabalhadores e funcionários do sector que concorram para impulsionar a qualidade da prestação de serviços aos turistas e utentes, serão desenvolvidas as seguintes acções:

- i. Realizar um estudo de viabilidade para estabelecimento de 5 centros de formação para profissionais de hotelaria e turismo nas províncias de Niassa, Nampula, Manica, Inhambane e Maputo;
- ii. Prosseguir com a monitoria do processo de descentralização da gestão orçamental e de recursos humanos em todos Parques e Reservas Nacionais;
- iii. Prosseguir com acções de formação dos profissionais do sector do turismo num total aproximado de 150 técnicos nas áreas de estatística, fiscalização, hotelaria e turismo,
- iv. Estruturar e organizar o funcionamento do Instituto Nacional de Turismo.

No Domínio da coordenação intersectorial

- i. Concluir com a tradução e divulgação dos regulamentos de animação turística, transporte turístico, alojamento turístico e restauração e bebidas;
- ii. Prosseguir com a operacionalização dos órgãos de classificação hoteleira e de gestão de habitação periódica;
- iii. Realizar a 2ª Reunião Nacional de Planificação do Turismo;
- iv. Proceder a pesquisa e análise do mercado doméstico, e
- v. Implementar os Planos Directores do Turismo de Vilanculos, Sussundega e Manica.

No Domínio das Áreas de Conservação

- i. Instalar o sistema de comunicação via rádio na Reserva de Pomene;

- ii. Avaliar o processo de implementação de medidas de mitigação do conflito Homem/Fauna Bravia;
- iii. Efectuar levantamentos das principais espécies de animais (elefantes e búfalos) nas coutadas e nos 4 blocos de caça de Niassa;
- iv. Prosseguir com o programa de reassentamento das comunidades locais no Parque Nacional de Limpopo (128 casas);
- v. Apoiar as comunidades na identificação de projectos comunitários de produção de rendimento das áreas piloto de Gorongosa, Tchuma Tchato e Maputo Província;
- vi. Criar uma empresa comunitária para parceria com o sector privado, em cada uma das três Áreas de Conservação Transfronteiras;
- vii. Concluir com as acções de construção e reabilitação de infraestruturas de gestão nos seguintes Parques e Reservas, Reserva Nacional de Chimanimani, Parque Nacional de Banhine Parque Nacional de Zinave e Reserva Especial de Maputo;
- viii. Actualizar as taxas e tarifas praticadas nas áreas de conservação.

No Domínio da Promoção do Turismo

208. No âmbito da implementação da estratégia de marketing do sector e do aproveitamento das oportunidades do Campeonato Mundial de Futebol 2010 preve-se realizar o seguinte:
- i. Divulgar a Marca Moçambique aos níveis nacional e internacional;
 - ii. Consolidar o funcionamento das Representações de Turismo junto das embaixadas de Moçambique na Alemanha e Reino Unido;
 - iii. Estabelecer agências de relações públicas de turismo na Africa do Sul e Reino Unido;
 - iv. Estabelecer a plataforma informática de gestão e comercialização de destinos turísticos;
 - v. Participar na Bolsa de Turismo de Maputo e feiras internacionais (BTL em Portugal, ITB na Alemanha, INDABA na África do Sul, WTM na Inglaterra, BIT na Itália, COTTM na China, Vakaantibeures na Holanda e FITUR na Espanha e Feira das América no Brasil);
 - vi. Inserir conteúdos informativos e promocionais em sites estratégicos CNN ou BBC;
 - vii. Realizar 3 visitas de familiarização de jornalistas e operadores turísticos estrangeiros ao País;
 - viii. Produzir material promocional de turismo e spots televisivos e jornalísticos;
 - ix. Organizar Festival de Gastronomia na cidade de Maputo, as comemorações do Dia Mundial do Turismo e eventos culturais, nas Praias de Zalala, de Tofo, de Wimbe e no Lago Niassa,
 - x. Realizar campanha de marketing direccionada ao mercado doméstico,

- xi. Consolidar a operacionalização e funcionamento do Gabinete Técnico do Mundial 2010;
- xii. Apoiar tecnicamente a implementação de planos operativos provinciais do M2010 através de 4 seminários a nível das províncias de Maputo, Manica, Nampula e Cabo-Delgado;
- xiii. Divulgar a nível internacional as oportunidades de negócio, investimento e turismo e atrair selecções de futebol estrangeiras para estagiarem em Moçambique na preparação do Mundial (Portugal, Brasil e Alemanha); e
- xiv. Implementar o Programa promocional das Áreas de Conservação Transfronteira, Boundless Southern Africa, em coordenação com os países da SADC

No Domínio da Inspeção das Actividades Turísticas:

- i. Fiscalizar 100 estabelecimentos turísticos, no âmbito da equipe multisectorial nas províncias de Cabo Delgado(20), Gaza(20), Maputo Província(30) e Maputo Cidade(30);
- ii. Fiscalizar 30 estabelecimentos hoteleiros nas províncias de Niassa (10), Manica (10) e Sofala (10);
- iii. Realizar seminário regional de capacitação e formação de inspectores e fiscais em matéria de fiscalização das actividades turísticas, na zona centro abrangendo 30 Inspectores e fiscais; e
- iv. Fiscalizar 16 estabelecimentos de diversão nocturna na Cidade e Província de Maputo.

G. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

209. O sector prevê atingir uma taxa de crescimento global de 12%, onde se esperam crescimentos assinaláveis no transporte aéreo com um crescimento de 21.6%, Tráfego Rodoviário 16.2% e transporte Ferroviario com 5.0%.

Tabela 33 Transportes e Comunicações - Taxa de crescimento em (%)
Crescimento da Produção do Sector a Preços Constantes

DESIGNAÇÃO	Previsão	Projeção
	Anual/08	Anual/09
Tráfego Ferroviário	-10.2%	5.0%
Tráfego Rodoviário	15.9%	16.2%
PIPELINE	59.5%	4.5%
Marítimo	-12.3%	7.3%
Tráfego Aéreo	18.5%	21.6%
Comunicações	4.1%	4.4%
Outros	9.7%	5.2%
Global	12.0%	12.0%

210. A previsão de crescimento do Sector em de cerca de 12% está directamente dependente da aplicação dos projectos em curso e programados.
211. tráfego Aéreo crescerá cerca de 21.6% condicionado pelo processo de melhoramento do fluxo de tráfego em curso, através da restauração da frota da LAM e reforço dos serviços nas rotas domésticas, e estabelecimento de novas parcerias e ou “Code shares” das companhias aéreas nacionais, dado que se espera mudanças regionais com operacionalização das industrias no capitulo de liberalização do espaço aéreo.
212. O desempenho dos transportes rodoviários resultará do transporte de passageiros e de carga. O desempenho do transporte rodoviário de passageiros resultará do aumento da capacidade de oferta, tomando em conta a entrada de um total de 100 autocarros novos para o sector público até Novembro de 2008 e aquisição de 29 Autocarros em 2009, na qual existe uma previsão de que parte desta frota seja estendida para servir o transporte Interprovincial.
213. O desempenho do transporte rodoviário de carga (16.5%), resulta, fundamentalmente, da entrada de novos operadores, motivados pelo aumento da produção agrária no país bem como do alumínio da MOZAL e pela reabilitação de infraestruturas rodoviárias em curso no país. Por outro lado, e no que concerne ao tráfego internacional, verificou-se que parte de carga anteriormente transportada pelos CFM, de, e para a África do Sul, é transportada por operadores rodoviários, o que associa às condições excelentes que a Auto-Estrada Maputo/Witbank oferece.
214. Para o transpote Ferroviário, projecta-se um crescimento de 5.0%. Resultante da dinamização da estratégia comercial concebida pelo CFM e pela Spoornet para conquistar o tráfego do mercado Sul africano e de todo o resto da região da hinterland. Para este desempenho há a destacar:
- i. A conclusão da reabilitação da Linha de Ressano Garcia, em Junho de 2008 que permitira a redução de descarrilamentos e riscos de roubos de mercadoria; a aumento da capacidade de carga da linha e consequente incremento do volume do tráfego e a redução de tempo de ocupação da linha por Comboio, com a circulação á velocidade de 75 KM/h.
 - ii. A aquisição de 3 automotorras triplas para 210 passageiros cuja recepção se espera para finais de 2008,
 - iii. A expectativa da abertura de Terminal de Combustíveis no porto de Maputo para servir a Países da Região,
 - iv. A recepção de mais locomotivas de linha (passageiros e carga) que irá incrementar a circulação para mais um comboio/mês.
215. Quanto a transporte Maritmo, espera-se um crescimento de 7.3%, que resultará do aumento capacidade de transporte de passageiros e abertura de novas rotas com a recepção de mais 6 embarcações até finais de ano em curso.
216. sector das comunicações, crescerá em 4.4%, desempenho influenciado pela franca expansão dos serviços de telefonia.

MEDIDAS DE POLÍTICA

217. Para o ano 2009, a Política do Governo no Sector dos Transportes e Comunicações define como objectivos principais a continuação da melhoria gradual da fiabilidade, segurança, comodidade e expansão dos serviços de transporte prestados à população nas zonas urbanas e rurais; a participação mais eficiente do empresariado nacional no controlo, operação e investimento nos subsectores; e o desenvolvimento rápido do Sector através da actualização da legislação, adaptando-a às mudanças e exigências que ocorrem, tornando-a, mais abrangente e dinâmica.

218. Decorrente destes objectivos, no âmbito do Plano de Acções do Governo para 2009, o sector dos Transportes e Comunicações prevê realizar as seguintes acções:

No Domínio do Transporte Marítimo, Fluvial e Lacustre

- i. Edição de duas Cartas Náuticas para os navegantes nos Portos e na Costa de Moçambique;
- ii. Produção de uma Tabela de marés;
- iii. Elaboração de Plano de Acção para a Implementação da Estratégia do Transporte Inter modal;
- iv. Instalação de três estações costeiras GMDSS (Global Maritime Distress and Safety System) em Maputo, Inhambane e Ilha de Moçambique, para melhorar a busca e salvamento de Pessoas e Bens; e
- v. Certificação dos Portos de Quelimane, Mocimboa da Praia e Moma;
- vi. Reabilitação das Infra-Estruturas de Acostagem da travessia Quelimane Ricamba e Chinde;
- vii. Aquisição de uma Embarcação para o Troço Quelimane Chinde;

No Âmbito da Segurança Rodoviária.

- i. Intensificação do controlo da condução sob efeito do álcool;
- ii. Início das Inspeções Periódicas Obrigatórias
- iii. Intensificação do controlo da velocidade

No que se refere ao Transportes Rodoviários.

- i. Início de exploração efetiva do Terminal Rodoviário de Maputo e Beira;
- ii. Concessão de rotas aos Transportadores urbanos e interprovincial para melhorar a Gestão de Transportes.
- iii. Aquisição de 29 Autocarros de Transporte Público Urbano para as cidades de Maputo, Beira e Nampula.

No que diz respeito as Comunicações.

- i. Preparação e lançamento do concurso público para a entrada dum novo operador de telefonia móvel;
- ii. Instalação do serviço de voz (Telefone) e Internet nos seguintes distritos: Massagena e Chigubo (Gaza); Chinde (Zambézia); Tambara (Manica); Zumbo (Tete); Sanga (Niassa) e Mecula (Cabo Delgado) através do Fundo de Serviço de Acesso Universal das Telecomunicações;
- iii. Instalação do Cabo de Fibra Óptica para a melhoria da qualidade e aumento da capacidade dos serviços de Telecomunicações, nos seguintes troços:

Maputo-Inchope;

Chimoio-Dondo;

Maputo-Goba;

Mutarrara-Milange-Gurue; e

Lichinga-Pemba

- iv. Elaboração do Regulamento de licenciamento para a prestação de serviços postais; e
- v. Assegurar a cobertura de 22 distritos, através do acesso sem fio de tecnologia CDMA (Code Division Multiple Access) que permitirá a disponibilização de serviços de voz e dados (internet) nas seguintes Províncias:

Província	NIASSA (11)	CABO DELGADO (6)	NAMPULA (9)	ZAMBÉZIA (4)	TETE (4)	MANICA (4)	INHAMBANE (1)	GAZA (1)
Distritos	Marrupa, N'Gauma, Nipepe, Mecula, Maúa, Metarica, Insaca, Malanga, Unango, Muembe e Mavago;	Nangade, Ibo, Ancuabe, Palma, Meluco e Mecúfi	Namapa, Memba, Mecubúri, Nametil, Nacarôa, Muecate, Liúpo, Murrupula e Lalaua	Gilé, Chinde, Pebane e Lugela;	Tsan gano, Manj e, Chifunde Mphende	Sussundenga, Macossa, Espungabera, e Tambara	Jangamo; e	Caniçad o

Quanto a Aviação Civil.

- i. Acompanhamento dos trabalhos de modernização e ampliação do Aeroporto Internacional de Maputo;
- ii. Transformação da Base Aérea de Nacala em Aeroporto Civil;
- iii. Reabilitação do Aeródromo de Pemba

No Âmbito dos Portos e Caminhos de Ferro.

- i. Reconstrução da Linha de Sena;
- ii. Reconstrução da Linha Férrea Cuamba Lichinga;
- iii. Reabilitação da linha de Machipanda
- iv. Dragagem do Porto da Beira;
- v. Reabilitação do Porto de Nacala;

No Domínio da Meteorologia.

- i. Reabilitação da estação sinóptica de Chicualacuala e Construção das estações sinópticas de Mutarara, Metangula e Mecula.

H. MEDIDAS DE APOIO AO EMPRESARIADO NACIONAL

- i. Prosseguir com as acções de valorização da produção nacional, através da consolidação das acções de promoção da produção, consumo e exportação de produtos nacionais;
- ii. Divulgar e monitorar a implementação da Estratégia Para a Melhoria do Ambiente de Negócios;
- iii. Criação do Balcão de Atendimento Único nas Cidades de Maputo, Beira, Nampula e Quelimane,
- iv. Consolidar os Balcões Únicos de atendimento público e assegurar a implementação dos Decretos que institucionalizam os BAU's e o Licenciamento Simplificado;
- v. Implementação da Estratégia para as Pequenas, Micro e Médias Empresa;
- vi. Prosseguir com as acções de financiamento das lojas e cantinas rurais no âmbito da actuação do FARE;
- vii. Prosseguir com a implementação das 2ª fases do Programa *Commodity Aid* e PRESP,
- viii. Operacionalizar o Programa âncora de investimento do turismo e do projecto Âncora e Arco Norte;
- ix. Iniciar a construção de 6 estabelecimentos de alojamento nos distritos de Funhalouro, Macossa, Gorongosa, Mágoe, Mecufi, e Sussundenga;
- x. Organizar e financiar pacotes de formação para o empresariado nacional em matéria de gestão hoteleira;
- xi. Concluir os projectos iniciados nos distritos de Guijá, Alto Molocué, Mandimba e Moamba;
- xii. Organizar e financiar pacotes de formação direccionados às comunidades locais no âmbito do projecto âncora de investimento em Turismo nos Distritos de Pebane, Mossuril e Inhassoro;

- xiii. Financiar 12 projectos de construção e ou reabilitação de estabelecimentos de alojamento e ou restauração no âmbito dos Microcréditos;
- xiv. Projectar e co-financiar um projecto comunitário na Reserva Especial de Maputo.
- xv. Realização da primeira consulta pública referente ao desempenho da EDM, E.P. a realizar-se na Província de Maputo e em duas cidades das regiões norte e centro do País;
- xvi. Início do estudo sobre a metodologia de cálculo de tarifas e subsídios cruzados da EDM, E.P.;
- xvii. Rever o sistema tarifario com base no preço do Kwh equiparado/harmonizado com o preço médio da região;
- xviii. Prosseguir com as actividades de melhoramento da qualidade e fiabilidade da energia eléctrica fornecida;
- xix. Prosseguir com a revisão da Legislação sobre incentivos para o Gasóleo aplicados nos Sectores Produtivos.

IV.2. CAPITAL HUMANO

A. EDUCAÇÃO

219. Na área da Educação, em 2009 continuará a ser privilegiada a expansão do acesso e a melhoria da qualidade do ensino, prestando particular atenção a redução das disparidades geográficas e de género.

Educação Geral

220. Prevê-se que o Ensino Geral (diurno) registre um crescimento de 11.5%, passando de 5.246.697 Alunos em 2008 para 5.849.365 alunos em 2009. O maior crescimento será registado no Ensino Secundário do 2º Ciclo (ES2) que se espera registre um crescimento de 26.5% em relação a 2008.

221. A construção acelerada de infra-estruturas educacionais será promovida em 2009, tendo em vista a expansão do acesso.

Educação Geral: Efectivos Escolares em 2007/2009										
Nível	Escolas					Alunos				
	Real 2007	Prev. 2008	Plano 2009	Evolução, %		Real 2007	Prev. 2008	Plano 2009	Evolução, %	
				Pr08/R07	P09/Pr08				Pr08/R07	P09/Pr08
EP1	9.303	9.667	10.060	3,9	4,1	3.866.906	4.116.678	4.503.768	6,5	9,4
EP2	1.842	2.211	2.591	20,0	17,2	616.091	704.947	847.819	14,4	20,3
ESG1	254	286	311	12,6	8,7	313.692	366.345	423.460	16,8	15,6
ESG2	58	76	87	31,0	14,5	47.388	58.727	74.318	23,9	26,5
Total	11.457	12.240	13.049	6,8	6,6	4.844.077	5.246.697	5.849.365	8,3	11,5

222. Prevê-se que a rede escolar que irá leccionar os quatro níveis do ensino geral em 2009, registre um crescimento em mais 809 instituições, conforme se distribui na tabela a seguir.

Escolas a introduzir novos níveis em 2009					
Província	EP1	EP2	ESG1	ESG2	Total
Cabo Delgado	9	24	1	1	35
Niassa	29	11	3	1	44
Nampula	70	52	4	1	127
Zambézia	149	123	0	1	273
Tete	33	22	0	1	56
Manica	57	25	4	1	87
Sofala	16	30	2	0	48
Inhambane	16	40	1	0	57
Gaza	9	31	8	3	51
Maputo Prov.	3	20	2	1	26
Maputo Cid.	2	2	0	1	5
Total	393	380	25	11	809

223. No domínio da Educação Especial, em 2008 terão continuidade as seguintes acções:

- i. Continuação de acções que visam a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais e portadoras de deficiências motoras, visuais e auditivas;
- ii. Integração de estratégias de educação inclusiva nos programas de formação inicial e em serviço de professores;
- iii. Fortalecimento de mecanismos para recolha de informação sobre crianças com necessidades educativas especiais e criação da respectiva base de dados;
- iv. Continuação de construção de 3 Centros (Gaza, Nampula e Tete) Regionais de Recursos para o ensino dos deficientes e reabilitação de Escolas Especiais;
- v. Identificação e aquisição de materiais especializados para crianças com Necessidades Educativas Especiais.

Ensino Primário

- i. Continuação do projecto de construção acelerada de salas de aula para o ensino primário, abrangendo um total de 1.605 salas, distribuídas em Cabo Delgado (110), Niassa (90), Nampula (260), Zambézia (240), Tete (110), Manica (145), Sofala (175), Inhambane (185), Gaza (125), Maputo (90) e Cidade de Maputo (75);
 - ii. Continuação da divulgação da idade oficial de ingresso das crianças na escola e mensagens sobre a educação das raparigas nos órgãos de comunicação social e com recurso a figuras públicas.
224. No âmbito de efectivos escolares, no Ensino Primário do 1º Grau (EP1), prevê-se que cerca de 4.503.768 alunos frequentem as escolas públicas do EP1 em todo o país o que significará um acréscimo de mais 387.090 alunos correspondente a um crescimento de 9.4% em relação a 2008. Estes alunos serão matriculados em 10,060 escolas, o que representa um crescimento de 4.1% comparativamente a 2008.

225. Em termos de cobertura escolar, prevê-se que a taxa líquida de escolarização no EP (EP1+EP2) seja de 102,4%, sendo de 100,1% para raparigas. Prevê-se que a taxa líquida de escolarização das raparigas aos 6 anos na 1ª classe seja de 76,0% e a de conclusão do EP2 pelas meninas seja de 44%.
226. No Ensino Primário do 2º Grau (diurno), em 2009, o número de alunos irá registar um crescimento de 20,3% comparativamente ao ano de 2008, passando dos actuais 704.947 para 847.819 alunos.
227. Em termos de escolas, prevê-se que mais 380 escolas leccionem este grau de ensino em 2009, aumentando assim o número de escolas que leccionam este nível das actuais 2.211 para 2.591 escolas.
228. Em termos de ingressos, prevê-se que em 2009 um total de cerca de 441,5 mil alunos frequente a 6ª classe pela primeira vez, o que representa um crescimento de mais 85,860 alunos em relação ao número observado em 2008.

Alfabetização e Educação de Adultos (AEA)

229. No âmbito da alfabetização e educação de adultos, em 2009, continuar-se-á a dar atenção especial à:
- i. Continuação da expansão dos programas de alfabetização funcional, educação de adultos e educação não formal, com enfoque para a mulher e rapariga, visando o equilíbrio de género;
 - ii. Continuação das acções de mobilização e sensibilização das comunidades, visando a sua participação nos diferentes programas de Alfabetização e Educação de Adultos e Educação Não-Formal;
 - iii. Continuação do programa de alfabetização de membros dos Conselhos Consultivos Distritais, incentivando e acompanhando a inscrição de mais membros;
 - iv. Desenvolvimento do Currículo específico de Educação de Adultos para o Curso Nocturno, capacitação dos professores e técnicos pedagógicos;
 - v. Realização da fase experimental do programa Alfa-TV, na província da Zambezia, edição dos respectivos materiais e aquisição de equipamentos;
 - vi. Inscrição e Alfabetização de 1 milhão de pessoas via programa Alfa-Rádio;
 - vii. Revisão dos materiais (cartilha do alfabetizando e manual do facilitador e orientador) para 1 milhão de pessoas do programa Alfa-Rádio;
 - viii. Aquisição de equipamento e montagem do estúdio de rádio e televisão no órgão central, para gravação e reprodução de cassetes vídeo e áudio;
 - ix. Recrutamento e capacitação de alfabetizadores voluntários, educadores profissionais, facilitadores e orientadores e técnicos pedagógicos para programas regulares de AEA e Alfabetização via rádio;
 - x. Continuação da construção do Centro de Formação de Quadros de AEA de Gaza, e início do processo de construção de 2 Centros de Formação de Quadros de AEA (um em Manica e outro em Cabo Delgado).

230. Assim, no âmbito dos efectivos a inscrever nos cursos de alfabetização funcional e educação de adultos, prevê-se que em 2009 frequentem do 1º ao 3º ano um total de 857,3 mil alfabetizandos e educandos. Isto representa um crescimento de 14.5% em relação ao observado em 2008. O número de centros que se prevê que leccionem este nível de ensino, é de 3,575, significando um crescimento de 13.8% em relação aos centros registados em 2008 (3,142 centros).
231. Para assegurar a alfabetização e educação de adultos, ao nível do 1º, 2º e 3º anos, serão recrutados cerca de 31.369 mil alfabetizadores/educadores.

Ensino Secundário

232. No âmbito das infra-estruturas para o Ensino Secundário será continuado o programa de construção e reabilitação de escolas e salas de aula, com maior destaque para as seguintes acções:
- i. Continuação da construção das Escolas Secundárias de Montepuez e Chiúre; início do processo de construção de três (3) Escolas Secundárias (Mecufi, Pemba Metuge e Mueda) e continuação da reabilitação de três (3) Escolas Secundárias (ES de Pemba, ES Luanda - Muidumbe e ES de Nangade) em Cabo Delgado;
 - ii. Continuação da construção da Escola Secundária de Macia, em Gaza;
 - iii. Continuação da reabilitação da Escola Secundária de Maxixe (construção de 3 casas para professores);
 - iv. Continuação da construção da Escola Secundária de Ribáué e continuação da reabilitação das Escolas Secundárias de Angoche e Nacala, em Nampula;
 - v. Continuação da construção de três escolas secundárias, uma em Marrupa, uma em Lichinga e outra em Macalonge e continuação da reabilitação das Escolas Secundárias de Cuamba e Paulo Samuel Kakhomba, na província do Niassa;
 - vi. Início do processo de construção da Escola Secundária da Beira e Reabilitação da Escola Secundária de Dondo;
 - vii. Continuação da construção e reabilitação/ampliação de Escolas Secundárias em Tete (uma na cidade de Tete, uma em Tsangano e outra em Chidzolomondo);
 - viii. Continuação da construção da Escola Secundária de Mocuba e início da construção da Escola Secundária de Quelimane;
 - ix. Estabelecimento de um sistema de manutenção das infra-estruturas escolares.
233. No Ensino Secundário do 1º Ciclo (diurno), prevê-se que cerca de 423.460 alunos frequentem este nível de ensino em 2009, o que representa um crescimento de 15,6% em relação aos valores observados em 2008. Estes alunos irão frequentar um total de 311 escolas o que representa um incremento de mais 25 escolas comparativamente ao número de escolas que lecciona este nível de ensino em 2008 (286 escolas).

234. Em relação ao Ensino Secundário do 2º Ciclo (diurno), prevê-se que em 2009 frequentem este ciclo cerca de 74.318 alunos, representando um crescimento de 26,5% relativamente a 2008 (58,7 mil alunos). Este nível de ensino será leccionado em 87 instituições de ensino, o que representa um acréscimo de mais 11 escolas em relação a 2008.

Novas Admissões de Professores

235. Em 2009 prevê-se o recrutamento de 12.200 novos docentes, dos quais cerca de 10 000 para o Ensino Primário. Dos novos professores contratados, irá se privilegiar os que possuem formação profissional.

Educação à Distância

236. No âmbito da Educação à Distância, em 2009, as atenções serão concentradas no seguinte:
- i. Capacitação de Novos Tutores e Gestores para o atendimento de Programas de Ensino à Distância;
 - ii. Revisão, reformulação e elaboração de módulos tendo em conta o novo plano curricular do ESG;
 - iii. Instalação e apetrechamento de NUFORPE's com equipamento informático, reprografia e consumíveis;
 - iv. Construção de 11 Centros (um em cada província) de Apoio e Aprendizagem para o Programa de Ensino Secundário à Distância (PESD);
 - v. Instalação de Laboratórios multimédia para a produção de materiais auto-instrucionais;
 - vi. Desenvolvimento e expansão do curso médio de formação de professores primários à distância em exercício;
 - vii. Continuação da implementação do Programa de Ensino Secundário à Distância (PESD), e seu alargamento para mais distritos de todo o país;
 - viii. Implantação e desenvolvimento da rede nacional de Centros Provinciais de Educação à Distância equipados com meios didáctico-pedagógicos e tecnológicos com o objectivo de proporcionar um melhor apoio aos estudantes que frequentam cursos à distância;
 - ix. Implementação de programas de ensino à distância e em exercício direccionados para a formação de professores do ensino secundário geral (1º e 2º ciclos),
 - x. Estabelecimento de uma capacidade nacional de concepção, produção e implementação de programas de educação aberta e à distância, utilizando as tecnologias de informação e comunicação, com destaque para a rádio e televisão.

Formação do Corpo Docente

237. Para a concretização da estratégia transitória de médio prazo (2007 – 2010) para a formação de professores, em 2009 serão continuadas as acções que visam consolidar a implementação dos cursos baseados nos novos modelos de formação de professores para o Ensino Primário e Secundário. Assim, as grandes medidas serão orientadas para:
- i. Continuação da consolidação da implementação dos novos modelos de 10^a+1 para a formação de professores primários e de 12^a+1 para a formação de professores do ensino secundário do 1^o ciclo, introduzidos em 2007;
 - ii. Expansão dos programas de formação em serviço de professores, através das ZIPs e com base na experiência do Programa de Desenvolvimento Profissional Contínuo (ex-**CRESCER**);
 - iii. Manutenção de um sistema de monitoria dos processos e resultados dos modelos transitórios na reforma da formação inicial de professores;
 - iv. Continuação do desenvolvimento dos currícula para o curso de formação à distância para professores do ESG1;
 - v. Construção, reabilitação e ampliação dos Institutos de Formação de Professores.
238. Em termos de infra-estruturas para a Formação de Professores espera-se que sejam desenvolvidas as seguintes acções:
- i. Construção de um (1) Instituto de Formação de Professores no Distrito de Montepuez, Cabo Delgado;
 - ii. Continuação da reabilitação e extensão do Instituto de Formação de Professores de Homoine, em Inhambane;
 - iii. Reabilitação do Instituto de Formação de Professores (IFP) de Chibututuine, na província de Maputo;
 - iv. Construção/conclusão do IFP de Chimoio, em Manica;
 - v. Continuação da reabilitação do IFP de Marere, em Nampula;
 - vi. Continuação da construção do IFP de Cuamba, em Niassa;
 - vii. Continuação da reabilitação do IFP de Inhamízia, em Sofala;
 - viii. Construção/reabilitação de dois IFPs, um na cidade de Tete e outro em Chitima, na província de Tete;
 - ix. Continuação da reabilitação e ampliação do Instituto de Línguas.
239. Em termos dos efectivos de alunos a matricular nas instituições de formação de professores, espera-se que em 2009 frequentem os cursos de Formação de Professores Primários de 10^a+1 um total de 6.561 formandos, representando um crescimento de 12.4% relativamente a 2008. Os cursos de 7^a+3 (CFPPs) deixarão de funcionar e as instituições onde vinham funcionando passarão a leccionar cursos de 10^a+1. Também não haverá cursos de professores primários de nível médio (10^a+2). No curso de

formação de professores de 12^a +1 para o ensino secundário do 1^o Ciclo espera-se inscrever um total de 1,500 formandos.

Formação do Corpo Docente (Ensino Geral), 2007 - 2009					
Níveis	Real 2007	Prev. 2008	Plano 2009	Evolução, %	
				Pr08/R07	P09/Pr08
Curso Básico (7 ^a +3)-Total de alunos-Diurno	4.019	1.943		-51,7	-
Curso Básico (10 ^a +1)-Total de alunos-Diurno	2.869	5.838	6.561	103,5	12,4
Curso Médio (10 ^a +2)-Total de alunos-Diurno	2.530			-	
Curso Médio (10 ^a +2)-Total de alunos-Nocturno	804			-	
Total	10.222	7.781	6.561	-23,9	-15,7

Educação Técnico Profissional

240. Neste subsistema de ensino, em 2009 os esforços serão concentrados na continuação da implementação do Programa Integrado da Reforma da Educação Profissional (PIREP), incidindo fundamentalmente no seguinte:

- i. Continuação do estabelecimento de um novo sistema de gestão descentralizada do subsistema;
- ii. Continuação de acções sobre a Formação Baseada em Padrões de Competências dentro e fora do PIREP;
- iii. Continuação da formação de professores, orientada para o novo modelo baseado em Padrões de Competências;
- iv. Elaboração do Quadro Nacional de Qualificações Profissionais.

241. No âmbito das infra-estruturas será continuada a ampliação e reabilitação da rede de instituições do Ensino Técnico Profissional (ETP) e o apetrechamento dos laboratórios e escritórios das escolas do Ensino Técnico e da Formação Profissional, abrangidas pelo programa PIREP, sendo de destacar o seguinte:

- i. Início da construção da Escola de Artes e Ofícios de Macomia e continuação da reabilitação da Escola Industrial e Comercial de Pemba, em Cabo Delgado;
- ii. Continuação da reabilitação da Escola Básica Agrária de Chókwè, em Gaza
- iii. Ampliação da Escola Profissional de Massinga, em Inhambane;
- iv. Continuação da Construção da Escola Profissional de Machaze, em Manica;
- v. Continuação da reabilitação das instalações de Salamanga e sua adequação à uma Escola Técnica e reabilitação dos Institutos Agrários de Boane e Pedagógico de Umbeluzi, na província de Maputo;
- vi. Reabilitação da Escola Industrial e Comercial de Lichinga, em Niassa;
- vii. Continuação da construção da Escola de Artes e Ofícios de Mugeba, e reabilitação da Escola Agrária de Mocuba, na Zambézia.

242. No que respeita aos efectivos escolares, prevê-se que em 2009 o ensino técnico elementar seja leccionado em 11 escolas públicas com um total de 3.066 alunos o que representa um crescimento de 24% em relação ao valor observado em 2008 (2.472 alunos).

243. O nível básico diurno será frequentado por um total de 26.238 alunos, o que representa um crescimento de 10,6% relativamente ao número observado em 2008 (23.722 alunos). A rede de instituições de ensino irá aumentar em mais uma unidade a abrir em Murrupula, província de Nampula, passando de 29 para 30 escolas.

244. O nível médio diurno será frequentado por 6.100 alunos, o que representa um crescimento de 20,6% em relação ao observado em 2008 (5.060 alunos). Este aumento será, em parte, resultado da introdução deste nível em escolas que se encontram a leccionar cursos de ensino Básico, nomeadamente, Escola Agrária de Bilibiza (C. Delgado), Escola Agrária de inhamússua (Inhambane) e Escola Industrial e Comercial Joaquim Mara (Manica).

Melhoria da Qualidade do Ensino

Ensino Primário

- i. Garantia do apoio financeiro directo às escolas para beneficiar cerca de 5.360.000 alunos do EP1 e EP2 em material básico escolar, consumíveis, manutenção das instalações e programas de saúde escolar;
- ii. Implementação da nova Política do Livro Escolar;
- iii. Aquisição e distribuição do livro escolar para cerca de 5.500.000 alunos e manuais para os professores;
- iv. Implementação de estratégias de conservação do livro escolar;
- v. Continuação da consolidação do novo currículo do ensino básico;
- vi. Continuação da implementação do ensino bilingue e de múltiplas classes no ensino primário;
- vii. Monitoria e avaliação do processo de ensino-aprendizagem e acompanhamento da implementação do novo currículo.

Alfabetização e Educação de Adultos

- i. Continuação da implementação do novo Currículo para a Alfabetização e Educação de Adultos - fase experimental, abrangendo todos os distritos e inscrevendo cerca de 25.800 jovens e adultos;
- ii. Promoção da implementação de programas de alfabetização em Línguas Locais;
- iii. Continuação da revitalização dos Núcleos Pedagógicos de Base (NPB's) em todos os distritos, com a função específica de capacitação pedagógica dos alfabetizadores e educadores de adultos.

Ensino Secundário

- i. Implementação da Estratégia do Ensino Secundário Geral, revista;
- ii. Continuação da transformação curricular do Ensino Secundário Geral (ESG), tornado-o mais integrado com aspectos profissionalizantes;
- iii. Disponibilização do livro escolar para o ensino secundário assim como desenvolvimento de estratégias de conservação do livro escolar;

- iv. Continuação da implementação do programa Apoio Orçamental Directo às Escolas Secundárias;
- v. Desenvolvimento de uma estratégia de materiais de ensino para o Ensino Secundário;
- vi. Desenvolvimento de sistemas de controlo de qualidade de ensino.

Desporto Escolar

- i. Continuação da reabilitação de infra-estruturas desportivas;
- ii. Continuação do processo de integração dos jogos tradicionais no currículo e no conjunto de modalidades desportivas;
- iii. Elaboração de um modelo padrão de espaços desportivos escolares e sistema de manutenção de infra-estruturas desportivas;
- iv. Continuação e conclusão da reabilitação e construção de infra-estruturas desportiva para o IX Festival Nacional dos Jogos Desportivos Escolares;
- v. Realização do IX Festival Nacional dos Jogos Desportivos Escolares.

Saúde Escolar

- i. Integração dos conteúdos de saúde escolar nos currículos dos Institutos de Formação de Professores;
- ii. Mapeamento das iniciativas de Saúde Escolar, na comunidade escolar;
- iii. Desenvolvimento de materiais para o apoio às crianças com necessidade de educação especial;
- iv. Continuação do desenvolvimento de parcerias com diferentes actores, a todos os níveis, no âmbito da promoção de educação para a saúde nas escolas;
- v. Reactivação do Programa de Saúde Escolar em coordenação com o sector da Saúde e com a participação das comunidades;
- vi. Integração dos conteúdos de saúde escolar nos currículos dos IFP's, no Programas de Desenvolvimento Profissional Contínuo (ex-CRESCER) e Universidade Pedagógica (UP);
- vii. Reprodução e alocação de materiais de Informação, Educação e Comunicação (IEC);
- viii. Revisão da estratégia de Saúde Escolar, inclusão do programa de combate a droga e de controlo das bebidas alcoólicas no sistema educacional.

Produção e Alimentação Escolar

- i. Avaliação de progresso do processo de reactivação da Produção escolar, em função dos resultados obtidos no período de 2005/08;
- ii. Reformulação das linhas de orientação da produção e alimentação escolar em função da Política de Acção Social Escolar e elaboração dos respectivos regulamentos.

ENSINO SUPERIOR

- i. Monitoramento da implantação do instituto superior politécnico do Songo, do Instituto Superior de Artes e Cultura da Machava, da Universidade Zambeze e da Universidade Lurio;
- ii. Continuação das reformas do ensino superior;
- iii. Continuação de criação (recrutamento do pessoal) de condições para a implementação do Sistema Nacional de Garantia da Qualidade e Acreditação (SINAQES);
- iv. Elaboração do regulamento para a implementação do Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos (SNATCA);
- v. Elaboração de uma Política do Sistema de Financiamento das Instituições do Ensino Superior e estudo do impacto Social;
- vi. Publicação de estatísticas e indicadores do ensino superior referentes a 2008;
- vii. Continuação da construção de 4 Institutos Superiores Politécnicos (um em Gaza, Um em Manica e dois em Tete);
- viii. Continuação do apoio na criação de condições para a instalação e consolidação da delegação da Unilúrio na província de Cabo Delgado;
- ix. Expansão da Unilúrio para a província do Niassa no distrito de Sanga (Unango).
- x. Implantação do Instituto Superior de Artes e Cultura na Machava, província de Maputo;
- xi. Implantação da UniZambeze na região centro do país;
- xii. Consolidação da Escola Superior de Desenvolvimento rural em Vilanculos (Inhambane);
- xiii. Abertura da Escola Superior de Negócios e Empreendedorismo em Chibuto (Gaza).

CULTURA

245. Na área da Cultura, em 2009, os esforços estarão concentrados na preservação e divulgação do património cultural nacional, melhoramento da rede de infra-estruturas culturais e promoção da indústria cultural.

Promoção da Cultura e sua contribuição no desenvolvimento social e económico

Neste âmbito as principais acções serão dirigidas para:

- i. Continuação da realização de feiras locais de artesanato,
- ii. Elaboração de roteiros e calendários de locais e eventos culturais regulares provinciais;
- iii. Continuação da divulgação do património cultural sobre às áreas protegidas, sítios e locais históricos, assim como outras informações de carácter histórico e cultural através dos meios de comunicação social, das escolas e de estabelecimentos de restauração;

- iv. Continuação da divulgação da legislação atinente a área da cultura.

Preservação e valorização do Património Cultural

- i. Continuação da identificação, registo e preservação de obras culturais e naturais a inscrever na proposta da lista do Património Nacional;
- ii. Divulgação da lista nacional sobre bens do património cultural;
- iii. Continuação de acções de protecção e salvaguarda da Timbila e do Nyau;
- iv. Continuação da realização de campanhas de sensibilização para a preservação do património cultural (em escolas, instituições relevantes e em comunidades locais);
- v. Aprovação da Política Linguística de Moçambique e respectivo quadro legal;
- vi. Promoção da participação da comunidade na divulgação, conservação e gestão de Monumentos, Conjuntos e Sítios históricos;
- vii. Informatização dos Catálogos da Biblioteca Nacional de Moçambique.

Desenvolvimento e Fortalecimento da capacidade e infra-estruturas culturais

- i. Reabilitação de bibliotecas públicas provinciais;
- ii. Conclusão da reabilitação do ARPAC;
- iii. Conclusão da Reabilitação da Biblioteca Nacional de Moçambique;
- iv. Início da construção de duas escolas artísticas (Institutos médios de Artes e Cultura: um em Cabo Delgado e outro na Zambézia);
- v. Implantação do Instituto Médio de Artes e Cultura em Gaza;
- vi. Reabilitação do Instituto Nacional de Audiovisual e Cinema (INAC);
- vii. Reabilitação do MUSART, MUSEM e MUSIM;
- viii. Expansão da Rede de Bibliotecas Públicas.

Fortalecimento da parceria com os vários intervenientes

- i. Realização de Jornadas Científico-Culturais nas provincias;
- ii. Participação em eventos culturais nacionais e internacionais.

Fortalecimento da moçambicanidade no âmbito da unidade na diversidade

- i. Realização da II Conferência Nacional de Cultura;
- ii. Continuação de promoção da produção e difusão de programas e publicações culturais sobre a diversidade cultural nacional, através dos média e da comunicação social e sua disseminação na comunidade através das Casas de Cultura e Centros Culturais;

- iii. Operacionalização do Programa de Desenvolvimento Humano Sustentável e Reabilitação Integrada da Ilha de Moçambique, Património da Humanidade;
- iv. Melhoramento do acervo das Bibliotecas Públicas e Escolares;
- v. Promoção de concurso literários;
- vi. Continuação da recolha de dados e pesquisa sócio-cultural e científica sobre os bens do património cultural e natural, bem como a produção de brochuras e publicações.

B. SAÚDE

246. A preocupação central do Governo de Moçambique na área de Saúde é a melhoria do estado de saúde do povo moçambicano, através da expansão do acesso aos serviços. Os Cuidados de Saúde Primários bem como a melhoria da qualidade dos serviços prestados constituem o eixo principal de actuação do Sector tendo em vista a redução das elevadas taxas de morbilidade e mortalidade na população geral e nos grupos de risco acrescido e desfavorecidos em particular mulheres e crianças. Em seguida apresentam-se as intervenções prioritárias, para o ano de 2009:

Promoção de Saúde e Controle da Doença

- i. Reforçar as acções de saneamento do meio e de promoção da higiene sobretudo ao nível das unidades sanitárias, escolas, centros educacionais e mercados;
 - ii. Reforçar a capacidade de realizar inspecções ao nível da indústria hoteleira, estabelecimentos comerciais e fábricas;
 - iii. Reforçar a capacidade de realizar análises laboratoriais relativamente a higiene das águas e dos alimentos em todas as províncias do país;
 - iv. Realizar actividades que contribuam para a implementação em pleno do Regulamento Sanitário Internacional (2005).
247. A nível das unidades sanitárias serão realizadas intervenções para a padronização da gestão do lixo hospitalar, e serão capacitados **75 técnicos** de saúde em matéria de gestão de lixo hospitalar. De igual preve-se:
- i. Capacitação de 30 técnicos de medicina preventiva na área de Higiene Alimentar;
 - ii. Divulgação do material educativo sobre a produção, conservação, transporte, comercialização e consumo dos produtos alimentares;
 - iii. Formação de 30 profissionais de saúde em matérias de controlo da qualidade da água e controlo da qualidade dos alimentos;
 - iv. Intensificação das acções de monitoria da qualidade da água e dos alimentos;
 - v. Sensibilização das comunidades para se manterem próximo das fontes de abastecimento de água, como forma de assegurar a manutenção da rapariga na escola;

- vi. Mobilização das comunidades para a adopção de estilos de vida saudáveis, com recurso aos meios de comunicação social;
- vii. Divulgação do Manual de Educação para a Saúde.
- viii. Formação de 90 APE's como elementos de intervenção em saúde, dando prioridade a candidatos do sexo feminino.

Cuidados de Saúde Neonatal, Infantil e Infanto-Juvenil

Expansão dos cuidados essenciais ao recém-nascido (CERN), através de:

- i. actualização das normas e guiões técnicos de saúde neonatal e infantil;
- ii. formação de 275 pessoal de saúde nos pacotes de Cuidados Especiais ao Recém Nascido (CERN);
- iii. realização de 03 formações regionais para actualização dos formadores sobre Cuidados de Referência.
- iv. Instauração de consulta pós-natal nos primeiros sete dias;
- v. Formação de 50 trabalhadores de saúde, por província nos pacotes de AIDI complementar sobre HIV;
- vi. Promoção do Aleitamento Materno Exclusivo (AME) até aos 6 meses;
- vii. Introdução e implementação do novo Cartão de Saúde da Criança;

Refuncionalização da Consulta da Criança Sadia e de Risco, através de:

- i. Capacitação de responsáveis de SMI, sendo 11 cursos de nível provincial ;
- ii. Reprodução e distribuição de 150 exemplares de Política Nacional de Saúde Neonatal e infantil e Plano Estratégico de Saúde Neonatal e Infantil.

Saúde Sexual e Reprodutiva com enfoque na Saúde Materna

248. O principal objectivo de 2009 é aumentar a cobertura de partos institucionais e formar mais profissionais em cuidados obstétricos básicos e de emergência. Como resultado espera-se atingir a meta de 3.0 US/500.000hab, em Cuidados Obstétricos Básicos (COEB), com pessoal e equipamento necessários para a prestação de cuidados obstétricos básicos. Serão desenvolvidas as seguintes acções:

- i. Formação de 300 profissionais de saúde em Cuidados Obstétricos de Emergência;
- ii. Formação de 200 profissionais de saúde para a expansão da Prevenção da transmissão Vertical;
- iii. Expansão do tratamento intermitente preventivo da malária nas unidades sanitárias que realizam consultas de saúde materno infantil;
- iv. Realização de 11 formações integradas de COEm, Cuidados Essenciais e de Reanimação do RN;

- v. Instalação de uma casa de espera para mulheres grávidas em cada sede distrital, providenciando alimentos para atrair mais mulheres a fazerem partos na Maternidade.

Coberturas do programa SMI– Janeiro a Dezembro de 2005-2007					
Indicador	Meta-2009	Meta-2007	2005	2006	2007
% US-sede C.M espera	90%	60%	S/I	31.2%	64%
Nº US/ 500.000hab Prestam Coeb	3.0 US/ 500.000 hab	1.9 US/ 500.000 hab	S/I	2.3 US/ 500.000h ab	1.1 US/ 500.000 hab
Tx Mort.Materna	<100/ 100.000 Nv		182/ 100.000 Nv	190/ 100.000 Nv	163 US/ 100.000 Nv

Expandir e melhorar a qualidade dos serviços de PTV e integração desta componente nos serviços de SMI

- i. Realização de 2 formações integradas em PTV que incluam questões de ATS e Sífilis para Enfermeiras de SMI por província;
- ii. Início do funcionamento do comité nacional de mortes maternas, neonatal e infantil.

Aumentar o acesso ao planeamento familiar

- i. Realização de acções de IEC e aconselhamento sobre PF nas US's e no seio da comunidade com envolvimento do homem;
- ii. Prestar a assistência técnica nos 3 treinos regionais de SSR e SI sobre o uso de novos instrumentos.

Evolução das Coberturas de SMI, 2005-2009					
Componente	Real			Plano	Meta
	2005	2006	2007	2008	2009
Consultas pré-natais	97,50%	100%	100%	98%	98%
Partos institucionais	50,10%	48,40%	54%	55%	60%
Consultas pós-parto	55,60%	63,80%	70%	66%	70%
Planeamento Familiar	15.%	18%		35%	40%

Programa Alargado de Vacinação

249. Pretende-se atingir pelo menos 80% de cobertura vacinal em todos os distritos do país e reforçar as actividades para eliminação do Sarampo, Tétano Neonatal, Poliomielite e diminuição do peso da doença por Haemophilus Influenza tipo B. Para o efeito, foram definidas as seguintes acções:

- i. Formação de 430 profissionais de saúde afectos nas Unidades Sanitárias com geleiras do PAV, responsáveis provinciais de manutenção e os logísticos do PAV;
- ii. Expansão da estratégia RED para mais 33 distritos, sendo 3 em cada província;

- iii. Aquisição e afectação de geleiras e outro equipamento de frio em 60 US;
- iv. Introdução da vacina pentavalente no calendário vacinal.

Criação da Unidade de Epidemiologia

250. Por forma a melhorar a vigilância integrada das doenças, assegurar uma correcta recolha e análise da informação necessária para o desenvolvimento dos programas, melhorar a capacidade de resposta a epidemias e a situações de emergência, será criada em 2009 uma Unidade de Epidemiologia. Para o efeito serão levadas a cabo as seguintes acções:
- i. Formação de equipas de resposta à situações de emergência nas províncias;
 - ii. Formar 15 profissionais de saúde em epidemiologia básica, a colocar nas Direcções Provinciais de Saúde e na Unidade de Epidemiologia;
 - iii. Supervisionamento das actividades de busca activa dos casos de Paralisia Flácida Aguda, Sarampo e Tétano Neonatal com vista a sua eliminação;
 - iv. Realização de busca activa dos casos suspeitos de sarampo para reduzir as taxas de letalidade.

Malária

251. A malária constitui um sério problema de saúde pública no nosso país. A prevenção e o tratamento precoce dos casos constituem a principal estratégia no controlo desta doença. Assim preve-se introduzir a terapia combinada como primeira linha no tratamento da malária, atingir 80% das mulheres grávidas com TIP, nas consultas pré-natais e reforçar a pulverização intradomiciliária. A Tabela a seguir apresenta as principais metas a serem atingidas em 2009.

Indicador	Meta-2009	2005	2006	2007
Nº casos	Reduzir	5.896.411	6335757	6.318.764
% Pop.benef.Pidom.	45%	22%	34%	35%
%Mulh.gráv. crianc.c/1 red.mosq	>95%	20%	41%	S/I
% mulh.receb TIP	>80%	S/TIP	26%	37%

Neste sentido, serão levadas a cabo as seguintes acções:

- i. Consolidação das acções de Pulverização intra domiciliária (PIDOM) . Neste domínio, espera-se que mais de 45% da população em 2009, tenha acesso a pulverização intra-domiciliária. A situação actual da cobertura dos serviços é a seguinte: 22% (2005), 34% (2006) e 35% em 2007;
- ii. Assegurar a colocação de redes mosquiteiras tratadas com insecticidas de longa duração (LLIN's) nas áreas não cobertas pela PIDOM (actualmente 45 distritos beneficiam de pulverização).

- iii. Reforço das actividades de sensibilização e educação das comunidades para maior envolvimento e participação nas actividades de prevenção da malária;
- iv. Introdução da terapia combinada de derivados de Artemizina com Lumefantrina como primeira linha de tratamento da malária não complicada;
- v. Estabelecer seis postos sentinela para a monitorização da eficácia terapêutica dos antimaláricos e bioensaio para os insecticidas em uso.

Tuberculose

252. No concernente ao controlo da tuberculose, em 2009, pretende-se aumentar a taxa de despiste de modo a que todas as províncias tenham uma cobertura de 100% e todos os centros de saúde periféricos implementando o DOT. Para o efeito irão ser realizadas as seguintes acções:

- i. Intensificar o rastreio da TB nas cadeias, internatos da Saúde e da Educação, centros de reassentamento e fazer o rastreio rotineiro da TB a todos os pacientes HIV positivos;
- ii. Expandir o DOTs institucional e comunitário;
- iii. Formação de 100 de agentes de Medicina e enfermeiros para a leitura de lâminas de BK nas unidades sanitárias sem laboratório e 100 profissionais de saúde para a melhoria do diagnóstico e tratamento da TB MDR/XDR;
- iv. Acelerar a implementação das 12 principais actividades colaborativas TB/HIV e reforçar o aconselhamento, testagem a todos os doentes com TB e o tratamento preventivo;
- v. Actualização em DOTs Comunitário a 22 supervisores provinciais;
- vi. Realização de quatro encontros de coordenação com o Ministério do Trabalho e o CNCS para acelerar a implementação do plano de redução do impacto da TB e HIV/SIDA nos mineiros;
- vii. Actualização do guião e materiais educativos sobre TB nas prisões;
- viii. Elaboração e disseminação dos algoritmos para o diagnóstico da TB em crianças tendo como base o guião da OMS;
- ix. Realização de duas capacitações para 20 formadores em medidas administrativas de identificação precoce, diagnóstico, tratamento de casos suspeitos de TB;
- x. Actualização e distribuição do guião de gestão de medicamentos anti-TB;
- xi. Produção e distribuição do material de IEC para prevenção do HIV e TB;
- xii. Desenvolver o plano nacional para Advocacia, Comunicação e Mobilização Social (ACSM) para a TB.

Lepra

253. Em Moçambique foi atingida, em finais de 2007, a meta de reduzir a prevalência da Lepra para <1 caso por 10.000 Habitantes. A prioridade nacional será de manter o estado pós eliminação da lepra anível de cada província. Com efeito, destacam-se as seguintes acções:

- i. Garantir a qualidade do controlo da lepra em todas as comunidades afectadas;
- ii. Mapeamento da distribuição dos novos casos da lepra.
- iii. Treinamento dos trabalhadores sanitários a todos os níveis;
- iv. Formação, educação e comunicação nas zonas endémicas (Nampula e Zambézia);
- v. Reforço das acções de busca activa de casos e intensificar o envolvimento das escolas e dos agentes comunitários na província mais endémica do País.

Saúde Mental

- i. Criação do Centro de Reabilitação de Toxicodependentes na província de Maputo;
- ii. Criação do Centro de Reabilitação Psicossocial na Cidade de Maputo;
- iii. Credenciamento do Centro de Psicologia Aplicada e Exames Psicotécnicos (CEPAEP).
- iv. Realização de curso sobre Epilepsia, envolvendo 45 técnicos de psiquiatria no país;
- v. Realização de curso sobre aconselhamento em HIV-SIDA para Psicólogos e técnicos de Psiquiatria, envolvendo 60 participantes no país;
- vi. Realização de curso sobre intervenções em situações de emergência e grandes calamidades, abrangendo 45 técnicos do país;
- vii. E, realização de curso sobre técnicas e competências psicológicas, abrangendo 45 técnicos no país;

Saúde Escolar e do Adolescente

- i. Expansão do pacote básico de Saúde Escolar (educação para a saúde, vacinação anti-tetânica, desparasitação, exames médicos, despiste activo da cárie dentária e outras doenças da boca), nas escolas do EP1;
- ii. Intensificação das acções de saneamento do meio e promoção de higiene nas escolas, através da construção e uso de latrinas, medidas de higiene individual e colectiva;
- iii. Em coordenação com o Ministério da Educação e Cultura serão formados 2.340 professores em Saúde Escolar e Primeiros Socorros;

- iv. Introdução no pacote de formação de formadores e provedores em SSRAJ/ITS/HIV/SIDA, de temas sobre o consumo do tabaco, álcool e outras drogas; violência baseada no género; reforço em cuidados pós aborto; ATS e PTV;
- v. Apoio técnico na expansão de SAAJs alternativos nas províncias de Nampula, Niassa, Zambézia, Tete, C.Delgado, Manica e Inhambane), incluindo a expansão de ATs nos SAAJs.

Nutrição

- i. Assegurar o acesso a suplementos nutricionais às mulher que frequentam a consulta pré-natal e às crianças menores de 05 anos de idade;
- ii. Redução da taxa de prevalência de desnutrição por micronutrientes, através da expansão de mais Centros de Reabilitação Nutricional, da implementação a escala nacional do Pacote Nutricional Básico (PNB);
- iii. Promoção da educação nutricional no seio das comunidades envolvendo todos os segmentos da sociedade, professores e alunos na adopção de hábitos correctos;
- iv. Capacitação de 100 técnicos de saúde em manejo da desnutrição aguda e grave;
- v. Melhoramento da alimentação Hospitalar, nos Hospitais Provinciais e Rurais do País e a Promoção da Cesta Básica para Pessoas vivendo com o HIV/SIDA.

Com vista a prestar os serviços de saúde de qualidade serão desenvolvidas as seguintes acções:

- i. Instituição de comissões de controlo de qualidade na DNAM, nos principais hospitais, nas áreas clínicas, laboratorial e de enfermagem;
- ii. Estabelecimento plano de saneamento do meio e de tratamento do lixo hospitalar em todas as unidades sanitárias do país;
- iii. Assegurar o funcionamento dos conselhos de base dos hospitais e dos gabinetes de utentes;
- iv. Envolver mais as comunidades no combate e tratamento das doenças crónicas;
- v. Intensificação das supervisões integradas e tutorias clínicas nas Uss;
- vi. Distribuição de novos impressos hospitalares e pastas de arquivo do processo clinico para uso obrigatório em todas as províncias.

Programa Nacional de HIV-SIDA

254. Neste programa, dos cinco indicadores propostos para o quinquénio, três já foram atingidos e ultrapassados. Neste sentido, para o ano de 2009, os esforços serão concentrados para assegurar o cumprimento das metas

dos restantes dois indicadores e na melhoria de qualidade dos serviços prestados. Irá se continuar a trabalhar no sentido de melhorar os níveis de adesão ao TARV bem como na definição da melhor estratégia para os cuidados domiciliários e aconselhamento e testagem. Portanto, irá se reforçar a assistência técnica às DPSs e tornar obrigatórios os encontros dos comités de HIV-Sida, Tuberculose e Malária. A seguir apresenta-se as actividades no âmbito das ITSs-HIV-SIDA

Actividades no âmbito das ITSs-HIV-SIDA						
Grandes acções	Indicador	Metas de 2009	Atingido até 2005	Atingido até 2006	Atingido até 2007	Grau de realização %
Reduzir a transmissão do HIV-SIDA de mãe para o filho	No. US com serviços de PTV	307	82	222	386	100%
	No. de utentes de PTV (1ª CPN)	100.000	158.273	269.084	736.447	100%
Oferecer tratamento anti-retroviral em USs seleccionadas	No. US com capacidade para oferecer TARV	130	39	150	211	100%
	No. de crianças em TARV	11.286	1.837*	3.940*	7.701*	68%
	No. de pessoas que se beneficiam do TARV.	150.000	22.147*	50.901*	109.662*	73%

*Estes números são relativos ao nº de doentes inscritos, sem retirar os óbitos e abandonos.

Área Farmacêutica

- i. Realização de supervisão às províncias de Niassa, Cabo Delgado, Tete, Manica e Inhambane para controlo da disponibilidade de medicamentos e outros produtos adquiridos e para monitorar as condições de armazenamento de medicamentos;
- ii. Acompanhamento do processo de distribuição trimestral de medicamentos e Artigos Médicos no Armazém Central da Beira no âmbito da formação e integração dos novos quadros;
- iii. Realização de encontros de coordenação com a inspecção farmacêutica;
- iv. Revisão dos manuais de procedimentos e elaboração das normas de gestão, controlo e dispensa de medicamentos.

Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde

255. No âmbito de desenvolvimento de recursos humanos foi desenhado o Plano Nacional de Desenvolvimento de RH 2008-2015 onde estão previstas acções que visam a satisfação progressiva das necessidades actualmente acrescidas pelo impacto do HIV/SIDA, bem como a dignificação, motivação e

retenção dos trabalhadores de saúde através de um incremento salarial e outros pacotes não monetários. Prevê-se as seguintes realizações:

- i. Integração de 2453 funcionários no quadro do Pessoal do MISAU;
- ii. Progressão de 7702 funcionários;
- iii. Promoção 4099 funcionários;
- iv. Aposentação de 914 funcionários;
- v. Colocação de 2.078 técnicos recém formados.
- vi. Conclusão da revisão dos curricula de Formação;
- vii. Lançamento do ensino à Distância.

Formação

256. Neste domínio prevê-se o início de 11 cursos de nível médio inicial, 9 cursos de nível médio especializado, 7 de promoção e 38 de nível básico em várias instituições de formação, totalizando **65** cursos a iniciar com um total de **1.950** novos ingressos. Também será revitalizada a formação de APE's. Em seguida apresenta se a tabela detalhada sobre os cursos.

Cursos a iniciarem em 2009.		
Nível	Nº de Cursos	Nº de Alunos
Médio Inicial	11	330
Médio Especializado	9	270
Médio Promoção	7	210
Básico	38	1140
Total	65	1.950

257. Prevê-se, igualmente, a conclusão de **71** cursos, sendo 4 de nível superior nas áreas de enfermagem, administração hospitalar, pediatria e laboratório, 22 de nível básico e 45 de nível médio (1 de promoção e 44 Iniciais);

258. Com a conclusão dos cursos espera-se graduar 1.978 profissionais dos quais 1206 do nível médio, nas áreas de Medicina Geral, Administração Hospitalar, Radiologia, Enfermagem Geral e de Saúde Materno Infantil, Otorrino, Psiquiatria, Estatística Sanitária, Farmácia, Laboratório e Odontoestomatologia. Cerca de 654 técnicos de nível básico, sobretudo Agentes de Medicina Geral, Laboratório, Enfermeiros e Enfermeiras de SMI e Agentes de farmácia.

Cursos a encerrar em 2009		
Nível	Nº de Cursos	Nº de Alunos
Superior	4	83
Médio Inicial	44	1206
Médio Especializado	0	0
Médio Promoção	1	35
Básico	22	654
Total	71	1.978

- i. Colocação de 2 docentes efectivos por curso em cada IdF;
- ii. Revisão dos currículos de formação de Enfermagem e SMI;
- iii. Elaboração dos currículos de promoção de Técnicos de Laboratório e Farmácia;
- iv. Capacitação dos docentes das Instituições de Formação nas áreas de Pedagogia, HIV/Sida;
- v. Expansão das enfermarias modelo para os hospitais que servem de campos de estágio;
- vi. Criação do núcleo pedagógico e didáctico;
- vii. Transformação do CRDS em Instituto Politécnico para formação de quadros de saúde pública e em educação a distância.
- viii. Em Pós-graduação espera-se graduar 29 médicos especialistas nas seguintes áreas de saúde: Anestesia e Reanimação (1), Cirurgia Geral (1), Ginecologia e Obstetrícia (2), Imagiologia (1), Medicina Interna (1), Oftalmologia (1), Pediatria (2) Anatomia Patológica (1), Medicina Comunitária (1), Medicina Legal (1), Neurocirurgia (1), Oncologia (2), Ortopediatria (1), Psiquiatria (1), Urologia (2).

Desenvolvimento da Infra-Estrutura Sanitária e Equipamento

- i. Início do funcionamento do Hospital Geral de Nacala Porto;
- ii. Concluir a reabilitação dos laboratórios dos Hospitais Centrais de Maputo, Beira e Nampula;
- iii. Reabilitações e construção de 42 Unidades Sanitárias da rede primária: Cabo Delgado (1), Niassa (4), Nampula (2), Zambézia (10), Manica (4), Tete (4), Sofala (4), Inhambane (4), Gaza (4), Maputo Cidade (3), Maputo província (2);
- iv. Refuncionalização e construção de 30 unidades sanitárias de nível secundário: Cabo delgado (3), Niassa (2), Nampula (5), Zambézia (4), Tete (2), Sofala (02), Inhambane (3), Gaza (3), Maputo Cidade (4), Maputo Província (2);
- v. Intervenções de construção e reabilitação de 4 Hospitais Provinciais de Cabo Delgado, Manica, Tete, Inhambane;
- vi. Construção do Hospital Provincial de Maputo;
- vii. Intervenções de reabilitação de 7 blocos nos três Hospitais Centrais (Maputo, Sofala e Maputo Cidade);

- viii. Reabilitação de 4 armazéns distritais em Mocímboa da Praia, Moma, Mutarara e Caia;
- ix. Obras de construção e reabilitação em 9 Instituições de Formação: Cabo Delgado (2-CF Pemba e Mocímboa da Praia), Nampula (1-ICS de Nampula), Tete (1-Matundo), Sofala (2-Nhamatanda e ICS da Beira), Inhambane (2-CF de Inhambane Sede e Massinga), Gaza (1-CF de Chicumbane);
- x. 14 projectos de construção de casas: Cabo Delgado (4), Niassa (4), Nampula (4), Tete (2), Gaza (3), Maputo Província (6)
- xi. Quanto a aquisição de equipamento, o destaque vai para a aquisição de 10 aparelhos de RX, para Mueda, Mocímboa, Chiúre, Marrupa, Caia, Marromeu, Gilé, Fingoé, Vilanculos e Quissico e de quatro incineradoras para os Hospitais Provinciais de Pemba, Lichinga, Quelimane e HCNampula.

C. TRABALHO

259. Na área de Trabalho, em 2009 continuar-se-á a privilegiar o desenvolvimento de programas que assegurem o aumento das oportunidades de Emprego, a prevenção de conflitos laborais nas Empresas, com a divulgação da Lei do Trabalho e da Protecção social e a expansão dos serviços do sistema de segurança social.

No domínio da Acção Normativa

260. Neste domínio continuará a ser privilegiada a elaboração de propostas de normas laborais que se afigurem mais consentâneas com o processo de desenvolvimento económico do País. Sendo assim, os esforços serão centrados no seguinte:

- i. Continuar com a divulgação da Lei do Trabalho e da Protecção social;
- ii. Implantação dos três (3) Centros de Mediação e Arbitragem Laboral, nomeadamente o da Comissão de Mediação e Arbitragem em Maputo-Província, Maputo-Cidade e Sofala.

No domínio do Emprego, Trabalho e Formação Profissional

261. No âmbito da implementação da EEFP prevê-se Identificar oportunidades de Emprego e apoiar a Inserção Laboral de Grupos Alvos Especiais (Promoção de Emprego para Jovens), assim serão realizadas as seguintes acções:

- i. Identificação de oportunidades de Emprego e promoção da colocação de candidatos ao emprego, para jovens recém graduados em todas as províncias;
- ii. Criação de postos de trabalho, em especial através das associações de produtores;
- iii. Formação de 6.151 candidatos a emprego, em diversas especialidades, nos centros de formação profissional, incluindo pessoas portadoras de deficiência distribuídos da seguinte forma: Niassa (180); Cabo Delgado (277); Nampula (685); Zambézia (325);

Tete (149); Manica (343); Sofala (1.516); Inhambane (549); Gaza (281); Maputo-Provincia (1.160); Maputo-Cidade (685).

No domínio do Trabalho Migratório

262. Neste âmbito serão realizadas acções que assegurem com flexibilidade, a satisfação dos interesses legítimos dos trabalhadores migrantes. Os esforços serão centrados no seguinte:

- i. Garantir a implementação das novas regras de contratação de mão-obra estrangeira;
- ii. Consolidar a desconcentração de competências no âmbito da contratação de mão-de-obra estrangeira;
- iii. Extensão do Pagamento Deferido aos trabalhadores das Farmas;
- iv. Prosseguir a promoção da emissão de cartões a favor dos trabalhadores nas minas ou seus familiares no âmbito do pagamento regular das pensões através de POS e ATM´s aos beneficiários;
- v. Garantir a colaboração das administrações distritais na localização dos pensionistas e beneficiários de espólios, através do financiamento do processo.

No domínio da Inspeção e Relações de Trabalho

263. Neste domínio serão realizadas acções para Controlar a legalidade Laboral, assegurar os direitos do trabalhador portador do HIV/SIDA e garantir a Paz nas relações sócio Laborais. Assim merece destaque o seguinte:

- i. Fiscalizar 5.369 estabelecimentos para verificar o cumprimento das normas Laborais, distribuidos da seguinte forma por Províncias: Maputo Cidade (800); Maputo Província (250); Gaza (350); Inhambane (700); Manica (800); Sofala (630); Tete (300); Zambézia (300); Nampula (468); Cabo Delgado (450) e Niassa (321);
- ii. Reciclar 120 Inspectores em metodologias de trabalho no domínio de higiene e segurança de trabalho, relações profissionais e segurança social.

No domínio da Comissão Consultiva do Trabalho

Neste domínio as atenções serão concentradas no seguinte:

- i. Realização de duas sessões ordinárias e uma extraordinária para apreciar assuntos temáticos ligados à actividade laboral;
- ii. Realização de encontros de trabalho de duas subcomissões técnicas para apreciar e preparar temas a serem submetidas às plenárias deste órgão;
- iii. Continuar a realizar acções que visem a implantação, a consolidação, o acompanhamento, o controlo efectivo dos Fóruns Provinciais de Consulta e de Concertação Social, bem como os Centros de Mediação e Arbitragem Laboral; e
- iv. Realizar acções com vista às discussões dos salários mínimo por sectores de actividades a vigorar no ano de 2009.

No domínio da Segurança Social

264. Neste domínio prevê-se Extensão do sistema a maioria da população e Inscrever maior número de contribuintes e beneficiários :
- i. Promover de forma crescente a inscrição de contribuintes e beneficiários por conta de outrem, conta própria, e a manutenção voluntária de inscrição;
 - ii. Promover a integração de mais categorias de trabalhadores.

D. MULHER E ACÇÃO SOCIAL

265. Nesta área, em 2009 será dada continuidade a realização de actividades tendentes à elevação do estatuto da mulher e da sua participação na vida política, económica e social do país e à promoção da assistência e integração social dos grupos em situação de vulnerabilidade, particularmente, mulheres, crianças, idosos e pessoas portadoras de deficiência.

Âmbito do Desenvolvimento da Mulher

- i. Implementar 2.470 projectos de geração de rendimentos para beneficiar 11.950 mulheres chefes de agregados familiares, em todo o país;
- ii. Capacitar 300 mulheres membros de associações femininas em matérias de gestão de projectos de geração de rendimentos, província da Zambézia;
- iii. Realizar 5 seminários de sensibilização sobre a prevenção de violência contra mulher, beneficiando 200 pessoas nos Distritos de Gilé, Chinde, Lugela e Pebane, província da Zambézia;
- iv. Produzir um documentário sobre os Direitos da Mulher, em língua Tsonga e língua de sinais, na província de Maputo;
- v. Implementar projectos agro-pecuários beneficiando 123 mulheres chefes de agregado familiar, na província de Maputo;
- vi. Realizar 28 palestras de divulgação da Política de Género e Estratégia de sua Implementação, Lei da Família, Plano Nacional para o Avanço da mulher, na província de Inhambane;
- vii. Divulgar o Plano de Combate a Violência contra a Mulher; nas províncias de Cidade de Maputo, Sofala, Tete, Cabo Delgado, beneficiando um total de 240 pessoas sendo 60 cada província.
- viii. Assistir 80 mulheres chefes de agregados familiar em situação de vulnerabilidade através de projectos de geração de rendimentos na província do Niassa.
- ix. Garantir as comemorações das datas alusivas à mulher: 08 de Março, 07 de Abril, 31 de Julho, 15 de Outubro e 25 de Novembro, dia Internacional da mulher, da mulher moçambicana, da mulher Pan-africana, da mulher rural e da não-violência contra as mulheres respectivamente;

Âmbito da Protecção da Criança

Neste âmbito serão realizadas as seguintes acções:

- i. Divulgar os direitos da criança às famílias, comunidades e sociedade em geral;
- ii. Realizar 3 Sessões do Parlamento Infantil, sendo 1 Nacional, 1 em Niassa e 1 em Sofala;
- iii. Divulgar a Legislação sobre as Políticas e Instrumentos de protecção a criança através de palestras, teatro e folhetos para 10.000 beneficiários em todo o País;
- iv. Realizar 17 palestras sobre o abuso sexual de menores e prostituição infantil, beneficiando 4.000 pessoas, na província da Zambézia.
- v. Comemorar os dias 01 e 16 de Junho, Dia Internacional da Criança e da Criança Africana, respectivamente, em todas as províncias.

Educação Pré-Escolar

266. No âmbito da Educação Pré-Escolar as atenções continuarão viradas para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à Criança nos Centros e Jardins Infantis bem como nas Escolinhas Comunitárias. O enfoque especial será dado a sensibilização das comunidades, ONG's e sector privado para apoiar as iniciativas comunitárias no sentido de torná-las mais sustentáveis.

267. Ainda neste âmbito prevê-se rever o manual pedagógico do atendimento das crianças em idade Pré-escolar.

Educação Pré-Escolar				
Indicadores	2007	2008		2009
	Real	Plano	Real I Sem	Plano
Centros Infantis (Estatais)	15	16	16	16
Crianças Atendidas	1.608	1.620	1.650	1.700
Centros Infantis (Privados)	157	142	151	160
Crianças Atendidas	11.962	10.975	11.720	12.000
Escolinhas Comunitárias	629	536	527	560
Crianças Atendidas	42.447	35.114	48.009	50.000

Atendimento à Criança em Situação Difícil

268. Para a reabilitação psicossocial e integração da criança em situação difícil continuará a ser privilegiado o envolvimento das Instituições Religiosas, Organizações das Comunidades, ONG's e o Sector Privado, no atendimento da Criança Órfã, Abandonada e da rua nas Comunidades, nos Infantários e Centros de Acolhimento, segundo ilustra o quadro a seguir.

Atendimento a Criança em Situação Difícil				
Indicadores	2007 Real	2008		2009 Plano
		Plano	Real I Sem	
Centros da/na Rua	171	140	153	156
Crianças Atendidas	23.875	16.000	22.852	24.000
Infantários Estatais	7	7	7	7
Crianças Atendidas	683	350	534	350
Infantários Privados	18	30	19	30
Crianças Atendidas	1.046	1.700	674	1.700

Ainda neste âmbito, prevê-se:

- i. Prestar apoio alimentar a 33.500 Crianças órfãs e vulneráveis, sendo 10.500 em Tete, 17.000 em Gaza e 5.000 na cidade de Maputo;
- ii. Distribuir 1.200 kits de materiais escolares, sendo 1.000 em Sofala e 200 em Inhambane.
- iii. Integrar 3.900 crianças em situação difícil nos projectos sociais na província de Manica (2900) e Sofala (1000), bem como implementar projectos de geração de rendimento para 100 famílias que integram crianças órfãs e desamparadas na Província do Niassa;

269. Em relação ao **Programa de Localização e Reunificação Familiar** de crianças órfãs, perdidas ou abandonadas em situação difícil, prevê-se documentar e reunificar 1.300 e 2.400 crianças, respectivamente.

Programa de Localização e Reunificação Familiar				
Indicadores	2007 Real	2008		2009 Plano
		Plano	Real I Sem	
Crianças documentadas	10.335	1.200	6.838	1.300
Crianças reunificadas	3.121	2.400	639	2.400

- i. Realizar 4 visitas domiciliárias de acompanhamento, a cada criança, no âmbito de processo de adopção, tutela e acolhimento da criança a nível provincial e distrital.

Atendimento a Pessoa Idosa

270. No âmbito do atendimento a pessoa idosa irão prosseguir as acções de assistência e promoção dos seus direitos, assim como de integração na família e na comunidade, privilegiando as seguintes acções:

- i. Criar Centros Comunitários Abertos para o desenvolvimento de actividades ocupacionais para os Idosos, sendo 1 em Nampula; 3 em Cabo Delgado nos distritos de Montepuez, Palma e Chiúre; 2 em Zambézia nos distritos de Gurué e Milange e 13 em Sofala; 7 em Niassa sendo 5 em Cuamba e 2 em Lichinga; 3 em Inhambane, nos distritos de Maxixe, Massinga e Vilanculos; 3 em Gaza, nos distritos de Xai-xai, Chókwè e Chibuto; 2 na Cidade de Maputo, nos distritos municipais nº 2 e 4;

- ii. Atribuir alimentos e assistência médica a 5.000 idosos desamparados através do “projecto Global”;
- iii. Realizar as comemorações dos dias 15 Junho e 1 de Outubro, dias de sensibilização e combate contra a violência da pessoa idosa e internacional da pessoa idosa respectivamente, em todas as províncias;
- iv. Divulgar os direitos da pessoa idosa.

Atendimento ao Idoso				
Indicadores	2007	2008		2009
	Real	Plano	Real I Sem	Plano
Centros de Apoio Estatais	10	13	13	13
Idosos Atendidos	312	580	326	600
Centros de Apoio Privados	14	13	12	13
Idosos Atendidos	312	300	256	300

Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência

No âmbito do atendimento a pessoa portadora de deficiência, prevê-se:

- i. Divulgar os direitos da PPD's às famílias, comunidades e sociedade em geral;
- ii. Atribuir meios de compensação a 1.300 pessoas portadoras de deficiência em situação de extrema pobreza em colaboração com a sociedade civil, sendo 170 em Niassa, 500 em Cabo Delgado, 80 em Nampula, 250 na Zambézia, 40 em Tete, 100 em Manica, 100 em Sofala, 100 em Inhambane, 52 em Gaza, 100 em Maputo província e 150 na cidade de Maputo;
- iii. Adquirir 500Kg de papel Braille, 1 JAWS software, 15 máquinas Braille, para o Instituto Nacional de Deficientes Visuais da Beira, província de Sofala;
- iv. Realizar as celebrações do dia 03 de Dezembro, dia Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência, em todas as províncias;
- v. Divulgar a Estratégia da Pessoa Portadora de Deficiência em todo país.

Atendimento a Pessoa Portadora de Deficiência				
Indicadores	2007	2008		2009
	Real	Plano	Real I Sem	Plano
Deficientes Acompanhados	4.911	3.000	2.713	1.800
Crianças Deficientes Integradas	45.200	2.500	634	2.500
Número de Centros de trânsito	6	6	6	6
Deficientes Atendidos	257	400	144	400
Escolas Especiais	3	3	3	3
Número de Alunos	350	330	309	330
Instituto de Deficientes Visuais	1	1	1	1
Número de Alunos	56	120	83	120

Atendimento aos Toxicodependentes, Doentes Crónicos e Reclusos

Neste âmbito prevê-se:

- i. Produzir 10.000 folhetos educativos sobre a toxicodependência e fazer a sua divulgação a nível nacional;
- ii. Implantar 2 projectos de terapia ocupacional aos reclusos do Centro Prisional de Mieze e da Cadeia Distrital de Chiúre na Província de Cabo Delgado;
- iii. Celebrar os dias 31 de Maio e 26 de Junho, dias mundial sem tabaco e contra o consumo e tráfico ilícito de droga, em todas as províncias;

Programas de Assistência Social

271. Neste âmbito, terá continuidade a implementação de programas de assistência social que contribuam para o combate da pobreza absoluta nos estratos sociais mais carentes com prioridade para os grupos alvo incapacitados para o trabalho. Assim, prevê-se assistir através dos programas de assistência social, 424.927 pessoas, das quais 204.827 correspondem a meta do Quadro de Avaliação de Desempenho.

Programas de Assistência Social							
Distribuição dos Beneficiários por Província							
Nº	PROVINCIA	Programa Subsídio de Alimentos	Unidades Sociais	Programa Apoio Social Directo	Programa Benefício Social pelo Trabalho	Programa Geração de Rendimentos	Programa Desenvolvimento Comunitário
1	Niassa	10,675	145	2,158	983	353	42,005
2	Cabo Delgado	12,300	150	933	263	380	14,250
3	Nampula	31,405	127	2,248	581	930	52,600
4	Zambézia	16,685	132	2,951	548	1,013	21,800
5	Tete	17,239	62	1,659	263	486	15,600
6	Manica	17,000	100	1,441	393	373	13,000
7	Sofala	14,617	128	2,172	605	1,004	6,800
8	Inhambane	15,240	150	1,442	284	486	17,662
9	Gaza	23,289	130	1,473	718	1,106	18,213
10	Maputo Província	7,200	90	1,015	158	260	9,000
11	Maputo Cidade	6,350	136	1,910	440	448	9,170
TOTAL		172,000	1,350	19,402	5,236	6,839	220,100

Fonte:MMAS/INAS

E. JUVENTUDE E DESPORTOS

272. Na área da Juventude e Desportos, continuará a ser privilegiado o fortalecimento do movimento associativo juvenil, o desenvolvimento de programas de geração de emprego e auto-emprego, a ocupação dos tempos livres, a massificação da prática da actividade física e do desporto, e a melhoria dos resultados no desporto de alta competição.

Área da Juventude

273. Com o objectivo de garantir que o associativismo juvenil seja a forma mais efectiva de organização e fonte de aprendizagem participativa, particular ênfase será dada às seguintes actividades:
- i. Prestar apoio técnico, metodológico e financeiro ao Conselho Nacional da Juventude CNJ através da celebração de Contratos-Programa;
 - ii. Apoiar o Projecto “Férias Desenvolvendo o Distrito” envolvendo 450 jovens Estudantes finalistas universitários nas províncias de Niassa, Nampula, Zambézia, Sofala, Inhambane e Maputo;
 - iii. Promover o fortalecimento do associativismo juvenil, através da Legalização de 138 associações juvenis.
274. Como forma de garantir a participação da juventude na criação de oportunidades de emprego e auto-emprego, para a elevação da sua capacidade de intervenção no desenvolvimento nacional serão realizadas as acções seguintes:
- i. Financiar 150 projectos juvenis de geração de rendimento, emprego e auto-emprego, no âmbito do Fundo de Apoio às Iniciativas Juvenis (FAIJ);
 - ii. Realizar 33 cursos de capacitação, em matérias de gestão de pequenos negócios e HIV/SIDA abrangendo 2.000 Jovens;
 - iii. Realizar 15 cursos de especialização técnica (Profissional) para 900 empreendedores de negócios em diferentes áreas de actividade económica a nível nacional;
 - iv. Realizar 15 cursos de reciclagem para 900 formadores em gestão de pequenos negócios a nível nacional;
 - v. Formar 200 activistas em gestão de pequenos negócios a nível nacional;
 - vi. Realizar 2 cursos de gestão de pequenos negócios, em três escolas piloto, nas Províncias de Maputo, Manica e Tete, direccionados aos estudantes finalistas da 12^a classe;
 - vii. Criar 4 Centros de Recurso Multifacéticos da Juventude e do Voluntariado e proporcionar a sua capacitação técnica e financeira nas províncias de Nampula, Zambézia, Sofala, Manica, Gaza e Maputo;
 - viii. Apetrechar e pôr em funcionamento a Pousada de Inhambane – Tofo.
275. No âmbito da promoção de hábitos saudáveis para a vida direccionados a juventude, será privilegiado o seguinte:
- i. Consolidar o Programa Geração Biz e expandir para mais 21 distritos das províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete (Chifunde e Zobué), Sofala, Manica e Gaza;

- ii. implantar 30 Cantos de Aconselhamento em todo o território nacional em matéria de SSR/ITS/HIV/SIDA no âmbito do Programa Geração Biz;
 - iii. Formar e capacitar 985 educadores de pares no âmbito do Programa Geração Biz;
 - iv. Promover acções de formação e capacitação de jovens comunicadores em habilidades para a vida em 75 distritos de 8 provinciais nomeadamente, Maputo cidade e província, Gaza, Inhambane, Zambézia, Tete, Niassa e Cabo Delgado;
 - v. Desenvolver uma estratégia e plano de intervenção no âmbito de combate e prevenção ao consumo de drogas e álcool em parcerias com instituições da sociedade civil;
 - vi. Integrar conteúdos sobre a prevenção e consumo das drogas e álcool nos programas de saúde sexual e reprodutiva e HIV/SIDA e Género para adolescentes e jovens.
276. Como forma de ocupação dos tempos livres dos jovens e do fomento do interesse pela prática do desporto, do turismo e da promoção da arte e cultura, serão realizadas as seguintes actividades:
- i. Assegurar a celebração das datas comemorativas da Juventude com maior destaque para o 12 de Agosto – Dia Internacional da Juventude, e 1 de Novembro – Dia da Juventude Africana, 1º de Dezembro Dia mundial de luta contra o Sida, envolvendo 125.500 jovens em todo o país;
 - ii. Realizar 11 acampamentos provinciais, envolvendo 2.200 jovens, sendo 200 jovens por província;
 - iii. Realizar 11 Festivais Juvenis Provinciais, 3 Regionais e 1 Nacional de Música *Crossroads*, envolvendo 1.500 Jovens artistas bem como a GALA 10 anos por ocasião do 10º aniversário da realização de Festivais Nacionais *Music Crossroads*, envolvendo todas as bandas emergentes deste evento em todo o País;
 - iv. Realizar 11 festivais juvenis de teatro envolvendo 10 grupos de teatro em cada província;
 - v. Realizar a II Mostra Nacional de Jovens Criadores de Moçambique envolvendo 90 artistas;
 - vi. Garantir a participação de 25 Jovens Artistas Moçambicanos na IV Mostra de Jovens Criadores da CPLP, a ter lugar em Portugal;
 - vii. Realizar em todas as províncias excursões juvenis envolvendo 100 jovens em cada província.

Área do Desporto

277. No âmbito da massificação do desporto através da expansão do Programa “Moçambique em Movimento” serão desenvolvidas as seguintes acções:

- i. Apoiar a realização de 268 festivais, torneios e competições desportivas dos núcleos comunitários e outros grupos tendo em conta a promoção do desporto feminino e da pessoa portadora de deficiência à escala nacional;
 - ii. Apoiar a criação de 141 Núcleos Desportivos Comunitários em coordenação com os órgãos locais e autárquicos envolvendo 13.900 participantes em 128 distritos;
 - iii. Apoiar e facilitar a criação de núcleos e equipas para pessoas portadoras de deficiência, abrangendo mais de 1.000 praticantes à escala nacional;
 - iv. Prestar apoio técnico e metodológico na realização das actividades desportivas alusivas à Semana Nacional do Desporto e outras datas comemorativas envolvendo 88.000 participantes;
 - v. Promover a realização de 11 festivais e/ou torneios de jogos tradicionais em coordenação com as autoridades locais, envolvendo 46.000 participantes em 104 distritos;
 - vi. Realizar 1 Festival Nacional de Jogos Tradicionais;
 - vii. Promover acções de educação, informação e comunicação sobre HIV-SIDA;
 - viii. Apoiar a realização de torneio de férias desportivas escolares (BEBEC) e ginástica massiva.
 - ix. No âmbito da formação de Agentes Desportivos serão levadas à cabo as seguintes actividades:
 - x. Formar e capacitar 4.210 Agentes Desportivos nas diversas modalidades desportivas e assegurar que as matérias sobre SSR/ITS/HIV/SIDA, drogas e género estejam integrados nos programas;
 - xi. Formar e/ou capacitar 250 agentes desportivos no âmbito do desporto comunitário à escala nacional;
 - xii. Implementar 11 programas específicos de formação de agentes desportivos para pessoa portadora de deficiência, beneficiando 208 participantes em 61 distritos;
 - xiii. Elaborar o manual de nível básico das 4 modalidades prioritárias (Futebol, Basquetebol, Atletismo e Voleibol);
 - xiv. Prestar apoio na capacitação/formação de 14 técnicos desportivos das modalidades de futebol, basquetebol, atletismo, voleibol, andebol e de nível central no estrangeiro no âmbito dos acordos de cooperação.
278. No âmbito das infra-estruturas, equipamentos e material desportivo, será privilegiado o seguinte:
- i. Prosseguir com a construção do Estádio Nacional na Cidade de Maputo;
 - ii. Prosseguir com a construção do Complexo Desportivo em Pemba;

- iii. Reabilitar dois (2) Centros de Excelência Desportiva nas províncias de Maputo e Manica;
 - iv. Construir sete (7) Campos polivalentes nas províncias de Niassa (2), Cabo Delgado (2) e Inhambane (3);
 - v. Construir e/ou reabilitar 11 campos comunitários à escala nacional;
 - vi. Reabilitar e apetrechar o Centro de Medicina Desportiva em Maputo;
 - vii. Reabilitar e apetrechar o Parque dos Continuadores;
 - viii. Incentivar a criação de indústrias locais de material e equipamento desportivo.
279. Com o objectivo de melhorar os resultados desportivos ao nível nacional e internacional com vista a atingir a excelência no desporto, será privilegiado o seguinte:
- i. Apoiar a realização de nove (9) campeonatos nacionais dos escalões de formação nas modalidades de futebol, basquetebol, voleibol, andebol, natação, boxe, atletismo, ténis, hóquei em patins, envolvendo 1.000 participantes e outras iniciativas que se revelem modelo de detecção, selecção e desenvolvimento de talentos abrangendo 200 participantes;
 - ii. Assegurar a realização de competições inter-selecções provinciais e competições internacionais visando aumentar o nível competitivo dos atletas nacionais, envolvendo 31 selecções e 789 atletas;
 - iii. Apoiar as 12 Federações Desportivas nacionais na realização de campeonatos provinciais e nacionais;
 - iv. Continuar com a implementação do Projecto Fut-21 no âmbito da revitalização do desporto à escala nacional, atingindo 12.240 pessoas em 11 Províncias;
 - v. Estabelecer parcerias visando o aproveitamento de oportunidades económicas, turísticas e sociais para o País no quadro da realização do Mundial 2010 na África do Sul;
 - vi. Apoiar a preparação e participação de atletas, selecções e equipas nacionais nas competições internacionais, com base em critérios de comparticipação financeira previamente definido;
 - vii. Prestar apoio financeiro às campanhas de qualificação para o CAN 2010 (Angola) e Mundial 2010 (África do Sul).

IV.3. GOVERNAÇÃO

280. A reforma do sector público abrange as componentes da descentralização e racionalização de estruturas e processos de prestação de serviços, melhoria do processo de formulação e monitoria de políticas públicas, profissionalização dos funcionários do Sector Público, melhoria da Gestão Financeira e Prestação de Contas e o combate à Corrupção.

281. No âmbito da **descentralização e desconcentração**, o PARPA estabelece como objectivo principal a dotação do Órgãos Locais do Estado, a nível Distrital e Provincial de maior dinamismo e capacidade. Assim, dentre outras acções a serem desenvolvidas em 2009 merecem destaque as seguintes:

- i. Acompanhar a instalação das 43 novas autarquias locais, saídas das eleições de 2008;
- ii. Realizar a Reunião Nacional dos Municípios;
- iii. Concluir o estudo de ajustamento da organização territorial e divisão administrativa dos níveis de Distrito, Posto Administrativo e Localidades visando transferir ou elevar novas unidades administrativas no País;
- iv. Acompanhar a instalação das Assembleias Provinciais;
- v. Acompanhar o processo das eleições gerais e da transmissão de poderes;
- vi. Continuar com a modernização do sistema de rádio comunicação do MAE através da aquisição de 30 estações base completas e simples para os Distritos e 265 estações bases simples nos Postos Administrativo;
- vii. Preparar e acompanhar as visitas Presidenciais no âmbito da “Presidência Aberta”;
- viii. Realizar 2 acções de formação e capacitação para os órgãos eleitos, membros dos Conselhos Municipais e técnicos municipais;
- ix. Prosseguir com a implementação da LOLE e seu regulamento através da implementação das estruturas orgânicas dos Serviços Distritais e estruturas dos Postos Administrativos e de Localidade;
- x. Realização de 3 cursos regionais de formação de Chefes de Posto Administrativo e Directores de Serviços Distritais e técnicos;
- xi. Realizar 1 curso de formadores provinciais e distritais para capacitação dos membros dos Conselhos Locais visando a melhoraia do seu desempenho;
- xii. Continuar a aquisição de fardamento para as Autoridades Comunitárias (1500 pares de fardamento, insígnias e outro material) visando dar prosseguimento ao processo do reconhecimento destas
- xiii. Realizar 1 seminário Nacional e 3 cursos de formação de Inspectores da Administração Local;
- xiv. Monitorar o processo de construção e reabilitação de infra-estruturais da Administração Local do Estado ao nível dos Distritos, Postos Administrativos e Localidades;
- xv. Prosseguir com o apoio, assistência técnica e supervisão aos OLE’s e autarquias no âmbito da implementação dos programas de descentralização em curso;

282. No domínio da Gestão **Estratégica dos Recursos Humanos do Estado** o Governo continuará a privilegiar na forma de estar, pensar e ser da Administração Pública desenvolvendo as seguintes actividades:
- i. Produzir informação sobre promoções na função pública;
 - ii. Produzir informação sobre a situação disciplinar no aparelho do Estado;
 - iii. Elaborar anuário estatístico dos funcionários e agentes do Estado;
 - iv. Imprimir dez mil (10.000) exemplares do anuário estatístico dos funcionários e agentes do Estado;
 - v. Compilar e distribuir dez mil (10.000) exemplares da 2ª edição dos qualificadores profissionais das carreiras, categorias e função em vigor no aparelho do Estado;
 - vi. Monitoria e assistência na implementação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, através da realização de cursos específicos de curta duração;
 - vii. Actualizar o sistema de carreiras e remuneração;
283. No âmbito da profissionalização dos funcionários do Estado, serão realizadas as seguintes acções:
- i. Produzir brochuras e realizar acções de capacitação e divulgar as estratégias de combate ao HIV/SIDA; género e da pessoa portadora de deficiência da função pública;
 - ii. Divulgar o sistema de gestão de desempenho na Função Pública;
 - iii. Realizar acções de capacitação, formação de formadores e incluir o sistema de gestão de desempenho nos currícula do Instituto Superior de Administração Pública e Autárquica (IFAPA)
 - iv. Divulgar a nova política salarial dos funcionários e agentes do Estado;
284. Formação e Capacitação dos Funcionários:
- i. Realizar 33 cursos de Formação Técnico Profissional de nível médio em Administração Pública, no regime modular, abrangendo cerca de 990 funcionários;
 - ii. Formar cerca de 770 funcionários em Administração Pública do nível médio, através dos cursos regulares;
 - iii. Formar 840 funcionários em Administração Pública do nível básico em regime de ensino à distância;
 - iv. Expandir o ensino à distância do nível básico para mais 14 distritos, nomeadamente: Funhalouro, Mabote, Chigubo, Mabalane, Zumbo, Chifunde, Macossa, Tambara, Chinde, Namarrói, Mossuril, Mongincual, Meluco e Palma, totalizando 20;
 - v. Revisão dos Manuais do Ensino à Distância;
 - vi. Formação de **11 Tutores** do Ensino à Distância;

- vii. Formação de **100 Formadores** nas diversas especialidades dos Cursos Modulares;
 - viii. Monitorar a implementação de Cursos de Curta Duração na Área Comum da Administração Pública;
 - ix. Implementar o Programa de Massificação da Língua Inglesa na Função Pública, através da realização de 6 cursos envolvendo, cerca 90 funcionários (15 por curso);
 - x. Capacitar os Quadros de Direcção e Chefia dos IFAPAs, dos Chefes de Departamento da Função Pública e dos Chefes de Repartição das Secretarias Provincias em matérias de gestão de formação;
 - xi. Capacitar dos docentes dos IFAPAs;
 - xii. Realizar de acções de capacitação em matérias ligadas à Gestão de Recursos Humanos, EGFE, Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado entre outros, para cerca de 150 funcionários e agentes do Estado;
 - xiii. Institucionalizar a temática de gestão de documentos, finanças, *procurement* e HIV/SIDA nos curricula do ISAP e nos IFAPAs.
285. Formação e Capacitação das Liderança:
- i. Realizar um curso de certificado profissional superior em Administração Pública (CPSAP) para um total de 240 funcionários;
 - ii. Realizar um curso de bacharelato profissional em Administração Pública (BPAP1) para 60 funcionários;
 - iii. Realização de **12 Cursos Executivos**, sobre matérias ligadas a Liderança e Gestão Estratégica, para membros dos Governos Provincias (todas as Provincias) e Directores Nacionais;
 - iv. Realização de Curso para Ministros, Vice-Ministros e Governadores Provincias, versando sobre Governação Participativa e Desenvolvimento;
 - v. Desenvolvimento de capacidades para introdução do Ensino à Distância, no ISAP;
 - vi. Realização de um Simpósio Internacional sobre a Formação em Administração Pública para partilha de experiências no domínio da formação e pesquisa em Administração Pública.
286. Organização e Desenvolvimento da Administração Pública:
- i. Elaboração do projecto do Código de Procedimentos Administrativos (CPA);
 - ii. Impressão de **10.000 exemplares** da Lei do EGFE;
 - iii. Impressão de **10.000 exemplares** do Regulamento da Lei do EGFE;
 - iv. Impressão de **10.000 exemplares** do Manual de Procedimentos da Lei do EGFE;
 - v. Realização de acções de divulgação da Lei do EGFE e instrumentos complementares, no seio da administração pública;

287. Domínio da Inspeção Geral Administrativa do Estado (IGAE):
- i. Divulgação do Regulamento da Inspeção Geral Administrativa do Estado (IGAE);
 - ii. Compilação e Produção de Manual sobre a Legislação aplicável no Sector Público, para uso dos Inspectores, e impressão de **10.000 exemplares**;
 - iii. Realização de **6 Seminários** (3 a nível Central e 3 a nível Regionais) no âmbito da revitalização da área administrativa das inspeções sectoriais e provinciais;
 - iv. Realização de um Seminário Nacional de Reflexão sobre o papel e percurso da Inspeção e do Controlo Interno, e análise comparativa com outros países;
 - v. Realização de acções de inspecção a: **10 Órgãos Centrais; 6 Províncias; 18 Distritos; 18 Postos Administrativos e; 10 Órgãos Municipais**;
288. Domínio de Procedimentos, Documentação e Arquivos do Estado:
- i. Implantação gradual do Centro de Documentação da Administração Pública;
 - ii. Formação de cerca de **1750** funcionários e agentes do Estado afectos às Unidades de Gestão de Arquivos Intermediários a todos os níveis;
 - iii. Continuação da co-edição, entre o Instituto Superior de Administração Pública e a Unidade Técnica da Reforma do Sector Público, do Boletim sobre a Gestão da Mudança no Sector Público;
 - iv. Consolidação da Revista do Instituto Superior de Administração Pública;
 - v. Produção do **4º (quarto) volume** da Colectânea de Discursos de Sua Excelência o Presidente da República intitulada "A Nossa Missão";
289. Domínio de Tecnologias e Sistemas de Informação:
- i. Montagem de equipamento necessário para o funcionamento do e-SIP e todas as Secretarias Provinciais e nos seguintes Distritos: Cuamba, Chiúre, Macomia, Mocímboa da Praia, Montepuez, Moeda, Angoche, Ilha de Moçambique, Malema, Meconta, Monapo, Nacala-Porto, Rapale, Namialo, Murrupula, Gurúe, Ile, Inhassunge, Milange, Mocuba, Morrumbala, Nicoadala, Namarroi, Mopeia, Angónia, Cahora-Bassa, Moatize, Gondola, Manica, Buzi, Dondo, Gorongosa, Marromeu, Nhamatanda, Govuro, Inharrime, Massinga, Vilanculo, Zavala, Macia, Chibuto, Chokwé, Manjacaze, Massinga, Boane, Magude, Manhiça, Matutuine, Moamba e Namaacha.

B. JUSTIÇA

290. No **domínio da Justiça** os esforços serão orientados na implementação do Plano Estratégico Integrado, de modo, a concorrer para

prossecação dos objectivos delineados pelo sector da justiça e por cada instituição integrante.

O sector priorizará as seguintes acções:

- i. Divulgar a legislação e promover o conhecimento sobre cidadania, direitos e deveres dos cidadãos através de um programa de educação jurídica dos cidadãos;
- ii. Prosseguir com o estabelecimento de 5 secções de Menores nos Tribunais Judiciais das Províncias de Sofala, Nampula e Cabo Delgado;
- iii. Compilar matérias de educação cívica e jurídica para introduzir nos *currícula* escolares;
- iv. Prosseguir e aumentar os Julgamento dos processos nos Tribunais em 15%;
- v. Prosseguir com a instrução preparatória dos processos, de acordo com a Lei;
- vi. Prosseguir com a revitalização dos Tribunais Comunitários reforçando os mecanismos de articulação dentro do sistema da administração da Justiça;
- vii. Prosseguir a implantação e ou cobertura do Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ) alargando os serviços a mais 10 distritos, reforçando a sua capacidade;
- viii. Entrada em funcionamento do Gabinete do Provedor da Justiça;
- ix. Realizar campanhas de registo de nascimento a nascença alargando aos distritos;
- x. Implementar o programa de reabilitação e reinserção social dos reclusos, através da transformação de Centros Prisionais abertos em unidades de produção;
- xi. Pôr em funcionamento o Centro de Observação Educacional de Chiango, destinado a menores em conflito com a Lei;
- xii. Desenvolver um plano nacional de promoção e protecção dos Direitos Humanos;
- xiii. Realizar e editar 5 estudos e levantamentos sócio-jurídicos e judiciário de carácter temático;
- xiv. Realizar a Conferência sobre Religião e Desenvolvimento em Moçambique.

Formação e Recursos Humanos

- i. Recrutar, seleccionar e nomear pessoal para as instituições do Sector da Justiça;
- ii. Prosseguir com as acções de formação inicial de Magistrados Judiciais e do Ministério Público, Oficiais de Justiça, Conservadores e Notários, e outras categorias profissionais do sistema no Centro de Formação Jurídica e Judiciária;

Reforma Legal

- i. Rever o Código Penal;
- ii. Rever o Código do Processo Penal;
- iii. Revisão da Lei dos Tribunais Comunitários;
- iv. Elaborar a Lei de Habeas Corpus;
- v. Elaborar a Lei de Estado de Guerra, Estado de Sítio ou de Emergência;
- vi. Proceder a revisão da Lei 9/2001, de 7 de Julho;
- vii. Elaborar a Tabela de Custas da 3^a secção do Tribunal Administrativo;
- viii. Elaborar a Lei do Direito da Acção Popular;
- ix. Concluir a revisão do Estatuto dos Magistrados Judiciais
- x. Elaborar a legislação processual relativa às conferências do Tribunal Administrativo, em matéria fiscal e aduaneira;
- xi. Elaborar a Lei sobre a protecção de testemunhas, declarantes e vítimas;
- xii. Elaborar o Estatuto dos Magistrados Administrativos, Fiscais e Aduaneiros;
- xiii. Elaborar a proposta de Lei sobre Execução de Medidas Privativas de Liberdade;
- xiv. Elaborar o Estatuto da Guarda Prisional;
- xv. Elaborar a proposta de Lei sobre as medidas alternativas a pena de prisão;
- xvi. Regulamentar sobre a Lei Orgânica do Ministério Público;
- xvii. Definir o regime jurídico da Imprensa Nacional;
- xviii. Efectuar a publicação do Estatuto Orgânico da Imprensa Nacional;
- xix. Iniciar com o programa de monitoria legislativa.

Modernização e Informatização

- i. Desenvolver acções de preparação da implementação do Plano Estratégico Integrado, com enfoque no reforço da capacidade de gestão das UGB, Formação e monitoria;
- ii. Expandir a informatização do Registo Civil, alargando o sistema a todas as capitais provinciais e distritos a medida que for sendo feita a ligação Gov-net;
- iii. Consolidar o sistema informático do Registo Criminal de modo a ter ligação informatizada com outras instituições do Sector da Justiça;
- iv. Alargar o registo comercial informatizado (aos distritos) a medida que for sendo feita a ligação pela rede Gov-net;

- v. Prosseguir com o desenvolvimento dos subsistemas de Monitoria e Avaliação da Justiça –SIPMAJ (Subsistemas de gestão processual e gestão prisional);
- vi. Implantar o Conselho Superior da Magistratura Judicial Administrativa;
- vii. Consolidar a implantação do Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público;
- viii. Reforçar o corpo das inspeções do Sector em recursos humanos e materiais;
- ix. Estabelecer o mecanismo de gestão dos Palácios de Justiça distritais, dotando-os de meios para o efeito (Palácios de Massinga, Morrumbene, Cheringoma e Moma);
- x. Desenvolver e aprovar planos estratégicos institucionais.

Infra-estruturas e Equipamento

- i. Implantar as Unidades Funcionais do Tribunal Administrativo em Sofala e Nampula;
- ii. Instalar os Tribunais Superiores de Recurso
- iii. Início da construção do Palácio de Justiça da Província de Maputo
- iv. Início da construção do Palácio de Justiça da Cidade de Maputo
- v. Início da construção do Palácio de Justiça da Província de Inhambane
- vi. Início da construção do Palácio de Justiça da Província da Zambézia
- vii. Início da construção do Palácio de Justiça da Província de Niassa
- viii. Construir o Palácio de Justiça de Ribaúe;
- ix. Construir duas residências para magistrados em Ribaúe;
- x. Continuar a construir o edifício-sede da Procuradoria-Geral da República;
- xi. Continuar a construir o edifício do Gabinete Central de Combate à Corrupção;
- xii. Adquirir e apetrechar dois edifícios para residências de magistrados e funcionários da PGR
- xiii. Construir a Conservatória de Cahora-Bassa;
- xiv. Construir residências para Conservadores e Notários de Chibuto, Maxixe e Xai-Xai;
- xv. Construir e apetrechar instalações adicionais do CFJJ (duas salas de aulas e uma sala de conferências);
- xvi. Concluir a construção da Cadeia do Dondo;
- xvii. Continuar com a construção da Cadeia Provincial-Gaza (Xai-Xai);
- xviii. Continuar a reabilitar a Prisão-Escola de Massindla – Matutuíne;

- xix. Reabilitar o Edifício “B” do Tribunal Supremo;
- xx. Reabilitar o edifício da PGR;
- xxi. Construir o Gabinete Provincial de Combate à Corrupção de Sofala;
- xxii. Reabilitar o edifício da Direcção Provincial da Justiça de Tete;
- xxiii. Reabilitar o edifício da Delegação Provincial do IPAJ em Tete;
- xxiv. Reabilitar o Palácio de Casamentos, Quinta e Edifício do Cofre dos Registos e Notariado;
- xxv. Reabilitar, parcialmente, o edifício da Imprensa Nacional;
- xxvi. Reabilitar a Cadeia do distrito de Morrumbene;
- xxvii. Apetrechar os Palácios de Justiça distritais;
- xxviii. Adquirir equipamentos agrícolas para o Sistema Prisional;
- xxix. Adquirir equipamentos de comunicações para o Sistema Prisional;
- xxx. Adquirir viaturas celulares para o transporte de reclusos, ambulâncias e viaturas administrativas para escolta;
- xxxi. Adquirir equipamentos modernos de impressão de Boletins da República.

Informação e Documentação

- i. Apetrechar as bibliotecas do Sector em material e bibliografia diversa, de acordo com os planos institucionais;
- ii. Publicar revistas do Sector;
- iii. Compilar e publicar a jurisprudência do Judicial;
- iv. Compilar e publicar os pareceres da PGR;
- v. Compilar e publicar colectâneas de legislação;
- vi. Publicar 3 números da Colecção Direito em Sociedade;
- vii. Publicar 1 compilação de deliberações e acórdãos do Conselho Constitucional.

C. SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

291. No âmbito da **Ordem Pública, Identificação Civil, Migração e Bombeiros**, constituem parte dos objectivos prioritários, a elevação da capacidade operativa da Polícia da República de Moçambique para prevenir e combater a criminalidade e melhorar os tempos de entrega dos documentos de identificação e de viagem, bem como a prestação de serviços de salvamento dos cidadãos.

292. Para 2009, o Governo de Moçambique irá prosseguir com a realização das seguintes acções:

No domínio da Ordem Pública

- i. Garantir a Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas, através da elevação da operatividade policial até 90%;

- ii. Estender a rede policial para os aglomerados populacionais mais recônditos do país;
- iii. Garantir o reforço dos efectivos policiais e do quadro técnico comum, com a formação de 1200 homens para a ordem pública, 600 para a Guarda Fronteira, 500 para a Força de Intervenção Rápida e admissão de 400 funcionários para o quadro técnico comum;
- iv. Assegurar o fornecimento de víveres para as forças em regime de aquartelamento ou em missões especiais;
- v. Garantir a promoção de 4.830 membros da PRM e 1.172 funcionários do quadro técnico comum em diversas modalidades;
- vi. Garantir a progressão de 3.440 membros da PRM e de 1.018 funcionários do quadro técnico comum;
- vii. Garantir o apoio institucional a prevenção e combate da violência doméstica e abuso sexual da mulher e criança;
- viii. Construção de Celas do Comando Distrital de Nicoadala (Zambézia);
- ix. Construções dos postos policiais em Chimuara - Distrito de Mopeia (Zambézia), do Rio Save, Posto de Controle da PRM em Marracuene e da Catembe;

No Domínio da Identificação Civil e Migração

- i. Garantir a emissão de 700.000 Bilhetes de Identidade;
- ii. Garantir a emissão de 400.000 Passaportes e demais documentos de viagem;
- iii. Introdução do novo sistema de controlo migratório a nível dos Postos de Travessia;
- iv. Construção do Posto de Travessia do II Congresso (Niassa);

Serviços dos Bombeiros

- i. Expandir e modernizar o serviço de Bombeiros para as províncias;
- ii. Implusionar a criação e assessoria de Bombeiros Municipais e voluntários;
- iii. Impulsionar a criação duma legislação sobre a actividade de combate à incêndios por entidades privadas.

D. COMUNICAÇÃO SOCIAL

293. A comunicação social contribui para o desenvolvimento sócio-económico e cultural, na promoção e consolidação da unidade nacional e no aprofundamento e defesa da democracia e do Estado de Direito.

294. Para o ano de 2009, continuar-se-á a dar especial atenção, ao reforço da capacidade dos órgãos do sector da imprensa e a sua regulamentação, através da implementação das seguintes acções:

- i. Reabilitação e apetrechamento do Gabinete de Informação;
- ii. Formação de Formadores em Gestão de Informação e documentos orientadores das políticas sectoriais do Governo;

- iii. Reabilitação e apetrechamento da Escola de Jornalismo;
- iv. Reabilitação / Transformação do Edifício da Televisão de Sofala;
- v. Aquisição de equipamento para o Centro de Televisão da Cidade de Maputo; e para os Centros de Televisão Provinciais da Beira, Manica e Nampula;
- vi. Reabilitação dos Centros Emissores de Niassa, Zambézia, Beira, Inhambane e Maputo;
- vii. Expansão da Antena Nacional em Mitande e Metoro;
- viii. Aquisição e montagem de emissor FM 10 KW em Chòkwe;
- ix. Efectuar grandes reparações de Emissores – RM;
- x. Conclusão da Obra do Centro de Produção Padronizado de Xai – Xai;
- xi. Compra de Carro - Estúdio e Viaturas;
- xii. Reabilitação dos Edifícios dos Emissores Provinciais;

E. RELAÇÕES EXTERNAS

295. Na área das Relações Exteriores e de Cooperação Internacional, o Governo continuará a ampliar, aprofundar e reforçar as relações de amizade e de cooperação existentes e incrementar um relacionamento privilegiado e diversificado com todos os parceiros de cooperação tendo em vista assegurar os fluxos regulares de assistência externa ao País, com destaque para o apoio directo ao Orçamento de Estado, atrair investimentos externos e promover turismo, assegurar o perdão da dívida externa, e garantir o alcance das Metas do Desenvolvimento do Milénio.

296. Por outro lado, o Governo continuará a assegurar a implementação do programa de integração regional no âmbito da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da Nova Parceria de Desenvolvimento para África (NEPAD) e uma participação efectiva no concerto e *fora* das nações e organismos internacionais de que é membro com destaque para a Organização das Nações Unidas (ONU), União Africana (UA), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), grupo de países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP), Organização Mundial do Comércio (OMC), Commonwealth e Organização da Conferência Islâmica (OCI), de forma a projectar a imagem positiva e assegurar o prestígio e a reputação de Moçambique na arena internacional.

Assim, o Governo concentrará a sua actividade externa nas seguintes realizações:

- i. Participar nos esforços internacionais visando a manutenção da paz e estabilidade internacional, através da participação do País nos processos de concertação e nos *fora* e eventos de carácter regional, continental e internacionais;
- ii. Reforçar as relações de amizade, solidariedade e de cooperação bilateral com outros países e povos, mobilização de recursos

materiais e financeiros para a implementação dos projectos de desenvolvimento, atracção de investimentos externos, promoção de parcerias para o sector privado e negociar perdão da dívida, através de:

- Realização de visitas Oficiais para Suécia, Índia, República Popular da China, Rússia, Singapura, Espanha, Ucrânia e Venezuela;
 - Comissões Mistas com Espanha, Vietname, Alemanha, Cuba, Brasil, Namíbia, Botswana, e Tanzânia;
 - Consultas Anuais Bilaterais com África do Sul, Alemanha, Suécia, França, Itália, Bélgica e Japão;
 - Recepção de visitas de Altos Dignitários das Seychelles, Turquia, Suécia, Indonésia, Japão, Coréia do Sul e Singapura;
 - Estabelecimento de contactos com potenciais parceiros e divulgação das potencialidades que o país oferece nos diversos domínios;
 - Assistência ao corpo diplomático acreditado no País;
- iii. Continuar a projectar a imagem positiva, assegurar o prestígio e reputação do País na arena internacional, garantir a prossecução dos compromissos assumidos nas grandes cimeiras e reforçar a cooperação multilateral nos *fora* regionais, continentais e internacionais, através da participação nos seguintes *fora* internacional:
- Forum Económico Mundial (Davos); Revisão da política comercial de Moçambique (Genebra); Sessões de Conselho Geral da OMC (Genebra); Cimeira Económica para África (Cape-Town); Conselho dos Direitos Humanos (Genebra); Reunião do Conselho de Ministros da IOR-ARC (Yemen); 36ª Conferência de Ministros da OCI (Damasco); Reunião de Alto Nível sobre o HIV/SIDA (Nova Iorque); Sessão Substantiva do ECOSOC; Cimeira do Movimento dos Não Alinhados (Cairo); 64ª Sessão da Assembleia Geral da ONU (Nova Iorque); 60ª Sessão do Conselho Executivo do ACNUR (Genebra) Cimeira da Commonwealth (Trindade e Tobago); 10ª Conferência dos Estados Parte da Convenção de Ottawa sobre o banimento de Minas Anti-Pessoal; Reunião dos ponto focais de cooperação de CPLP (Lisboa); Sessão do Conselho dos Direitos Humanos das NU (Genebra); Reunião de Agência Internacional de energia Atómica (Viena), Reunião Ministerial dos PALOP (Luanda), Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os países da língua portuguesa (Macau), Fórum Sino-África (Cairo);
- iv. Assegurar a participação do cidadão e as instituições nacionais nas actividades e eventos consagrados à celebração dos dias dos organismos internacionais (SADC, União Africana e CPLP) que concorram para a integração regional a nível da SADC, Governo da União Africana, NEPAD, CPLP e outros de que o País é membro;

- v. Assegurar o registo e concessão de documentos de identificação aos cidadãos radicados no exterior, nomeadamente na África do Sul, Alemanha, Malawi, Quênia, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia, e Zimbabwe assegurar a participação destes nas eleições gerais e nos esforços nacionais para o desenvolvimento;
- vi. Assegurar a recolha e divulgação das vagas existentes nos organismos internacionais de que Moçambique é membro, a todos os níveis através do portal do Governo;
- vii. Reforçar a parceria e articulação com as Organizações não Governamentais estrangeiras (ONG's) no âmbito da implementação dos programas e prioridades do Plano Quinquenal do Governo;
- viii. Prosseguir com o processo de formação e capacitação dos funcionários, tendo em conta as inovações tecnológicas, desafios actuais e a reforma do sector público;
- ix. Fortalecer a cooperação com União Europeia (UE) no âmbito do 10º FED e assegurar a implementação dos programas e projectos acordados com a UE;
- x. Assegurar a implementação da agenda de cooperação no âmbito de ACP/UE;
- xi. Assegurar a coordenação de cooperação no âmbito dos programas de PALOP/ Timor-Leste e Comissão Europeia;
- xii. Participação nos processos de negociações dos acordos de parceria económica entre SADC e UE.

No âmbito do apoio aos refugiados

- i. Assegurar assistência e apoio aos refugiados requerentes do asilo no País nos domínios de saúde, educação, infra-estruturas e documental;
- ii. Assegurar a capacitação dos funcionários em matérias relacionadas com direitos humanos e resolução de conflitos;
- iii. Assegurar a participação nas sessões dos Comités Permanente e Executivo da ACNUR;

No âmbito das Comunidades Moçambicanas no Exterior

- i. Construção de um Centro de recepção, acomodação e trânsito de repatriados e deportados moçambicanos no distrito da Moamba
- ii. Abertura de uma Representação do INACE no distrito da Moamba;
- iii. Revitalização de Associações de Moçambicanos na África do Sul, Swazilândia, Malawi, Zâmbia, Alemanha, Portugal, Tanzania e França
- iv. Promover a criação de Associações de Moçambicanos na África do Sul (Welcome e Kieksdrop), Angola, Brasil e S. Tomé e Príncipe;
- v. Difusão de programas radiofónicos sobre os perigos de emigração ilegal e tráfico de pessoas com ênfase para mulheres e criança;

- vi. Acompanhamento dos cidadãos moçambicanos regressados vítimas de xenofobia na República da África do Sul, nas províncias de origem;
- vii. Realização de um seminário sobre reflexões de políticas de migração;
- viii. Reunião em Maputo do Conselho Consultivo das comunidades moçambicanas no exterior;

No âmbito de Mar e Fronteiras

- i. Conclusão do Dossier da Extensão da Plataforma Continental;
- ii. Conclusão da delimitação da fronteira marítima com a República da África do Sul;
- iii. Conclusão do traçado das Linhas de Base;
- iv. Continuação da delimitação da fronteira marítima com a República Islâmica das Comores e determinação do Ponto Tripartido marítimo com a Tanzânia e Comores;
- v. Dar continuidade as negociações com a Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e Suazilândia para o início do processo de reafirmação das respectivas fronteiras e conclusão da reafirmação da fronteira com o Zimbabwe;
- vi. Criação de Base de Dados do Mar e Fronteiras;
- vii. Participação nos Fora e ou eventos nacionais e internacionais atinentes ao Mar e Fronteiras;
- viii. Actualização da Lei do Mar, Lei nº4/96;
- ix. Elaboração do Plano Estratégico e Política do Mar, Fronteiras, e Plano de desenvolvimento Institucional e salarial do IMAF;
- x. Promoção e realização, de estudos, discussões e debates sobre Princípios, Conceitos básicos e casos práticos em matérias do Mar e Fronteiras, sobre Postos Fronteiriços e sobre o grau de implementação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;
- xi. Criar condições para o funcionamento da Direcção de Fronteiras e do Centro de Documentação do IMAF;

No âmbito da CONSADC

- i. Participação da CONSADC em missões no exterior no âmbito de acompanhamento e implementação do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) e projectos da SADC e NEPAD;
- ii. Assegurar o funcionamento da CONSADC nas Províncias, Distritos e Localidades;
- iii. Avaliar o desempenho da CONSADC e assegurar a realização do papel de advocacia, programas e projectos;

- iv. Identificar desafios, políticas, prioridades e estratégias com vista ao desenvolvimento institucional e de recursos humanos da CONSADC-Sede e nas províncias.

F. DEFESA

297. No domínio da Defesa, propõe-se que a actividades a serem realizadas se circunscrevam ao seguinte:

A nível da Organização

- i. Produção de propostas de instrumentos legais:
 - Lei de Programação Militar;
 - Lei de Programação de Infraestruturas
 - Código de Justiça Militar;
 - Projecto de criação de Escolas Práticas do Exército, Força Aérea, Marinha e Serviços;
 - Projecto de Regulamento de Condecorações militares;
 - Projecto de Regulamento de Uniformes Militares e Insígnias;
 - Regulamento de Avaliação e Mérito dos Militares das Forças Armadas;
 - Criação das Normas de Nomeação e Colocação dos Oficiais e Sargentos do Quadro Permanente.

A nível Operacional

- i. Implementar a capacidade de intervenção e projecção de Forças prosseguindo com as operações de Manutenção de Paz através da presença física de observadores militares nos países: R.D do Congo; Uganda; Sudão e Guiné-Bissau;
- ii. Promover a capacidade de Comando, Controlo, Comunicação, Computador e Informação (C4I);
- iii. Criar uma base de dados informatizada dos recursos humanos afectos MDN;
- iv. Prosseguir com a criação e desenvolvimento dos Estabelecimentos de Ensino Militar (Instituto Superior de Estudos Militares (IESM); Academia Militar; Escola de Formação de Sargentos das Forças Armadas (EFSFA); Escola Prática dos Serviços (EPS); Centros de Instrução Básica Militar (CIBM); Escola de Informações; Escola de Comunicações) e Estabelecimentos Militares de Ensino (Escola de Formação Profissional de Chingodzi; Colégio Militar, Escola de Alfabetização e Educação de Dondo e Escola de Música; Escola de Belas Artes);
- v. Prosseguir com o completamento e apetrechamento das unidades, assegurando o conceito de “unidades orgânicas completas”; para o Exército, Força Aérea e Marinha;

- vi. Prosseguir com a preparação e participação das FADM nas manobras e exercícios militares a nível interno, na SADC e CPLP;
- vii. Transformar as Brigadas de Infantaria em Brigadas de Intervenção (BrigInt), com características e configuração orgânica de Brigadas ligeiras, equipadas com viaturas blindadas de rodas (VBR);
- viii. Garantir a manutenção da avioneta CESSNA 152 para treino dos cadetes da Academia Militar e outros pilotos;
- ix. Proceder ao redimensionamento das forças e à aquisição de quatro radares e outros equipamentos para dotar as Forças Armadas de defesa anti-aérea;
- x. Concluir com a modernização e informatização dos Centros de Comunicação associados às Radiocomunicações Navais;
- xi. Assegurar a modernização dos sistemas de informação operacional e da Web Information Environment (WISE);
- xii. Constituir o Destacamento de Informações, capaz de empregar cinco equipas em áreas de tensão ou crise;
- xiii. Implementar o sistema de mergulho, no âmbito da capacidade de desactivação de minas marítimas;
- xiv. Implementar a capacidade de vigilância e fiscalização da Zona Económica Exclusiva (ZEE);
- xv. Reforçar a capacidade de formação, adestramento e reciclagem de oficiais, sargentos, praças e pessoal navegante; e
- xvi. Prolongar a vida útil das lanchas de desembarque até 2015, de forma a consolidar a experiência de emprego da Lancha de Desembarque Grande (LDG);

A nível de Cooperação Internacional

- i. Operacionalizar os Memorandos de Entendimento Bilaterais com os EUA na área de Formação, Logística, Desminagem e Engenharia militar;
- ii. Preparar o Exercício Militar Multinacional da série RECAMP;
- iii. Assegurar a criação das Chancelarias Militares na Índia, Botswana, Angola;
- iv. Potenciar a capacidade de promoção e cooperação regional e internacional, através da participação em reuniões bilaterais e multilaterais como: SADC, CPLP e da UA;
- v. Realizar reuniões das Comissões Mistas de Defesa e Segurança em Moçambique, com os seguintes países: Malawi; RSA;
- vi. Realizar encontros com vista a assinatura de acordos bilaterais com e nos seguintes países: Guiné-Bissau, Suazilândia, Zâmbia, Zimbábue, China, Índia, Coreia do Norte, Cuba, Brasil, Malawi e Vietname;

- vii. Realização de visitas Tânzania, Cuba, Brasil, no âmbito da promoção da cooperação a vários níveis.

A nível da Administração e Asseguramento Logístico

- i. Realizar o recenseamento militar de 175.000 jovens em todo o país.
- ii. Realizar provas de classificação e selecção de 30.000 jovens;
- iii. Prosseguir com o ciclo de instrução de recrutas, prevendo-se o ingresso de 2.000 homens;
- iv. Passagem a disponibilidade de 1.500 militares;
- v. Prosseguir com o processo de formação de militares no estrangeiro, de um universo de 170 (Rússia, Grécia, Portugal, RSA, China, EUA, Egipto, Índia, Espanha, Reino Unido, Cuba e Vietname);
- vi. Prosseguir com o programa de reabilitação parcial de infra-estruturas tendo como prioridades as seguintes;

No quadro de obras nominalizadas

- i. Promover a capacidade de apoio logístico geral e de infra-estruturas, dando continuidade ao programa de restauração e reabilitação parcial daquelas, com prioridade para: MDN-Sede, Bloco da Direcção da Política, reabilitação do Auditório do MDN/Sede, Estado-Maior General; Comando da marinha; IESM; EFSFA; Paióis; Escola de Formação Profissional de Chingodzi; Complexo residencial do Bilene; Hospital Militar de Maputo, Hospital Militar de Nampula e Centro de Formação da Polícia Militar.

No quadro de obras de Capacidade Própria

- i. Garantir a aquisição a curto prazo de 2 aviões, 2 helicópteros de transporte e evacuação;
- ii. Adquirir e instalar meios de comunicação e sistemas rádio, informáticos, telefones e faxes;
- iii. Construir vinte casas de baixo custo, em Cuamba (4) e (16) em Nampula (Academia Militar Samora Machel);
- iv. Reabilitar e apetrechar o Centro de Manutenção e Oficinas de Maputo;
- v. Adquirir meios de transporte rodoviários, de pessoal e de carga que garantam o funcionamento, treino e emprego da força e o asseguramento logístico geral;
- vi. Prosseguir com as actividades de logística de produção em Chokwé/Gaza, Chitima/Tete, Angónia/Tete e Hanhane/Matola.
- vii. Produzir caixas de munições de diverso calibre nos centros de manutenção e oficinas do sector.
- viii. Produzir nos Centros de Manutenção Oficinal de Maputo e da Base Aérea da Beira, diversos artigos: camas (1.000), cacifos (500), enxadas(250), ancinhos(200), catanas(200), escovas metálicas(150), mobiliário de escritório (200) e de refeitório e outros.

A nível da Reforma do Sector Público

- i. Simplificar e racionalizar os procedimentos para imprimir a eficácia e eficiência na prestação de serviços da Defesa Nacional ao cidadão;
- ii. Capacitar em matéria de Reforma do sector da Defesa, os órgãos do MDN com enfoque para as unidades militares, Ramos, EMG, Centros de Instrução e Órgãos Centrais;
- iii. Harmonizar e implementar o plano de Reestruturação do Ministério da Defesa Nacional, no âmbito de Análise Funcional;
- iv. Garantir a transparência nas fases do Sistema do Serviço Militar;
- v. Realizar seminários de dessiminação da Lei 9/2002 — Lei do Sistafe e Decreto 54/2005 – Regulamento de Contratação de Empreitadas de obras Publicas, Fornecimento de bens e Prestação de serviços ao Estado;
- vi. Monitoria e avaliação das actividades da Reforma do Sector Público nas unidades militares;
- vii. Capacitar os servidores do Estado no MDN, em cursos superiores do ISAP e modulares do IFAPA.
- viii. Prosseguir com acções de educação cívica e de cidadania dos militares;

G. LIBERTAÇÃO NACIONAL, DEFESA DA SOBERANIA, E DA DEMOCRACIA E DEFICIENTES DE GUERRA

298. Nesta área em 2009 continuará a ser privilegiado a promoção da Assistência e Inserção Social aos Combatentes, a realização de acções de Pesquisa da História e a Preservação do Património da Luta de Libertação Nacional.

Área da Assistência e Inserção de Combatentes

- i. Emissão de 12.300 Cartões de Combatentes;
- ii. Conclusão do processo de fixação de pensões dos Antigos Combatentes;
- iii. Atribuição do subsídio de funeral;
- iv. Atribuição de Bónus de Participação em consonância com o previsto na Lei no 03/2002, de 17 de Janeiro;
- v. Financiamento de 70 projectos de auto construção de casas melhoradas para combatentes;
- vi. Conclusão do Centro-Escola de Formação de Combatentes em Manica;
- vii. Continuação com acções de formação e capacitação de Combatentes;
- viii. Atribuição de 61 novas bolsas de estudo do nível superior aos combatentes e seus dependentes;
- ix. Financiamento de 55 projectos económicos para combatentes.

Área da História e do Património da Luta de Libertação Nacional

- i. Pesquisa da História da Luta de Libertação Nacional;
- ii. Definição de uma Política de Preservação do Património Histórico;
- iii. Divulgação da história da Luta de Libertação nacional através da edição de livros e revistas, realização de palestras, emissão de programas rediofónicos e televisivos
- iv. Mapeamento das bases e outros locais de importância histórica.

IV.4. ASSUNTOS TRANSVERSAIS

A. GÉNERO

299. O principal objectivo do Governo nesta área é promover a igualdade e equidade de Género a todos os níveis e fortalecer o poder da mulher, recorrendo a discriminação positiva sempre que se afigure necessário. Para a concretização destes objectivos em 2009 serão realizadas as seguintes acções:

No âmbito de Legislação, Políticas e Planos

- i. Criar Unidades de Género nos ministérios de Assuntos dos Antigos Combatentes, Finanças, Planificação e Desenvolvimento, Trabalho, Justiça e Turismo; e outras 9 nas Direcções da Indústria e Comércio, Turismo, Saúde, Educação e Cultura, Juventude e Desportos, Registos e Notariados Trabalho, Delegação de Estatística, Núcleo de Combate ao Sida, na Cidade de Maputo;
- ii. Criar 28 Conselhos Distritais para o Avanço da Mulher, em Sofala (6), em Inhambane (3), na Zambézia (16) e em Nampula (3).
- iii. Realizar 108 palestras de divulgação da Política de Género e Estratégia de sua Implementação, Lei da Família, Plano Nacional para o Avanço da mulher, em todo o país
- iv. Divulgar o Plano de Combate a Violência contra a Mulher nas províncias de Sofala, Tete, Cabo Delgado, Niassa e Cidade de Maputo beneficiando 240 pessoas;
- v. Realizar 11 reuniões provinciais sobre Mulher e Género com a participação de 150 pessoas por província;
- vi. Divulgar a Política de Género e Estratégia da sua Implementação nas províncias de Nampula, Zambézia, Sofala, Manica e Gaza a 590 participantes

Elevação da consciência da sociedade sobre os direitos da mulher

- i. Realizar 40 sessões de aconselhamento sobre a prevenção e combate a violência contra a mulher, na província de Inhambane;
- ii. Produzir um documentário sobre os Direitos da Mulher, em língua Tsonga e língua de sinais, na província de Maputo;

- iii. Realizar 5 seminários de sensibilização na Zambézia e 3 sessões de formação em Niassa sobre a prevenção de violência contra mulher, beneficiando 770 pessoas;
- iv. Divulgar os instrumentos nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos da mulher nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Tete, Sofala e Província de Maputo, beneficiando 190 pessoas sendo 40 a nível central e 30 em cada província.

No âmbito da Promoção de igualdade de oportunidades entre mulheres e homens

- i. Construir 9 centros de promoção de actividades da mulher em Sofala (4) nos distritos de Chemba, Cheringoma, Machanga e Cidade da Beira); em Inhambane (3) nos distritos de Inharrime, Maxixe e Vilanculos; na Zambézia (2) nos distritos de Alto Molocué e Milange;
- ii. Implementar projectos agro-pecuários beneficiando 123 mulheres chefes de agregado familiar, na província de Maputo;
- iii. Apoiar financeiramente 10 Associações de Mulheres em Cabo Delgado;
- iv. Implementar projectos de geração de rendimento beneficiando a 11950 mulheres chefes de agregados integradas em 2.470 projectos na província de Manica e 380 mulheres em Niassa
- v. Apoiar e capacitar as organizações femininas com vista melhorar a sua intervenção em prol do empoderamento das mulheres
- vi. Capacitar 80 mulheres em matérias de liderança, tomada de decisão e geração de rendimento na Cidade de Maputo
- vii. Participar em 12 eventos nacionais e 6 internacionais sobre questões da mulher e género.

Formação/ capacitação

- i. Capacitar 2.300 mulheres chefes de agregados familiares das províncias de Manica, Zambézia e Niassa em matéria de planificação, género e gestão de negócio;
- ii. Capacitar 594 mulheres membros de associações femininas em matérias de gestão de projectos de geração de rendimentos, província da Zambézia e Niassa e cabo Delgado;
- iii. Capacitar 35 membros da PRM que trabalham nos Gabinetes de Atendimento a Mulher e Criança Víctima de Violência, em todos os distritos da província da Zambézia;
- iv. Capacitar 50 activistas em matérias de Direitos da Mulher; e 15 Associações de mulheres em matéria de Gestão de Projectos, envolvendo 95 mulheres, na província de Maputo;
- v. Realizar 6 sessões de formação sobre a violência e direitos humanos, beneficiando a jornalistas, Polícia e líderes comunitários das províncias de Niassa e Tete; beneficiando um total de 240 pessoas;

- vi. Capacitar os diferentes sectores nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Tete, Sofala e Província de Maputo, Niassa, em “Gender Mainstreaming” (Integração dos Assuntos de Género nos Planos e Programas Sectoriais); beneficiando 334 pessoas;
- vii. Capacitar 70 membros dos Governos Distritais e Líderes Comunitários em matéria de Género, e 70 mulheres em matérias de Liderança, tomada de decisão e participação, na província de Maputo;
- viii. Realizar 1 estudo para identificação da dimensão da problemática de violência doméstica a nível das famílias na Província de Inhambane.
- ix. Realizar 28 reuniões do Conselho Nacional para o Avanço da Mulher e 88 dos Conselhos Provinciais para o Avanço da Mulher

Resposta Multisectorial

300. Na área de **Educação**, espera-se que no Ensino Primário a taxa líquida de escolarização das raparigas aos 6 anos na 1ª classe seja de 76,0% e a de conclusão do EP2 de 44% e a taxa líquida de escolarização no EP (EP1+EP2) seja de 102,4%, sendo de 100,1% para raparigas.
301. Por outro lado, será reforçada acção inspectiva no combate a todas as formas de abuso, incluindo o sexual na comunidade escolar;
- i. Apoiada a implementação da Estratégia de Equidade de Género no sistema educativo a todos os níveis;
 - ii. Continuadas as capacitações nas unidades de género a nível central, provincial e distrital em matérias de integração do género;
 - iii. Promovida a resposta às disparidades de género no Sistema Nacional de Educação baseada em evidência e boas práticas nacionais e internacionais;
 - iv. Sensibilizados os pais e comunidades, sobre a importância da educação da rapariga, tendo em vista o aumento do número de raparigas que entram no EP1 com a idade certa (6 anos);
 - v. Continuada a identificação e implementação de estratégias para aumentar a percentagem de mulheres como professoras;
302. Na área da **Saúde** continuará o desenvolvimento de capacidades da análise e desenho de programas de saúde sensíveis ao género, incluindo o desenvolvimento e reprodução de materiais; a análise da violência contra a Mulher e sua relação com o HIV/SIDA com o objectivo de melhorar o atendimento clínico às vítimas; e a análise do género e Tuberculose na Província e Cidade de Maputo;
303. Por outro lado, será promovida a participação do homem nos programas de saúde reprodutiva e o envolvimento comunitário de homens e mulheres na solução dos problemas nos níveis domiciliário e comunitário que conduzem às elevadas taxas de mortalidade materna;
- i. Revistas as estratégias do controlo das ITS/HIV/SIDA, saúde reprodutiva, tuberculose e malária, com vista a torná-los mais sensíveis ao género;

- ii. Formada o pessoal sobre o protocolo de atendimento às vítimas de violência (enfermeiras de SMI, técnicos de medicina e médicos);
 - iii. Capacitados os técnicos de medicina/médicos para fazerem exames e relatórios médicos-legais;
 - iv. Continuada a formação dos professores dos Institutos de Ciências de Saúde e Centros de Formação em matéria de género e saúde.
304. Na área de **Energia** será operacionalizado o Plano Estratégico para a Promoção da Igualdade do Género no sector, visando aumentar o número de mulheres empregadas nas novas admissões, e maior número de mulheres em formação e em posições de tomada de decisões; e
- i. garantir a integração da perspectiva do género nos programas e projectos do sector.
305. Na área da **Função pública** serão implementadas a Estratégia de Género.
306. Na área da **Juventude e Desportos** serão Integrados conteúdos sobre Género para adolescentes e jovens; e
- i. Formados e capacitados 4.210 Agentes Desportivos nas diversas modalidades desportivas em matérias sobre género no âmbito do Sistema de Formação de Agentes Desportivos (SIFAD).
307. Estão previstas capacitações sobre género nos sectores **Turismo e Ambiente** e nas **Forças Armadas**, onde será formada e capacitada a mulher na Defesa para pontos focais de género a nível central.
308. Na área da **Justiça** será elaborado o Plano de Acção sobre o equilíbrio do Género no Sector, tendo em atenção o levantamento realizado sobre mulheres na Justiça.

B. HIV/SIDA

309. A problemática do HIV/ SIDA continuará a constituir uma das prioridades do combate a pobreza absoluta. O combate a esta epidemia continua assente na multisetorialidade e transversalidade, e continuara a incidir nas sete áreas integradas no Plano Estratégico Nacional de Combate ao HIV/ SIDA (PEN II), a saber, Prevenção, Advocacia, Estigma e Discriminação, Tratamento, Mitigação, Investigação e Coordenação da Resposta Nacional.
310. Nestes termos, com base no cenário epidemiológico, nas recomendações do Grupo de Referência sobre Prevenção, no grau de vulnerabilidade da população, nos desafios resultantes da integração de outras doenças como a tuberculose, e na natureza transversal e multisetorial no combate ao HIV e SIDA, para 2009 serão realizadas as seguintes acções:

Área de prevenção

- i. Assegurar o rastreio rotineiro de tuberculose a todos os pacientes HIV+ inscritos nas consultas de medicina e outros serviços no âmbito

- no âmbito do fortalecimento da integração das actividades de TB/HIV/SIDA;
- ii. Expandir os ATS comunitário para mais 11 organizações baseadas na comunidade
 - iii. Expandir os SAAJs atingindo uma cobertura nacional de 300 unidades sanitárias
 - iv. Alcançar o diagnóstico e tratamento de 700.000 casos de ITS
 - v. Distribuir 163 milhões de preservativos masculinos e 500 mil preservativos femininos, representando um crescimento de 111% face aos 77 milhões de preservativos masculinos previstos para distribuição em 2008.
 - vi. Melhorar a coordenação entre os diversos sectores da unidade sanitária para aumentar o acesso ao TARV para a mulher grávida e o seguimento regular da criança exposta;
 - vii. Integrar o ATS nas actividades de rotina dos profissionais de saúde, expandir o ATS comunitário e potenciar uma comunicação virada à mobilização social para a adesão ao teste, procura de serviços subsequentes e adesão ao tratamento;
 - viii. Aumentar o acesso aos serviços de aconselhamento e testagem, ao tratamento preventivo com cotrimoxazol (TPC) e com isoniazida (TPI), e sobretudo o acesso ao TARV aos doentes TB/HIV, para além da prevenção da transmissão nosocomial da tuberculose nas unidades sanitárias e conglomerados
 - ix. Estabelecer parcerias multisectoriais, para melhorar a condição da mulher, reduzir as relações sexuais por coacção ou violência;
 - x. Promover acções com grupos de alto risco e em zonas de alto risco, apostando sempre em medidas de prevenção mais eficazes, imediatas e dirigidas aos grupos mais vulneráveis, e em especial reduzir as determinantes que aumentem a vulnerabilidade e o risco das mulheres face ao HIV e SIDA;

Área de advocacia

- i. Aumentar o envolvimento das lideranças, a todos os níveis, na mobilização da sociedade;
- ii. Reforçar a capacidade de advocacia sobre a nutrição, encarando-a como componente transversal;
- iii. Dinamizar a comunicação orientada-a à criação de ambiente favorável que ao diálogo franco e aberto sobre o HIV e SIDA, dando prioridade aos comportamentos e condições que impulsionam o alastramento da epidemia do HIV em Moçambique

Área de estigma e discriminação

- i. Aumentar a participação de pessoas infectadas na promoção da mudança de comportamento.

Área de tratamento

- i. Sensibilizar as comunidades sobre a importância da detecção precoce e tratamento das ITS incluindo os contactos;
- ii. Concluir a integração do atendimento aos utentes HIV e SIDA no Serviço Nacional de Saúde com qualidade, através do fortalecimento da capacidade de formação, supervisão, monitoria e avaliação das Direcções Provinciais de Saúde;
- iii. Aumentar a adesão aos serviços de TARV e acesso à profilaxia de infecções oportunistas
- iv. Assistir 150.000 pacientes em TARV dos quais 11.286 crianças de menos de 15 anos de idade.
- v. Fortalecer a capacidade das organizações da sociedade civil para trabalharem nas comunidades, de modo a assegurar um elevado nível de adesão ao tratamento.

Área de mitigação

- i. Melhorar o aproveitamento dos recursos existentes para potenciar a componente de nutrição.
- ii. Prestar apoio multiforme 123.500 Crianças Órfãs e Vulneráveis nas províncias da Zambézia (80.000), Cabo Delgado (10.000), Tete (10.500), Gaza (17.000) e Cidade de Maputo (5000);
- iii. Construir 34 casas para Crianças Órfãs e Vulneráveis em Sofala (10), Gaza (12) e Cidade de Maputo (12); e distribuir 1.200 kits de materiais escolares em Sofala (1.000) e Inhambane (200).

Área de investigação

- i. Realizar inquéritos epidemiológicos e comportamentais mais detalhados e regulares;
- ii. Apoiar pesquisas chave para melhorar o entendimento dos condutores da epidemia e intensificação das actividades de prevenção, com especial enfoque para a análise da informação;
- iii. Promover a colecta, sistematização e disseminação dos resultados dos estudos e pesquisas sobre HIV e SIDA; e
- iv. Apoiar a realização de outras pesquisas, propostas pelos diferentes parceiros da Resposta Nacional.

Área de coordenação

- i. Melhorar a coordenação, a todos os níveis os sectores da Saúde, Educação e Cultura e Juventude e Desportos para aumentar a detecção precoce e tratamento das ITS nos jovens e adolescentes;

- ii. Fortalecer os mecanismos de planificação e monitoria conjunta, continuando a dar prioridade ao apoio/capacitação da sociedade civil, sector público e privado;
- iii. Estabelecer um mecanismo de revisão conjunta de progresso e apresentação das boas práticas e lições aprendidas;
- iv. Financiar 645 projectos da Sociedade Civil ao nível nacional, cobrindo cerca de 70 dos recursos disponíveis;
- v. Alocar 30% dos recursos disponíveis em projectos do Sector Público (20%), Sector Privado (8%) e Órgãos de Comunicação Social (2%).

Resposta multisectorial

311. Na área de **Educação** será expandido o programa de apoio às Crianças Órfãs e Vulneráveis através do Apoio Directo às Escolas;
- i. Expandidos os programas de prevenção “Habilidades para a Vida” (Pacote Básico, Mundo Sem Segredo e Geração Biz) nas escolas;
 - ii. Implementar o sistema de Monitoria e Avaliação da resposta do sector ao HIV/SIDA em todos níveis;e
 - iii. Realizar um novo estudo para avaliar a evolução das doenças crónicas e degenerativas, incluindo o HIV/SIDA no Sistema Educativo
312. Na área de **Energia** prosseguirá a capacitação dos funcionários e reciclagem dos Pontos Focais para a aplicação da estratégia de HIV e SIDA e da Lei 5/2002 no sector;
- i. mobilizar parcerias para a realizacao de Estudo sobre Conhecimentos Atitudes e Práticas (CAP), bem como a reprodução de material educativo e promocional para distribuição a nível do sector
313. Na área dos **Negócios Estrangeiros e Cooperação**, serão realizadas acções de advocacia e concedido apoio nutricional e aconselhamento aos funcionários do MINEC e suas famílias;
314. Na área do **Turismo** serão capacitados 60 fiscais em matérias de HIV-SIDA no Parque Nacional de Gorongosa e Reserva Nacional de Niassa.
315. Na área **da Função Pública** será implementada a Estratégia de Combate ao HIV/SIDA e
- i. Realizada a monitoria do grau de integração das acções de mitigação do impacto do HIV/SIDA nos Planos e Orçamentos Anuais das Instituições Públicas.
316. Na área **da Juventude e Desportos** serão realizados 33 cursos de capacitação, em matérias de gestão de pequenos negócios e HIV/SIDA abrangendo 2000 Jovens;
- i. Consolidado o Programa Geração Biz e expandido para mais 21 distritos das províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia Tete (Chifunde e Zobué), Sofala, Manica e Gaza;

- ii. Implementados 30 Cantos de Aconselhamento em todo o território nacional em matéria de SSR/ITS/HIV/SIDA;
 - iii. Formadas e capacitadas 4.210 Agentes Desportivos nas diversas modalidades desportivas em matérias sobre SSR/ITS/HIV/SIDA no âmbito do Sistema de Formação de Agentes Desportivos (SIFAD);
 - iv. Apoiados programas culturais que visem a disseminação de mensagens educativas sobre Saúde Sexual e Reprodutiva e HIV/SIDA nas comunidades.
317. Na área **do Trabalho** no âmbito do Control da Legalidade Laboral e segurança dos direitos do trabalhador portador do HIV/SIDA, esperando-se a fiscalização de **5.369** estabelecimentos laborais e .
318. Prosseguirão as acções de sensibilização e combate ao HIV-SIDA nas areas do **Ambiente** e **Defesa**; revista a estratégia do controlo das ITS/HIV/SIDA na área da **Saúde** e implementado o Plano de Acção e Prevenção do HIV-SIDA no sector da **Justiça**
319. Na área da **Mulher e Acção Social**, o enfoque vai para:
- i. Capacitação de 30 Pessoas Portadoras de Deficiência Auditiva em matéria de HIV e SIDA, na província de Maputo; e
 - ii. Aconselhamento e apoio nutricional aos funcionários do sector.

C. AMBIENTE

320. Na área do Ambiente, continuará a constituir prioridade a coordenação intersectorial, a gestão e educação ambiental, e o planeamento e ordenamento territorial, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do país. Assim, com vista a realização deste objectivo, serão desenvolvidas entre outras, as seguintes acções:

Coordenação Intersectorial

- i. Assegurar a manutenção do Sistema de Informação sobre Gestão Ambiental;
- ii. Incorporar as questões ambientais nas agendas de governação a nível local;
- iii. Fortalecer os mecanismos de coordenação sobre questões de desenvolvimento sustentável a nível local.

Gestão Ambiental

Na área de Gestão de Recursos Naturais:

- i. Implementar projectos demonstrativos de combate as queimadas descontroladas na Província de Manica (Macossa);
- ii. Continuar a implementar projectos de combate à erosão na Vila de Changara; na Orla Marítma da Cidade de Maputo; e projectos piloto no Tofo e na Cidade do Chibuto;

- iii. Elaborar material de divulgação sobre gestão sustentável dos recursos naturais e sua reprodução (Queimadas, Erosão e Saneamento do meio);
- iv. Actualizar e mapear as zonas com problemas de erosão, queimadas e disposição de resíduos;
- v. Elaborar a 2ª Comunicação Nacional sobre a Implementação da Convenção quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas;
- vi. Implementar o projecto de adaptação a seca e mudanças climáticas em Guijá.

Na área de gestão da zona costeira:

- i. Actualizar o Macrodiagnóstico da Zona Costeira de Moçambique;
- ii. Finalizar o plano ambiental da zona costeira de Nampula e Elaborar os Planos Ambientais da Zona Costeira de Cabo Delgado, Gaza e Maputo Província.

321. Na área de Qualidade Ambiental irá proceder-se a recolha e sistematização de dados e fontes de poluição.

Na área de Gestão do Ambiente Urbano:

- i. Elaborar Planos Municipais de Gestão Municipal de Alto Molócue, Milange, Gorongosa, Chibuto;
- ii. Apoiar a Expansão e Avaliação do Projecto de Recolha Primária de Resíduos Sólidos Urbanos;
- iii. Monitorar o Projecto de Recolha Primária de Resíduos Sólidos Urbanos.

Avaliação do Impacto Ambiental

- i. Pré- avaliar 450 projectos em todo o país nas categorias A, B e C;
- ii. Elaborar a Directiva sobre avaliação ambiental estratégica;
- iii. Elaborar a directiva sobre auditoria ambiental;
- iv. Auditar 50 projectos de categoria B e C e 30 de categoria A;
- v. Iniciar a Avaliação Ambiental Estratégica da costa do país.

Planeamento e Ordenamento do Território

- i. Implementar actividades piloto para o melhoramento de assentamentos informais nos Bairros: (i) Comunal A Unidade 1 em Xai-Xai em Gaza e, Matundo Unidade Cambine em Tete;
- ii. Elaborar 2 Planos Gerais de Urbanização na Vila da Maganja da Costa e Namarrói Sede;
- iii. Finalizar o processo de implementação/integração da componente espacial nos PEDD's dos 40 distritos;
- iv. Garantir a actualização permanente e manutenção da base de dados de ordenamento territorial;

- v. Elaborar guiões metodológicos para a elaboração de planos de uso de terra e planos urbanos;
- vi. Reativar o Curso Médio de Planeamento Físico e Meio Ambiente;
- vii. Elaborar o Plano de Uso Espacial e Demarcação de 3.000 Talhões para reassentamento das populações.

Promoção Ambiental

- i. Elaborar um manual para professores e alunos em apoio às reformas curriculares no ensino Secundário, que inclua matérias sobre a protecção ambiental e gestão de recursos naturais;
- ii. Divulgar o manual de técnicas básicas de planeamento físico;
- iii. Produzir 03 números da revista MoçAmbiente;
- iv. Desenvolver programas de divulgação ambiental que incluam a componente de saneamento do Meio: realização de campanhas de sensibilização nos principais aglomerados populacionais sobre gestão ambiental, saneamento do meio e desenvolvimento sustentável;
- v. Promover a 3ª edição do Prémio Ambiental;
- vi. Implementar a estratégia de comunicação, divulgação e educação ambiental;
- vii. Promover o plantio de 10.000 árvores no âmbito da revolução verde.

D. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO

322. As acções do Governo nesta área estarão orientadas para o fortalecimento da coordenação das intervenções multisectoriais conducentes a estabilização de Segurança Alimentar e Nutricional a longo prazo, a redução dos níveis de vulnerabilidade e minimização das necessidades futuras de intervenções de emergência. A coordenação intersectorial focalizará as principais acções nos 3 pilares da SAN, designadamente, Disponibilidade, Acesso, Uso e utilização.

Coordenação intersectorial

323. As acções a realizar nesta área pretendem melhorar a capacidade de intervenção dos diversos órgãos, sobretudo, os de nível local na redução significativa da insegurança alimentar e nutricional, prevendo-se
- i. Realizar 3 avaliações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) às populações de todo o país;
 - ii. Produzir e disseminar mensagens sobre alimentação sobre saudável;
 - iii. Capacitar 35 Serviços distritais de Actividades Económicas e da Mulher e Acção Social em matéria de Segurança Alimentar e Nutricional, com enfoque no conceito de SAN, de alimentação adequada e as intervenções a realizar para o seu alcance;

- iv. Elaborar os Planos de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional (PASAN) Nacional e para todas as províncias;
- v. Integrar a Segurança Alimentar e Nutricional em 35 Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Distrito (PEDD's);
- vi. Capacitar 50 administradores e 35 trabalhadores da comunicação social em matéria de Segurança Alimentar e Nutricional, Direito Humano a Alimentação Adequada e vulnerabilidade à Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN);
- vii. Elaborar o Anteprojecto de Lei de Direito Humano à Alimentação Adequada;
- viii. Institucionalizar o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) a nível central e todas as províncias, mediante a aprovação do seu Estatuto Orgânico, autonomia financeira, material e recursos humanos em todas as províncias.

Disponibilidade

324. Com base na implementação da revolução verde e do Plano nacional de Produção de Alimentos 2008-2011, espera-se que em 2009 o país continue a aumentar os níveis de produção de alimentos diversos atingindo:
- i. 2,68 milhões de toneladas de cereais, contra 2,3 milhões de toneladas previstas para a campanha 2007/2008, representando um crescimento de 15.3%;
 - ii. 410,3 mil toneladas de leguminosas, um crescimento de 3.7% em relação às 395,3 mil toneladas esperadas na campanha 2007/2008;
 - iii. 9,6 milhões de toneladas, representando um crescimento de 7.5% em relação às 8.877,610 toneladas estimadas para esta campanha;
 - iv. 24.1 mil toneladas de carnes contra 16.236 toneladas esperadas para 2007/2008, o que representa um incremento de 48.7%;
 - v. 1,9 milhão de litros de leite, representando um incremento de 155 face aos 1,7 milhão litros esperados na campanha 2007/2008;
 - vi. 2,3 milhões de dúzias de ovos, contra 21,5 milhões de dúzias produzidas na campanha 2007/2008, o que representa um incremento de 8.5%;
 - vii. 110,8 mil toneladas de pescado das quais 85,8 mil toneladas proveíneites da Pesca Artesanal, representando um crescimento global de 8.9% face as 101.7 mil toneladas previstas até ao fim de 2008, das quais 80.0 mil provenientes do sector artesanal.

Acesso

325. Com base nas projecções das necessidades de consumo considerando os actual população nacional estimada em 20 milhões de habitantes, aliando aos os hábitos alimentares nas três regiões, espera-se um incremento do consumo global em 18,7%, face a 2008, conforme mostra o quadro abaixo.

Projecção das Necessidades de Consumo para 2009

Região	Produto	Quantid. (Tons) 2009
SUL	Milho	415.400,0
CENTRO	“	755.000,0
NORTE	“	589.600,0
Sub-Total 1		1.760.000,0
SUL	Arroz	132.200,0
CENTRO	“	240.200,0
NORTE	“	187.600,0
Sub-total 2		560.000,0
SUL	Açúcar	49.650,0
CENTRO	“	90.000,0
NORTE	“	70.350,0
Sub-Total 3		210.000,0
SUL	Farinha de Trigo	89.798,0
CENTRO	“	163.234,0
NORTE	“	127.468,0
Sub-total 4		380.500,0
SUL	Óleo Alimentar	10.738,0
CENTRO	“	19.520,0
NORTE	“	15.242,0
Sub-total 5		45.500,0

Fonte: MIC, 2008

326. Embora o país já seja exportador de milho, em 2009 manter-se-á o défice do arroz e trigo, e a tradicional défice de alimentos na região sul. No entanto, a monitoria continua da evolução dos preços e disponibilidade de produtos básicos nos mercados locais será determinante para garantir o acesso da população aos alimentos básicos, sobretudo no período antes das colheitas.

Utilização

327. Para reduzir a desnutrição crónica serão fornecidos suplementos nutricionais a todas as mulheres grávidas que frequentm as consulta pré-natais e crianças menores de 5 anos de idade.

328. Para a redução da taxa de prevalência de desnutrição por micronutrientes (desnutrição aguda), será expandido o número de Centros de Reabilitação Nutricional e implementado a escala nacional o Pacote Nutricional Básico (PNB), bem como acções de educação nutricional no seio da comunidade envolvendo todos os segmentos da sociedade, professores e alunos para a adopção de hábitos correctos.

E. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

329. Na área de Ciência e Tecnologia, as atenções continuarão concentradas nos pilares de Investigação Científica, Transferência de Tecnologia e Inovação e na Divulgação e Promoção da Ciência, tendo em vista o desenvolvimento económico do país. Assim, entre várias acções a serem desenvolvidas para a realização do objectivo definido, merecem destaque as seguintes:

Investigação Científica

- i. Financiamento de 22 projectos de investigação, inovação e transferência de tecnologia na base competitiva;
- ii. Financiamento de 8 projectos estratégicos no âmbito da implementação da ECTIM;
- iii. Realização de quatro sessões de Jornadas Científicas e Tecnológicas em Maputo, Gaza, Sofala e Cabo Delgado;
- iv. Financiamento do desenvolvimento de 10 protótipos no âmbito do Programa de Promoção do Inovador Moçambicano;
- v. Realização da segunda fase do estudo científico sobre o aproveitamento do calcário no distrito de Panda;
- vi. Organização de 4 expedições científicas por cada província;
- vii. Realização de um curso em cada uma das províncias sobre metodologias e desenho de projectos de investigação com vista a aumentar o número de potenciais investigadores em Moçambique;
- viii. Criação da Tabela de equivalência alimentar sobre plantas naturalmente locais, como forma de reduzir a pressão sobre os alimentos importados.

Transferência de Tecnologias e Inovação

- i. Produção de 5 vídeos sobre 5 projectos de maior impacto e associados a produção de alimentos;
- ii. Criação de 4 Vilas do Milénio nos Distritos de Balama, Monapo, Alto Molocue e Changara;
- iii. Realização de 30 sessões de divulgação das oportunidades científicas e tecnológicas disponíveis para a utilização local (3 em cada província), para os Conselhos Consultivos Distritais e lideranças; e
- iv. Realização de 6 cursos sobre uso de materiais locais (solo estabilizado) em construção de habitações, focalizando-se nas zonas de reassentamento das vítimas das cheias das Províncias de Manica, Sofala, Tete, Gaza, Zambézia e Niassa.

Tecnologias de Informação e Comunicação

- i. Criação de 5 Centros Multimedia Comunitários no âmbito da massificação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) em Gaza, Sofala, Zambézia, Cabo Delgado e Niassa;
- ii. Realização de 38 cursos de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), para funcionários dos Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT), nos Distritos onde já foram instalados os CMCs;
- iii. Desenvolvimento de uma plataforma electrónica de partilha, gestão e disseminação de estudos, planos e estratégias (Gestão de Conhecimento Nacional);

- iv. Realização de Olimpíadas de Informática (Concurso de Programação em Pascal para estudantes do I e II ciclo) em todas as províncias;
- v. Expansão da *Mornet* para 15 Instituições de Investigação e Ensino sediadas em Niassa, Nampula, Zambézia, Sofala, Tete e Gaza;
- vi. Estabelecimento de uma base de dados sobre Tecnologias Inovadoras de Construção de Edifícios e Sistemas de Irrigação;
- vii. Implementação de dois Centros Provinciais de Recursos Digitais em Niassa e Manica;
- viii. Desenvolvimento e Instalação de seis Sistemas de Gestão de Fluxos de Processos nos Balcões de Atendimento Único (BAUs) de Niassa, Tete, Nampula, Maputo, Zambézia e Cabo Delgado;
- ix. Realização do concurso de *Equamat* (concurso de Matemática) através de Internet, em todas as capitais provinciais;
- x. Disponibilização no Portal do Governo de formulários ligados a serviços públicos.

Divulgação e Promoção de Ciência

- i. Realização de três seminários regionais nas províncias de Sofala, Niassa e Inhambane com vista a divulgação do Sistema de Ciência e Tecnologia (C&T);
- ii. Realização da VII Mostra de Ciência e Tecnologia, na capital do país;
- iii. Realização de 2 seminários de divulgação dos resultados dos projectos financiados pelo Fundo Nacional de Investigação (FNI), em Nampula e Sofala;
- iv. Realização de um seminário de uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) em cada província e com o sector privado, com vista a melhorar os seus negócios;
- v. Realização de 3 feiras de Ciência e Tecnologia em Nampula, Sofala e Maputo Província;
- vi. Reforço de Relações Bilaterais e Multilaterais com os parceiros Internacionais, no âmbito da Investigação Científica, Inovação e Transferencia de Tecnologia;
- vii. Realização de 3 Cursos sobre Gestão de Ciência e Tecnologia nas Províncias de Maputo, Tete e Cabo Delgado, abrangendo um total de 75 pessoas;
- viii. Realização do concurso de Física usando Tecnologia de informação e Comunicação (TICs) para o primeiro e segundo ciclo, nas Províncias de Manica, Nampula e Gaza.

F. DESENVOLVIMENTO RURAL

330. Com o objectivo de assegurar que as políticas e programas nacionais assumam uma natureza explicitamente pró-rural, e gerar mudanças no actual padrão de acumulação de capital na economia nacional, o Governo prosseguirá com a I fase da implementação da Estratégia de

Desenvolvimento Rural (EDR), orientando a sua acção para o aumento da competitividade e acumulação da economia rural, o reforço da actividade financeira rural, aumento do acesso a tecnologias e a eficácia institucional e de governação.

Competitividade e Acumulação da Economia Rural

331. O aumento da competitividade e da acumulação da economia rural é fundamental para a redução da pobreza rural, bem como, para o aumento da sua contribuição no crescimento da economia nacional. Com base neste pressuposto, prevê-se:

- i. A definição do enquadramento institucional das Abordagem do Desenvolvimento Económico Local (DEL), ao nível das Províncias e Distritos e o reforço da promoção do desenvolvimento rural, investimentos e finanças rurais ao nível das Direcções Provinciais do Plano e Finanças.
- ii. Acompanhar, supervisionar e apoiar o Programa de Capacitação Humana dos Distritos (PROCADIS – Cabo Delgado) e ART- GOLD.
- iii. Elaborar a estratégia de implementação, as actividades e áreas geográficas de foco no âmbito do início da implementação do Programa de Promoção dos Mercados Rurais (PROMER), nas províncias de Cabo-Delgado, Niassa, Nampula e Zambézia, replicando as boas práticas do PAMA.
- iv. Registrar 327 associações no âmbito do prosseguimento da disseminação adequada da Lei nº 2/2006 de 03 de Maio (Lei das associações agro-pecuárias), incluindo apoio para registo e reconhecimento de associações.
- v. instalar mais duas (2) rádios comunitárias e disseminada informação relevante sobre desenvolvimento Rural através de: (i) uma base de dados informatizada sobre Desenvolvimento Rural; (ii) boletim informativo trimestral e; (iii) uma Revista Rural semestral no âmbito do Projecto de Rede Rural de Rádio e Televisão (RRRTV);

Actividade Financeira Rural

332. acesso ao crédito pelos produtores rurais é essencial para dinamizar e fortalecer as diversas actividades produtivas rurais. Neste âmbito, para 2009, o Governo continuará a apostar na expansão e aumento da cobertura territorial dos serviços financeiros rurais com vista a apoiar os produtores locais. Neste sentido, prevê-se:

- i. Criar 10 novas instituições financeiras, elevando o seu número para 90 em todo o país, representando um crescimento de 12.5% face as 80 instituições previstas até ao final de 2008;
- ii. Integrar no sistema 6.000 novos clientes das instituições financeiras, elevando para 175.000, o número total de beneficiários dos serviços microfinanciros rurais, o que representará um crescimento de 3.5% face aos 169.000 clientes previstos até ao final de 2008;

- iii. Acompanhamento das acções desenvolvidas pelos 14 Fundos de Fomento (FF's) e a melhoria da articulação entre eles, bem como a focalização das suas intervenções nos distritos;
 - iv. Realizar, no âmbito da Unidade de Apoio a Políticas, o estudo sobre o potencial de procura de produtos formais e informais de poupança;
 - o disseminar a campanha de promoção da poupança;
 - o realizar acções de formação em micro-finanças na província de Tete com 30 beneficiários directos; e
 - o divulgar a estratégia de Finanças Rurais (EFR's) e monitoria da sua implementação.
 - v. Realizar, no âmbito do Projecto de Finanças Inclusivas, 2 (duas) capacitações nas regiões sul e centro do país;
 - o apoiar 21 teses ou dissertações sobre finanças rurais e microfinanças para estudantes da Faculdade de Economia da UEM, da Escola Superior de Economia e Gestão, em Manica e da Faculdade de Agricultura da Universidade Católica, na província do Niassa;
 - o promover o estabelecimento de Micro e Pequenas Empresas (MPEs) que tornarão possível a absorção dos jovens com maior enfoque nas zonas rurais e;
 - o promover iniciativas e mecanismos de implementação dos microseguros junto dos operadores das microfinanças.
333. **No âmbito do apoio à produção** serão aprovados e financiados 10 Projectos de geração de rendimento, orçados em 1.250.000 Euros e realizadas 4 actividades de formação em matérias de finanças, gestão de negócios e elaboração de planos de negócios, no âmbito do desenvolvimento económico e do empresariado rural;
- i. Realizada consulta pública da proposta de Lei das Cooperativas ao nível dos principais parceiros do núcleo de promoção do cooperativismo em Moçambique seguida pela preparação das condições a implementação e disseminação da Lei; e
 - ii. Realizados 2 treinamentos, 10 cursos, 3 capacitações e 2 seminários em em matéria de boa governação, descentralização e emponderamento das organizações locais, beneficiando as Organizações da Sociedade Civil no âmbito do prosseguimento da implementação do Projecto de Apoio ao Desenvolvimento Rural na Zambézia (distritos de Mocuba, Ile e Maganja da Costa) - PRODEZA

Coordenação Intersectorial e inter-institucional

- i. Capacitar as Equipas de Apoio à Planificação Provincial e Distrital, de modo a aprimorar o processo de formulação, implementação e monitoria dos PEDD's;
- ii. Capacitar tecnicamente e em recursos humanos, os departamentos provinciais de desenvolvimento rural;
- iii. Elaborar os termos de referência e composição do Mecanismo de Promoção e Coordenação do Desenvolvimento Rural Integrado;

- iv. Fornecer metodologias orientadoras para a elaboração de planos de acção a diferentes níveis, inspirados e consistentes com a EDR;
- v. Avaliar, em conjunto com outras instituições, o estágio dos projectos indicativos, e prospecção de outros novos, no âmbito das oportunidades identificadas para a criação e desenvolvimento do sector de bio-combustível; e
- vi. Criar base de dados ao nível central e nas províncias para monitoria do desenvolvimento sócio-económico dos Distritos.

Reposta multisectorial

Na área de Inovação e Tecnologias

- i. Criados, na área de **Ciência e Tecnologia**, 5 Centros Multimedia Comunitários no âmbito da massificação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) em Gaza, Sofala, Zambézia, Cabo Delgado e Niassa;
- ii. Implementado, na área das **Comunicações**, o serviço de acesso universal nos seguintes distritos: Massagena e Chigubo (Gaza); Chinde (Zambézia); Tambara (Manica); Zumbo (Tete); Sanga e Meluco (Niassa), e
 - o Assegurada a cobertura de 42 distritos através do acesso sem fio de tecnologia disponibilizando serviços de voz e dados (internet) nas Províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Inhambane e Gaza.
- iii. Iniciada, na área de **Energia**, a instalação de 50 sistemas eólicos para bombeamento de água nas Províncias de Maputo (Distritos de Matutuíne e Magude), Gaza (Distritos de Mabalane, Massingir, Chigubo, Chicuala e Massangena), Inhambane (Distrito de Funhalouro e Massinga), Manica (Distritos de Gondola e Sussundenga), Tete (Distritos de Mágoè e Chifunde), Nampula (Distrito de Mongicual) e Niassa (Distritos de Maua e Ngauma), e
 - o Prosseguir com a disseminação do uso de briquetes de serradura no País nos Distritos de Namaacha, Boane, Matutuíne e Manhiça na Província de Maputo;
- iv. Difundidas pela **Agricultura**, mensagens de extensão durante 260 horas em programas radiofónicos e disseminados 7 novos pacotes tecnológicos.

Infraestruturas produtivas e apoio a produção

- i. Ao nível das **Obras Públicas**, serão reabilitadas 2 pequenas barragens no Distrito de Namaacha;
 - o reabilitada a represa de Mungari na bacia do Zambeze sobre o rio Nhamacombe, que permitirá o abastecimento de água à vila de Mungari;
 - o construído o Açude de Luia, no rio Luia, no distrito de Chifunde;
 - o reabilitado o terraço e margens à jusante da barragem de Macarretane;

- ii. Prosseguirá, nas **Pescas**, a construção de infra-estruturas sociais, designadamente, escolas, hospitais, fontes de água, vias de acesso terciárias, em benefício das comunidades pesqueiras das províncias de Sofala, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado
- iii. Apoiadas, na area do **Turismo**, as comunidades locais na identificação de projectos comunitários de produção de rendimento das áreas piloto de Gorongosa, Tchuma Tchato e Maputo Província, e
 - o Criada uma empresa comunitária em parceria com o sector privado, em cada uma das três Áreas de Conservação Transfronteiriça

G. CALAMIDADES

334. Reconhecendo o carácter transversal das calamidades naturais e os seus efeitos destruidores que agravam a situação da pobreza, os objectivos e prioridades do Governo nesta área continuarão viradas para a consolidação da cultura de prevenção, a redução do número de vítimas humanas e perda de propriedades, e dotar o País de meios de prevenção e de mitigação de calamidades.
335. As acções de prevenção, prontidão, resposta e mitigação das calamidades, serão feitas com base no Plano de Contigência, elaborado com base nas previsões meteorológicas emitidas pela SARCOF e pela implementação do Plano Director de Gestão de Calamidades.

Aviso Prévio

336. Com base na previsão climática regional da SARCOF e do INAM para o período de Outubro a Dezembro de 2008 e Janeiro a Março de 2009, para Moçambique prevê-se:
- i. ocorrência de chuva normal com tendência para acima do normal durante todo o período chuvoso (Outubro de 2008 a Março de 2009) na Região Norte
 - ii. ocorrência de chuva normal com tendência para acima do normal entre Outubro-Dezembro de 2008 e normal com tendência para abaixo do normal entre Janeiro a Março de 2009 na Região Centro
 - iii. ocorrência de chuva normal com tendência para abaixo do normal entre Outubro-Dezembro de 2008 e normal com tendência para acima do normal na região Sul.
337. Ao nível regional, em ambos os períodos, para os países vizinhos prevê-se chuva normal com tendência para acima do normal, excepto a parte leste do Zimbabwe onde se prevê chuva normal com tendência para abaixo do normal entre Janeiro a Março.
338. Em termos gerais a região Norte poderá registar chuvas abundantes durante 6 meses do período chuvoso;
339. A região Centro poderá registar chuvas abundantes nos primeiros 3 meses e menos chuva nos últimos 3 meses.
340. A Região Sul poderá registar menos chuva nos primeiros 3 meses e chuva abundante nos últimos 3 meses

Impacto

- i. Um cenário de possíveis cheias nas região Norte
- ii. Um cenário de possíveis cheias no baixo Zambeze a partir de Janeiro devido as possíveis contribuições da Zâmbia (Rio Aruângua) e Malawi (Rio Chire)
- iii. Um cenário complicado marcado pela possibilidade de seca entre Outubro a Dezembro e cheias entre finais de Janeiro e princípios de Fevereiro na região sul

341. No entanto, o real impacto da previsão climática será apresentado pelo Plano de Contingência em finais de Outubro.

Prevenção, prontidão e gestão das Calamidades Naturais

- i. Criar e revitalizar os comités de gestao de risco de calamidades ao nível dos distritos;
- ii. Estabelecer um sistema computarizado para o uso eficiente dos sistemas nacionais meteorologicos;
- iii. Adquirir equipamentos básicos para operacionalização da Unidade Nacional de Protecção Civil (UNAPROC);
- iv. Coordenar as acções de resposta de emergência através do Centro Nacional Opeativo de Emergência (CENOE);
- v. Concluir a construção das Direcções Regionais do INGC, Sul, Centro e Norte, onde funciona o CENOE;
- vi. Iniciar a construção das instalações do INGC no recinto da Base Aérea de Mavalane em Maputo;
- vii. Coordenar e implementar o Plano de Contingência para a época chuvosa 2008/2009;
- viii. Coordenar a implementação do Plano de Reassentamento e Reconstrução pós-Calamidades, prevendo-se a construção de 10.000 casas, em 92 centros de reassentamento nas províncias da Zambézia, Tete, Manica, Sofala e Inhambane.

Intervenção pró-activa nas zonas semi-áridas

- i. Promover actividades não agrícolas para geração de renda das populações;
- ii. Formar 1.500 beneficiários sobre o processamento artesanal de frutas silvestres e produtos agrários em Machaze, Memba, Chigubo, Massangena, Funhalouro e Mabote;
- iii. Construir 2 unidades de agro-processamento de produtos artesanais (frutos silvestres, e outros produtos agrários em função da oferta de matéria-prima e da procura do mercado) nos distritos de Chigubo (Gaza) e Funhalouro (Inhambane)
- iv. Construir 2 Centros de recursos e Usos Múltiplos (CERUMs) nos distritos áridos de Funhalouro (Inhambane) e Machaze (Sofala)

Resposta Multisectorial

- i. Avaliar, na área do **Turismo**, o processo de implementação de medidas de mitigação do conflito Homem/Fauna Bravia; e
- ii. Prosseguir com o programa de reassentamento das comunidades locais (de 128 famílias) no Parque Nacional do Limpopo, província de Gaza
- iii. Reassentamento, pelas **Obras Públicas**, das populações situadas nas novas áreas a inundar e no canal de restituição do dique de portela da Barragem de Corumana, na província de Maputo.
- iv. Prosseguir, na área dos recursos minerais, ao apetrechamento das estações sismográficas de Massingir (Gaza), Vilankulo (Inhambane), Mocuba (Zambézia), Mueda (cabo Delgado) e a implementação de uma estação em Inhambane.

H. DESMINAGEM

342. As minas terrestres continuam a constituir um obstáculo nos esforços em curso de combate à pobreza, sobretudo, para a implementação de programas de desenvolvimento, em particular nas zonas rurais. Assim, em 2009, o Governo prosseguirá com a implementação do Programa da Acção sobre Minas visando assegurar maior liberdade de circulação de pessoas e bens bem como a disponibilidade de maior extensão de terra para sua utilização e alcançar a meta preconizada na Convenção de Ottawa, no sentido de o país concluir, com base na prorrogação do prazo até 2014, a clarificação de todos os locais minados conhecidos e a destruição de todos os engenhos não explodidos.

Constituem objectivos para 2009, os seguintes:

- i. Prosseguir com a meta preconizada na Convenção de Ottawa, no sentido de o país concluir a clarificação de 541 áreas correspondentes a 12.164.401 m² conhecidos, com base nos dados definitivos da pesquisa realizada entre 2007/2008 nas Zonas Centro e Sul do país, e a destruição de todas as minas e engenhos não explodidos até 2014;
- ii. Continuar com a actividade de desminagem de objectos económicos e sociais, tendo em vista a implementação de programas e projectos de desenvolvimento com especial destaque para as áreas de elevado potencial agro-pecuária, estradas, recursos minerais, linhas férreas, linhas de transmissão de energia e infra-estruturas sociais, bem como de áreas para o reassentamento da população;

Para 2009 estão previstas as seguintes acções:

- i. Clarificar 82 áreas estimadas em 1.997.266 m² nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica e Tete;
- ii. Formar cerca de 250 agentes de educação cívica para permitir o alargamento de acções de sensibilização das populações das zonas minadas ou suspeitas de estarem minadas;

- iii. Realizar 160 palestras de educação cívica sobre o perigo de minas nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica e Tete, tendo em vista evitar ou reduzir o risco de mortes causadas pelas minas e outros engenhos explosivos;
- iv. Implementar programas de assistência às vítimas de minas e sua reintegração socioeconómica, prevendo-se a assistência de 200 vítimas de minas.
- v. Ao nível sectorial, as **Forças Armadas** prosseguirão as operações de Desminagem Humanitária aos objectos socio-económicos e locais prioritários para o desenvolvimento nacional.

V. FINANÇAS PÚBLICAS

343. Orçamento do Estado para 2009 operacionaliza a política financeira e os objectivos de política económica e social preceituados no programa Quinquenal do Governo. A programação orçamental para 2009 integra a priorização da afectação de recursos preconizada no CFMP 2009-2011, e introduz mais uma etapa no âmbito da implementação da metodologia de orçamentação por programas, estendendo a experiência piloto a todos os sectores.
344. A etapa supra referida tem por objectivo estreitar a ligação entre os instrumentos de planeamento e orçamentação depois do Governo ter introduzido pela primeira vez em 2008 a título experimental, a orçamentação por programa em três sectores nomeadamente MEC (ensino primário), MOPH (pontes) e MINAG (produção agrária).
345. As projecções macroeconómicas e fiscais para 2009 foram feitas no seio dum contexto de contínua tendência de prevalência de uma conjuntura macroeconómica internacional desfavorável. Estes desafios exigirão a adopção de esforços adicionais no quadro da coordenação das políticas fiscal e monetária em face das pressões inflacionárias que uma eventual subida galopante dos preços dos combustíveis irá acarretar. Por outro lado, afigurar-se-á crítico o aprofundamento das reformas na área tributária com vista a minorar a perda de receitas decorrentes do desarmamento tarifário actualmente em vigor no âmbito da integração regional.
346. Espera-se com os ganhos resultantes de uma coordenação optimal entre as políticas fiscal, monetária e cambial fortalecer o clima de confiança do sector privado, factor de vital importância para a promoção do investimento doméstico e directo estrangeiro. Assim, a política orçamental para 2009 prosseguirá os seguintes objectivos gerais:
- i. Estimular o ritmo de acumulação interna e padrões de crescimento económico sustentáveis;
 - ii. Garantir a estabilidade do Índice Geral dos Preços;
 - iii. Promover a competitividade e diversificação dos bens transaccionáveis;
 - iv. Contribuir para a correcção gradual dos desequilíbrios estruturais da balança de pagamentos;
 - v. Promover o emprego e auto emprego nas zonas rurais e centros urbanos.

Objectivos Gerais da Política Tributária

347. A política tributária e aduaneira para 2009 prosseguirá a implementação e consolidação das reformas actualmente em curso, através de acções que conduzam a incrementos nos níveis de eficiência da administração fiscal e a diversificação das fontes de captação de receitas para o Estado.
348. Para 2009 prevê-se que o montante de receitas a arrecadar atinja 45.183,8 milhões de Mt, equivalentes a 16,9% do PIB, representando um incremento de 1,0pp face a meta prevista para 2008. Concorrerão para a materialização deste objectivo, o prosseguimento dos esforços visando promover uma maior equidade e justiça fiscais, a racionalização dos benefícios fiscais e a realização de investimentos de expansão e modernização da máquina fiscal e aduaneira. De entre as principais acções a desenvolver na área tributária salientam-se as seguintes:
- i. A expansão e consolidação do sistema de informatização dos impostos no âmbito da simplificação de procedimentos na prestação de serviços aos contribuintes;
 - ii. A continuação da atribuição de NUIT aos contribuintes a todos os níveis;
 - iii. Reforço dos mecanismos com vista a facilitar o pagamento do imposto através da banca comercial;
 - iv. A adequação, melhoramento e disseminação da legislação fiscal e aduaneira;
 - v. O prosseguimento das campanhas de divulgação e informação sobre a tributação visando a popularização do imposto;
 - vi. A instalação dos Tribunais Fiscais e consolidação dos Tribunais Aduaneiros, criando maior celeridade na decisão dos processos e recuperação das dívidas;
 - vii. O fortalecimento das actividades de fiscalização tributária, incluindo a aduaneira e troca de informação em tempo útil;
 - viii. A criação de novas áreas fiscais e novos postos fronteiriços, contribuindo para uma maior comodidade do contribuinte no pagamento dos impostos e no combate à pirataria e contrabando, entre outros benefícios.

Objectivos e Prioridades na Afectação e Realização da Despesa Pública

349. A afectação da despesa pública para 2009 prossegue os objectivos definidos no programa Quinquenal do Governo cuja estratégia de implementação está plasmada no Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPA II) e cujo macro-objectivo é reduzir o índice de incidência da pobreza absoluta de 54% em 2003 para 45% em 2009.
350. A programação da despesa pública para 2009 será orientada tendo em vista assegurar a sustentabilidade orçamental a médio e longo prazos, e a gradual redução da dependência do orçamento face ao resto do mundo. Adicionalmente, a política orçamental para 2009, está articulada com os

objectivos de política macroeconómica previstos no CFMP 2009-2011 nomeadamente a promoção do crescimento económico real em torno de 7%, a estabilidade do índice geral dos preços e da taxa de câmbio.

351. Uma marco chave no quadro na programação orçamental para 2009 é a necessidade de estreitar as conexões entre despesa e os resultados, visando por um lado, maximizar os ganhos associados a cada vez maior racionalidade e rigor na realização da despesa pública e, por outro, promover a eficiência e transparência no uso dos recursos públicos. Estes ganhos serão em larga medida impulsionados pela introdução de mais uma etapa no âmbito da abordagem orçamental programática e o prosseguimento da descentralização e desconcentração na afectação de recursos públicos, criando condições, para a aceleração do desenvolvimento sócio-económico nos distritos a curto e médio prazos, e para lograr garantir convergência económica regional a longo prazo.
352. Com efeito, para 2009, mais recursos de investimento público serão descentralizados para os distritos e mais projectos de investimento serão desconcentrados para os níveis provincial e distrital.
353. Para além das condicionantes e princípios supra citados, a priorização da afectação da despesa pública visa a materialização das metas preconizadas no Plano Económico e Social para 2009 e a prossecução dos objectivos que corporizam as Metas de Desenvolvimento do Milénio. Assim, os grandes eixos que marcarão a realização da despesa pública em 2009 e cujo impacto reveste-se de importância particular na vida política, económica e social do país e cuja expressão financeira é digna de realce, são os seguintes:
- i. A realização de Eleições Gerais e Provinciais em 2009;
 - ii. O início da operacionalização da Política Salarial na função pública cujo objectivo é aumentar os padrões de eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos;
 - iii. A implementação do Plano de Acção de Produção de Alimentos;
 - iv. O prosseguimento da promoção de projectos de geração de rendimentos, emprego e produção de alimentos a nível local;
 - v. Reabilitação e construção de escolas secundárias e técnicas;
 - vi. Prosseguimento da implementação do projecto de electrificação rural e projectos visando estender a rede das telecomunicações às sedes distritais;
 - vii. Construção e reabilitação de furos para abastecimento de água nas zonas rurais.

Receitas do Estado

354. Para o exercício económico de 2009 prevê-se que as receitas do Estado atinjam o montante de 45.184,8 milhões de Mt, correspondente a 16.9% do PIB, contra os 15.9% do presente exercício económico. Deste montante, as receitas correntes totalizarão 43.992,1 milhões de Mt

equivalentes 16.5% do PIB, enquanto as de capital totalizarão 1,191.7 milhões de Mt, cerca de 0.4% do PIB.

Quadro Plano de Cobrança de Receitas para 2009

(em milhões de meticais)	2007	2008	2009	2007	2008	2009
	CGE	Lei	Proposta	REO	Lei	Proposta
Receitas do Estado	34.473,3	38.815,73	45.183,8	17,1%	15,9%	16,9%
Receitas Correntes	32.623,6	37.116,6	43.992,1	16,2%	15,2%	16,5%
Receitas Fiscais	29.509,9	30.800,6	36.927,4	14,6%	12,7%	13,9%
Impostos sobre rendimentos	9.271,5	10.003,8	12.107,1	4,6%	4,1%	4,5%
IRPS	4.859,1	5.312,4	6.181,2	2,4%	2,2%	2,3%
IRPC	4.364,9	4.297,2	5.875,8	2,2%	1,8%	2,2%
Imposto especial sobre o Jogo	47,6	394,2	50,0	0,0%	0,2%	0,0%
Receitas sobre Bens e Serviços	17.224,8	18.860,5	22.746,3	8,6%	7,7%	8,5%
Imposto s/ Valor Acrescentado (IVA)	11.314,0	13.168,1	15.722,0	5,6%	5,4%	5,9%
Imposto s/ Consumo Especifico - Prod.s Nacionais	1.341,4	1.628,9	1.997,5	0,7%	0,7%	0,7%
Imposto s/ Consumo Especifico - Prod.s Importados	734,8	940,0	1.321,2	0,4%	0,4%	0,5%
Imposto s/ Comércio Externo	3.834,7	3.123,6	3.705,6	1,9%	1,3%	1,4%
Outros Impostos Fiscais	3.013,5	1.936,3	2.074,0	1,5%	0,8%	0,8%
dos quais: Imposto sobre Combustíveis	2.258,1	995,7	1.114,9	1,1%	0,4%	0,4%
Receitas Não Fiscais (incl. receitas próprias)	2.457,3	2.717,6	3.193,3	1,2%	1,1%	1,2%
Receitas Consignadas	656,4	3.598,5	3.871,5	0,3%	1,5%	1,5%
Receitas de Capital	1.849,7	1.699,1	1.191,7	0,9%	0,7%	0,4%

355. Apesar da conjuntura actual, caracterizada pela crise mundial dos alimentos e da subida vertiginosa dos preços dos combustíveis, as receitas correntes em 2009 deverão crescer em cerca de 1.3 pp do PIB. Do total de receitas correntes, prevê-se que as fiscais aumentem em 1,2 pp do PIB em 2009 face a 2008 como resultado do incrementos dos impostos Sobre Bens e Serviços e de rendimento, com variações na ordem de 0,8 pp e 0,4 pp do PIB respectivamente.

356. Em relação as receitas não fiscais (incluindo receitas próprias) e as consignadas situar-se-ão em torno dos 3.193,3 milhões de Mt e 3.871,5 milhões de Mt, equivalentes a 1.2% do PIB e 1.5% do PIB, respectivamente.

357. Por último as receitas de capital, nomeadamente as de privatizações, de concessão de explorações e de dividendos, vão atingir a cifra de 1.191,7 milhões de Mt, representando 0,4% do PIB em 2009, contra 0.7% do PIB no presente exercício.

358. Não obstante a previsão do crescimento das receitas, verificar-se-á a desaceleração nos níveis de captação das mesmas como resultado da introdução de medidas de deferimento do pagamento do imposto sobre combustíveis em 2008, estimados em 804 milhões de Mt. Outrossim, com a subida galopante dos preços dos produtos petrolíferos, a cobrança das receitas para 2009 sofrerá perdas no montante de 499,3 milhões de Mt influenciadas pelas seguintes rubricas:

- i. Receitas das licenças de pescas com uma perda de 47,3 milhões de Mt;
- ii. Receitas de caça com perda de 35,6 milhões de Mt;
- iii. O imposto sobre jogo registará perda de 25,4 milhões de Mt devido ao redução do afluxo de pessoas aos casinos;
- iv. Perdas das receitas próprias provinciais no valor de 354,6 milhões de Mt, devido a baixa execução no 1º semestre, situada em 3,6% em 2008.

- v. Receitas sobre as taxas liberatórias da MOZAL com uma perda de 36,3 milhões de Mt devido a crise energética na África do Sul;
- vi. Extinção dos Impostos de reconstrução nacional cobrados pelos municípios.

359. Apesar dos constrangimentos acima mencionados, prosseguirá o esforço no domínio da manutenção da estabilidade macroeconómica, manutenção dos níveis de eficiência da administração fiscal, da continuação do esforço de alargamento da base tributária e criação de incentivos que irão continuar a estimular a iniciativa privada no aumento da produção e produtividade.

360. Assim, no quadro da materialização da política fiscal e aduaneira, o Governo continuará a encetar esforços tendentes a materialização do comprometimento de manutenção da taxa de crescimento das receitas ao nível de 0,5 pp do PIB, garantindo a eficiência do sistema tributário. É neste contexto que para 2009 implementar-se-ão as seguintes acções:

Âmbito do Sistema Tributário e Incentivos Fiscais

- i. Criação de novas áreas fiscais para aproximar a Autoridade Tributária aos contribuintes, para maior comodidade no cumprimento das suas obrigações.
- ii. Implementação do Projecto da Janela Única, para a tramitação do despacho aduaneiro e interacção electrónica com os utentes e administrações vizinhas;
- iii. Continuação do registo de contribuintes, através da atribuição do Número Único de Identificação Tributária (NUIT), que permitirá maior controlo dos contribuintes e alargamento da base tributária;
- iv. Implementação do imposto simplificado para os pequenos contribuintes (ISPC), tanto na zona rural como urbana;
- v. Implementação do Código dos Benefícios Fiscais, com os incentivos fiscais racionalizados;

Âmbito da Consolidação do Sistema Tributário Autárquico

- i. Implementação da nova Lei das Finanças e Património das Autarquias, e o respectivo Código Tributário Autárquico;
- ii. Capacitação das autarquias nos novos impostos, para além de consolidar a articulação entre o Governo e as Autarquias em matérias de finanças públicas;
- iii. Criação de condições para facilitar o pagamento dos impostos utilizando o sistema bancário (via banca comercial);
- iv. Implementação da nova lei do Imposto sobre Consumos Específicos (ICE);

Âmbito da Fiscalização Tributária e Aduaneira

- i. Apoio a formulação e aprovação das leis dos impostos e a sua implementação para combater a evasão fiscal;
- ii. Simplificação e melhoria na eficácia dos processos de trabalho que envolvem a inspecção de mercadorias nos postos aduaneiros e a fiscalização nas empresas;
- iii. Estabelecer um sistema eficaz de gestão e controlo da dívida tributária, para facilitar a sua cobrança e maximizar a receita;
- iv. Expansão dos acordos e tratados de cooperação bilateral e multilateral e, através destes, melhorar a aplicação de leis referentes às matérias aduaneiras e de tributação internacionais; e
- v. Intensificação acções de auditoria e fiscalização, em particular nos seguintes impostos: IVA, IRPS e IRPC.

Âmbito do Contencioso Tributário

- i. Prosseguir com a implementação dos Tribunais Fiscais e consolidar os Tribunais Aduaneiros;
- ii. Implementação de instrumentos legais necessários para o funcionamento efectivo dos Tribunais Fiscais e Aduaneiros, em especial o Código do Processo Tributário, o Código do Processo de Transgressões e do Processo Aduaneiro.

Âmbito da Cooperação Internacional e Facilitação do Comércio

- i. Implementação do desarmamento pautal no âmbito dos Acordos de Parceria Económica com a União Europeia e no âmbito do Protocolo Comercial da SADC;
- ii. Instalação da Fronteira Paragem Única entre Moçambique e África do Sul, em Ressano Garcia;
- iii. Implementação da Pauta Aduaneira revista no contexto da integração regional no âmbito do Protocolo Comercial da SADC e dos Acordos de Parceria Económica com a União Europeia;
- iv. Implementação, no âmbito do Plano de Desenvolvimento de Tecnologias de Informação-PDTI, do Projecto da Rede de Cobrança (e-tributação), em harmonia com o ambiente e-SISTAFE e ainda do projecto de bancarização do imposto.

Previsão das Despesas do Estado

361. Orçamento do Estado para 2009 é significativamente condicionado por uma conjuntura macroeconómica internacional menos favorável susceptível de ser exacerbada por um agravamento dos preços do petróleo e seus derivados, o aumento dos preços dos produtos alimentares, a deterioração dos termos de troca e a redução do consumo privado em face de pressões inflacionárias.
362. Este panorama restringe as possibilidades de cobertura das necessidades do Estado num ano em que acções de vital importância no quadro da materialização dos esforços visando consolidar o processo

democrático e incrementar os níveis de funcionalidade e eficiência das instituições públicas, acrescidas de medidas que contribuam para reforçar o clima de paz, segurança e harmonia social ganharão ímpeto, sendo de destacar: as Eleições Gerais; o início da implementação da Política Salarial de Médio Prazo; prosseguimento de acções de descentralização e desconcentração na afectação de recursos aos distritos; o prosseguimento da operacionalização do Plano de Acção de Alimentos; realização de investimentos de implantação de infraestruturas sócio-económicas (estradas vicinais e principais, construção de pontes e electrificação rural e o abastecimento de água e saneamento).

363. Este cenário retrata a envolvente contextual que marcará as opções de política orçamental para 2009, tornando o orçamento bastante restritivo, o que exigirá uma maior racionalização e economicidade na utilização dos recursos públicos.

Padrões de Afectação de Recursos Segundo a Metodologia de Orçamentação por Programas

Enquadramento Conceptual

364. A programação orçamental vem conhecendo nos últimos anos saltos significativos que visam conferir uma maior racionalidade na realização da despesa pública e estreitar a ligação entre a planificação e a orçamentação. No passado a programação orçamental era feita numa base essencialmente incremental, isto é, a afectação de recursos a determinado sector dependia largamente dos níveis de absorção registados no ano anterior. Note-se porém, que nem sempre aportes adicionais correlacionam-se com incrementos na qualidade e quantidade dos bens e serviços prestados.

365. Assim, uma maior racionalidade e selectividade na afectação de recursos públicos para que se cumpram os preceitos de economicidade, eficiência e eficácia dos gastos passa necessariamente pelo aprofundamento da cadeia de inter-relações entre objectivos estratégicos e específicos, acções, despesas e resultados. Em última instância todo esforço empreendido na afectação de recursos às instituições públicas a todos os níveis, deve gerar resultados quantificáveis que concorram para materializar os macro-objectivos preceituados no programa de governação.

366. No exercício de programação orçamental para 2008, o Governo moçambicano introduziu pela primeira vez a título experimental a Metodologia de Orçamento-Programa⁷ (OP) em três sectores piloto: MEC (ensino primário), MINAG (produção agrícola) e MOPH (pontes).

⁷ *Orçamento por Programa* é essencialmente a alocação de recursos com base nos objectivos e prioridades governamentais. Nestes termos, entende-se por programa o conjunto de acções de Governo (instrumento de programação orçamental) que geram oferta de bens e serviços a um público alvo (beneficiários) com a finalidade de produzir resultados, durante um determinado período de tempo (programa finito), ou não (o caso do programa contínuo), e que contribuem para a realização dos objectivos estratégicos previamente fixados pela planificação. O *Programa de Governo*, gerado pelos objectivos estratégicos da planificação, são o elo de ligação entre a planificação: PQG, PARPA e Planos Estratégicos Sectoriais de nível Central, Provincial e Distrital com o *Orçamento do Estado* que por seu turno, se desdobra em acções orçamentais: actividades (despesas de funcionamento) e projectos orçamentais (despesas de investimento).

367. O Orçamento do Estado para 2009, tem a particularidade de estender a metodologia de orçamentação por programa a todas instituições. Porém, para 2009, a mesma foi apenas implementada para o exercício de priorização da afectação da componente interna das despesas de investimento, perspectivando-se também a abrangência das despesas de funcionamento no próximo ciclo de planificação e orçamentação. Esta abordagem, já reflectida no CFMP 2009-2011 permitiu a estruturação das despesas de investimento de forma lógica e estratégica, identificando tanto quanto possível os produtos e resultados que corporizam determinandos objectivos estratégicos e específicos, isto é, priorizou-se àquelas actividades cujos resultados estão directamente correlacionados com a redução da pobreza absoluta e a promoção do crescimento económico.

368. A implementação da metodologia de OP, resultou na categorização das despesas de investimento de nível central em seis programas fundamentais que materializam os objectivos do Programa Quinquenal do Governo e o PARPA nomeadamente: Redução dos Níveis de Pobreza Absoluta (apurados 63 programas); Desenvolvimento Económico e Social (com 68 programas); Combate à Corrupção, ao Burocratismo e a Criminalidade (32 programas); Valorização e Promoção da Cultura de Trabalho, Zelo, Honestidade e Prestação de Contas (1 programa); Reforço da Soberania e da Cooperação Internacional (15 programas); e Consolidação da Unidade Nacional, da Paz, da Justiça e da Democracia (7 programas).

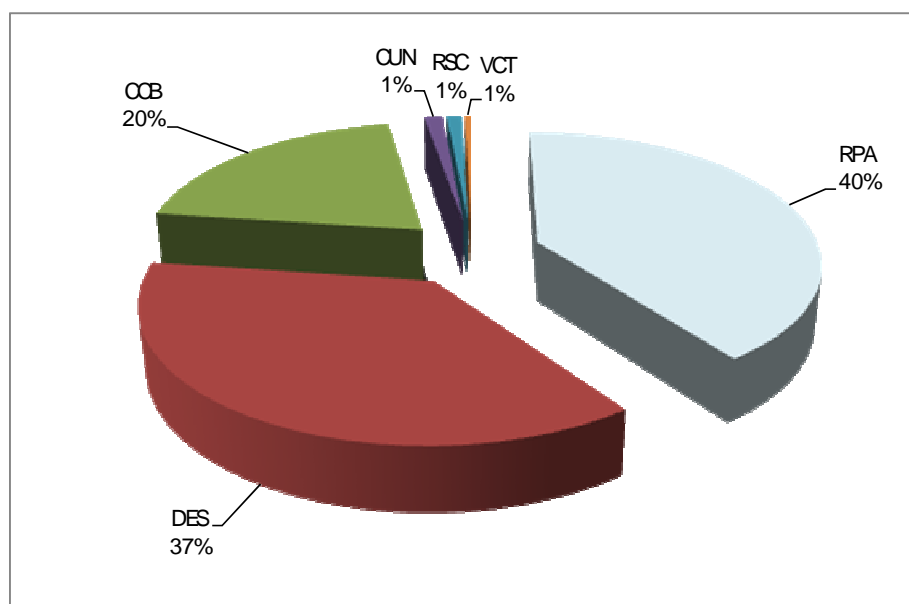
369. Assim, os 186 programas que corporizam os seis acima referidos foram divididos em cinco categorias a saber: estratégicos, prioritários, económicos, de soberania e outros. Foram designados programas prioritários⁸ os que derivam das áreas de acção chave do Governo que figuram de forma explícita no PARPA.

Análise da Estrutura da Afectação do Orçamento por Programas

370. gráfico abaixo ilustra a estrutura da despesa pública total programada para 2009 nos termos da priorização feita segundo a metodologia de orçamentação por programa. Conforme se depreende, do volume total de recursos para 2009 cifrados em 90.574,1 milhões de Mt, cerca de 40% serão absorvidos pelo programa que concorre para a redução da pobreza absoluta (RPA), seguem os Programas de Desenvolvimento Económico (DES) com cerca de 37%; Combate à Corrupção, Burocratismo e à Criminalidade (CCB), com cerca de 20%; e os programas de Consolidação da Unidade Nacional, da Paz, da Justiça e da Democracia (CUN), Reforço da Soberania e da Cooperação Internacional (RSC) e Valorização e Promoção da Cultura de Trabalho, Zelo, Honestidade e Prestação de Contas (VCT) com cerca de 1% do volume total de recursos cada. É notório a concentração de recursos nos programas que estão directamente ligados aos objectivos estratégicos centrais que norteiam o Programa Quinquenal do Governo, nomeadamente a redução dos níveis de pobreza absoluta e a promoção do crescimento económico sustentável, inclusivo e abrangente.

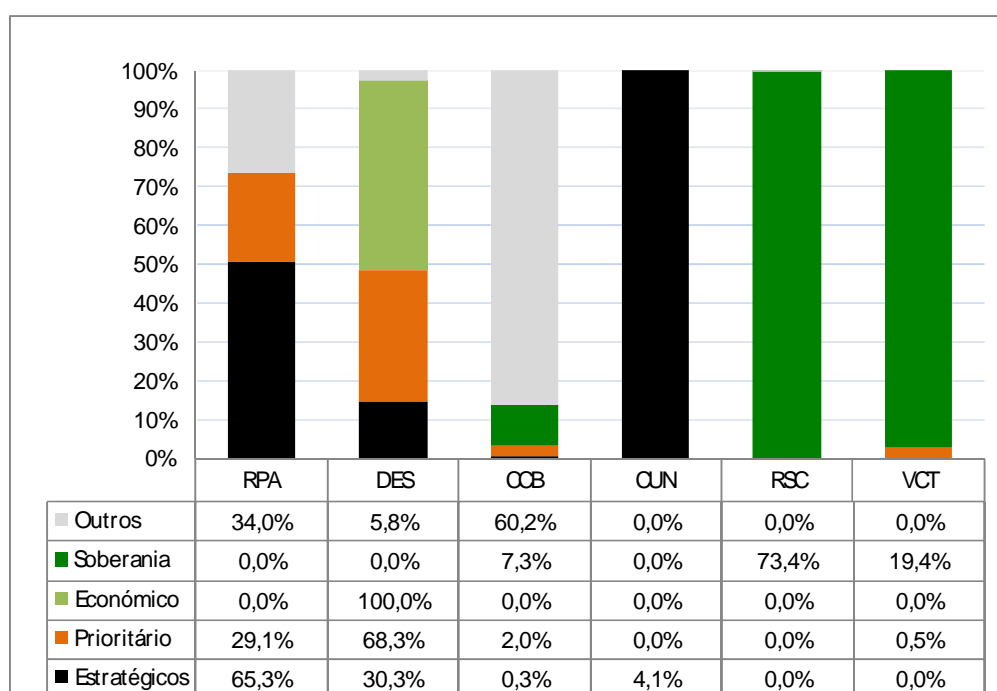
⁸ Os programas prioritários no topo da lista incluem: Produção Agrária, Electrificação Rural, Combate à Criminalidade, Ensino Primário, Formação de Professores, Manutenção de Estradas e Pontes, Abastecimento de Água e Saneamento, Desenvolvimento Rural, Programa de Promoção e Prevenção das Doenças, Programa Curativo de Doenças, Programa de Desenvolvimento de Infraestruturas e Programa de Desenvolvimento dos Recursos Humanos.

Gráfico Estrutura Percentual da Despesa Total por Programas



371. A massiva concentração de recursos no seio dos programas de RPA e DES não descarta, no entanto, a necessidade de optar por padrões de alocação intra-programáticos segundo a ordem de importância estratégica dos mesmos, nomeadamente a prioridade no tocante à redução da pobreza, potencial de contribuir para o incremento do rendimento interno e papel no reforço do clima de paz, segurança e estabilidade, factores críticos para a garantia da estabilidade macroeconómica. Conforme elucida o gráfico a seguir, os padrões de alocação intra-programática não são uniformes e reflectem a evolução das dinâmicas de absorção de recursos pelos sectores e a ligação dos seus objectivos sectoriais com os estratégicos preceituados no PQG.

Gráfico Padrão de Priorização da Afectação de Recursos por Programas



372. Por exemplo, dos cerca de 40% do volume de recursos a serem absorvidos pelo programa RPA, no montante de 36.033,9 milhões de Mt, cerca de 49 % destinam-se aos sectores estratégicos; 24% aos sectores prioritários; e 27% aos outros sectores não incluídos em nenhuma das quatro categorias. Por seu turno, dos cerca de 33,896,8 milhões de Mt, equivalentes a cerca de 37% do envelope de recursos a serem absorvidos pelo Programa de Desenvolvimento Económico e Social, cerca 24% serão canalizados para implementação de acções estratégicas, cerca de 60% para acções prioritárias, cerca de 11% para projectos económicos e cerca de 5% para outros projectos.
373. Os gráficos a seguir apresentados elucidam claramente o padrão não uniforme de alocação intra-programática. Este panorama espelha o enorme esforço no exercício de programação orçamental para 2009 de ligar a priorização da afectação de recursos públicos à hierarquização das prioridades. Num quadro marcado pela crescente procura de bens e serviços face a uma oferta de recursos inelástica é de extrema importância a optimização na utilização de recursos, isto é, procurar gerar mais resultados incorrendo no menor custo possível.
374. O quadro abaixo apresenta as principais acções, que corporizam os programas acima referidos a serem implementadas em 2009 e cujo impacto orçamental é digno de realce.

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2009

Acções Principais a Desenvolver por Programas em 2009

PROGRAMAS	(Milhoes Mt)
Redução dos Níveis de Pobreza Absoluta (RPA)	36.033,9
Geração de Rendimentos, Emprego e Produção de Alimentos	914,1
Produção de Comida	25,3
Extensao e Desenvolvimento Agrícola	55,7
Apoio a Reconstrução de Escolas Rurais - KFW	95,7
Construção de Salas de Aulas	470,6
Reabilitação de Escolas Secundárias e Técnicas	226,0
Construção de Escolas Secundárias	523,0
Reabilitação de Furos para Abastecimento de Água Rural	356,3
Reabilitação da Barragem de Massingir	175,5
Saneamento Urbano	811,8
Programa Nacional de Desenvolvimento do Sector de Águas II	978,5
Programa Nac. Combate e Prevenção HIV-SIDA - Alívio Pobreza	702,9
Desenvolvimento Económico e Social do País (DES)	33.896,8
Plano de Acção de Produção de Alimentos- Aquisição e Produção de Semente de qualidade	600,0
Reabilitação de Emergência da Ponte de Tete	119,4
Construção de Pontes na Zambesia e Tete (Japão)	228,3
Dragagem Porto da Beira	519,3
Desenvolvimento das Áreas Conservação Transfronteira e Turismo	180,2
Combate à Corrupção, ao Burocratismo e à Criminalidade (CCB)	18.315,3
Reabilitação da Cadeia Central	35,2
Construção de cinco Cadeias Distritais	35,0
Combate a Corrupção, ao Burocratismo e à Criminalidade	15,0
Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas	225,6
Consolidação da Unidade Nacional, da Paz, da Justiça e da Democracia (CUN)	1.118,7
Construção de Edifício do STAE de Cabo Delgado	8,0
Eleições Gerais e Provinciais	1.070,2
Construção de Instalações do STAE - Cabo Delgado	32,8
Reabilitação do Edifício Sede da Comissão Nacional de Eleições e Aquisição do Mobiliário	3,1
Construção de Edifícios para funcionamento de STAE's Distritais	2,1
Reforço da Soberania e Cooperação Internacional (RSC)	805,5
Construcao de novos Paiois	168,3
Viatura Protocolar para Madrid	1,8
Construção da Chancelaria em Beijing	10,6
Aquisição de Viatura Protocolar para Embamoc Roma	1,8
Apetrechamento em Diverso Equipamento Informático e Literatura Diversa	8,4
Valorização e Prom. da Cultura de Trabalho, Zelo, Honestidade e Prest. de Contas (VCT)	403,9
Construção do Monumento Samora Machel.	6,3
Reabilitação e Apetrechamento da Escola de Jornalismo	12,4
Conclusão da Obra do Centro de Produção Padronizado de Xai-Xai	15,8
Implantação do Instituto Superior de Artes e Cultura	39,1
Implantação do Instituto do Património Cultural	25,5
TOTAL	90.574,1

375. Do total da despesa prevista para 2009 no montante de 90.574,1 milhões de Mt, 49,1% serão alocados para despesas correntes, 45,6% para as despesas de investimento e 5,3% para as despesas com operações financeiras.

376. As despesas de funcionamento para 2009 aumentam em 1,1 pp do PIB face a 2008. Aqui destaque vai para as actividades de supervisão pedagógica; o aumento da provisão dos serviços de tratamento anti-retroviral; o reforço da inspecção e supervisão administrativa do Estado e para o aumento e melhoria da provisão de serviços públicos, sobretudo nos sectores da Educação, Saúde, Justiça e Legalidade, Segurança e Ordem Pública e da Administração Financeira do Estado. Estão também incluídas nas despesas de funcionamento as despesas com a realização das Eleições Gerais e a Política Salarial, conforme descrito acima.

Quadro Despesas Totais do Estado

<i>(milhões de Mts)</i>	2007	2008	2009	2007	2008	2009
	CGE	LEI	Proposta	CGE	LEI	Proposta
Total de Despesas (incl. operações financeiras)	60.663,1	89.002,6	90.574,1	30,1%	36,6%	34,0%
Despesas Correntes	31.983,0	38.080,7	44.459,0	15,9%	15,6%	16,7%
Despesas de Investimento	24.661,2	43.901,5	41.307,4	12,2%	18,0%	15,5%
Operações Financeiras	4.018,9	7.020,5	4.807,7	2,0%	2,9%	1,8%

377. As despesas de investimento fixar-se-ão em 41.307,4 milhões de Mt, correspondente a uma redução em 2,5 pp do PIB face a despesa de investimento programada para 2008. Destas, 1,4 mil milhões de Mt serão alocados aos governos distritais para a implementação de projectos de geração de rendimento, emprego e produção de comida e a provisão de recursos e infraestruturas locais, no âmbito da desconcentração dos recursos para os órgãos locais do Estado e da implementação da Lei dos Órgãos Locais do Estado. O valor do investimento de iniciativa local a alocar a cada distrito tem em conta o seu peso ditado pela interacção dos seguintes parâmetros: número de habitantes (35%), incidência da pobreza (30%), extensão territorial (20%) e nível de arrecadação de receitas (15%).

378. As operações financeiras estão fixadas em 4.807,7 milhões de Mt correspondente a 1,8% do PIB, notando-se uma redução de 1,1 pp do PIB face ao rácio registado em 2008. Esta redução é determinada pela amortização da dívida interna, melhoria da gestão financeira do Estado que vem registando nos últimos anos incluindo as amortizações dos empréstimos externos mercê da implementação do perdão da dívida.

Despesas Correntes

379. As despesas correntes em 2009 estão fixadas em 44.459,0 milhões de Mt representando 16,7% do PIB, o que resulta num incremento de 1,1 pp do PIB face ao Orçamento de 2008. Este incremento resulta da necessidade de acomodar necessidades críticas para o reforço do funcionamento das instituições públicas, sendo de salientar as seguintes:

- i. A provisão de verbas para as Eleições Gerais e Provinciais com um custo estimado em 1.070,2 milhões de Mt;
- ii. Admissões de 14 mil novos funcionários com impacto de 920 milhões de Mt;
- iii. O início da implementação da Política Salarial de Médio Prazo com um custo estimado para 2009 de 1.713,9 milhões de Mt, traduzida em aumentos salariais anuais diferenciais por categorias profissionais que variam de 6% a 20%;
- iv. Provisão de verbas para a assistência social aos grupos vulneráveis (subsídios de alimentos, apoio social directo, e programa de geração de rendimentos) com um impacto orçamental de 398,39 milhões de Mt;

Quadro Despesas Correntes Segundo a Classificação Económica

PROPOSTA DO PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2009

(milhões de Mts)	2007	2008	2009	2007	2008	2009
	CGE	Lei	Proposta	CGE	Lei	Proposta
Total de Despesas (incl. operações financeiras)	60.663,1	89.002,6	90.574,1	30,1%	36,6%	34,0%
Despesas Correntes	31.983,0	38.080,7	44.459,0	15,9%	15,6%	16,7%
Despesas com o Pessoal	15.996,0	18.815,3	22.548,8	7,9%	7,7%	8,5%
Bens e Serviços	6.599,0	8.131,1	8.157,1	3,3%	3,3%	3,1%
Encargos da Dívida	1.276,0	1.651,0	2.147,3	0,6%	0,7%	0,8%
Transferências Correntes	5.902,0	6.920,1	8.401,5	2,9%	2,8%	3,2%
Subsídio às Empresas	345,0	422,7	475,0	0,2%	0,2%	0,2%
Outras Despesas Correntes	1.654,0	1.743,0	2.430,0	0,8%	0,7%	0,9%
Exercícios Findos	9,0	12,0	12,8	0,0%	0,0%	0,0%
Despesas de Capital	202,0	385,5	286,6	0,1%	0,2%	0,1%

380. As despesas com o pessoal representarão cerca de 8,5% do PIB em 2009, reflectindo um incremento em 1,1 pp do PIB face a 2008, como resultado da previsão de realização de novas admissões nos sectores da educação, saúde e segurança e ordem pública, na sua maioria e outros sectores. A evolução destas despesas contempla ainda a consertação social com impacto de 1,500 milhões de Mt, tomado-se como pressuposto o aumento salarial em 10%; promoções com impacto de 270 milhões de Mt para 15 mil funcionários; as 14 mil novas admissões e a nova política salarial.

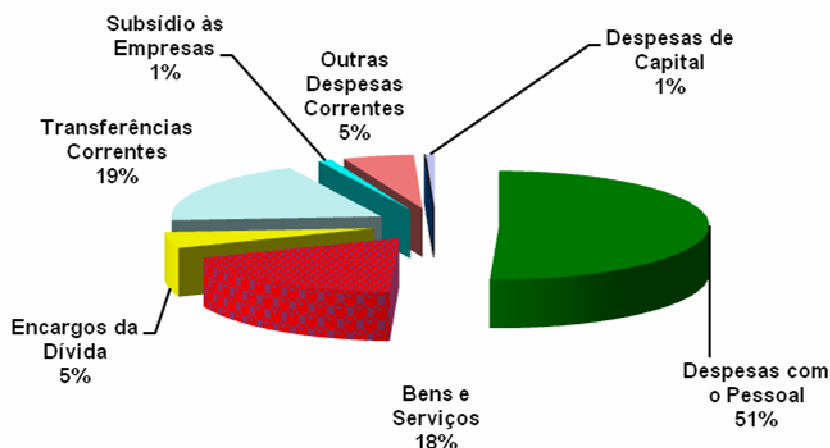
381. As despesas em bens e serviços constituirão a segunda categoria de despesas com maior expressão na estrutura de despesas correntes em 2009, estando fixadas em 8.157,1 milhões de Mt, o correspondente a 3,1% do PIB, isto é, menos 0,2 pp do PIB face a 2008, face a necessidade de acomodar a nova Política Salarial.

382. Os encargos da dívida estão fixados em 2.147,3 milhões de Mt, o que representará um aumento em 0,1 pp do PIB face a 2008, como resultado da necessidade de realizar emissão de bilhetes de tesouro para reacquirição dos bilhetes emitidos no passado cuja remuneração é mais cara.

383. As transferências correntes, se analisadas em percentagem do PIB irão aumentar em 0,4 pp face ao nível programado para 2008, situando-se em 3,2% do PIB. Este aumento resulta da expansão do número de autarquias, das actuais 33 para 43 em 2009, com um impacto orçamental adicional de cerca de 51,4 milhões de Mt.

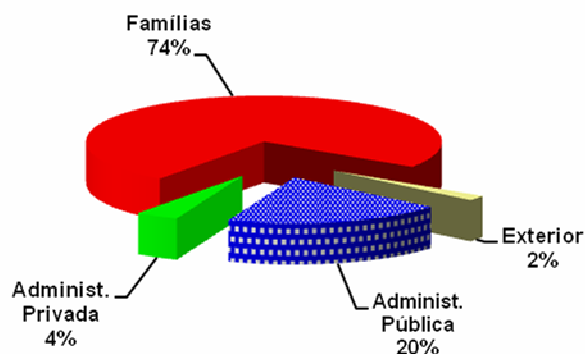
384. A distribuição das despesas de funcionamento para 2009 resume-se no gráfico a seguir. Do mesmo depreende-se que mais metade do orçamento do Estado será absorvido pela rubrica de despesas com o pessoal; seguindo a rubrica de transferências correntes com cerca de 19%; bens e serviços com cerca de 18%; outras despesas correntes e encargos da dívida com cerca de 10%; e despesas de capital com cerca de 1%.

Gráfico Estrutura das Despesas de Funcionamento



385. As despesas com transferências correntes representam 19% da despesa de funcionamento, estando nela integradas as pensões que têm maior peso, seguindo as transferências às Embaixadas e Autarquias, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico Estrutura das Transferências Correntes



386. Está programada para a rubrica de pensões 4.787,3 milhões de Mt, portanto 57% do total das transferências correntes o que representa um aumento de 0,4 pp do PIB em relação a 2008. Este aumento resulta da fixação em 2007 e 2008 do valor de pensões acima da média, o que irá alterar sobremaneira a folha mensal para 2009.

387. As transferências às embaixadas e representações diplomáticas de Moçambique no exterior, absorverão em 2009 cerca de 13,3% do total da rubrica de transferências correntes. Ainda que represente um decréscimo em termos percentuais do PIB em relação a 2008, em termos absolutos haverá um incremento de 4,5%, o que tomando em consideração a evolução cambial representa um aumento da capacidade de aquisição de bens e serviços no exterior.

Despesas de Investimento

388. Conforme ilustra o quadro a seguir, prevê-se que as despesas de investimento para 2009 absorvam 41.307,4 milhões de Mt, o correspondente a 15,5% do PIB. Deste montante, 112.261,4 milhões referem-se à componente interna e 29.046,0 milhões de MT são respeitantes à componente externa, o correspondente a 4,6% e 10,9% do PIB, respectivamente.

Despesa de Investimento em % do PIB e da Despesa Total

	2007	2008	2009
	CGE	Lei	Proposta
Despesas de Investimento	24.661,2	43.901,5	41.307,4
<i>em % PIB</i>	12,2%	18,0%	15,5%
<i>em % da Despesa Total</i>	40,7%	49,3%	45,6%
Componente Interno	9.235,8	11.603,2	12.261,4
<i>em % PIB</i>	4,6%	4,8%	4,6%
<i>em % da Despesa Total</i>	15,2%	13,0%	13,5%
Componente Externo	15.425,3	32.298,3	29.046,0
<i>em % PIB</i>	7,7%	13,3%	10,9%
<i>em % da Despesa Total</i>	25,4%	36,3%	32,1%

389. Depreende-se da leitura do gráfico acima que as despesas de investimento em 2009 em percentagem da despesa total aumentam em 0,5pp face à 2009. Porém, em percentagem do PIB as mesmas registarão um redução em 0,2pp influenciadas essencialmente pela necessidade de financiar o Plano de Acção de Alimentos. Note-se que:

- i. O custo total do Plano de Acção de Produção de Alimentos (PAPA) para 2009 foi estimado em 3,1 milhões de Mt. O mesmo visa fazer face a crise alimentar. Cerca de 20% do custo total do PAPA, equivalente a 600 milhões de Mt, será o valor adicional necessário para a sua operacionalização, enquanto que 300 milhões de Mt serão obtido por via do remanejamento do orçamento habitual do sector.
- ii. A crise alimentar irá contribuir para a redução da despesa de investimento em 2009 em relação a de 2008 no valor de 2.594,1 milhões de Mt. Para além destas, destacam-se acções sectorias, as quais irão influenciar a procura de recursos para despesa de investimento, nomeadamente:

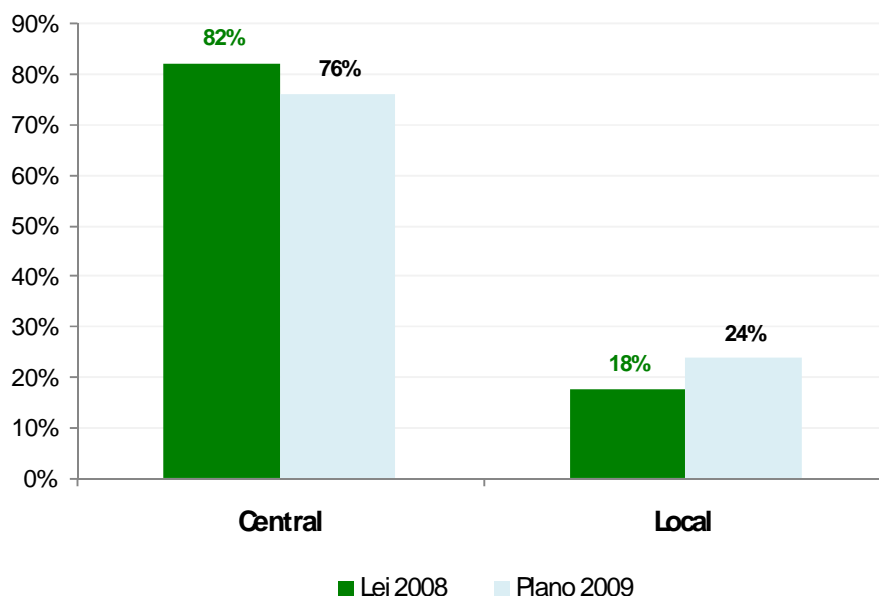
390. Para o ano 2009, o peso da despesa total no sector da agricultura na despesa total passará para 7% como resultado do aumento de 5.810,0 milhões Mt para financiar o Plano de Acção de Produção de Alimentos.

Despesas de Investimento por Âmbito (Central, Provincial, Distrital e Autárquico)

391. O gráfico a seguir mostra a distribuição das despesas de investimento por âmbito central e local. Depreende-se da leitura do gráfico que o nível central é o que absorve maior parte de recursos em relação ao local. Este panorama deve em grande medida ao facto de estarem programada a nível central despesas de carácter geral, como é o caso das despesas destinadas

ao pagamento da dívida pública, transferências às instituições públicas (embaixadas) e privadas (partidos políticos), a dotação provisional, visitas de chefes de Estado e Governos entre outros.

Gráfico Estruturas das Despesas de Investimento por Âmbito



392. Mercê dos esforços actualmente em curso no âmbito da política de descentralização de recursos, vem se registando um incremento assinalável do volume de recursos canalizados às províncias, distritos e autarquias. Em 2009, o nível local absorverá cerca de 24% do volume total de recursos, o que representa um aumento em 6pp face ao montante de recursos canalizados em 2008. Note-se que há também muitos projectos que são programados centralmente cuja execução é descentralizada, facto que testemunha o significativo esforço que vem sendo empreendido pelo Governo com vista a incrementar a oferta de bens e serviços públicos nas regiões mais recônditas do país, estimulando o crescimento da renda e a redução dos níveis de pobreza e aumento do bem estar social.

Despesas com Operações Financeiras

393. Para o ano 2009, esta rubrica vai fixar-se em 4.836,7 milhões de Mt representando 1,8% do PIB contra 2,9% do ano anterior. Deste montante, 2.636,0 milhões de Mt destinam-se as operações activas que consistem na comparticipação do Estado no capital social das empresas e concessão de retrocessão de financiamentos externos às empresas. O remanescente, 2.200,7 milhões de Mt, constitui as operações passivas e destinam-se a amortização dos empréstimos externos e internos.

394. Este grande aumento da rubrica de operações financeiras do Estado destina-se a aumentar o nível de financiamento das empresas através de acordos de retrocessão. Estes empréstimos visam essencialmente aumentar os níveis de rentabilidade e eficiência da carteira das empresas participadas pelo Estado e complementar os esforços do Governo no âmbito do projecto

de electrificação rural, expansão da rede de telecomunicações e aumento da cobertura de abastecimento de água e promoção do saneamento do meio.

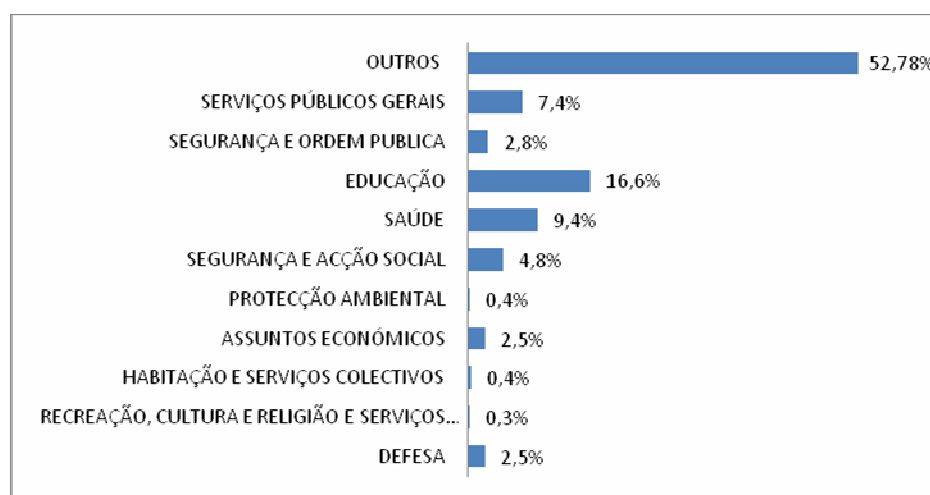
Despesas com Operações Financeiras

(milhões de Mts)	2007	2008	2009	2007	2008	2009
	CGE	Lei	Proposta	CGE	Lei	Proposta
Operações Financeiras	4.018,9	7.020,5	4.836,7	2,0%	2,9%	1,8%
Activas	2.832,5	5.108,8	2.636,0	1,4%	2,1%	1,0%
Capital Socias às empresas (saneamento e participações)	64,5	48,2	55,9	0,0%	0,0%	0,0%
Banco de Moçambique (aplicação dos artigos 14 e 66 da Lei 1/92)	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0%	0,0%
Emprestimos às empresas (brutos) ^b	2.768,0	5.060,6	2.580,1	1,4%	2,1%	1,0%
Passivas	1.186,4	1.911,7	2.200,7	0,6%	0,8%	0,8%
Amortizações de Empréstimos Externos	816,5	1.005,7	1.294,7	0,4%	0,4%	0,5%
Amortizações de Empréstimos Internos Bancários	369,9	906,0	906,0	0,2%	0,4%	0,3%

Despesas Totais Segundo a Classificação Funcional

395. O Gráfico abaixo mostra a distribuição das despesas globais segundo o novo classificador funcional aprovado no âmbito do novo Sistema de Administração Financeira do Estado.

Gráfico Despesa Total Segundo a Classificação Funcional



396. Conforme se pode depreender do gráfico, as funções da Educação, Saúde, Serviços Públicos Gerais, Acção Social, e Segurança e Ordem Pública, conjuntamente, absorvem 41% dos recursos públicos totais. A priorização destas áreas coincide com os esforços do Governo na melhoria e expansão dos serviços públicos no âmbito do combate a pobreza. Este critério é consistente com a política do Governo constante do seu programa de governação o qual prioriza o combate à pobreza absoluta assente na estratégia assente num crescimento económico rápido e sustentado.

397. Dos sectores patentes no gráfico a Educação é o que absorve grande parte dos recursos com 16,6%, visto que inclui o ensino superior e o ensino geral, constituindo um dos principais domínios de intervenção preceituados no Programa Quinquenal do Governo.

398. No sector da Saúde o esforço continua a centrar-se na luta contra o crescimento dos índices de infecção com o vírus da HIV/SIDA e o combate a outras doenças infecciosas.

399. De salientar que no processo de provisão dos serviços públicos aos cidadãos, acções incidem sobre o fortalecimento da capacidade institucional dos órgãos locais do Estado fundamentalmente voltada à promoção de maior eficiência e eficácia na prestação dos serviços, na criação de parcerias com sector privado e criação de mais postos de emprego. Estas acções concorrerão para a implantação de um bom ambiente de negócios através do fortalecimento das ligações micro e macroeconómicas com vista a sustentar padrões de crescimento rápidos nos próximos anos.

Despesas nos Sectores Prioritários do PARPA II

400. O Programa Quinquenal 2004-2009 define como prioridade o combate à pobreza absoluta e a criação de condições que promovam o crescimento económico sustentável. Para a materialização deste objectivo estratégico o Governo vem incrementando o volume de recursos afectos às áreas prioritária de acção elencadas no PARPA II. Durante os últimos quatro anos, em média, os sectores prioritários absorveram cerca de dois terços da despesa pública total. Prevê-se a manutenção deste esforços nos próximos anos.

401. O quadro abaixo ilustra a evolução dos recursos nas áreas prioritárias no período 2007-2009.

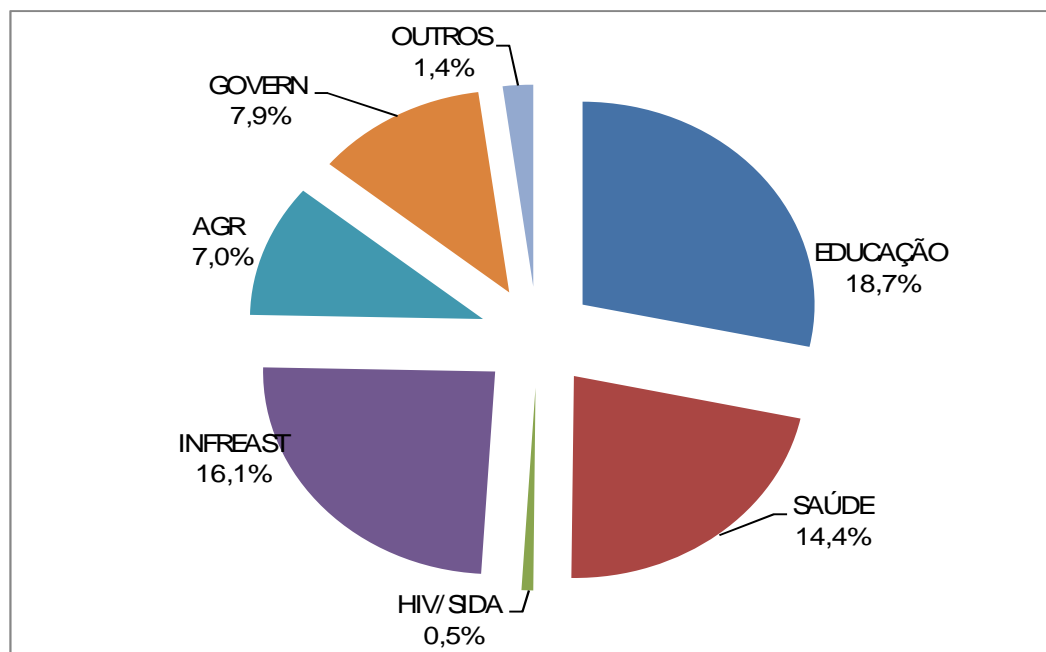
Despesas Totais nas Áreas Prioritárias do PARPA

(em milhões de Mt)	LEI 2007	LEI 2008	2009 PROPOSTA
Como percentagem da despesa total excluindo juros da dívida e op financeiras			
TOTAL DA DESPESA NOS SECTORES PRIORITÁRIOS	64,7%	65,5%	66,0%
EDUCAÇÃO	19,5%	18,5%	18,7%
ENSINO GERAL	17,3%	15,7%	15,8%
ENSINO SUPERIOR	2,2%	2,8%	2,9%
SAÚDE	12,5%	11,9%	14,4%
HIV/SIDA	0,5%	0,8%	0,5%
INFRAESTRUTURAS	15,6%	21,2%	16,1%
ESTRADAS	9,8%	11,4%	7,0%
ÁGUAS	3,9%	5,6%	2,5%
OBRAS PÚBLICAS	0,4%	0,8%	4,9%
RECURSOS MINERAIS E ENERGIA	1,5%	3,4%	1,6%
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	6,5%	3,9%	7,0%
GOVERNAÇÃO, SEGURANÇA E SISTEMA JUDICIAL	9,2%	8,1%	7,9%
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	4,3%	3,0%	2,3%
GOVERNAÇÃO	2,7%	2,7%	2,5%
SISTEMA JUDICIAL	2,2%	2,4%	3,1%
OUTROS SECTORES PRIORITÁRIOS	0,9%	1,2%	1,4%
ACÇÃO SOCIAL	0,6%	0,8%	0,8%
TRABALHO E EMPREGO	0,3%	0,4%	0,6%

402. Depreende-se la leitura do mesmo que em 2009, os sectores prioritários absorverão cerca de 66% dos recursos totais disponíveis, o que representa um aumento em 0,5pp face à os níveis de afectação pervistos no OE 2008. Os sectores da educação, saúde, infraestruturas, agricultura e desenvolvimento rural e governação, segurança e sistema judicial manterão a tendência dos últimos anos, isto é, são os sectores que absorvem maior proporção da despesa pública total, conforme ilustra o quadro acima.

403. O gráfico a seguir mostra a distribuição das despesas totais nos sectores prioritários e uma proposta para o ano 2009. As despesas totais nos sectores prioritários excluindo os encargos da dívida e operações financeiras vão fixar-se em 66% do total da despesa total para 2009.

Despesas nas Áreas Prioritárias em % da Despesa Total Excluindo os Encargos da Dívida



404. Os sectores de Educação, Saúde e Infraestruturas dado o elevado número de funcionários que dispõem, vão concentrar o maior volume de recursos para o pagamento de despesas com pessoal e outras despesas para o funcionamento das escolas, unidades hospitalares, bem como a manutenção dos esforços visando a melhoria rede de infraestruturas a nível nacional.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Em milhões de meticais	Em % do PIB					
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
	CGE	Lei	Proposta	CGE	Lei	Proposta
TOTAL DOS RECURSOS	63,513.1	89,002.7	90,574.0	14.4%	20.5%	16.4%
Recursos Internos	34,474.1	39,166.0	46,925.6	17.1%	16.1%	17.6%
Receitas do Estado	34,473.6	38,815.95	45,183.8	17.1%	15.9%	16.9%
Recursos Externos	29,039.0	49,836.7	43,648.4	14.4%	20.5%	16.4%
Donativos	20,291.0	33,827.7	32,996.7	10.1%	13.9%	12.4%
Crédito Externo	8,748.0	16,009.0	10,651.7	4.3%	6.6%	4.0%
Despesas de Funcionamento	31,983.1	38,080.7	44,459.0	15.9%	15.6%	16.7%
Despesas de Investimento	24,661.0	43,901.5	41,307.4	12.2%	18.0%	15.5%
Componente Interna	9,236.0	11,603.2	12,261.4	4.6%	4.8%	4.6%
Componente Externa	15,425.0	32,298.3	29,046.0	7.7%	13.3%	10.9%
Operações Financeiras	6,869.0	7,020.5	4,807.7	2.0%	2.9%	1.8%
TOTAL DAS DESPESAS	63,513.1	89,002.7	90,574.1	30.1%	36.6%	34.0%

405. O envelope de recursos totais programado para o exercício económico de 2009 cifra-se em 90.574,1 milhões de Mt. Deste montante, 46.925,6

milhões de Mt serão provenientes de recursos internos e 43.648,4 milhões de Mt de recursos externos.

406. Os recursos internos representam 17.6% do PIB contra os 16.4% do PIB de origem externa, mostram claramente o esforço do Governo na prossecução do objectivo de estabilização macroeconómica e orçamental, com destaque para a redução da dependência externa.

VI. MATRIZ ESTRATÉGICA DO PARPA II

MATRIZ DE INDICADORES ESTRATÉGICOS

A Matriz de Indicadores Estratégicos (Matriz Estratégica) é o instrumento de monitoria e avaliação dos objectivos, resultados, acções e produtos chave do PARPA II. Adicionalmente, nota-se que os quarenta indicadores sombreados foram seleccionados como indicadores do Quadro de Avaliação do Desempenho (QAD) 2007 para informar as decisões dos Parceiros de Apoio Programático (PAPs) sobre os seus compromissos no âmbito do Apoio Geral ao Orçamento do Estado.

INDICADORES GLOBAIS*

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Projeção / Meta 2009
<i>G.1. Reduzir a Pobreza</i> (par. 109)	G1.1. Taxa de incidência da pobreza (par. 1) [Pobreza e Bem Estar em Moçambique: 3ª Avaliação Nacional]	54% (2003)	45%
	G.1.2. % de crianças menores de cinco anos com baixo peso por idade (par. 215) [Inquérito Demográfico e da Saúde]	24% (2003)	18%
	G.1.3. Índice de Desenvolvimento do Género segundo as metas estabelecidas [Indicador Global do Desenvolvimento do Género e outros relatórios, MPD]	0.3 (2003)	0.4
<i>G.2. Promover o crescimento económico rápido, sustentável e abrangente</i> (par. 109)	G.2.1. Crescimento médio anual no PIB real (Tabela 8) [Quadro Macro, MPD]	7.8% (2002 - 2005)	7.0% (2006 - 2009)
	G.2.2. Crescimento médio anual no PIB real per capita (Tabela 8) [INE - Anuário Estatístico]	5.3% (2002 - 2005)	4.0% (2006 - 2009)
	G.2.3. Desigualdade (coeficiente de GINI) [IAF]	0.42 (2003)	0.44
<i>G.3. Garantir uma gestão macroeconómica rigorosa</i> (par. 488)	G.3.1. Taxa de inflação, médio anual (Tabela 8) [INE - Anuário Estatístico]	12.3% (2002 - 2005)	< 10% (2006 - 2009)
<i>G.4. Melhorar a qualidade de prestação dos serviços públicos ao cidadão</i> (par. 282)	G.4.1. % da população com fácil acesso à 1 US, ou seja, reside à menos de 30 minutos (8) [IAF]	36%	45%
	G.4.2. Taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe - Raparigas [Estatísticas MEC]	56%	70%

	G.4.3. Grau da "confiança" do público na administração da Justiça (a ser averiguado através do levantamento, conduzido pela UTRESP, com base nas percepções do cidadão)** [UTRESP]	n/d	70%
G.5. Travar a propagação do HIV/SIDA (par. 199)	G.5.1. Nº de novos casos de HIV/SIDA por dia (par. 200) [Relatório sobre a Revisão dos Dados de Vigilância Epidemiológica do HIV]	500	350

Nota: *os indicadores globais resumem os objectivos fundamentais do PARPA II, reconhecendo-se entretanto, que o seu alcance depende dum esforço conjugado entre o Governo, a sociedade civil e os parceiros de cooperação.

**O indicador precisa de um refinamento em virtude da "confiança" ser um conceito relativo.

**MATRIZ DE INDICADORES ESTRATÉGICOS - MACROECONOMIA E POBREZA
ANÁLISE DA POBREZA E SISTEMAS DE MONITORIA**

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009
1. Disponibilizar a todos os intervenientes chave informação adequada, exacta, desagregada e atempada sobre a implementação do PARPA (pars. 621 & 622)	1.1. Intervenientes chave bem informados sobre a implementação do PARPA [RAI]	N/d	RAI elaborado e publicado com uma avaliação do desempenho em relação aos indicadores do PARPA II	Realização de pelo menos um Observatório de Desenvolvimento Provincial (ODP) em cada Província	MPD	1.a. Nº de Províncias com ODP's realizados de acordo com critérios de implementação definidos no Guião [Sínteses dos OPP no website do OP e na DNP]	9	11
				Aprovação e Implementação da Estratégia de Comunicação do PARPA II	MPD	1.b. Elaborado e implementado o Plano de Acção [Plano de Acção]	0	X

				Realização do programa de pesquisa da DNEAP orientado para a análise do impacto do PARPA	MPD - DNEAP	1.c. Estudos que avaliam o impacto das acções do PARPA na redução da pobreza, realizados e disseminados [Programa da Pesquisa e documentos associados publicados]		X
2. Harmonizar os instrumentos de planeamento, orçamentação e monitoria de curto e médio prazo (par. 621)	2.1. Grau de alinhamento entre os documentos de planeamento, orçamentação e monitoria (PES, BdPES, OE, REO, CGE, CFMP, PARPA II) [Estudo de Avaliação Independente]	N/d	PES, BdPES, OE, PARPA e CFMP julgados alinhados	Desenvolvimento e implementação dum Plano de Acção para o fortalecimento do sistema de M&A do PARPA II	MPD	2.a. Estudo realizado e Plano de Acção Adoptado e em implementação [Plano de Acção]		N/d
				Anexo da Matriz Estratégica ao PES e BdPES ao nível central e provincial e a garantia da consistência com o texto	MPD / DPPFs	2.b. % de indicadores estratégicos integrados no PES e reportados no BdPES [PES e BdPES]		100%
				Capacitação dos quadros do Governo em todos os níveis de modo a facilitar a produção do PES/OE e do BdPES de uma maneira consistente com as guiões (i.e. orientações e metodologia unificada) divulgada	MPD	2.c. PES/OE e BdPES (central) produzidos de acordo com o guião [PES/OE Nacional]		X

GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009
3. Melhorar a eficiência e eficácia da gestão das finanças públicas (pars. 289 & 494)	3.1. Despesa agregada como % do OE aprovada [OE]	90%	≥ 95% e ≤105%	Alocação dos recursos públicos de acordo com os objectivos do PARPA-II, tomando como referência a alocação para sectores prioritários como indicado no PARPA (Tabela 17)	MF - DNO / MPD - DNP	3.a. Alocação orçamental no CFMP em linha com PARPA II [CFMP e PARPA II]	N/d	X

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2009

					3.b. Alocação no OE em linha com o CFMP [CFMP e OE]	N/d	X
			Melhoria da Gestão Orçamental e da Tesouraria	MF - DNO / DNCP / DNT	3.c. Taxas de execução orçamental da despesa corrente nas áreas de Educação e Saúde \geq taxas de execução geral [REO]		X
					3.d. Taxas de execução orçamental para despesas correntes no nível provincial e distrital no ano n ^o > Taxas no ano n-1 [REO]		X
			Reforço da orçamentação orientada pelos objectivos do Governo	MPD / MF	3.e. Início da orçamentação por programas para inclusão no OE 2009 [MPD e MF]		X
					3.f. Pesquisa de Localização das Despesas Públicas ("PETS") executado numa base bianual [MF e MPD]		i) Plano de implementação baseado nos resultados e conclusões do PETS na área de educação está em curso; ii) Governo comunica a decisão sobre a próxima aplicação do

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2009

								instrume nto PETS em Moçambi que até RC 2009
			Execução directa do orçamento através do e- SISTAFE.	MF/ Ministérios	3.g. Nº de Ministérios, órgãos do Estado e UGE's [MF]	0		
					Implementação e efectividade do uso do e- SISTAFE [MF]	N/d		90% da execução do OE das UGEs em bens, serviços e investime ntos através da execução orçament al directa; pelo menos 40% na execução de salários; e pelo menos 50% da execução das pensões será directa ou pelo

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2009

									pagamento até a conta da instituição intermediária
				Desenvolvimento, ligação ao e-SISTAFE e implementação dos módulos para apoiar a execução eficiente do orçamento	UTRAFE	3.h. Módulos desenvolvidos e implementados [SISTAFE ABP06-09, revisão anual e-SISTAFE CF e Revisão Conjunta]			
4. Aumentar a abrangência do Orçamento do Estado (pars. 133 & 179)	4.1. % de receitas próprias e consignadas no OE, sobre o total da receita inicial [OE, REO e CGE]	N/d	N/d	Inclusão das receitas próprias e consignadas no OE	MF - ATM (DGI)	4.a. Valor de cobrança de receitas do ano presente maior que do ano anterior [OE]			X
	4.2. % de recursos externos executados pela CUT [Nota técnica do QAD dos PAPs]	N/d	60% (2007: 45%; 2008: 55%)	Inclusão da grande maioria dos fundos externos no OE.	MF - DNCP/ DNO	4.b. % de fundos externos incluídos no OE [OE e Matriz do QAD dos PAPs]	N/d		90%
5. Aumentar progressivamente as receitas internas e alargar a base tributária (pars. 487, 489 & 609)	5.1. Receitas totais em % do PIB [OE]	14.0%	16.9%	Racionalização da concessão e melhoria da gestão de benefícios fiscais	MF - ATM / MPD	5.a. Dados usados para melhoria da gestão dos benefícios concedidos [MF - ATM e MPD]			Estatísticas publicadas
				Integração da gestão de sistemas de informação na ATM no contexto do PDTI aprovado	MF - ATM	5.b. Sistema integrado da gestão de sistemas de informação na ATM no contexto do PDTI aprovado [ATM]			Sistemas integrados em pleno funcionamento.
				Intensificação das auditorias	MF - ATM	5.c. Aumentado do nº de auditorias e melhoria da qualidade (receita anual recuperada de 0.2% do PIB) [ATM]			N/d
6. Tornar transparente e eficiente o sistema de aquisições de bens e serviços do Estado	6.1. % de redução de custo de procurement. [Avaliação de impacto]	N/d	N/d	Criação, orçamentação e por em funcionamento a Unidade de Supervisão de Aquisições Públicas	MF - DNPE	6.a. USAP em funcionamento [DNPE - MF]			N/d

(par. 494)				(USAP).				
				Implementação e operacionalização do Sistema de Procurement até ao nível distrital	MF - DNPE	6.b. Operacionalidade do Sistema de Procurement melhorado [MF - DNPE]		X
7. Aumentar a cobertura e eficiência dos órgãos de auditoria interna e externa (pars. 290 & 494)	7.1. % das despesas públicas auditadas pelo SCI. [Relatório anual de actividades do SCI]	N/d	N/d	Aumento do nº de órgãos a nível central e provincial com unidade de controlo interno em funcionamento	IGF	7.a. % de órgãos de nível central e provincial com unidades de controlo interno em funcionamento [Relatório Anual de Actividades do Subsistema de Controlo Interno, SCI]		75
	7.2. % das despesas públicas auditadas pelo TA [Relatório anual de actividades]	N/d	N/d	Aumento do nº de auditorias financeiras	TA	7.b. Nº de relatórios de auditoria financeira aprovados pelo TA [Relatório Anual de Actividades]	68	144
					TA	7.c. Cobertura do Orçamento do Estado auditado pelo TA conforme as normas técnicas do INTOSAI e segundo a legislação moçambicana		35%

REFORMA DO SECTOR PÚBLICO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009
8. Reestruturar e descentralizar as estruturas do Governo para promover eficiência e eficácia na prestação de serviços públicos (par. 283)	8.1. % do orçamento gerida pelos províncias, distritos e autarquias [UTRESP]	N/d	N/d	Término da realização da análise funcional e a preparação dos planos de reestruturação de todos os ministérios, governos provinciais e distritais	CIRESP - UTRESP / MFP / Instituições Públicas	8.a. Nº de Ministérios com Planos de reestruturação em implementação [Ministérios]		N/d

<p>9. Fortalecer a capacidade institucional dos governos locais (par. 284)</p>	<p>9.1. % de execução orçamental nos distritos e nas autarquias [MPD-MAE]</p>	N/d	N/d	<p>Implementação da estratégia nacional de planificação e finanças descentralizadas</p>	<p>MPD / MF / MAE</p>	<p>9.a. % do orçamento transferido para: - províncias, - distritos - e autarquias* [OE]</p>		<p>27.8 3.6 1.0</p>
	<p>9.2. % de técnicos médios e superiores a nível dos distritos e autarquias [MAE-MPD]</p>	<p>N/d</p>	<p>N/d</p>		<p>MPD / MAE</p>	<p>9.b. % de distritos com Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distrital (PEDD) e Planos Económicos e Sociais (PES) e Orçamentos Distritais (PESOD) [Distritos]</p>	<p>45%</p>	<p>100%</p>
					<p>MAE</p>	<p>9.c. % de Conselhos Consultivos Distritais que funcionam de acordo com a LOLE e o seu regulamento [Relatório do MAE]</p>	<p>25%</p>	<p>100% da amostra</p>
					<p>MPD / MAE</p>	<p>9.d. % de Conselhos Consultivos Distritais operacionais (mínimo 2 reuniões por ano) com prestação de contas do Governo [MPD/MAE]</p>	<p>50%</p>	<p>100%</p>
				<p>Desenvolvimento da capacidade municipal para recolher receitas</p>	<p>MAE</p>	<p>9.e. % de receitas próprias (em relação ao orçamento anual) por categoria dos 33 municípios: - Vilas - Outras cidades - Capitais [MAE]</p>	<p>N/d</p>	<p>Divulgação da % das receitas próprias</p>
<p>10. Reformular os processos de prestação de serviços para que sejam mais simples, acessíveis e satisfaçam as necessidades do cliente (par. 285)</p>	<p>10.1. Grau de satisfação dos cidadãos com serviços públicos chave [Inquérito anual implementado pela sociedade civil]</p>	N/d	N/d	<p>Ligação à rede electrónica do Governo de todas as instituições públicas até o distrito</p>	<p>MAE / MFP / MCT</p>	<p>10.a. Províncias e distritos ligados à rede do Governo** [MAE]</p>		<p>N/d</p>

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2009

11. Melhorar os sistemas de gestão de recursos humanos (par. 288)	11.1. % de funcionários seniores (categoria >7) com nível de formação requerida para a função [MFP]	N/d	N/d	Expansão da cobertura do SIFAP no âmbito da formação dos funcionários públicos.	MFP	11.a. Nº de graduados nos cursos básicos, médios e superiores por ano desagregados por sexo [MFP]	médios: 126	básicos:8 40 médios:1 354 superior: 360
				Desenvolvimento e implementação do Sistema de Informação de Pessoal unificado (MFP, MF e TA)	MFP	11.b. Anuário Estatístico sobre funcionários públicos publicado [BdPES, relatórios anuais, semestrais da MFP, dos Ministérios e províncias]		N/d
						11.c. Sistema de gestão de recursos humanos estabelecido e funcional na MFP [BdPES, relatórios anuais, semestrais da MFP, dos Ministérios e províncias]		X
						11.d. Anuário Estatístico Publicado [BdPES, relatórios anuais, semestrais da MFP, dos Ministérios e províncias]		X
				Aprovação e implementação da política salarial e de incentivos em todas as instituições públicas	MFP / CM	11.e. % de funcionários integrados na nova política salarial [MFP/CM]		100%
					MF/MFP/TA	Aprovação e implementação da política salarial e harmonização das três bases de dados [Anuário Estatístico]	N/d	A meta de 2009 fica sujeita a uma análise da recém aprovada Política Salarial. Conclusão da

								meta e nota técnica até finais de Novembro
12. Fortalecer os processos de gestão das políticas públicas (par. 286)	12.1. Aprovação atempada de políticas e planos cruciais [UTRESP - MAE]	N/d	N/d	Aprovação da Política e estratégia de desenvolvimento autárquico e urbano	MAE / CM	12.a. Política e estratégia de desenvolvimento autárquico e urbano aprovada. [MAE]		N/d
				Aprovação da Política de Descentralização	UTRESP / CM / MAE	12.b. Política de Descentralização aprovada [MAE / UTRESP]		N/d
				Monitoria da percepção do tipo e nível de corrupção ao nível nacional e local	UTRESP	12.d. Pesquisa Nacional sobre Boa Governação e Corrupção realizada e relatório disseminado [UTRESP]		N/d

Nota: *Não inclui operações financeiras no calculo das metas.

**Metas relevantes e desagregadas poderão ser encontradas na secção dos assuntos transversais no domínio da ciência e tecnologia.

REFORMA DA JUSTIÇA, LEGALIDADE E ORDEM PÚBLICA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009
13. Melhorar o acesso à justiça (par.292)	13.1. % de casos atendidos pelo serviço da assistência jurídica e judiciária em função do nº dos assistentes jurídicos disponíveis [MINJ]	N/d	N/d	Reforma do sistema da assistência jurídica e patrocínio judiciário	MINJ	13.a. Nova lei do IPAJ [MINJ]		N/d
					MINJ	13.b. N° cumulativo de novos Assistentes jurídicos formados [MINJ]	124	224

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2009

					MINJ	13.c. N° cumulativo de delegações distritais do IPAJ em funcionamento [MINJ]	45	68
				Melhoria do funcionamento dos tribunais comunitários	MINJ	13.d. Nova lei dos tribunais comunitários [MINJ]		
						13.e. N° cumulativo de juizes presidentes dos tribunais comunitários capacitados [MINJ]	0	1624
					MINJ / TS	13.f. N° cumulativo de novos tribunais comunitários a entrar em funcionamento [MINJ]	1547	1627
14. Aumentar a eficiência e celeridade na provisão de serviços de justiça (par.294)	14.1. Quantidade e qualidade da informação estatística e relatórios [Instituições da administração de justiça]	Concepção do plano director	10 subsistemas implementados	Aumento da produtividade dos Tribunais	TS	14.a. N° de casos julgados por ano [Estatísticas oficiais do TS]	Ano base estatísticas de 2007	Aumento em 15% em relação a 2008
	14.2. Grau de "confiança" do público na administração da Justiça (a ser averiguado através de inquéritos independentes)** [UTRESP]	N/d	70%		MINJ	14.b. % de detidos que aguardam julgamento na prisão [MINJ]		30%
				Reforço e consolidação da independência dos tribunais na definição dos orçamentos	TS MINJ	14.c. Lei sobre Orçamento dos Tribunais [Balanço do PES]		
				Expansão física dos tribunais e reforço institucional	TS	14.d. N° de tribunais provinciais (novas construções) [Relatório anual do TS]	0	2
						14.e. N° de tribunais distritais (novas construções) [Relatório anual do TS]	0	8
						14.f. N° cumulativo de magistrados nomeados [Relatório anual do TS]	186	250

						14.g. Nº cumulativo de oficiais de justiça [Relatório anual do TS]	637	877
					PGR	14.h. Nº cumulativo de oficiais de justiça [PGR]		351
					TS / PGR / MINJ	14.i. Programa de informatização dos cartórios e gestão dos processos [Relatório anual do TS/BdPES]		X
					CSMJ	14.j. Nº cumulativo de juizes nomeados [Relatório anual do TS]	186	250
				Modernização de serviços do registo e notariado.	MINJ	14.k. Serviços de registos e notariado informatizados - Registo comercial, civil e criminal - Registo predial e automóvel [BdPES Sectorial]	N/d	N/d
				Reforço da capacidade dos serviços de inspecção judicial	CSMJ	14.l. Nº de inspecções efectuadas [CSMJ]	8	5
				Aumento da capacidade de monitoria de modo a monitorizar as actividades, orçamentos, resultados	CCLJ	14.m. Nº de subsistemas (software) de monitoria estabelecidos nas instituições do Sector [CCLJ]	0	4
				Expansão física da Procuradoria e reforço institucional	PGR	14.n. Nº de Procuradorias provinciais [Relatório anual da PGR]		3
			14.o. Nº de Procuradorias distritais [Relatório anual da PGR]				8	
			14.p. Nº cumulativo de Procuradores nomeados [Relatório anual da PGR]				240	
15. Reformar o sistema correcional de forma a garantir ao recluso um tratamento consistente	15.1. Eficiência do sistema correcional melhorada	N/d	N/d	Unificação do sistema prisional	MINJ	15.a. Leis e regulamentos aprovados [MINJ]		N/d

<i>com as normas e princípios internacionais dos direitos humanos (par.296)</i>						15.b. Direcção prisional unificada e em funcionamento [MINJ]		N/d
				Melhoria das condições habitacionais do sistema prisional		15.c. Plano de reabilitação aprovado, orçamentado e em implementação [MINJ]		X
<i>16. Tornar a legislação mais adequada ao bom funcionamento da administração da justiça (par.293)</i>	16.1. N/d	N/d	N/d	Calendarização da elaboração e previsão de aprovação dos pacotes legislativos	MIINJ	16.a. Calendário elaborado	[MINJ]	N/d
				Concepção e aprovação da política nacional sobre direitos humanos do país	MINJ	16.b. Política aprovada [MINJ]		N/d
				Aumento da capacidade institucional na iniciativa de leis	MINJ	16.c. Nº cumulativo de quadros Recrutados [MINJ]	10	50
					MINJ	16.d. Plano de acção de divulgação das leis elaborado [MINJ]		N/d
<i>17. Reforçar o combate à corrupção (par. 297)</i>	17.1. % de cidadãos que afirmam ter sido vítimas de corrupção nas instituições da justiça (Pesquisa UTRESP)	N/d	N/d	Aprovação e implementação da estratégia nacional de combate à corrupção no sector da justiça	TS / PGR	17.a. Plano Nacional de reforço da capacidade e Integridade do Judiciário	[TS, PGR]	
				Investigação e desfecho de casos de corrupção	PGR	17.b. Nº de casos de corrupção: A) Denunciados B) Em investigação C) a- Acusados b- Não acusados (que aguardam produção de melhores provas) c- Arquivados D) Julgados		Estatísticas publicadas

						[PGR]		
				Elaboração dos relatórios e pareceres sobre a Conta Geral do Estado (CGE)	TA	17.c. Emitidos os relatórios e o pareceres sobre a CGE [Relatório da CGE]		1
18. Reforçar a prevenção e o combate à criminalidade (par. 299)	18.1. Tempo médio entre detenção e a acusação	N/d	N/d	Prosseguimento da reforma da Polícia de Investigação Criminal	MINT / PGR	18.a. PIC reformada [MINT]		X
				Melhoria da qualidade do serviço da Polícia de Investigação Criminal	MINT / PGR	18.b. % de casos instruídos dentro dos prazos de instrução preparatória [MINT/PGR]		82
				Procedimento do Registo sistematizado das ocorrências	MINT / PGR	18.c. Registo sistematizado das ocorrências [MINT]		X
19. Elevar o nível de desempenho das forças policiais (par.301)	19.1. % de cidadãos que afirma confiar na policia	N/d	N/d	Elevação da operatividade da PRM	MINT	19.a. % de processos crimes esclarecidos [MINT]	73%	76%

Nota: *A meta deste indicador obtém-se dividindo o numero total de sentenças de todos os tribunais judiciais de província pelo numero de magistrados afectos nestas instancias.

**O indicador precisa de um refinamento em virtude da "confiança" ser um conceito relativo.

**MATRIZ DE INDICADORES ESTRATÉGICOS - PILAR II - CAPITAL HUMANO
SAÚDE**

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009
20. Reduzir a mortalidade infanto-juvenil (par. 428)	20.1. Taxa de mortalidade infanto juvenil [IDS]	178 por mil (2003)	140 por mil	Reforço das actividades do PAV, e principalmente a componente das brigadas móveis	MISAU - DNS	20.a. Taxa de cobertura com DPT3 e Hb em crianças aos 0-12 meses [SIMP]	95%	95%

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2009

						20.b. % de crianças de menos de um ano de idade totalmente imunizadas [PAV]	44%	90% e pelo menos 80% em todos os distritos
				Reforço e Expansão da Vigilância Nutricional	MISAU - DNS	20.c. N° de postos sentinelas estabelecidos e em funcionamento [Programa de Nutrição]	0	74
				Expansão do n° de US's que implementam a estratégia AIDI (Atenção Integrada às Doenças da Infância) ao nível primário e secundário	MISAU - DNS	20.d. % de US de nível primário em que a estratégia AIDI está implementada [Saúde Infantil]	60%	80%
					MISAU - DNS	20.e. % de crianças menores de 5 anos com malária não complicada tratadas de acordo com as normas de tratamento da malária vigentes nas Unidades Sanitárias do país (1) [Programa da Malária]	N/d	100%
21. Reduzir a taxa de mortalidade materna (par. 426)	21.1. Taxa de mortalidade materna [IDS]	408 por 100000 (2003)	340 por 100000	Realização de campanhas de educação, disseminação da informação, sensibilização dos líderes comunitários e outras pessoas com poder de decisão, de maneira a aumentar a procura de cuidados obstétricos	MISAU - DNS	21.a. Taxa de cobertura de partos institucionais [SIMP]	49% (2)	60%
				Sensibilização e colaboração com a comunidade e ONG's para a construção de casas de mãe espera em todas as US de referência das sedes distritais, e para gestão de bicicletas-ambulâncias	MISAU - DNS	21.b. % das US de referência localizadas nas sedes distritais em que existe uma casa de mãe espera [Saúde reprodutiva]	15%	90%

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2009

				Aumento do nº de US's que prestam Cuidados Obstétricos Essenciais Básicos	MISAU - DNS	21.c. Nº de US por 500 000 habitantes que prestam Serviços Obstétricos Essenciais Básicos (3) [Saúde reprodutiva]	1,23	2,6
22. Reduzir o peso da malária, sobretudo nos grupos mais vulneráveis (par. 432)	22.1. Taxa de incidência de malária em crianças menores de 5 anos de idade [Gabinete de Epidemiologia]	55 por 10000 (2001)	44 por 10000	Aumento do uso de redes mosquiteiras e insecticidas	MISAU - DNS	22.a. % da população que beneficia de pulverizações intra-domiciliárias [Programa de Malária]	18%	45%
					MISAU - DNS	22.b. % de mulheres grávidas e crianças menores de 5 anos que possuem pelo menos uma REMTI em cada distrito sem pulverização [Programa da Malária]	18%	≥95%
	22.2. Taxa de prevalência da parasitemia malárica em mulheres grávidas [MISAU-DNS]	20% (2001)	N/d (4)	Administração do Tratamento Intermitente Preventivo nas consultas pré-natais e brigadas móveis	MISAU - DNS	22.c. % de mulheres grávidas que recebem pelo menos uma dose de TIP dentre as utentes da consulta pré-natal [Programa da Malária]	0%	≥80%
23. Reduzir o risco de transmissão vertical do HIV de mãe para a criança (pars. 427 & 449)	23.1. % de mulheres grávidas HIV+ que recebem tratamento de profilaxia completa nos últimos 12 meses [Programa PTV]	5%	22%	Aumento do nº de US's que prestam serviços de PTV	MISAU - DNS	23.a. Nº de US's com PTV expandido [Programa PTV]	96	307
24. Reduzir o impacto do HIV/SIDA na população (par. 451)	24.1. % de pessoas elegíveis para o tratamento que recebem o TARV (terapia anti-retroviral) combinado segundo os protocolos nacionais [Programa HIV/SIDA]	1,5%	39%	Aumento da capacidade Nacional para o diagnóstico e tratamento da SIDA	MISAU - DNS	24.a. Nº de US com capacidade para administrar o TARV [Programa HIV/SIDA]	32	N/d
					MISAU - DNS	24.b. Nº total de pessoas > 15 anos que beneficiam de TARV [Programa HIV/SIDA]	15900	160000
					MISAU - DNS	24.c. Nº de crianças que beneficiam do TARV	1686	11500

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2009

						pediátrico [Programa HIV/SIDA]		
25. Reduzir a taxa de incidência de HIV nos jovens 15 - 24 (6) (par. 449)	25.1. Taxa de prevalência nos jovens de 15-19 anos [Relatório sobre a Revisão dos Dados de Vigilância Epidemiológica do HIV]	5.4%	4.2%	Expansão da rede de Serviços Amigos de Adolescentes e Jovens (SAAJ) para as US mais periféricas	MISAU - DNS	25.a. Nº de US com SAAJ [Programa SEA]	150	350 (7)
	25.2. Taxa de prevalência nos jovens de 20-24 anos [Relatório sobre a Revisão dos Dados de Vigilância Epidemiológica do HIV]	13.9%	10.4%	Expansão do número de SAAJ's com capacidade para oferecer serviços de Aconselhamento e Testagem em Saúde	MISAU - DNS	25.b. Nº de SAAJ's com serviços ATS [Programa SEA]	10	150 (7)
26. Reduzir a iniquidade no acesso e consumo de serviços de saúde de qualidade (par. 103)	26.1. % da população com fácil acesso à 1 US, ou seja, reside à menos de 30 minutos (8) [IAF]	36%	45%	Reabilitação, refuncionalização e construção das novas US's na rede primária e secundária	MISAU - GACOPI	26.a. Nº das US's da rede primária e secundária reabilitadas, refuncionalizadas, promovidas ou construídas [Programa SEA]	33	178 (9)
	26.2. Rácio de consultas externas por habitante entre os distritos rurais e urbanos (10) [MISAU-DPC]	1; 1,64	1; 1,2	Expansão do acesso aos cuidados de saúde	MISAU - DPC	26.b. Consultas externas por habitante [Balanço do PES]	1,01	1,2
					MISAU	Habitantes por Pessoal Técnico de Saúde [MISAU]	N/d	1306
	26.3. % das US's de nível I e II que funcionam com recursos básicos [Relatório DAM/DPC 2007]	N/d (11)	N/d (11)	Formação, colocação e manutenção do pessoal nas US's de nível I e II, de acordo com o quadro tipo	MISAU - DRH	26.c. % de US's de nível I e II que funcionam com o quadro tipo de pessoal [Relatório anual DAM/DPC]	N/d	N/d (11)
					MISAU - DNS	26.d. % das US's de nível I e II que obedecem a carga tipo [Relatório anual DAM/DPC]	N/d	N/d (11)
MISAU - DNS					26.e. % das US's de nível I e II equipadas com serviços básicos (esp. água e energia) [Relatório anual DAM/DPC]	N/d	70%	

Nota: (1) Uma das grandes preocupações do sector em relação a malária tem sido o facto de que muitas crianças não são tratadas de acordo com as normas de tratamento estabelecidas ao nível nacional, e por isso um dos objectivos do programa da malária é reverter. (2) Este representa um indicador de funcionamento das Unidades Sanitárias, e não apenas dos serviços que existem. A meta para 2009 foi definida com vista a alcançar um montante de 4 por 500.000 habitantes em 2015, de acordo com as

recomendações da OMS. (3) Este indicador é fundamental para o sector e a meta será definida até o final de 2007, no âmbito da Estratégia de Combate a Malária do Sector. (4) Esse indicador agrega também o numero de crianças referidas no indicador imediatamente abaixo. (5) O texto do PARPA II inclui jovens 15-19 anos (par.449). Entretanto, para a matriz estratégica, foi decidido escolher um grupo alvo mais abrangente, nomeadamente os jovens 15-24 anos. Além disso, a taxa de prevalência é utilizada como um proxy para para medir a taxa de incidência. (6) As metas escolhidas no âmbito do HIV/SIDA provem do PEN/SIDA 2004-2008. Entretanto, seguindo a reunião nacional de reflexão sobre o HIV/SIDA que decorreu em Março 2006, o sector prevê que estas metas ainda poderão alterar. (7) Sub-entende-se que são 30 minutos a pé. (8) Foram considerados distritos urbanos as capitais provinciais. Os Hospitais Provinciais foram excluídos do cálculo, para evitar distorções nos resultados. (9) Montante cumulativo. Meta para 2009 provem do Programa Quinquenal do Governo. Entretanto, esta poderá ser revista em função no novo Plano Integrado de Desenvolvimento da Rede Sanitária a ser elaborado pelo sector em 2007. (10) Para definir os valores de base no que diz respeito a % de US que funcionam com recursos básicos, assim como a % de US que obedecem a carga e quadro tipo de pessoal, um inquérito será realizado no I Semestre de 2007 e uma base de dados criada. As metas para os anos seguintes serão definidas com base nos resultados deste inquérito, dando prioridade ao nível primário.

(2) Taxa de cobertura de partos institucionais em 2005 no texto (par. 426) = 48% o que é o dado disponível na altura em que foi elaborado o texto. O valor actualizado e correcto é 49%.

(3) Este representa um indicador de funcionamento das Unidades Sanitárias, e não apenas dos serviços que existem. A meta para 2009 foi definida com vista a alcançar um montante de 4 por 500.000 habitantes em 2015, de acordo com as recomendações da OMS.

(4) Este indicador é fundamental para o sector e a meta será definida até o final de 2007, no âmbito da Estratégia de Combate a Malária do Sector.

(6) O texto do PARPA II inclui jovens 15-19 anos (par.449). Entretanto, para a matriz estratégica, foi decidido escolher um grupo alvo mais abrangente, nomeadamente os jovens 15-24 anos. Além disso, a taxa de prevalência é utilizada como um proxy para para medir a taxa de incidência.

(7) As metas escolhidas no âmbito do HIV/SIDA provem do PEN/SIDA 2004-2008. Entretanto, seguindo a reunião nacional de reflexão sobre o HIV/SIDA que decorreu em Março 2006, o sector prevê que estas metas ainda poderão alterar.

(8) Sub-entende-se que são 30 minutos a pé.

(9) Foram considerados distritos urbanos as capitais provinciais. Os Hospitais Provinciais foram excluídos do cálculo, para evitar distorções nos resultados.

(10) Montante cumulativo. Meta para 2009 provem do Programa Quinquenal do Governo. Entretanto, esta poderá ser revista em função no novo Plano Integrado de Desenvolvimento da Rede Sanitária a ser elaborado pelo sector em 2007.

(11) Para definir os valores de base no que diz respeito a % de US que funcionam com recursos básicos, assim como a % de US que obedecem a carga e quadro tipo de pessoal, um inquérito será realizado no I Semestre de 2007 e uma base de dados criada. As metas para os anos seguintes serão definidas com base nos resultados deste inquérito, dando prioridade ao nível primário.

EDUCAÇÃO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009
27. Reduzir a taxa de analfabetismo (par. 398)	27.1. Taxa de Analfabetismo [Censo e Inquéritos]	53% (2004)	43%	Implementação da Estratégia de alfabetização e Educação de Adultos, Alfabetização com recurso à rádio	MEC	27.a. N° de adultos que concluem o curso de Alfabetização [MEC]	1328 00	630000

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2009

28. Garantir a escolarização universal de qualidade (par. 400)	28.1. Taxa líquida de escolarização EP (1+2) - Total [Estatísticas MEC]	83%	93%	Construção de escolas a nas comunidades	MEC	28.a. Nº de novas salas construídas para escolas [Estatísticas MEC]	700	3500
	28.2. Taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe - Raparigas [Estatísticas MEC]	56%	76%	Recrutamento de professoras	MEC	28.b. % de professoras contratadas anualmente [Estatísticas MEC]	36%	41%
	28.3. Taxa de conclusão EP2 - Raparigas [Estatísticas MEC]	28%	44%	Distribuição do livro escolar EP	MEC	28.c. Livros por aluno e por disciplina [Estatísticas MEC]	n/d	1
				Aumento da proporção de professores com formação pedagógica	MEC	28.d. % de novos professores contratados com formação inicial [Estatísticas MEC]	n/d	75%
	28.4. Rácio alunos por professor no EP1 [Estatísticas MEC]	74	68	Contratação de novos professores	MEC	28.e. Nº de novos professores contratados [Estatísticas MEC]	4000	10000
				Redução de professores a leccionar 2 turnos no EP1	MEC	28.f. % de professores a leccionar 2 turnos no EP1 [Estatísticas MEC]	49%	35%
	28.5. Taxa bruta de escolarização no ES1 profissionalizante [Estatísticas MEC]	21%	30%	Revisão e implementação da Estratégia do Ensino Secundário	MEC	28.g. Estratégia revista e implementada a partir de 2007 [Estratégia do Ensino Secundário e Balanço do PES sectorial]		X

ÁGUA E SANEAMENTO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009
29. Aumentar o acesso da população à água potável nas zonas rurais (par. 455)	29.1. % da população com acesso à água potável (zonas rurais) [relatórios anuais das DPOPH e das empresas das águas]	41%	55%	Construção de novas fontes dispersas	DNA / DPOPH's	29.a. Nº de novas fontes dispersas construídas [Relatórios anuais das DPOPH]	1090	1496
				Reabilitação das fontes dispersas	DNA / DPOPH's	29.b. Nº de fontes reabilitadas [Relatórios anuais das	1235	866

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2009

						DPOPH]		
				Reabilitação dos Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (PSAA's)	DNA / DPOPH's	29.c. Nº cumulativo de PSAA's reabilitados [Relatórios anuais das DPOPH]	5	25
30. Aumentar o acesso da população à água potável nas zonas urbanas (par. 455)	30.1. % da população com acesso à água potável (zonas urbanas) [relatórios anuais das DPOPH e das empresas das águas]	37%	60%	Estabelecimento de novas ligações domésticas	DNA / FIPAG	30.a. Nº de ligações domiciliárias estabelecidas [Relatórios anuais do FIPAG]	7500	4500
				Reabilitação dos fontanários existentes	DNA / FIPAG	30.b. Nº de fontanários públicos reabilitados [Relatórios anuais do FIPAG]	0	65
				Construção de novos fontanários	DNA / FIPAG	30.c. Nº de fontanários públicos construídos [Relatórios anuais do FIPAG]	20	385
31. Aumentar o acesso da população ao serviço de saneamento nas zonas urbanas (par. 455)	31.1. % da população com acesso a serviço de saneamento (zonas urbanas) [IDS]	38%	55%	Reabilitação do sistema de saneamento da Beira	DNA / Municípios	31.a. Obra de expansão do sistema de saneamento concluída [Relatórios anuais da DNA]		X
				Reabilitação do sistema de saneamento nas zonas peri-urbanas	DNA / Municípios	31.b. Nº de latrinas melhoradas [Relatórios anuais da DNA]	7800	8000
32. Aumentar o acesso da população ao serviço de saneamento nas zonas rurais (par. 455)	32.1. % da população com acesso a serviço de saneamento (zonas rurais) [Inquéritos realizados pelo INE]	35%	40%	Elaboração e implementação dos guiões técnico, social e institucional	DNA	32.a. Finalizados e aprovados os guiões técnico, social e institucional [Guião]		N/d
						32.b. Nº cumulativo de províncias com unidades de demonstração [Unidades de demonstração]		9

HABITAÇÃO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009
33. Assegurar o acesso a terra e infra-estruturas para habitação através da implementação de programas de urbanização (par. 477)	33.1. Nº de agregados sem talhão para habitação [IAF/QUIBB]	20%	18%	Apoio técnico aos órgãos locais na implementação de planos parciais de ordenamento do solo	MOPH	33.a. Nº de órgãos locais assistidos em acções de ordenamento do solo [Relatórios Anuais da DNHU]	0	44
						33.b. Nº de talhões demarcados [Relatórios Anuais da DNHU]	1508	1992
34. Garantir a durabilidade da habitação através da implementação de programas de melhoramento habitacional (Par.479)	34.1. % de famílias com acesso a habitação adequada [IAF/QUIBB]	40%	50%	Apoio da instalação de centros de recursos para construção habitacional, incluindo formação de extensionistas rurais	DNHU / DPOPHs	34.a. Nº de centros instalados [Relatórios Anuais da DNHU]		4
						34.b. Nº de extensionistas formados [Relatórios Anuais DNHU]		24

ACÇÃO SOCIAL

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009
35. Proteger e atender os grupos populacionais em situação de vulnerabilidade (crianças, mulheres, pessoas portadoras de deficiência e pessoas idosas) (pars. 463, 465, 467 e 469)	35.1. Nº de pessoas em situação de vulnerabilidade beneficiando dos programas de Protecção Social [Relatórios periódicos do PES/OE com dados desagregados por Programa e Grupo Alvo]	N/d	851337 (Cumulativo, 2006 - 2009)	Implementação e expansão dos programas de Protecção Social (Apoio Social Directo, Subsídio de Alimentos, Benefício Social Pelo Trabalho, Programa de Geração de Rendimentos, Programa de assistência institucional	DPMAS / INAS	35.a. Nº de crianças, pessoas idosas, pessoas portadoras de deficiência, mulheres chefes de agregado familiar beneficiando de programas de protecção social [Relatórios periódicos do PES com dados	N/d	204827

				à Criança, pessoa Idosa e Pessoa portadora de deficiência)		desagregados por programa e grupo alvo]		
35.2. Nº de crianças vulneráveis recebendo assistência [Relatórios periódicos do PES/OE - MMAS]	564	1784	Localização e integração das crianças em situação de vulnerabilidade junto das suas famílias ou em famílias substitutas	DPMAS / INAS / organizações da sociedade civil	35.b. Nº de crianças reintegradas em famílias [Relatórios periódicos do PES/OE - MMAS]	564	300	
	10%	30%	Prestação de assistência às crianças e famílias que integram crianças em situação de vulnerabilidade.	DPMAS / INAS	35.c. % de Crianças recebendo assistência: Saúde, Educação, Apoio Legal (registo de nascimento), Apoio Financeiro, Apoio psicossocial, Apoio Alimentar e Nutricional [Relatórios anuais de MMAS]	10%	30%	
35.3. Nº de pessoas portadoras de deficiência vulneráveis recebendo assistência em meios de compensação [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	1105	8485	Atribuição de meios de compensação às pessoas portadoras de deficiência sem recursos próprios para adquiri-los	DPMAS / INAS / organizações da sociedade civil	35.d. Nº de pessoas portadoras de deficiência que foram atribuídas meios de compensação [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	1105	2370	
35.4. Nº de pessoas desamparadas (crianças, pessoas portadoras de deficiência e pessoas idosas) beneficiando do atendimento institucional [Periódicos do PES/OE - MMAS]	597	2127	Atendimento às pessoas portadoras de deficiência em centros de trânsito.	MMAS / INAS	35.e. Nº pessoas portadoras de deficiência atendidas em centros de trânsito [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	597	400	
	242	2172	Atendimento às pessoas portadoras de deficiência em instituições de ensino especial.	DPMAS / INAS / DPEC	35.f. Nº de pessoas portadoras de deficiência atendidas em instituições de ensino especial [Relatórios periódicos do	242	520	

					PES -MMAS]		
	858	3178	Atendimento às pessoas idosas em centros de apoio à velhice	DPMAS / INAS / organizações da sociedade civil	35.g. Nº de pessoas idosas atendidas em centros de apoio à velhice [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	858	530
	2190	9290	Atendimento às crianças desamparadas em infantários	DPMAS / INAS / organizações da sociedade civil	35.h. Nº de crianças desamparadas atendidas em infantários [Relatórios periódicos do PES - MMAS]	2190	1700

**MATRIZ DE INDICADORES ESTRATÉGICOS - PILAR III - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
SECTOR FINANCEIRO**

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009
36. Reforçar a regulamentação e supervisão do sistema financeiro para minimizar os riscos de crises financeiras e crimes financeiros (par. 500)	36.1. Crédito ao sector privado como % do PIB [BM]	13,9%	N/d	Inspeção on-site e off-site e produção de relatórios pelo BM	BM	36.a. % dos bancos cumprindo as normas e as IAS/IFRS [BM]		100%
	36.2. Evitado o uso do sistema bancário para transacções ilícitas; um sistema bancário transparente com elevada responsabilidade e deontologia [BM]	Existência da Lei 7/2002 - sobre a lavagem de dinheiro	Ocorrência de transacções ilegais através do sistema financeiro minimizada	Controlo eficaz dos limites reguladores (cf. Lei Cambial) bem como o propósito e objectivo dos fundos a serem transferidos nas transacções	BM	36.b. Controle dos limites e finalidades das transacções financeiras conforme fixado na Lei	[BM]	N/d

				Elaboração dos procedimentos de inspecção virados para lavagem de dinheiro e medidas adequadas tomadas com base nos relatórios de inspecção	BM	36.c. Aprovação e implementação dos procedimentos [BM]	Plano de formação de inspectores em questões de lavagem de dinheiro	Implementação
37. Melhorar o sector de seguros e protecção social (par. 503)	37.1. Sector de seguros competitivo, transparente e que cumpra com os padrões internacionais [IGS]	Diplomas legais a serem aprovados	Aprovados todos os diplomas legais previstos na Matriz	Elaboração de: Regulamento sobre Fundos de Pensões Privadas (Particulares), propostas de lei de contrato de seguro; Revisão do regime de garantias financeiras e elaboração de um plano de transição para os IRFS.	IGS	37.a. Submissão ao Conselho de Ministros / Parlamento [Publicações em BR]		Adequação das aplicações informáticas para implementação do novo plano de contas no sector de seguros
	37.2. Sustentabilidade do sistema de segurança social garantida [INSS]	Concurso para a selecção dos consultores para a realização	Lei de protecção social implementada	Realização do estudo actuarial e desenho da estratégia de investimentos e elaboração de diplomas regulamentares	INSS	37.b. Estudo concluído, estratégia de investimento em implementação, regulamentos em vigor e recomendações implementadas. Relatório do estudo actuarial periódicos e de avaliação do grau de	Preparação do concurso e fim da estratégia de	Criação de condições técnicas e pacotes legislativos

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2009

		ção do estudo actuarial e fortalecimento do sistema				implementação. [INSS]	implementação 200-2005	para implementação das recomendações
				Alargamento da Cobertura a outras categorias de trabalhadores (âmbito pessoal) e do leque de benefícios (âmbito material)	INSS / MITRAB	37.c. % de crescimento em termos de nº de novos trabalhadores inscritos no Sistema de Segurança do leque de benefícios [relatório anual do INSS]	58,77 %	14,20%

SECTOR PRIVADO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009
38. Melhorar o ambiente de negócios (par. 495)	38.1. Doing Business Ranking [Relatório anual do Banco Mundial]	110	70	Simplificação dos procedimentos para se começar um negócio	MINJ / MIC	38.a. Nº de dias para se começar um negócio [Relatório anual do Banco Mundial "Doing Business Annual Report"]	153	30
				Simplificação do sistema de procedimentos de licenciamento de actividades económicas nos Ministérios	MIC (Grupo Inter-Ministerial)	38.b. % de procedimentos simplificados [MIC/GASP e Grupo Interministerial]	Diagnostico de licenças em todos os ministérios	Todos
				Criação de uma inspecção geral	MIC / outros Ministérios	38.c. Participação nas multas eliminada [MIC/outros Ministérios]		
				Adopção e adaptação de normas internacionais (ISO) e regionais de acordo com as necessidades do sector privado	INNOQ / Sector Privado	38.d. Normas aprovadas [INNOQ]	30 (cumulativo)	68

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2009

				Simplificação dos procedimentos para fazer uma importação e exportação	CSTA / Banca / Ministérios / IPEX	38.e. Nº (tempo) de dias necessários para efectuar uma importação e exportação [Doing Business]	41 (importações e exportações)	Importação= 20 dias Exportação= 20 dias
39. Criar o emprego (pars. 556 e 497)	39.1. Nº de empregados no sector formal [MITRAB]	570000	900000	Aprovação e implementação duma Lei de trabalho flexível	MITRAB	39.a. Custo da contratação e despedimento dos trabalhadores [Doing Business Posição]	113	60
40. Aumentar a participação do empresariado nacional no sector de Recursos Minerais (par. 550)	40.1. Nº de operadores privados nacionais no sector mineiro [MIREM]	390	1000	Realização de estudos geológicos	MIREM	40.a. Nº de estudos [MIREM]		
				Formação de operadores mineiros nacionais	MIREM	40.b. Nº cumulativo de operadores mineiros nacionais treinados [MIREM]	2	27
				Aumento do numero de contratos	MIREM	40.c. Nº cumulativo de contratos negociados de novos blocos [MIREM]	2	10
41. Desenvolver e posicionar Moçambique como destino turístico de classe mundial (par. 547)	41.1. Nº de noites passadas em Moçambique [MITUR]	N/d	N/d	Promoção de negócios locais através de concessão de fundos locais, demarcação de terras comunitárias, estabelecimentos de infra-estruturas mínimas e mecanismos de gestão	MITUR	41.a. % de empresas locais nas principais áreas do turismo		Concessão de fundos (10%)
				Reabilitação e reorganização das áreas de conservação do pais	MITUR / MICOA	41.b. Reabilitada e reorganizadas [MITUR/MICOA]		X
42. Pesca Artesanal: Melhorar o nível de vida das comunidades	42.1. Nível de abastecimento do mercado interno com o pescado	100 mil	115 mil	Criação e/ou reabilitação das infra-estruturas de apoio	IDPPE	42.a. Nº de fábricas de gelo construídas [IDPPE]		1

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2009

<i>pesqueiras e gerir a exploração sustentável dos recursos</i> (par. 542)	nacional em toneladas [IDPPE]				IDPPE	42.b. Nº de desembarcadouros construídos [IDPPE]		1
					MP - DNEP / DNAP	42.c. Reabilitado o Porto de Pesca de Angoche e Beira [IDPPE]		X
<i>43. Pesca Comercial: Melhorar a competitividade e sustentabilidade da pesca comercial</i> (par. 544)	43.1. Valor das exportações em milhões de USD [IDPPE]	90	115	Experiência e divulgação de técnicas melhoradas de conservação e processamento de pescado artesanal	IDPPE	43.a. Centros de pesca cobertos com a rede de extensão pesqueira [IDPPE]	8	25
					IDPPE	43.b. Mercados de peixe construídos /reabilitados [IDPPE]	0	0
					IDPPE	43.c. Divulgada informação comercial expandida dos actuais 13 distritos para 25 [IDPPE]	13	25
					MP - DAQ / Sector privado	43.d. O volume das exportações de aquacultura comercial crescendo das actuais 630 para 2,000 toneladas anuais [IDPPE]	630	2000
<i>44. Criar o emprego</i> (pars. 556 e 497)	44.1. Nº de empregados totais no sector formal [Inquérito MITRAB]	1800	14300	Formações viradas para o auto-emprego	MITRAB	44.a. Nº de formados cada ano [MITRAB]	2500	2500
				Regulamentação e submissão da Lei do Trabalho	MITRAB	44.b. Anteprojecto submetido [Anteprojecto de reforma da lei]		N/d

AGRICULTURA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009
45. Aumentar o acesso a tecnologias e a informação de extensão (par. 531)	45.1. % de explorações assistidas que adoptaram pelo menos uma nova tecnologia [TIA]	28%	36%	Divulgação e disseminação das tecnologias agrárias	MINAG - Extensão Agrária	45.a. N° total de camponeses assistidos pelos serviços públicos de extensão, incluindo subcontratação. [REL]	177000	500700
				Avaliação, geração e transferência das tecnologias agrárias adaptadas as diferentes zonas agro-ecológicas	MINAG - IIAM (Investigação)	45.b. N° de variedades de culturas novas libertas [REL]	4	3
46. Promover a construção e reabilitação das infra-estruturas agrárias (par. 531)	46.1. % de explorações agrárias que usam técnicas de rega [TIA]	6%	8%	Construção e reabilitação de infra-estruturas de captação de água para o sector agrário	MINAG - Serviços Agrários	46.a. N° de novos ha de regadio reabilitados com fundos públicos e colocados sob gestão dos beneficiários [REL]	2500	3000
47. Aumentar a disponibilidade e o acesso aos insumos pecuários (p. 531)	47.1. % de explorações agrárias que utilizam pelo menos um insumo pecuário (vacinação) [TIA]	3%	4%	Realização de campanhas de sanidade animal	MINAG - Autoridade veterinária	47.a. N° cumulativo de vacinações contra Newcastle [REL]	1988000	3600000
48. Melhorar o acesso a informação e mercados agrários (par. 531)	48.1. % de explorações agrárias com acesso a informação sobre preço de mercados via rádio [TIA]	30%	38%	Promoção dum serviço de informação sobre oportunidades de mercado	MINAG - Direcção de Economia	48.a. N° cumulativo de horas de programa de rádio difundindo informações de mercado [REL]	87	173
				48.2. % de explorações agrárias com pelo menos um membro associado [TIA]	6%	7%	Apoio e capacitação de organizações de produtores	MINAG - Serviços Agrários
49. Promover o desenvolvimento do sector privado e dos sistemas de produção na óptica de cadeia de valor (par. 531)	49.1. Valor das exportações agrárias caju, algodão e açúcar (milhões de USD) [REL]	95,5	110	Estabelecimento do quadro de padrões de qualidade e normas de certificação sanitária e fitossanitária para um mercado competitivo	MINAG - Departamento de Sanidade Vegetal e Animal / MIC	49.a. N° de licenças e certificados sanitários e fitossanitários emitidos [REL]	2000	7000

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2009

					- INNOQ			
50. Melhorar o acesso das comunidades aos recursos naturais de forma equitativa para o uso e gestão sustentável (par. 533)	50.1. % de explorações agrárias com prova documental de ocupação [MINAG]	1,20%	1,70%	Inventariação, mapeamento cadastral da ocupação, uso e aproveitamento da terra	MINAG - Terras e Florestas	50.a. % de processos tramitados e registados em 90 dias [MINAG]	78%	99%
						50.b. Nº de comunidades locais delimitadas e registadas no atlas cadastral [REL]	180	50
51. Melhorar a fiscalização da exploração dos recursos naturais (par. 533)	51.1. Nº de transgressões florestais e faunísticas reduzido [MINAG]	1100	660	Fiscalização do cumprimento da legislação sobre recursos naturais	MINAG - Terras e Florestas	51.a. Área média coberta por fiscal [REL]	1128	627

INFRAESTRUTURAS – ESTRADAS

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009
52. Melhorar a transitabilidade (par. 570)	52.1. % de estradas em condições boas e razoáveis* [Relatório da ANE]	71	73	Reabilitação e manutenção da rede nacional de estradas	MOPH	52.a. % de Km de estradas [Relatório da ANE]	71%	78%

Nota: * Boa condição = pode circular a 80km/h em segurança; condição razoável = pode circular a 40-50km/h em segurança.

INFRAESTRUTURAS – ENERGIA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009
53. Melhoramento da produtividade no sector de energia	53.1. Redução de Perdas de Distribuição [ME]	Falta dum sistema de monitor	Um sistema de monitorização	Elaboração: de plano operacional, do regulamento e programas de monitoria aos operadores (CENELEC	CENEL EC / ME	53.a. Relatórios sobre a eficiência dos operadores do sector e avaliação do CENELEC [ME]	Reestruturação do CEN	Avaliação a eficiência de EDM e

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2009

		ização	eficaz incluindo recursos alocados	operacional)			ELEC	de CENEL EC
54. <i>Expansão dos serviços de energia para uso doméstico</i>	54.1. % de pessoas com acesso sustentável aos serviços de energia moderna [ME]	7%	10%	Expansão da rede nacional	EDM / ME	54.a. Nº de novas ligações a energia eléctrica [ME]	3022 18	70000
55. <i>Expansão dos serviços de energia para saúde e educação</i>	55.1. Nº de novas instituições com acesso sustentável aos serviços de energia moderna fora da rede [ME]	Projectado Piloto, lançado o concurso para implementação do projecto	500	Análise da estrutura tarifária existente, subsídios, políticas e opções com vista a promoção do interesse dos investidores, redução de custos e implementação dum sistema de manutenção	FUNAE / ME	55.a. Nº de hospitais e escolas que possuem acesso aos serviços de energia moderna, e com contratos de manutenção para as sistemas isoladas [ME]	100	500

MATRIZ DE INDICADORES ESTRATÉGICOS - ASSUNTOS TRANSVERSAIS

GÉNERO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009
56. <i>Promover a igualdade de Género e fortalecimento do poder da mulher</i> (pars. 192 e 193)	56.1. Género integrado no processo de planificação [PES, BdPES]	0%	100%	Submissão da política do género e estratégia de implementação à AR para aprovação	MMAS	56.a. Política do Género aprovada por Lei [Boletim da República]	Política e estratégia não aprovadas	N/d
				Elaboração e aprovação do Regulamento da Lei da Política do Género	MMAS	56.b. Regulamento aprovado pelo CM [Boletim da República]	Regulamento não elaborado	N/d

				Elaboração de estratégias sectoriais do género	Ministérios identificados (em coordenação com MMAS)	56.c. Estratégias elaboradas [PES sectorial e avaliação conjunta do Ministério e MMAS]	MOP H, MF e MITR AB	N/d
				Inclusão no PES/OE e BdPES dos assuntos de género identificados no PARPA	Ministérios identificados (em coordenação com MMAS e MPD)	56.d. PES/OE e BdPES reflectindo as acções, orçamentos e progressos no âmbito do género. [BdPES/OE sectorial e avaliação conjunta do MMAS]	MMA S, MISA U, MEC, MINAG, MINT, MOP H, MPD, MINJ UST e MAE	MMAS, MISAU, MEC, MINAG, MINT, MOPH, MPD, MINJ UST e MAE

HIV-SIDA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009
57. Reforçar as capacidades de gestão e de coordenação e envolver toda a sociedade no combate ao epidemia (par. 200)	57.1. Índice Compósito da resposta nacional [Sistema de M&A da Resposta Nacional]	82%	95%	Apoio aos sectores a elaborar e implementar planos de combate ao HIV/SIDA dentro do sector	CNCS	57.a. % das OSC e instituições do sector público e privado formadas na gestão de programas direccionados ao combate ao HIV/SIDA [Dados do CNCS]	N/d	90%
58. Reduzir o Estigma e Discriminação ligados ao HIV/SIDA	58.1. % de pessoas de 15 a 49 anos que expressam aceitar atitudes para com pessoas vivendo com HIV/SIDA [INE/IDS]	8% das mulheres (entre 15 e 49 anos) e 16%	60%	Implementação da estratégia nacional de comunicação do CNCS	CNCS	58.a.		X

		dos homens (entre 15 e 49 anos)						
59. Prevenir a transmissão do HIV (pars. 193 & 449)	59.1. % de jovens de 15 a 24 anos que são sexualmente activos reportam ter usado preservativo no ultimo contacto sexual com um parceiro irregular [INE/IDS]	29% mulheres jovens (entre 15 e 24 anos) e 32% dos homens jovens (entre 15 e 24 anos)	60%	Distribuição de preservativos, implementação da estratégia nacional de comunicação do CNCS e expansão dos serviços de prevenção da transmissão vertical	CNCS/ MISAU	59.a. % (e número) de mulheres grávidas HIV positivas que recebem medicamentos antiretrovirais, nos últimos 12 meses, com vista a reduzir o risco de transmissão vertical de mãe para filho [MISAU]	5% (7297)	48.2% (50185)
60. Melhorar a qualidade de vida das pessoas infectadas e afectadas (par. 200)	60.1. Rácio de crianças órfãs (6 - 17 anos) e não órfãs no ensino escolar [Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS)]	0,8	1	Garantia de suporte material, nutricional, moral, psicossocial aos COV's	CNCS / MMAS	60.a. % de COV's abrangidos pelo Plano de Acção para as COV's com acesso a pelo menos três serviços básicos nos dois meses anteriores [MMAS]	10%	30%

AMBIENTE

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009
61. Melhorar o planeamento e ordenamento territorial (par. 205)	61.1. Reduzido o nº de pessoas vivendo em assentamentos informais e áreas de risco [Balanço do PES sectorial]	75% da população vivendo em assentamentos informais	% da população o vivendo em assentamentos informais e áreas	Elaboração e aprovação de planos distritais de uso de terra	MICOA / MPD	61.a. Nº cumulativo de planos estratégicos distritais de desenvolvimento (PEDD) com a componente espacial integrada (uso de terra) elaborados e aprovados [Balanço do PES Sectorial]	Processo iniciado (Sofala, Tete, Manic	40

		is e áreas de risco	de risco				a, Zambézia e Namíbia)	
				Elaboração de Planos de Requalificação dos assentamentos informais nas cidades de Maputo, Tete e Xai-Xai;	MICOA	61.b. Elaborada a estratégia de intervenção nos assentamentos informais [Balço do PES Sectorial]	Elaborada	N/d
						61.c. Número cumulativo de plano de requalificação urbana elaborados, aprovados e em implementação [Balço do PES Sectorial]	Iniciado	N/d
62. Assegurar a transversalidade da gestão ambiental no país (par. 209)	62.1. Integração das questões ambientais nos sectores chave da economia e municípios [Balço do PES sectorial]	Ambiente integrado em alguns sectores	Ambiente totalmente integrado em todos os sectores chave da economia e municípios	Aprovação e divulgação da Estratégia Ambiental para Desenvolvimento Sustentável (EADS)	MICOA	62.a. Estratégia (EADS) aprovada [Balço do PES Sectorial]	Elaborada	N/d
				Estabelecimento de unidades ambientais nos sectores chave da economia e municípios	MICOA / Sectores / Municípios / Sociedade Civil	62.b. Nº de unidades ambientais criadas [Balço do PES Sectorial]	5 (MINAG, MOPH, MIREM, ME, MITUR)	N/d

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009
63. <i>Garantir que todos os cidadãos tenham a todo o momento, acesso físico e económico aos alimentos necessários, de modo a que tenham uma vida activa e saudável</i> (par. 210)	63.1. Peso para altura para crianças menores de 5 anos (desnutrição aguda) [IAF/IDS]	4%	taxa estável entre 0-5%	Monitoria e avaliação da SAN crónica e aguda; recomendar sectores sobre acções prioritárias de SAN	SETSAN	63.a. SAN incluída em todos os planos de acção sectoriais e multisectoriais (PES, PEDD) - plano de acção segurança alimentar e nutricional (PASAN) [SETSAN]		X
	63.2. % de população com qualidade de dieta aceitável [Dados do SETSAN]	7%	15%					
64. <i>Estruturar uma intervenção multisectorial e interinstitucional abrangente</i> (par. 218)	64.1. SETSAN eficiente e eficaz no cumprimento das funções [Balanço do Cumprimento do Plano Estratégico]	Falta de eficiência, sobretudo nas províncias	Eficiente e eficaz	Elaboração e aprovação de um quadro legal do SETSAN a nível nacional	SETSAN, Conselho de Ministros	64.a. Elaborado e aprovado [Boletim da Republica]	Quadro legal não elaborado	N/d
				Lei e Regulamento para Direito Humano para uma Alimentação Adequada (DHAA) submetida pela aprovação da AR	SETSAN	64.b. Regulamento submetido [Regulamento de Lei DHAA]	Lei não elaborada	N/d

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Estado Actual (2004)	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009
65. <i>Promover o desenvolvimento dos Recursos Humanos a todos os níveis nas áreas de Ciência e Tecnologia</i> (par. 224)	65.1. Nº de moçambicanos em formação nos graus de mestre e doutorado nos domínios de ciência e tecnologia [Balanço do PES Sectorial]	660	1715	Concessão de Bolsas para mestrados e doutorados	MCT	65.a. Nº cumulativo de moçambicanos enviados para formação avançada em C&T [Balanço do PES Sectorial]	660	1715

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2009

66. Promover a investigação e inovação de subsistência e o uso de C&T pelas comunidades pobres e desfavorecidas (par. 220)	66.1. Nº de comunidades capacitadas no uso de Tecnologias apropriadas para resolução de problemas locais. [Balanço do PES Sectorial]	8	32	Organização de expedições científicas às zonas rurais	MCT	66.a. Nº cumulativo de comunidades visitadas por ano [Balanço do PES Sectorial]	8	32
67. Promover o uso das TIC's para a redução da pobreza e crescimento económico (par. 227)	67.1. População (rural e urbana) com acesso e conhecimento básicos em Tecnologias de Informação e Comunicação [Balanço do PES Sectorial]	8,40%	22%	Expansão de rede de Governo Electrónico	MCT	67.a. Nº cumulativo de instituições do Estado ligado a rede de Governo Electrónico no nível central [Balanço do PES Sectorial]	25	100
					MCT	67.b. Nº cumulativo de instituições do Estado ligados a rede do Governo ao nível provincial [Balanço do PES Sectorial]	31	360
					MCT	67.c. Nº cumulativo de instituições do Estado para rede de Governo Electrónico ao nível municipal e distrital [Balanço do PES Sectorial]	0	384
				Expansão de rede de pontos de acesso a Internet	MCT	67.d. Nº cumulativo de distritos com pontos de acesso a Internet para as comunidades [Balanço do PES Sectorial]	14	65
				Implementação da estratégia do acesso Universal às TIC's	MCT	67.e. % cumulativa de utilizadores de rede móvel e fixa [Balanço do PES Sectorial]	8,20 %	21,50%

DESENVOLVIMENTO RURAL

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009
68. Aumentar a competitividade e a acumulação da economia rural (par. 237)	68.1. Renda média rural per capita [Relatórios de monitoria da EDR-IAF]*a negociar com o INE	USD 263	USD 310	Coordenação do processo de implementação das Agências de Desenvolvimento Económico Local	MPD - DNPDR	68.a. Nº cumulativo de Agências de Desenvolvimento Económico e financeiro Local em funcionamento [Relatórios monitoria DNPDR]	5	10

PLANO ECONÓMICO E SOCIAL PARA 2009

				Expansão a todo o país da experiência do Programa de Apoio a Mercados Agrícolas (PAMA)	MPD - DNPDR	68.b. Nº cumulativo de províncias com um Programa de Apoio a Mercados Agrícolas [Relatórios monitoria DNPDR, PAMA]	3	10
				Facilitação do registo das associações agro-pecuárias	MPD - DNPDR	68.c. Nº cumulativo de associações legalizadas em funcionamento sustentável [Relatórios monitoria DNPDR]	N/d	100
				Promoção da Comunicação Rural	MPD - DNPDR / ICS - RM	68.d. Nº cumulativo de rádios e televisões comunitárias em funcionamento [Relatórios monitoria DNPDR]	10	20
69. Criar um ambiente favorável para o exercício da actividade financeira rural (par. 235)	69.1. % da população rural com acesso ao crédito [Relatórios monitoria DNPDR]	5%	N/d	Aprovação e implementação em todo o país da política e estratégia de finanças e micro finanças rurais	MPD - DNPDR / FARE	69.a. Nº cumulativo de instituições financeiras e micro financeiras rurais que adoptam a política e estratégia do sector aprovada com sucesso [Relatórios monitoria DNPDR, FARE]	30	45
				Divulgação das políticas e coordenação das actividades das instituições financeiras e actualização do banco de dados sobre a carteira de clientes	MPD - DNPDR / FARE	69.b. Nº cumulativo de clientes de microfinanças rurais [Relatórios monitoria DNPDR, FARE]	9500 0	175000

Nota: *Número de instituições financeiras rurais que adoptam a política e estratégia de finanças rurais.

CALAMIDADES

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009
70. Reduzir o impacto negativo das calamidades (par. 244)	70.1. Nº de pessoas assistidas pela UNAPROC [Balanço do PES]	0	N/d	Estabelecimento duma Unidade Nacional de Protecção Civil (UNAPROC)	INGC / MINT / MDN / MISAU / CVM	70.a. Nº de centros de treino e de busca e socorro criados [Balanço do PES]	0	N/d
						70.b. Nº de membros da UNAPROC formados [Balanço do PES]	0	N/d

--	--	--	--	--	--	--	--

DESMINAGEM

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009
<i>71. Assegurar maior liberdade de circulação humana e disponibilidade de terra para sua utilização (par. 251)</i>	71.1. Aumento de áreas clarificadas ou desminadas [Dados do IND]	30 milhões de m2	50 milhões de m2	Redução da área suspeita	IND	71.a. Área cumulativa suspeito, milhões m2 [Dados do IND]	172	0
				Coordenação das actividades de desminagem e da destruição dos engenhos não explodidos localizados	IND	71.b. Área cumulativa clarificada, milhões de m ² [Dados do IND]	10	50